Universidade de São Paulo
BRASIL

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Tese de Doutorado

DINÂMICA DA TRANSIÇÃO DE UMA ECONOMIA DEPENDENTE COLONIAL PARA ECONOMIA CENTRALMENTE PLANEJADA E SUA INFLEXÃO RECENTE PARA ECONOMIA DE MERCADO

Solival Silva e Menezes

São Paulo
1996

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

MENEZES, Solival Silva e

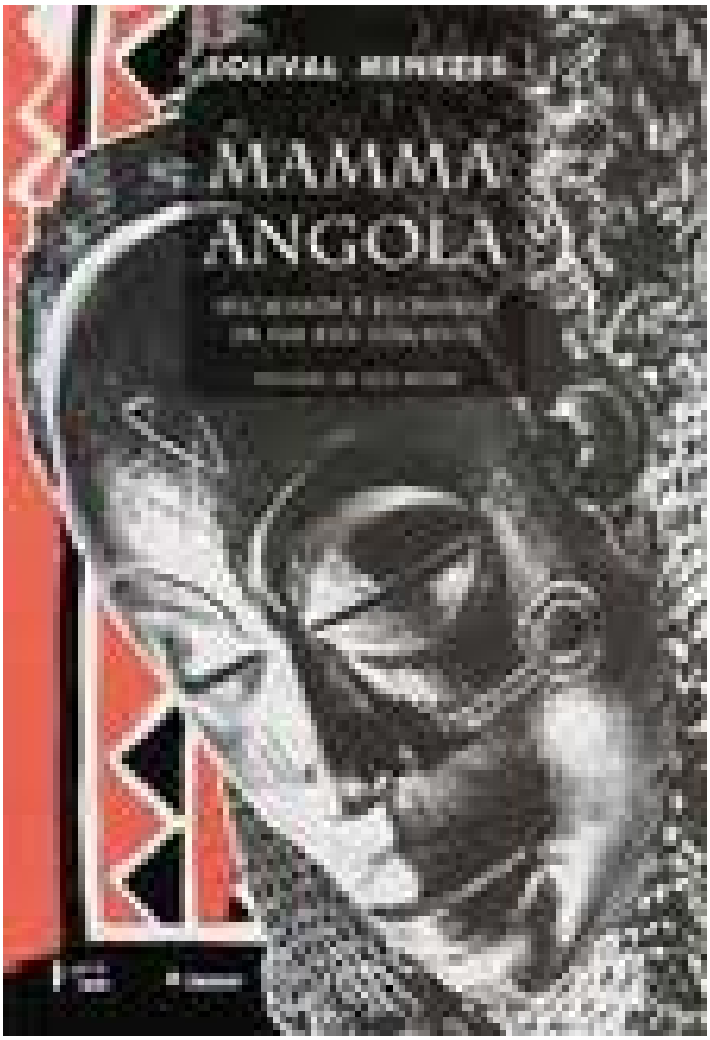
Dinâmica da Transição de Uma Economia Dependente Colonial para Economia Centralmente Planejada e sua Inflexão Recente para Economia de Mercado. Tese de Doutorado. Autor: Solival Silva e Menezes. Orientador: Prof. Dr. Paul Israel Singer. São Paulo: FEA/USP, 1996.

Bibliografia
ISBN: 85-314-0528-9

1.Angola – Condições Econômicas 2. Angola – Condições Sociais 3. Angola – História 4. Angola - Política Econômica 5. Dependência 6. Desenvolvimento Econômico I. Título.

99-3705 CDD-330.9673

Parcela expressiva desta Tese de Doutorado se encontra publicada no livro **Mamma Angola: economia e sociedade de um país nascente**, de autoria de **Solival Menezes**, editado pela EDUSP Editora da Universidade de São Paulo (2000), com apoio da FAPESP.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Tese de Doutorado

DINÂMICA DA TRANSIÇÃO DE UMA ECONOMIA DEPENDENTE COLONIAL PARA ECONOMIA CENTRALMENTE PLANEJADA E SUA INFLEXÃO RECENTE PARA ECONOMIA DE MERCADO

Solival Silva e Menezes

TESE APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, DA USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, COMO REQUISITO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM ECONOMIA.

ORIENTADOR: PROF.DR. PAUL ISRAEL SINGER

São Paulo
1996

MENEZES, Solival Silva e **Dinâmica da Transição de Uma Economia Dependente Colonial Para Economia Centralmente Planejada e Sua Inflexão Recente Para Economia de Mercado.** São Paulo: FEA/USP, 1996. 406 páginas. (Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo).

RESUMO: O presente trabalho ocupa-se de analisar alguns aspectos da economia e da sociedade de Angola que, sob uma perspectiva lógica e histórica, permitem compreender a dinâmica que caracterizou a trajetória recente desse novo Estado nacional desde que, tornando-se liberto do "colonialismo tardio" português (em 1975), transformou-se em uma "economia centralmente planejada" até ser conduzido, posteriormente (pelos motivos examinados na tese), ao reencontro da economia de mercado e da democracia (em 1992). São examinadas algumas especificidades do longo colonialismo praticado em seu território visando a compreender de que modo a condição de *economia dependente* da metrópole se transferiu como legado ao novo país, condicionando os anos iniciais de sua fase soberana.

PALAVRAS-CHAVE: Angola - Condições Econômicas; Angola – Condições Sociais; Angola – Política Econômica; Desenvolvimento Econômico.

MENEZES, Solival Silva e **Dynamics of Transition of a Dependent Colonial Economy For A Centrally Planned Economy and Its Latest Inflection To a Market Economy.** São Paulo: FEA/USP, 1996. 406 pages. (Doctoral Dissertation submitted to the Department of Economics, Faculty of Economics, Business Administration and Accounting of the Universidade de São Paulo).

ABSTRACT: This paper analyzes some aspects of the economy and society of Angola that, from a logical and historic perspective, can help understand the dynamics that characterized the recent trajectory of this new state, since, becoming free of the "late Portuguese colonialism" (in 1975), became a "centrally planned economy" until to be conducted later (for the reasons discussed in the thesis) to a market economy with democracy (in 1992). There are examined some characteristics of the Portuguese colonialism practiced throughout Angola's history in order to understand how the condition of the "metropolis dependent economy" was transferred as a legacy to the new country, thereby affecting the early years of its sovereign stage.

KEYWORDS: Angola - Economic Conditions; Angola - Social Conditions; Angola - Economic Policy, Economic Development.

Em memória de meu pai.

" ...uma sociedade pode sofrer transformações profundas em seu sistema produtivo sem que se constituam, ao mesmo tempo, de forma plenamente autônoma, os centros de decisão e os mecanismos que os condicionam".

Fernando H. Cardoso (*)

(*) CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica.* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977. 4a. edição, pág.27.

Í N D I C E

1. Apresentação	22
2. Desenvolvimento Econômico e Dependência	35
2.1. Matrizes do Desenvolvimento Econômico	36
2.2. O Desenvolvimento da "Dependência Econômica"	46
2.3. Contrapontos à "Dependência Econômica"	58
2.4. Dependência Contemporânea	75
3. Economia Dependente Colonial e Transição para Estado Nacional	83
3.1. Situação Geográfica, Recursos Naturais e Humanos	83
3.2. Composição Étnica	92
3.3. Delimitação de Fronteiras	98
3.4. Especificidades do Colonialismo Português	103
3.4.1. Hegemonia da Colonização Ibérica	105
3.4.2. Concorrência Intermetropolitana	109
3.4.3. Colonização de Dependência	112
3.4.4. Colonialismo Tardio.	116
3.4.5. Especificidades de um Colonialismo Perverso	127
4. Libertação Colonial	157
4.1. Independência: Conquista ou Consentimento.	178
4.2. Herança da Dependência Econômica Metropolitana	186
5. Consolidação do Estado Nacional	199
5.1. Estrutura em Transformação	200
5.1.1. O Modelo Político.	200
5.1.2. O Enclave do Petróleo	203
5.1.3. Cooperação Internacional	205
5.1.4. A Guerra	206
5.1.5. O Grande Êxodo	209
5.1.6. Dissensão Interna.	210
5.1.7. A Estrutura de Decisões	211
5.1.8. Instituições Econômicas	211
5.1.9. Trajetória de Decisões	214
5.1.10.Instituições Multilaterais	217
5.2.Dinâmica da Economia	218
5.2.1. Transição Para a Libertação	222
5.2.2. Sistema Econômico Após a Libertação	224
5.2.3. Os Institutos de Gestão Econômica	230
5.2.4. Planejamento Econômico Central	232

5.2.5. Utilização de Divisas Estrangeiras	236
5.2.6. Sistema de Preços	239
5.2.7. Segmento Comercial	249
5.2.8. Sistema Financeiro	255
5.2.9. Empresas Públicas	257
5.2.10.Organizações Privadas	264
5.2.11.Mercados Paralelos	266
5.2.12.Economia de Subsistência	274
5.2.13.Panorama Macroeconômico	275
5.3. Avaliação do Modelo de Economia Centralmente Planejada	307
5.3.1. Planejamento Econômico: Política e Desenvolvimento	308
5.3.2. Economia Centralmente Planejada	318
6. Reorientação Econômica, Especificidades e Perspectivas	332
6.1. Inflexão Econômica	333
6.2. Trajetória das Reformas	335
6.2.1. Instituições Internacionais	335
6.2.2. O Papel do "Consenso"	337
6.2.3. Ineficácia dos Primeiros Programas	341
6.2.4. O Acordo de Paz	344
6.2.5. A Efetividade do Programa de Acção do Governo (PAG).	346
6.3. Transformações Econômicas	347
6.3.1. Reativação do Sistema de Preços	348
6.3.2. Renascimento dos Negócios	350
6.3.3. Programa de Privatização	355
6.3.4. Sistema Financeiro	356
6.3.5. Direito Positivo	357
6.3.6. Convivência dos Dois Modelos	358
6.4. Dificuldades Políticas	359
6.5. Sociedade	363
6.6. Realidade e Teoria	364
6.7. Economia de Mercado e a Nova Dependência	382
Bibliografia	386
Anexo: Apêndice Estatístico	390

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela no.	Título da Tabela	Página
1	Taxas de Juros.	390
2	Quantidade Setorial de Empresas Públicas, Privadas e Mistas	391
3	Empresas Públicas, Privadas e Mistas Por Número de Empregados	391
4	Situação Setorial do Emprego nas Empresas	392
5	Vínculo das Empresas Públicas aos Órgãos Oficiais Centralizados.	392
6	Análise dos Fluxos Financeiros Entre Governo Central e U.E. Estatais	393
7	Dívidas e Créditos Setoriais Governo-Empresas Públicas	393
8	Comparação de Alguns Preços Praticados em Luanda	394
9	Produto Setorial (1982 a 1986)	394
10	Produto Setorial (1987 a 1991)	395
11	Produção Agrícola Comparativa: 1987 Em Relação a 1973	396
12	Petróleo: Produção, Preço e Receitas de Exportação	397
13	Crescimento das Indústrias de Transformação e de Mineração	398
14	Índices do Volume Físico de Produção da Indústria de Transformação	399
15	Despesas Correntes (1982 a 1986)	400
16	População Economicamente Ativa Setorial	400
17	Situação das Finanças Públicas	401
18	Receitas Governamentais	401
19	Composição da Conta de Despesa Ordinária	402
20	Déficit Fiscal do Governo	402
21	Composição da Estrutura Monetária	403
22	Balanço de Pagamentos (1979 a 1986)	403
23	Balanço de Pagamentos (1988 a 1992)	404
24	Composição do Endividamento Externo	404
25	Juros da Dívida Externa	405
26	Endividamento Externo Angolano	405
27	Despesas Correntes (1987 a 1989)	405

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura no.	Título da Figura	Página
1	Angola e o Continente Africano	84
2	A Geografia de Angola	87
3	Órgãos do Estado	213

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado graças ao apoio, direto e indireto, de alguma pessoas. As falhas nele apresentadas, entretanto, devem ser tributadas exclusivamente a mim, o seu autor.

Devo muito ao Professor Paul Israel Singer, meu orientador, que me encorajou a escrevê-lo e que me indicou o "caminho das pedras" em momentos de águas revoltas que caracterizam a vida de todo doutorando, sobretudo durante a elaboração de sua tese. O Professor Paul Singer, devo registrar, apoiou-me em várias ocasiões, desde os primeiros dias da graduação, quando fui seu monitor, e durante o mestrado em economia na FEA/USP, onde também contei com sua orientação.

Sou muito grato à convivência saudável, por vários anos, com a Professora Lenina Pomeranz, especialmente nas atividades junto ao IEA - Instituto de Estudos Avançados, da USP, onde também trabalhei e estive em contato com os Professores Lourdes Sola, Leda Maria Paulani, Guilherme Leite da Silva Dias, Paulo Renato Souza, José Serra, Ignácio Rangel, Luiz Carlos Bresser Pereira, Ignacy Sachs, Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro, Guido Mantega, Celso Furtado e até com o nobre advogado Pinheiro Neto, dentre tantos outros pensadores de nosso país que por lá passaram, com os quais muito aprendi sobre economia, sobre política e questões sociais, ajudando-me a entender também um pouco sobre Angola e sobre muitos outros países que visitei e com os quais colaborei no âmbito da cooperação internacional da Universidade de São Paulo.

À Professora Diva Benevides Pinho devo o incentivo para viajar à África, onde encontrei a realidade que tento retratar no trabalho, e sou muito grato aos comentários oportunos dos Professores Basília Aguirre, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Ivo Torres, Adriano Biava e Rodolfo Hoffmann, estes três últimos junto com o entusiasmo de quem conhece pessoalmente a realidade de Angola.

Muitos alunos que tive na USP e na Universidade Agostinho Neto concederam-me importante apoio, alguns na forma de documentos e publicações, essenciais para algumas partes do trabalho, que não seriam acessados não fosse a bondade e o interesse em ajudar dessas pessoas.

Sou muito grato a cada um e a todos os professores que tive durante meus cursos de graduação, de mestrado e de doutorado, na FEA/USP, muito dos quais pude contar também como amigos, pela responsabilidade que demonstraram no ofício de ensinar pessoas, influenciando sobremaneira minhas atividades como docente e pesquisador.

Registro, por fim, que muitas pessoas e instituições, incluindo a FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que me concederam bolsas de manutenção durante o mestrado e o doutorado, terão para todo e sempre a minha mais elevada gratidão, mesmo aquelas que, por razões de espaço eu tenha aqui omitido seus nomes. Terei, com certeza, para todo e sempre, um lugar especial reservado em meu pensamento para todos que cruzaram meu caminho e me ajudaram a avançar e a prosperar.

Solival Silva e Menezes

PREFÁCIO

Viajei pela primeira vez a Angola em 1990 integrando um grupo de docentes da USP selecionado para realizar um trabalho de intercâmbio ministrando cursos de teoria econômica para professores da Universidade Agostinho Neto e autoridades do governo.

Tratava-se de um programa, financiado por recursos da Fundação Ford e, posteriormente, do Banco Mundial, inserido em um grande movimento (na época não explícito) de cooptação dos países então "socialistas" (e vinculados à antiga União Soviética) para a órbita capitalista, dentro da onda de transformações que varreu o planeta nas últimas duas décadas e que culminou com o esfacelamento do "mundo comunista".

Angola já vivia (eu só descobriria isso mais tarde) um processo de transição econômica, iniciado por volta de 1987, saindo lentamente de uma "economia centralmente planejada" (pela qual optara, após sua libertação de Portugal, em 1975) para uma "economia de mercado".

Essa transição, como pode ser visto no presente trabalho, não foi o resultado de decisões deliberadas para destruir o "socialismo angolano" e restabelecer o capitalismo (existente antes da libertação colonial), mas foi fruto de um processo condicionante que exigiu medidas que acabaram por levar a alterações nos sistemas econômico e político então vigentes no país.

Acredito que, ainda hoje, uma década depois de iniciada, não se pode dizer que a transição para a "economia de mercado" já se tenha completado, pois prevalecem em Angola instituições e organismos típicos de economias estatizadas ao par de atividades concorrenciais praticadas por pequenas organizações e, principalmente, por empresas estrangeiras.

O país, na verdade, mal alcançou a paz (tão necessária à reorganização econômica e social), depois de ter enfrentado quase duas décadas de conflitos que causaram danos e perdas incomensuráveis, em vidas humanas e em bens materiais.

No final de 1989, eu acabara de completar os créditos do curso de doutorado em economia e me encaminhava para iniciar as pesquisas de minha tese (que nada tinha a ver com Angola, pois eu vinha estudando a macroeconomia brasileira) quando, ao passar pela sala da professora Diva Pinho (então coordenadora da CCInt, Comissão de Cooperação Internacional), na FEA/USP, fui convidado a me inscrever no programa de intercâmbio africano.

Argumentou-se (como arma de convencimento para minha inscrição no programa) que seria uma oportunidade para mim, como doutorando, conhecer uma realidade diferente da brasileira antes de escrever a tese. Também, que o programa interessava-se por docentes que detinham uma visão multidisciplinar, até mesmo para incumbir-se de outras disciplinas, se necessário[(*)].

O grupo selecionado era composto, dentre outros, pelos professores Walter Alves, Rodolfo Hoffmann, Marcos Vasconcellos, Ivo Torres e Adriano Biava. Houve dificuldades na seleção, pois, além da formação e da experiência exigidas, o docente tinha que possuir disposição para viajar à África (um continente que, no imaginário americano, representa perigo e aventura).

Minha viagem ocorreu em junho (cada professor viajou sozinho, em período diferente dos demais) e me lembro bem que o primeiro impacto que sofri, ao desembarcar em Luanda, foi, ainda no aeroporto, ver a ação violenta da polícia açoitando pessoas com cassetetes, enquanto essas insistiam em fazer contato com quem chegava de viagem (o fato se repetiria, depois, em vários locais, principalmente no porto, em frente ao hotel onde fiquei).

Aquelas pessoas, na verdade, eram a “ponta de lança” dos mercados paralelos (já então em voga no país) e tentavam adquirir produtos trazidos do Brasil pelos viajantes para, posteriormente, revendê-los nas muitas “kandongas” (mercados negros) de Luanda ou do interior do país.

[(*)] Naquela oportunidade, eu lecionava Economia, Finanças e Marketing na USP, pois fora aprovado em concurso público para uma vaga que exigia conhecimentos multidisciplinares, algo que sempre apreciei. Além disso, possuía uma formação razoavelmente ampla, com graduações em Economia (USP/1986), Administração (FGV/1986) e Direito (USP/1988), mestrados em Economia (USP), Finanças (FGV) e Controladoria e Contabilidade (USP), culminando com o doutorado em Economia (USP). Também, era membro de grupos de estudos multidisciplinares do IEA (Instituto de Estudos Avançados), na USP, onde continuo atuando até hoje.

Saindo daquele ambiente confuso e com péssimas instalações (para um aeroporto internacional, ressalvando-se que, hoje, já está muito mudado), saltaram-me aos olhos de imediato a imensa pobreza da população, as habitações muito simples ou destruídas, as condições precárias de higiene e, principalmente, a existência de uma aguda e clara diferença material entre as pessoas com quem eu me deparava nas ruas (algo que realmente eu não esperava encontrar em um país "socialista").

Entrei em verdadeiro estado de depressão que se agravou com minha chegada ao hotel, pois, tratando-se de um ambiente de luxo para receber estrangeiros, funcionava como que uma vitrine de onde, para qualquer lugar que se olhasse, podia-se ver o difícil e pobre cotidiano da cidade, com seu trânsito confuso, com centenas de militares e policiais nas ruas, ostensivamente vigiando e exercendo o poder de proibir (proibia-se tudo, circular sobre certas calçadas, entrar em certas ruas onde residiam autoridades, tirar fotografias, mesmo de lugares comuns, e assim por diante).

Imensos cartazes com as fotos de Agostinho Neto e do presidente Eduardo dos Santos estavam espalhados por todos os cantos, com inscrições e palavras de ordem do regime.

Minha depressão se completou quando comprovei que, realmente, Angola não era um país pobre (como parecia), mas muito rico em minerais e petróleo e que possuía uma parcela de sua população que ostentava essa riqueza.

Apesar de ser um país "socialista", automóveis de luxo, de reconhecidas marcas internacionais, dirigidos, principalmente, por membros da burocracia, congestionavam as ruas de Luanda ao lado dos tradicionais veículos Lada, de fabricação soviética, e de caminhões da Alemanha Oriental em péssimas condições.

Não tardou para eu perceber também que os estrangeiros que freqüentavam aquele hotel de luxo praticavam um "esporte" conhecido: ganhar dinheiro (e muito!).

Eram comerciantes e intermediários especializados em vender, principalmente alimentos (a altíssimos preços, segundo comprovei na época) para o governo de Angola, e a comprar os dois principais produtos do país (diamantes - muitas vezes contrabandeados - e petróleo).

Havia, também, um grande número de fornecedores de serviços, desde organizações de auditoria que serviam ao governo, fiscalizando as contas das empresas do “enclave do petróleo”, até consultores nos mais variados ramos, além de membros das Nações Unidas, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial (esses atuando em missões, presentes no país desde meados dos anos 80).

Para minha sorte, não tardei a descobrir algo que me impressionaria e que compensaria o meu sofrimento: a índole do povo angolano.

Além de muito bem tratado pelo Prof. Nunes Júnior (e seu pessoal), então diretor da Faculdade de Economia, com cada pessoa que eu conversava, em cada contato que eu fazia, nas ruas e nas instituições, eu me impressionava com a gentileza, com a alegria, com a simplicidade do povo angolano e, mais importante, com a descoberta surpreendente de mim mesmo.

Isso mesmo!! Em Angola eu encontrei as minhas origens, as origens da minha cultura, redescobrí meu país (o Brasil) e passei a compreender um pouco mais do meu próprio povo.

Era curioso como eu enxergava o Brasil nas palavras, nos hábitos e na ginga de corpo dos angolanos. Também, os alimentos, os termos e denominações de lugares e objetos revelavam, para mim, um quê de brasilidade.

Muito mais que Portugal (que eu conhecera antes e a quem reputamos nossa herança cultural), Angola comprovou ser nossa verdadeira matriz de costumes. Foi lá verdadeiramente que nasceu o Brasil que conhecemos hoje em dia.

Isso impressionou-me demais. Viajei no tempo e fui ao século XIX encontrar-me com nossos primeiros anos de independência.

Pensei em nossas dificuldades na época e comparei com a dos angolanos na atualidade. Imaginei o que será de Angola daqui a 150 anos.

Lembrei também de Gonçalves Dias (nosso poeta que, afastado da pátria por tanto tempo, escreveu a Canção do Exílio, que as “aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá...”) e conclui que seus versos não traduzem que temos mais identidades que diferenças com os angolanos.

Talvez as aves (que poucas existem - ouvi, pessoalmente, o Papa João Paulo II, em 1992, reclamar que não via pássaros ou animais domésticos em Luanda) gorjeiem diferente, mas nossas sociedades e nossas economias, mesmo hoje em dia (apesar do século e meio que separam nossas respectivas independências), têm muitas semelhanças.

Pobreza contundente? A miséria? As diferenças sociais? Ora, isso é visível em qualquer esquina das cidades brasileiras e estamos muito mais próximos de países africanos (sobretudo, em se tratando de indicadores sociais) que dos países centrais que temos como referência.

Estrangeiros explorando o Brasil? Nós é que não freqüentamos hotéis internacionais em São Paulo ou no Rio de Janeiro para vê-los agindo, mas não precisamos discutir esse tema já batido. Basta vermos de que modo se insere nosso país no processo atual de globalização.

Está certo que temos uma infra-estrutura mais pujante, uma população dezessete vezes maior, um território oito vezes maior etc., etc.. Mas, as mazelas, os problemas sociais, são muito parecidos.

Essa rica oportunidade de reencontrar meu próprio país fez com que se manifestasse em mim uma grande vontade de ajudar Angola, de contribuir de algum modo para reduzir as dificuldades do povo angolano.

Logo, percebi que nossas possibilidades individuais de ajuda são muito limitadas. Amadureci ao ver que muito de onírico há em nossas intenções. Os problemas são gigantes, distantes de nossas possibilidades.

Mas, custa pouco tentar.

E tentei, ainda nessa primeira viagem, oferecendo minha opinião através de artigos no Jornal de Angola, através de entrevistas divulgadas pela Rádio Nacional e pela Televisão Popular e, sobretudo, pelo contato com muitos angolanos interessados em ajudar seu próprio país, para quem fiz palestras e realizei debates nos quase sessenta dias em que lá permaneci.

Também, comecei a pensar seriamente na possibilidade de desenvolver um trabalho mais denso sobre a economia angolana, se bem que não sabia exatamente como. Alguns angolanos mais sensíveis (como o repórter da Rádio Nacional que também era estudante de economia) chegaram a sugerir que eu fizesse esforços nesse sentido.

Confesso que, nos últimos dias de minha estada em Luanda, aposentei essa idéia. A depressão me vencera, principalmente depois dos vários entreveros com a policia (eu insistia em andar livremente e, sobretudo, em tirar fotos das belas paisagens angolanas), do autoritarismo onipresente, da corrupção (pequenas gorjetas me franqueavam algumas fotografias) e da cena final do funcionário que me acompanhava tentando proibir que eu levasse comigo os recortes dos artigos de jornal que escrevi (por sorte estavam em um compartimento de minha bagagem que ele não revistou). Sai de Luanda chateado e achando que tão cedo não voltaria.

O Brasil, porém, no início dos anos noventa, também vivia sua própria guerra. Hiperinflação, arrocho salarial e uma crise institucional sem precedentes que levaria à deposição do presidente da República contribuíam para que a depressão dos brasileiros fosse até maior que aquela que senti em Luanda.

De modo que, quando recebi uma carta do Prof. Nunes Júnior (depois referendada por um convite da CCInt/USP), tratando de um possível retorno a Angola, preparei meu espírito e fui um dos primeiros a acertar a viagem.

Fui para ficar quase um ano, dessa vez com a companhia de Alice (que, especializada em administração de saúde, pode também dar sua contribuição ao programa) e já com disposição para oferecer todo tipo de apoio que fosse favorável aos angolanos.

Quando cheguei a Luanda, no final de 1991, o autoritarismo ainda era muito grande (inclusive em muitas pessoas e instituições com quem trabalhei), mas os ares da economia e o ambiente político eram outros. Eram ares de transformação, de mudanças proporcionadas pelo primeiro acordo de paz (assinado em meados de 1991), então em vigor.

Além dos serviços regulares do programa de intercâmbio com a USP (basicamente aulas de graduação e de pós-graduação) que realizei, procurei continuar oferecendo meus préstimos através de contatos com a imprensa escrita e falada (o que fiz exaustivamente, nos muitos meses em que lá vivi, a despeito de desagradar algumas dessas pessoas autoritárias que citei) e através de palestras, trocas de idéias com alunos, autoridades e funcionários do governo.

Propus a reorganização da área de processamento de dados da Faculdade de Economia (posta em prática de imediato), colaborei com a reformulação curricular e fui muitas vezes convidado a fazer palestras e consultorias em ministérios, empresas e repartições, onde minha experiência como cidadão brasileiro contava até mais que meus conhecimentos técnicos como economista, advogado ou administrador.

Procurei, também, conhecer melhor o país, sua cultura, sua geografia e as transformações pelas quais passava, chegando a realizar muitas viagens, de avião ou de carro, por regiões até pouco recomendadas (realizei viagens terrestres, ajudado por amigos militares angolanos, nas quais realmente passei por muitos perigos. Diplomatas brasileiros e mesmo cidadãos angolanos desaconselhavam-me a fazê-las. Mas, confesso que não me arrependo pelo tanto que aprendi e pela emoção que sinto até hoje).

Nessa segunda viagem, fui com a intenção de realizar o tal trabalho sobre economia que idealizara dois anos antes e passei a recolher informações e documentos (esses poucos e contrabandeados com o inestimável apoio dos muitos alunos que eram, ao mesmo tempo, funcionários do governo e que me pediam ou incentivavam a escrever algo sobre seu país).

Não imaginava em fazer uma tese de doutorado, pois continuava a pesquisar meu tema original, sobre o Brasil, e desconfiava de possíveis dificuldades (mais tarde confirmadas) em ter um tema tão diferente (considerando o padrão de teses defendidas no Brasil) aceito em minha qualificação.

O apoio recebido do Prof. Paul Singer, quando voltei, foi fundamental para que eu levasse adiante um projeto de tese sobre a realidade angolana.

Ajudou, também, a vontade que senti de retribuir o carinho e a dedicação que recebi de quase todos os angolanos que conheci e que me contemplaram não apenas com palavras, mas com atitudes decisivas, dentre as quais se inclui uma magnífica festa de despedida, realizada na Faculdade de Economia, que jamais esquecerei.

Decidi não citar nominalmente essas incríveis pessoas, pois, com certeza, teria que ocupar muitas páginas e, assim mesmo, poderia cometer a injustiça de omitir alguém dos muitos e muitos amigos que trago, aqui, do meu lado esquerdo do peito.

Não posso esquecer do maravilhoso apoio que recebi dos muitos funcionários brasileiros (das Organizações Odebrecht e de Furnas) que lá encontrei, como o Pinheiro e a Gláucia ou o Orlando e a Jurema, além dos vários diplomatas brasileiros, com quem, eu e a Alice, passávamos nossos fins-de-semana (na Vila do Gamek), reencontrando nossa pátria com comidas típicas e, principalmente, com notícias do Brasil.

A tese, ao fim e ao cabo (assim como acontece com a maioria dos doutorandos), não saiu ao meu inteiro desejo. Acredito que deveria ter feito muito mais.

Todavia, não posso esquecer que um trabalho de pós-graduação é, antes de tudo, um compromisso premido pelo tempo e por normas que acabam sufocando ou desesperando seu autor.

Fiz o trabalho que me foi possível. Entretanto sei que “plantei uma semente” para futuras monografias (oxalá mais consistentes e melhor embasadas), semente essa que já vem sendo regada pelos muitos alunos angolanos de pós-graduação que o Brasil têm recebido (por força de convênios de intercâmbio com a FEA/USP e com a FGV/SP) e que estão escrevendo e defendendo trabalhos sobre seu próprio país.

1.APRESENTAÇÃO

O tema do desenvolvimento econômico dos países periféricos é relativamente recente na ciência econômica, adquirindo maior especificidade com o término da Segunda Guerra Mundial, quando a cooptação dos países atrasados a um mesmo processo produtivo global passou a ser preocupação latente na economia mundial.

Aplicado, sobretudo, a determinadas regiões do planeta, como a América Latina, a Ásia e a África, os estudos sobre o desenvolvimento visam a entender as especificidades dessas regiões e a indicar soluções para superar o atraso que caracteriza a diferença entre países ditos ricos (industrializados e estáveis) e países pobres (situados em diferentes estágios de desenvolvimento).

Muitos fatores de natureza econômica, política e social, do período posterior à Segunda Guerra Mundial, tiveram determinação sobre o tema do desenvolvimento econômico, como a Guerra Fria, o fim do colonialismo, a dualidade característica da diferença entre "socialismo" e "capitalismo", o uso de diferentes instrumentos para o desenvolvimento (dentre eles o planejamento central), a ascensão e o declínio da União Soviética, a reorientação econômica geral diante do fenômeno da globalização mundial, dentre outros.

A conjunção de alguns desses fatores com estudos sobre o desenvolvimento econômico constitui a preocupação central do presente trabalho que recorre a posições teóricas e evidências empíricas para realizar análises sobre a realidade de um país de grande proximidade histórica e cultural com o Brasil: a República de Angola[6].

O trabalho ocupa-se de estudar alguns aspectos da trajetória econômica desse país (situado na África Austral e de língua oficial portuguesa - não obstante nele serem faladas inúmeras outras línguas e/ou dialetos africanos), desde sua ancestral condição de colônia de Portugal (na qual permaneceu por quase 500 anos) até o início de sua fase soberana, iniciada com a independência política, em 1975.

6. A denominação "República de Angola" foi adotada recentemente, em 1992. Até então, e desde a "independência" de Portugal, em 1975, o país denominava-se "República Popular de Angola".

Tendo residido em sua capital, Luanda, por duas vezes (1990 e 1991/1992), integrando convênio de cooperação, na condição de docente da Universidade de São Paulo, foi-nos possível vivenciar parte dessa realidade em transição, colhendo informações que possibilitaram uma posterior reconstrução analítica.

A tese será apresentada numa sucessão de capítulos que obedecerá, de certo modo, à sequência cronológica do período considerado.

Seus objetivos consistem, fundamentalmente, em (i) apresentar uma síntese lógica e histórica da economia de Angola (partindo de sua condição de colônia) que possibilite estabelecer um quadro de referências sobre as condições econômicas prevalecentes em seus anos iniciais de Estado soberano, e em (ii) examinar de que forma essas condições se articulam para configurar a trajetória econômica que lhe é específica e que envolve a transição para o "socialismo" com o posterior reencontro com a "economia de mercado".

Inicialmente, considera-se que, para descrever uma área colonial, é condição necessária a descrição simultânea das relações sociais, econômicas e políticas prevalecentes na nação metropolitana, permitindo explicar relações derivadas no espaço colonial.

Neste sentido, procura-se, primeiro, analisar o sistema colonial português (também chamado de "colonialismo tardio" em referência à sua duração em relação aos demais "colonialismos") e o processo de "libertação", fazendo um estudo integrado da economia e da sociedade metropolitanas *vis-à-vis* sua reprodução, em diferente escala e com especificidades locais, no território dominado.

Uma segunda consideração do trabalho é a de que a "teoria da dependência", elaborada a partir dos anos 60, tendo por base a realidade econômica, política e social dos países latino-americanos, pode se aplicar aos estudos das especificidades da economia portuguesa e de suas relações com a colônia de Angola.

Isto se dá porque Portugal, não obstante uma metrópole situada na área de influência da Comunidade Econômica Européia (e, portanto, podendo classificar-se, a partir de certa época, como um país desenvolvido) apresentava, ao mesmo tempo, a curiosa e paradoxal situação de possuir indicadores típicos de uma economia atrasada (submetido também a uma ditadura política similar à dos países da América Latina), com destaque para

a existência de articulações entre suas "elites econômicas" e capitais de curso internacional que visavam a explorar seus recursos (leia-se das colônias), tornando-se uma "economia dependente" das relações com os países ocidentais[7].

O trabalho procura mostrar que essa "dependência" característica da economia portuguesa não se prende ao território da metrópole, mas se transfere para a economia de Angola que (além de sua natural condição de "dependente colonial") se torna paciente de uma "condição dupla de dependência", isto é, de um "colonialismo por dependência", caracterizado pela dependência da metrópole e, simultaneamente, pela dependência das decisões tomadas pelos capitais internacionais com interesses nas economias portuguesas e de suas colônias.

Isso ocorre a partir do momento em que Portugal (assim como muitas economias de países subdesenvolvidos, nos anos 50 e 60) passa a receber a atenção dos "capitais internacionais", que se redirecionavam em busca de novos mercados e de melhor rentabilidade.

Como o território português era muito reduzido e detinha poucas vantagens (comparativamente aos demais países do Terceiro Mundo), suas verdadeiras oportunidades se encontravam nos territórios de "além-mar", no "Portugal transcontinental", nas colônias, dentre as quais a de Angola que se destacava pelo seu potencial mineral, pelo seu relativamente extenso território e por sua razoável proximidade com a Europa.

A possibilidade de exploração comercial de petróleo na região de Cabinda (enclave territorial ao norte de Angola), por exemplo, foi um foco de atração (desde meados dos anos 50) para grandes companhias petrolíferas, que obtiveram contratos de concessão de longo prazo, gerando importantes receitas para a economia portuguesa, permitindo não só a expansão continental dos monopólios nacionais, mas a expansão desses, em associação com capitais estrangeiros, na industrialização do espaço econômico colonial.

As elites econômicas e políticas de Portugal, nesse contexto, passaram a intermediar um vigoroso processo de exploração do espaço colonial, do qual eram beneficiárias como intermediários, como espécies de "síndicos", de prepostos-administradores.

7. O conceito de "dependência econômica", utilizado no trabalho, será apresentado adiante no capítulo 2, "Desenvolvimento Econômico e Dependência".

Instaurou-se, assim, um verdadeiro processo de "dependência intermediada" no qual Angola e as demais colônias portuguesas eram condicionadas não apenas pelas decisões tomadas no espaço metropolitano original, mas, indiretamente, pelos capitais situados nos países imperialistas contemporâneos e que exploravam seus recursos intermediados pelos monopólios portugueses. Constituía-se, assim, uma "dupla instância de dependência", uma submissão não a uma metrópole isoladamente (a "dependência colonial"), mas a dois estágios metropolitanos (o português e o dos países imperialistas hodiernos).

Trata-se, portanto, de uma situação singular que merece ser examinada inclusive por suas conseqüências posteriores na história da jovem nação "libertada", já que essa "dependência" não se extingue com o fim do colonialismo português, mas passa a fazer parte do legado deixado por Portugal para sua ex-colônia, influenciando todo o período aqui estudado (até 1992).

Com a aproximação da "libertação colonial" (resultado também – além da luta anticolonial – do enfraquecimento do "gerente", do "síndico" português, pelos problemas políticos internos de Portugal, em seu trânsito para a democracia e para a Comunidade Européia), o novo Estado nacional angolano poderia ter se tornado mais um país capitalista e dependente de relações econômicas com parceiros ocidentais, como ocorreu com muitas ex-colônias de outros países.

Todavia, instaura-se um "processo negociado de 'libertação'", do qual participam, além do governo português, os grupos de libertação integrantes da luta anticolonial (FNLA, Frente Nacional para a Libertação de Angola, fundada em 1954; MPLA, Movimento Popular para a Libertação de Angola, de orientação soviético-marxista, fundado em 1956; e Unita, União Nacional para a Independência Total de Angola, originalmente maoísta, fundada em 1966), estabelecendo-se um "governo transitório e colegiado", com a proclamação da "independência" sendo marcada para o dia 11 de novembro de 1975.

Esse processo negociado de libertação seria violado pela manifesta diferença entre os grupos participantes (aflorando o tribalismo e o regionalismo que marcavam suas origens) e pela ação astuta do MPLA, em meados de 1975, que, tomando o poder aos demais participantes, cria a "República Popular de Angola", orientando-a para um modelo "socialista" com a cooperação da ex-União Soviética.

Essa atitude desperta a oposição dos grupos rivais, levando a país a uma guerra fratricida, desgastante e cruel que duraria, pelo menos, dezoito dos seus primeiros vinte anos de história soberana, com o agravante de se tornar, além de um problema interno, um conflito inserido no âmbito da Guerra Fria, dada a vigente dicotomia que opunha os mundos "capitalista" e "socialista" naquela ocasião.

A configuração política assumida pelo grupo no poder (o MPLA) esfacelou, portanto, a opção econômica capitalista e o alinhamento de Angola com os países ocidentais. Eliminou, também, uma possível postura "não-alinhada" (questionável sobre sua factibilidade naquele momento).

O cenário econômico prevalecente antes da libertação se desmontou, sobretudo com o "grande êxodo" dos monopolistas, dos gestores e dos demais colonos portugueses (além dos "angolanos cooptados pelo colonizador") e pela destruição física ou abandono do patrimônio produtivo existente no território (pelos refugiados e pela guerra).

Permaneceram no novo país, porém, os capitais internacionais lá atuantes, demonstrando interesse em prorrogar sua permanência sobretudo nas áreas do petróleo e mineração, qualquer que fosse o regime instalado.

Esses capitais agiam, evidentemente, no interesse de sua rentabilidade e dos investimentos já realizados e que não podiam ser "desmobilizados" de imediato, pairando o risco de perda total caso optassem pelo abandono, como fizeram seus antigos prepostos portugueses.

Eram esses os mesmos capitais que condicionaram a colônia por tanto tempo (com o patrocínio da metrópole) e cuja relação de exploração, deixada agora como "legado" para o novo país, aparentemente não tem lugar na nova realidade, diante da opção política que os novos dirigentes julgam exercer.

As condições da guerra e a reconstrução do país e seu ulterior desenvolvimento, entretanto, exigem cautela da nova "elite dirigente" angolana.

Cedo notaram a necessidade desses capitais e cedo também se posicionaram a favor de receber o legado dessa "dependência portuguesa", desde que essa fosse a única alternativa na tarefa de financiar aquele difícil momento de transição.

Entabularam, então, negociações com esses capitais e deram origem ao "enclave do petróleo" (parte da economia explorada por grandes empresas estrangeiras, pagando-se tributos ao Estado pelo volume de petróleo extraído) e à formação de organismos mistos, de *joint-ventures* que, na concepção da par-

te capitalista do acordo, deveriam permanecer em Angola até o momento de recuperarem seus investimentos ou no tempo exato de aproveitarem novas oportunidades de negócios no novo país, abandonando-o tão logo deixasse de representar uma boa oportunidade de ganhos.

O "enclave do petróleo", entretanto, não apenas permaneceria no país e consolidaria sua atuação, como configurou-se em verdadeira "inovação" para o mundo "socialista" de então: Angola constituiu-se no primeiro país de organização pró-soviética a manter em seu interior um espaço livre para o capitalismo, algo que só seria conhecido anos depois, com o caso do Vietnã, e (já em meados dos anos 90) com o caso de Cuba (a China, como se sabe, adotaria procedimento semelhante ainda nos anos 70).

Angola herdara, portanto, a "dependência dos capitais internacionais" (cristalizada na dependência do "enclave do petróleo"), com esta dependência se mostrando absolutamente necessária naquele período, constituindo-se em verdadeiro sustentáculo ao novo regime, à sua defesa territorial, à sua organização econômica e política e até ao seu pretendido desenvolvimento.

Essa "dependência", assim como acontecera com o anterior "colonialismo por dependência", se especificou e constituiu um formato particular de relações econômicas, fazendo emergir uma espécie de "socialismo dependente de relações capitalistas".

Mais que isto, caracterizou-se também por constituir uma herança direta do anterior colonialismo (durante o qual se iniciaram as relações com esses capitais internacionais) e que agora se ratificava com a necessidade da nova "elite dirigente" de garantir a "continuidade da revolução" por meio de recursos obtidos das empresas do "enclave".

Essa particular "dependência", entretanto, teria especial significado para a posterior trajetória econômica do novo país soberano.

Ela trazia em si não apenas a dependência imediata das receitas tributárias geradas pela exploração do petróleo, mas embutia uma "fragilização crescente da economia angolana", passível, no contexto vigente ao longo do período examinado no livro, de sofrer de imediato os efeitos dos movimentos de preços nos mercados internacionais de petróleo.

Se se tratasse de um país regular, sem os efeitos da guerra, sem os malefícios do "êxodo" e sem o sucateamento inexorável de seu parque produtivo (resultado de uma combinação perversa da existência dos conflitos e da possibilidade concreta de seu financiamento com o petróleo, como se verá

adiante), possivelmente essa relação de dependência pudesse ser gerenciada a tal ponto de ser eliminada no futuro.

Teríamos, assim, um caso particular de economia "socialista" sustentada por capitais capitalistas até sua autonomização numa etapa posterior.

Para que essa autonomização se configurasse, entretanto, seria necessário que o novo país pudesse realizar investimentos junto ao enclave, chamando a si as tarefas que eram das grandes companhias de petróleo. Seria preciso que ele superasse as empresas do enclave em tecnologia e volume de investimentos (eventualmente ajudados pelos soviéticos, especialistas na produção de petróleo), tudo isso sem despender um volume tão grande de capitais que pudesse comprometer o sustento das atividades bélicas e o financiamento das importações necessárias a satisfazer a ausência de produção interna pelo sucateamento crescente de seu parque produtivo.

A impossibilidade dessa saída estava desde logo colocada para Angola. Sua economia se fragilizou na exata medida em que não possuía graus de liberdade suficientes para fugir aos problemas que lhe eram específicos e que exigiam grandes dispêndios de recursos: a guerra, a falta de pessoal e a falta de produção, dentre outros.

A própria dependência crescente do petróleo para a sobrevivência do modelo adotado (que se configurara numa importante solução inicial), tornou-se gradativamente um problema no longo prazo, expondo as decisões de política econômica (e conseqüentemente as decisões para o desenvolvimento do país) aos humores do mercado internacional do produto.

Em outras palavras, as *decisões próprias da economia angolana* estavam extremamente *condicionadas pelas ocorrências no mercado internacional*, em particular pelos movimentos de preço no mercado internacional de petróleo.

O resultado concreto foi que, à mínima variação descendente de preços do petróleo, no início dos anos 80 (após quase uma década de aumentos ou sustentação de preços por pressão da OPEP, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo) efeitos imediatos e devastadores se fizeram sentir na economia de Angola, situação agravada pela natural incapacidade do "enclave" em responder a aumentos rápidos de produção no segmento petrolífero (que, evidentemente, exige grandes investimentos e um período de tempo para entrar em operação que ultrapassa o curto prazo).

A busca de alternativas ao decréscimo das receitas proporcionadas pelo petróleo (sobretudo após a grande queda de preços verificada no período de 1985 a 1986) passava, sem dúvida, pelo endividamento externo e este, dadas as conhecidas circunstâncias que marcavam a particular história da União Soviética e de seus satélites (vivendo sua própria crise, naquele período), não poderia ser realizado inteiramente junto aos países "socialistas".

O centros superavitários capitalistas, naturalmente, não se negaram a atender Angola em suas necessidades de capitais de empréstimo, sobretudo considerando os magníficos custos do serviço da dívida que eram impostos, no anos oitenta, aos países periféricos. Também, possuíam uma importante garantia para seus empréstimos: as reservas petrolíferas do país (já exploradas por grandes companhias ocidentais e que garantiam a entrega do produto aos credores, se assim fosse contratado).

Esses centros, além de impor altos custos financeiros aos devedores, dispunham, também, de suas próprias instituições garantidoras do cumprimento das obrigações e não tardaram a impor seu patrocínio às autoridades angolanas, exigindo, por exemplo, o aval do Fundo Monetário Internacional (a principal dessas instituições) para a concretização de empréstimos *stand- by* concedidos após 1988.

Uma aproximação dessas instituições do novo país (inclusive do Banco Mundial, que passou a financiar projetos de desenvolvimento nos anos 80, e de organismos da ONU, que realizavam projetos assistenciais e coordenavam melhorias de eficiência na economia), somada ao recrudescimento do liberalismo no plano mundial, mais a globalização da economia e o acelerado enfraquecimento dos parceiros "socialistas", imporiam a Angola a necessidade de efetuar consideráveis transformações em suas instituições políticas e econômicas, dentre elas o retorno à "economia de mercado" e a adoção da "democracia representativa" como forma de governo.

A reorientação econômica (ou, mais apropriadamente, a inflexão econômica em direção à "economia de mercado") seria sinalizada ainda em 1988, com a adoção do programa SEF, Saneamento Económico e Financeiro (elaborado em 1987 com o apoio das instituições estrangeiras).

Esse programa já embutia, em suas medidas, propostas típicas de uma "economia de mercado", exigindo ajustes cambiais, melhoria de eficiência, valorização do sistema de preços e da concorrência, revelando, de certo modo,

alguma consonância com os propósitos encontrados nas posições liberais das citadas instituições internacionais.

Os sucessivos planos econômicos ou programas de estabilização, que viriam a ser aplicados a partir de então, também sinalizavam para o trânsito em direção à economia de mercado, embora o regime e as instituições "socialistas" mostrassem uma certa rigidez, negando-se a ceder espaço e resistindo às mudanças preconizadas pelas autoridades econômicas.

O tempo demorado (quase meia década) entre a oficial aplicação do SEF e a adoção do PAG, Plano de Acção do Governo (o plano que seria adotado no início de 1991 e que iniciou efetivamente as transformações na economia) é revelador dessa inflexibilidade do *ancien régime* e de sua reação às inovações propostas.

Também, provavelmente, contribuiu bastante para essa demora a continuidade dos conflitos bélicos, particularmente intensos no final dos anos 80 e início dos 90.

A lenta transformação por que passou a economia angolana, permitiu a curiosa convivência de dois modelos antagônicos entre si: o "socialismo" em destruição e a "economia de mercado" em criação (a despeito de, em toda a história recente do país, "socialismo" e "capitalismo" conviverem lado a lado e de se interdependerem).

Essa demora acabou favorecendo o fortalecimento das "elites econômicas" locais (nascida dentre os exploradores do mercado paralelo, da burocracia estatal e dos chamados "empresários nacionais"– intermediários das compras do governo ou novos empresários nascidos com a abertura econômica) que, junto a capitalistas estrangeiros, passaram a se apropriar com relativa facilidade dos bens públicos privatizados, auferindo vultosos lucros com as oportunidades criadas.

As instituições internacionais e mesmo os governos dos EUA e da URSS (que patrocinariam em conjunto a assinatura do Acordo de Paz de Bicese, em maio de 1991) contribuíram para condicionar não apenas a inflexão à "economia de mercado", mas exigiram que as autoridades angolanas adotassem novos institutos políticos e conduzissem o país para uma democracia, realizando eleições diretas para presidente da República e para outros níveis de representação (a URSS se encontrava em franco processo de destruição e já admitia eleições diretas e economia de mercado como instituições necessárias ao desenvolvimento).

O acordo de paz trazia embutida essas exigências, coincidindo com o exato período em que as primeiras medidas concretas de transformação da economia estavam sendo adotadas.

Em 1992, a despeito da animosidade crescente, as eleições gerais foram realizadas no final de setembro, concorrendo não apenas o então presidente do país (José Eduardo dos Santos) e o dirigente máximo da Unita (Jonas Savimbi), mas uma infinidade de outros políticos, provenientes de grupos e facções menores (constituídos em partidos políticos).

A "elite econômica" do país, por essa época, revelava ativa participação no apoio ao candidato oficial, estabelecendo também um quadro de associações com capitais estrangeiros que seria a semente de uma nova forma de dependência, agora mais adequada à doutrina conhecida e mais em conformidade com a globalização que caracteriza as relações econômicas contemporâneas.

A tão esperada "paz angolana", entretanto, seria efêmera.

As dificuldades de implantação do exército único, impedindo a absorção das forças da Unita (especula-se que líderes militares do governo, ligados às "elites econômicas", não teriam interesse no fim dos conflitos, pois perderiam certos benefícios e, naturalmente, perderiam poder com o fim da guerra; as razões da permanente animosidade entre as forças, entretanto, provavelmente residiam em diferenças tribais ancestrais entre os grupos – como será examinado adiante); as incríveis provocações dirigidas à população pelos meios de comunicação social; e a pequena margem de vitória do candidato oficial (com denúncias de fraudes pela Unita, a despeito do respaldo oficial das Nações Unidas ao pleito) levaram a população de Luanda, insufladas por dirigentes do MPLA, a dizimar os chefes da principal oposição (que se encontravam concentrados em um hotel no centro de Luanda) e a dar início a um novo e intenso período de guerra, só terminado em novembro de 1994, com o Acordo de Paz de Lusaka.

Após esse acordo, escaramuças entre os dois grupos rivais continuaram ocorrendo, ao longo dos últimos anos (embora tenha sido possível, sob o governo do MPLA, a existência de um parlamento contando com representantes da Unita), até agravarem-se em 1998, praticamente retomando-se a guerra na intensidade vigente antes de 1991 (a Unita, não mais contando com o apoio dos Estados Unidos ou da África do Sul, com o término da Guerra Fria, apoderou-se de parte dos territórios produtores de diamante, financiando suas

atividades – o MPLA, no poder, tenta estabelecer seu completo domínio sobre o país).

As transformações na economia, entretanto, continuaram a ocorrer, a despeito da ainda persistente centralização das decisões econômicas e da lentidão do processo de mudanças (o que se deve, em grande parte, à própria guerra).

O setor privado vem se consolidando e o governo acelera um processo de saída do Estado da economia, voltando-se para suas atividades típicas.

O "enclave petrolífero" continua organizado nos moldes originais, porém, provavelmente, sofrerá transformações futuras, incluindo a flexibilização do setor, já iniciada, por exemplo, com a quebra do monopólio da distribuição, agora contando também com a participação de empresas portuguesas.

Esse imenso conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas será tratado no presente trabalho com o cuidado fundamental de se evitar fazer uma simples descrição fatual em si mesma (caindo num mero empirismo historicista), procurando-se fazer uma análise global, ao mesmo tempo teórico-prática, uma espécie de análise concreta, lógica e histórica, do fenômeno estudado.

Como perspectiva de análise, o trabalho procurará utilizar a combinação de uma perspectiva processual-estrutural (dita "diacrônica" em ciências sociais) e uma perspectiva tópica (mas não menos estrutural) conhecida sociologicamente por ordem "sincrônica".

Na primeira perspectiva, cada momento estudado ou relatado só pode ser compreendido na medida em que todos os momentos que o precederam sejam esclarecidos, como num jogo em que cada lance depende dos movimentos ou lances anteriores.

Na perspectiva tópica ou sincrônica, cada momento estudado tem seu próprio significado, independentemente dos momentos anteriores, sendo resultado da correlação de todos os fatos identificados presentemente.

É bastante evidente que toda sociedade pode ser vista tanto como um processo (dinamicamente) quanto como um instante, sendo reconhecido que o ideal consiste em interpenetrar essas duas formas de análise: a sociedade é uma estrutura, compreendida pela inter-relação de suas partes, e um processo, entendido como resultado de um passado cumulativo.

É reconhecida a dificuldade de se sintetizar estes dois aspectos num estudo real. Por um lado prevalece o risco de se apresentar uma narrativa cronológica sem

princípios (o chamado historicismo neopositivista)[8] e, por outro lado, fazer abstrações estáticas de poucas relações com a realidade social de fato.

O objetivo perseguido no livro consistiu em, simultaneamente, procurar ser essencial do ponto de vista histórico (processualmente) e sobrepor essa perspectiva aos fatos analisados, promovendo uma síntese de ambas as perspectivas.

No que tange aos capítulos da obra, a essas considerações preliminares suceder-se-á a caracterização do conceito de "economia dependente", desenvolvendo-se uma seqüência lógica na qual se entende situar-se a gênese da "teoria da dependência", mostrando suas características, suas relações com o tema do desenvolvimento econômico e, implicitamente, as razões de sua aproximação com a realidade periférica estudada.

A associação do conceito de "dependência" às principais matrizes da teoria econômica, sua contraposição ao pensamento econômico "tradicional" e um reexame contemporâneo do seu significado são tarefas que se pretende nessa etapa do trabalho[9].

Em seguida, o livro se volta especificamente para a realidade objeto de estudos, mostrando as características econômicas, geográficas, étnicas, culturais, políticas e sociais de Angola, desde o seu descobrimento, em 1492, até as vésperas da sua libertação, oferecendo a necessária base de informações para se compreender o processo histórico referido durante toda o trabalho.

Nesta etapa são, também, destacados os principais elementos caracterizadores do chamado "colonialismo tardio" ou "colonialismo perverso" português e (tendo por sustentação implícita a "teoria da dependência") examinadas as condições que marcaram a relação de exploração colônia-metrópole e dessa pelos países centrais da economia mundial, possibilitando compreender o tipo específico de "dependência" identificada em Angola e como essa "dependência" se transferiu para o período posterior à libertação, condicionando a nova economia nacional[10].

O próximo passo do livro consiste em entender de que modo esse conjunto de condicionantes será determinante na configuração particular da econo-

8. F.H. Cardoso, *As Idéias e Seu Lugar: Ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento* (Petrópolis, Vozes, 1980), cap. II.
9. Cf. adiante, cap. 2, "Desenvolvimento Econômico e Dependência".
10. Cf. adiante, cap. 3, "Economia Dependente Colonial e Transição para Estado Nacional", e cap. 4, "Libertação Colonial".

mia angolana pós-libertação, considerando ainda a opção política do país pelo "socialismo" (apoiado na cooperação soviética) e a adoção da "economia centralmente planejada" como meio de gestão e de busca do desenvolvimento econômico de longo prazo[11].

Fundamentando a análise em algumas informações estatísticas, o trabalho procurará mostrar, dentre outros aspectos, que o modelo de "economia centralmente planejada", diante das dificuldades herdadas por Angola no seu processo de libertação (guerra, ausência de quadros, escassez de recursos) apresentou uma certa funcionalidade inicial que ajudou o novo Estado nacional a se consolidar. Todavia, quando a análise se faz num horizonte de tempo mais extenso, considerando, sobretudo, o uso do modelo na busca do desenvolvimento econômico e social de longo prazo, verifica-se sua completa ineficácia.

O livro se encerra com uma análise sobre os condicionantes recentes da reorientação econômica, com a apresentação de algumas características que marcaram o período de transformações posterior a 1991 ("renascimento comercial", organização dos mercados e do sistema financeiro, reconhecimento da instabilidade no sistema de preços etc.) e com algumas considerações sobre a nova condição de "dependência" do país, diante da realidade econômica contemporânea, levando-se em conta sua forma específica de inserção na economia mundial, após as eleições de setembro de 1992, e do possível reencontro da paz[12].

As fontes bibliográficas consideradas na elaboração do trabalho, assim como o anexo (Apêndice Estatístico), se encontram na parte final do livro.

11. Cf. adiante, cap. 5, "Consolidação do Estado Nacional".
12. Cf. adiante, cap. 6, "Reorientação Econômica, Especificidades e Perspectivas".

Capítulo 2

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DEPENDÊNCIA

Para que se possa compreender a caracterização de um país na condição de "economia dependente", não basta a constatação empírica de sua condição de país subdesenvolvido ou marginal, revelada por indicadores econômicos e sociais, mas é necessário interpretar o significado teórico e conhecer a gênese desse conceito, associando-o às circunstâncias históricas concretas em que se efetua a análise.

O desenvolvimento da "teoria da dependência", que servirá de sustentação aos estudos sobre a realidade escolhida, deriva de interpretações subjacentes ao tema do "desenvolvimento econômico" e que permeia toda a ciência econômica, em especial nas contribuições de autores do corrente século.

A preocupação com o desenvolvimento ganhou maior relevância na teoria econômica depois da Segunda Guerra Mundial, posto que, até então, predominavam explicações econômicas filiadas ao paradigma "tradicional-marginalista", voltadas para o funcionamento do "sistema econômico global", sem compromissos com o entendimento das diferenças estruturais específicas entre os países.

O esgotamento do modelo colonialista do século anterior, a crise dos anos 30 e a quebra da hegemonia do sistema capitalista com a criação e o desenvolvimento da União Soviética (dentre outros fenômenos que afetaram o suposto equilíbrio do sistema econômico em vigor), exigiram novos posicionamentos nas relações econômicas entre as nações e trouxeram preocupações adicionais aos cientistas sociais, sinalizando com a necessidade de uma compreensão sistemática do funcionamento das economias marginais e de sua relação com as chamadas nações desenvolvidas.

O elo principal de ligação entre as nações, desde tempos remotos, sempre foram os fluxos de mercadorias e as trocas comerciais e é por esta razão que estes foram os fatores eleitos por considerável parcela de teóricos para servir de base às explicações sobre o funcionamento da economia mundial e estabelecer parâmetros de diferenciação entre países.

O incremento das trocas comerciais, no corrente século, e o surgimento de um sistema econômico global com tendência à integração, elevou consideravelmente o grau de interdependência entre países produtores e países consumidores de diferentes bens, acentuando a importância de se compreender a dinâmica das relações econômicas internacionais para oferecer explicações consistentes do ponto de vista teórico.

2.1. Matrizes do Desenvolvimento Econômico

Podemos identificar, no âmbito da ciência econômica, um quadro de referência de onde derivam algumas matrizes teóricas sobre o tema do desenvolvimento.

Uma primeira matriz é constituída pelos "clássicos" da Economia (que chamaremos de "matriz clássica"), configurada em particular pelas posições de David Ricardo, por um lado, e pelas idéias de Karl Marx, por outro lado[8].

Dessa matriz derivam duas correntes de pensamento econômico sobre o desenvolvimento, uma primeira originária da interpretação da Teoria das Vantagens Comparativas, de Ricardo, que daria origem direta a um conjunto de trabalhos que chamaremos de "matriz neoclássica", e uma segunda, constituída pelos adeptos da Teoria da Acumulação de Marx, que mais tarde ganharia originais interpretações por Bukharin, Trotski e Lenin (em especial deste último), configurando o que chamaremos de "matriz marxista"[9].

A ação dos economistas neoclássicos consistiu, essencialmente, em criticar a teoria do valor proposta por Ricardo (e que seria reelaborada por Marx) e em destacar a importância de certos fatores de produção (como o capital), mantendo viva a essência da "visão ricardiana das vantagens comparativas".

---

(8) Não obstante Adam Smith preocupar-se também com a diferença de desenvolvimento entre as nações (em sua clássica obra, *A Riqueza das nações*) essa matriz embasa-se mais na lógica das posições ricardianas expressas nos Princípios de Economia Política e Tributação.

(9) A denominação de "matriz imperialista" não nos parece muito adequada, considerando que alguns autores marxistas não são adeptos de semelhante interpretação. A sugestiva posição de Lenin para a relação entre os interesses imperialistas e as classes dominantes dos países marginais dos sistema econômico será importante para os precursores da "teoria da dependência", conforme tentaremos mostrar adiante.

Ricardo asseverava que as relações comerciais entre os países levaria à especialização da produção de acordo com os custos relativos dos fatores, levando a beneficiar todos os participantes do processo de troca. Para Portugal, citado em seu clássico exemplo, Ricardo recomendava a especialização no fabrico e comércio de vinho, enquanto a Inglaterra deveria especializar-se em produzir e vender tecidos e outros produtos industrializados.

A elevação da produtividade no país mais desenvolvido industrialmente (Inglaterra) se refletiria na redução dos custos de produção de tecidos, tornando mais baixo relativamente o preço desse produto no processo de troca pelo vinho produzido por Portugal.

Como o preço do vinho não sofreria redução, os ganhos de produtividade do país desenvolvido se transfeririam para o país atrasado, possibilitando também o seu desenvolvimento.

Nessa concepção estava implícita a idéia de que nações participantes do comércio internacional lograriam sucesso em seu desenvolvimento econômico graças ao automatismo das forças de mercado, que atuariam para promover uma alocação eficiente dos ganhos de produtividade, beneficiando a todos os participantes.

Para Ricardo, em outras palavras, a possibilidade de desenvolvimento estava colocada ao alcance tanto da Inglaterra quanto de Portugal, ou de qualquer outro país, bastando prevalecer a racionalidade econômica junto às trocas comerciais, com a diferença apenas de que os bens produzidos em cada país lhe seriam específicos.

A economia real, entretanto, revelaria uma inexorável tendência a que os países que primeiro se industrializaram se afastassem gradativamente de seus pares de industrialização tardia, estabelecendo uma nítida separação entre nações ditas "desenvolvidas" de outras "subdesenvolvidas"[10].

---

[10] As expressões "desenvolvido" e "subdesenvolvido", aplicada para a diferenciação entre países, têm a preferência dos economistas da matriz neoclássica relativamente a outras expressões de caráter tanto ou mais ideológico, conforme trataremos oportunamente. Vide BAIROCH, P. *Revolução Industrial e Subdesenvolvimento* (São Paulo, Brasiliense, 1976) pág.13.

Ao lançarem mão desse "paradigma ricardiano", os economistas neoclássicos, como E. Hecksher e Bertil Ohlin (dois dos mais expressivos representantes dessa matriz e que reforçaram as conclusões da "teoria das vantagens comparativas"), procuraram esquecer outras conceituações desenvolvidas pelo economista clássico, preferindo ressaltar a importância do comércio internacional como instrumento, agora, para a "redução das diferenças entre os países participantes do sistema econômico mundial". Esses países, no início do século XX, tinham já um profundo fosso a separá-los uns dos outros(11).

Dos trabalhos de Hecksher & Ohlin derivou um conjunto expressivo de contribuições de economistas neoclássicos, inaugurando uma febre de "papers" e livros que serviriam para consolidar a matriz teórica "tradicional", "neoclássica" ou "ortodoxa" do desenvolvimento econômico, com alguns trabalhos ressaltando o papel das trocas internacionais, outros propondo complexos e irrealistas modelos matemáticos para elevação da renda dos países pobres e outros ainda tentando justificar ou explicar os motivos pelos quais os países subdesenvolvidos "não começaram (...) espontaneamente o desenvolvimento no decurso do século XIX, no momento em que os países ocidentais e o Japão, seguindo de certa forma o exemplo inglês, arrancavam, uns após os outros, para a revolução industrial" ou "por que os países subdesenvolvidos encontram tantas dificuldades para começar, atualmente (ou durante as quatro ou cinco últimas décadas), seu próprio desenvolvimento"(12).

Muitos dos modelos neoclássicos, embora formalmente corretos, apresentavam uma certa radicalização e um razoável distanciamento da realidade. Outros ainda, demonstrando um alheamento à realidade sobre as quais se referiam, só tinham a sustentá-los informações estatísticas colhidas à distância, exercícios econométricos de rara aplicação e elaborações diferenciais abstratas, não mencionando sequer as características das sociedades sobre as quais opinavam.

---

(11) O trabalho de E.Heckscher, "The Effects Of Foreign Trade On The Distribution Of Income", publicados no *Readings in The Theory of International Trade*, da American Economic Association (1949), adquiriu maior consistência na elaboração de B.Ohlin no capítulo "The Gain From International Trade" de seu *Interregional and International Trade* (Cambridge, Harvard Press), constituindo um importante paradigma neoclássico na questão do desenvolvimento em função do comércio externo.

(12) BAIROCH, P. Opus cit., capítulo 9, pág.171. A maior parte dos trabalhos recentes dos economistas neoclássicos é rica em menções às contribuições de seus pares, citando os modelos de S.KUSNETS, H.SINGER, W.W.ROSTOW, J.J.SPRENGLER, A.BERGSON, W.LEONTIEF, P.MOUSSA, H.SIMONET e muitos outros contribuintes dessa matriz.

O modelo de Samuelson, por exemplo, é utilizado para demonstrar que haveria uma equalização *"completa*" e *"absoluta*" da remuneração dos fatores, atendido um conjunto de hipóteses sobre o comércio internacional, "o que possibilita afirmar que o comércio internacional resolve as desigualdades econômicas entre as nações (o subdesenvolvimento seria reduzido mediante a especialização mundial da produção)". As "conseqüências ideológicas" de proposições desse tipo são "notáveis"(13).

De um modo geral, prevalecia nesses modelos a opinião de que, para superar o subdesenvolvimento, era necessário a formação de capitais provenientes de inversões estrangeiras (representadas por investimentos diretos ou por capitais de empréstimo) ou gerados através da exportação, sendo que a atividade de comércio externo, mesmo que não levasse à industrialização, seria benéfica aos países periféricos, graças aos mecanismos equalizadores do comércio internacional.

Na esteira do "modelo de Hecksher & Ohlin", entretanto, algumas contribuições neoclássicas passaram a utilizar características específicas dos países subdesenvolvidos e contribuíram para o translado a uma nova matriz de pensamento econômico sobre o desenvolvimento e que seria de importância crucial aos países marginais, primeiro da América Latina e depois (pela validade da extensão de teorias a outras realidades) a todos os países subdesenvolvidos ou em processo de transição para o desenvolvimento(14). Trata-se da "escola da CEPAL" (Comissão Econômica para a América Latina), instituição inter-governamental, com sede em Santiago (Chile), e que se transformou num vigoroso núcleo de idéias e debates sobre questões do desenvolvimento dos países “periféricos”, com expressivos reflexos concretos na realidade das economias latino-americanas dos anos 50 e posteriores(15).

---

(13) SAMUELSON, P. "International Trade and The Equalization of Factor Prices" in *Economic Journal*, junho, 1948, e LERNER, A. "Factor Prices and International Trade" in *Económica*, fevereiro, 1952. Citados por CARDOSO, F.H. Opus Cit. página 20

(14) HABERLER, G. "A Survey of the International Trade Theory", in *Special Papers in International Economics*, no.1, Princeton University, citado por CARDOSO, F.H., *opus cit*., é uma dessas contribuições que, além da crítica ao trabalho de SAMUELSON serviu de referência crítica para a matriz do nacional-desenvolvimentismo latino americano a que nos referiremos em seguida. A preocupação com a extensão da validade das teorias no tempo e no espaço permeia a obra de CARDOSO, F.H., *opus cit*., com o que concordamos, sobretudo ao se referir à "reflexão possível junto à dinâmica das transformações", justificando a elaboração teórico-prática dos conceitos (pág.65).

(15) Os conceitos "centro" e "periferia" também são plenos de ideologia e de significado teórico. A CEPAL, cuja denominação atual incorpora também o Caribe, é um órgão criado pelas Nações Unidas, nos moldes

Fundada por inspiração do economista argentino, Raul Prebisch, a CEPAL constituiu-se num centro crítico onde as teorias econômicas existentes sobre o desenvolvimento foram reexaminadas e concepções originais surgiram, utilizando conceitos novos, reelaborados ou multidisciplinares, embasados numa linguagem keynesiana, resultado da posição político-institucional que sustentava o órgão(16).

A primeira contribuição de peso proveniente das fileiras da CEPAL foi justamente um trabalho de Raul Prebisch, que se tornou uma referência clássica no pensamento econômico latino-americano.

Nesse trabalho, o modelo ricardiano, em sua versão recente de Heckscher & Ohlin, foi criticado vis-a-vis as evidências empíricas colhidas da realidade dos países subdesenvolvidos da América Latina, enfraquecendo a posição neoclássica diante da força dos dados(17).

Essencialmente, Prebisch demonstrou, baseado em informações de longo prazo das próprias Nações Unidas, que as relações econômicas entre países "centrais" e países "periféricos" contribuem para perpetuar as condições prevalecentes de subdesenvolvimento.

Além de não se processar a transferência de produtividade prescrita por Ricardo e reforçada posteriormente por Heckscher & Ohlin, os países centrais estariam se apropriando dos parcos ganhos de produtividade eventualmente gerados nos países atrasados.

Isso ocorreria porque os ganhos de produtividade dos países industrializados (que deveriam resultar em preços menores de seus produtos) na verdade são mantidos no próprio centro desenvolvido graças a uma peculiar configuração e modo de ação das forças sociais prevalecentes nesses países.

---

de comissões econômicas estabelecidas em outras regiões do planeta, e que tinha por incumbência oferecer instrumental analítico que pudesse contribuir para o desenvolvimento regional, promovendo a integração econômica mundial.

(16) Segundo CARDOSO,F.H., *opus cit*., capítulo I, essa posição político institucional, de órgão inter-governamental, funcionou como que um freio aos desígnios de seus membros.

(17) PREBISCH, R. *El Desarrollo Económico de América Latina y Algunos de sus Principales Problemas*, Nova Iorque, CEPAL/ONU, 1950, que, junto com o trabalho *Estudio Económico de América Latina*, Nova Iorque, CEPAL/ONU, publicado em 1951, constituíram o alicerce teórico do pensamento da CEPAL.

Por um lado, os trabalhadores das indústrias, organizados em sindicatos politicamente fortes, reivindicam e conseguem aumentos salariais que "consomem" esses ganhos de produtividade, enquanto, por outro lado, a forte organização industrial local (oligopolizada) pressiona para manter suas taxas de lucros ao longo do tempo, contribuindo para que os benefícios da produtividade permaneçam nos países centrais.

Os preços dos produtos industriais, portanto, permanecem relativamente elevados, contribuindo para uma inexorável tendência à "deterioração dos termos-de-troca".

Ao mesmo tempo que os preços dos produtos industriais crescem ou apresentam certa rigidez para baixo, tornam relativamente menores os preços dos produtos primários, chancelando a deterioração do intercâmbio, agravado ainda pela inexistência de transferência de progresso técnico aos países da periferia da economia mundial.

Embora questionado do ponto de vista da profundidade de suas conclusões e da validade do seu exercício para o enfraquecimento da hipótese ricardiana, sobretudo por economistas neoclássicos, como Haberler e Viner [que chegaram a considerar o período examinado (mais de 50 anos) como muito curto e a acusar a existência de certa confusão entre "conjuntura" e "lei de tendência" nos estudos da CEPAL][(18)], o fato é que as hipóteses de interpretação de Prebisch fundamentaram-se em cuidadosa consideração do papel da acumulação em economias de mercado, referindo-se às condições históricas subjacentes ao processo de acumulação, com particular destaque para o papel dos sindicatos e dos oligopólios interferindo no suposto automatismo de mercado imperante nas economias tradicionais.

A partir desse referencial, estava dado o mote necessário para que futuros estudos enveredassem por caminhos que incluíssem preocupações autóctones e considerassem as características estruturais dos países estudados, constituindo um conjunto de contribuições denominadas de "pensamento da CEPAL".

As críticas à CEPAL, entretanto, reverberavam de toda parte, sendo, sobretudo, acusada de vanguarda do esquerdismo pela sua recomendação de intervenções corretoras do Estado, pelas teses estruturalistas e pela defesa do protecionismo.

---

(18) HABERLER, G. "Los Terminos de Intercambio y el Desarrollo Económico" in ELLIS, H.S.*El Desarrollo Económico y América Latina*, México, Fundo de Cultura, 1957, e VINER, J. Conferências pronunciadas no Rio de Janeiro a convite da Fundação Getúlio Vargas, reproduzidas na *Revista Brasileira de Economia*, ano 5, no.2, 1951

Também não faltaram críticas provenientes da esquerda, que a acusavam de subordinada do imperialismo, pela sua incapacidade de demonstrar a exploração social e econômica imposta pela burguesia regional.

Essas posições críticas, entretanto, na avaliação de alguns autores, é que possibilitaram o amadurecimento de alguns conceitos e de algumas posições teóricas nascidas na CEPAL.

Elas, porém, não evitaram, de certo modo, que houvesse uma distância entre visão teórica e proposições de ação prática, graças, em boa medida, à concepção estática prevalecente nos trabalhos iniciais do órgão.

Algumas críticas provenientes de autores neoclássicos foram importantes na definição do pensamento cepalino ulterior, como as formuladas por Haberler (e que exigia a inclusão da influência do papel dos ciclos e a redução do fatalismo, que levava a supor que a queda do bem estar econômico era inevitável, o que não acontecia de fato, segundo ele) ou as críticas de Ragnar Nurkse (que reconhecia a tendência da concentração dos investimentos estrangeiros nos setores de exportação, mas que indicava que a estreiteza do mercado interno era um empecilho considerável na atração de capitais industriais para os países subdesenvolvidos)[19].

Diante da estreiteza dos mercados autóctones, Nurkse propunha que não se confiasse inteiramente na Lei de Say mas que se superasse aquele condicionante mediante o incentivo ao incremento da produtividade, encadeando uma "onda de investimento" em várias indústrias, sustentado nas posições de J. A. Schumpeter.

Posições menos ortodoxas, no entanto, como a proferida pelo discípulo de Wicksell, Gunnar Myrdal, seriam bastante funcionais à matriz cepalina, sobretudo por incorporar uma visão estrutural no desenvolvimento da "hipótese da causação circular e acumulativa" e mostrar que as economias periféricas se constituíam num amplo setor agrário.

Salvo o fato de seu trabalho se aplicar às economias asiáticas, ainda assim a questão da circularidade da pobreza somada à pouca expressão dos mercados locais cabiam bem nos estudos dos países subdesenvolvidos em geral[20].

---

(19) HABERLER, G. opus cit., e NURKSE, R. *Problemas de Formación de Capital*, México, Fundo de Cultura, 1955

(20) MYRDAL, G. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas* (Rio de Janeiro, Saga, 1965), citado por CARDOSO, F.H. *Opus cit.*

Esses autores naturalmente não gozavam de unanimidade nos países centrais, segundo a opinião de Cardoso, pois, apesar de realçar a necessidade de capitais estrangeiros mais que a poupança interna para lograr o desenvolvimento, apresentavam uma proposta a favor da industrialização, realçando a contradição com o centro desenvolvido.

Uma importante crítica ao "pensamento cepalino" foi formulada por Albert Hirschman que procurou mostrar que o respeito às condições estruturais locais somado a algum esforço criativo interno poderia ser mais favorável à superação do atraso que o eterno lamento pela falta de financiamento.

Nurkse e Hirschman (embora este com maior aproximação de uma visão estruturalista) reduziram sua preocupação com os efeitos automáticos da teoria tradicional do comércio externo para se preocupar com aspectos fundamentais do desenvolvimento econômico, revelados pelo cotidiano dos países marginais, propondo o uso racional do excedente gerado localmente para superar o atraso através da industrialização.

Consolidava-se, assim, com a contribuição desses autores, a “matriz da CEPAL”, sucessora direta dos “neoclássicos”, mas com sugestivas interpretações que marcariam uma tendência no período pós-Segunda Guerra: a inclusão de características regionais nos estudos sobre o desenvolvimento, tornando os modelos mais realistas e (em que pese o utilitarismo implícito na conclusão) mais funcionais na solução dos problemas dos países periféricos.

A contribuição da “matriz marxista”, por outro lado, também foi fundamental para o amadurecimento dos estudos sobre o desenvolvimento e teve a sua evolução centrada nas colocações do próprio Karl Marx.

Por esta visão, acreditava-se nos efeitos positivos do comércio internacional para alcançar o desenvolvimento da periferia, corrigindo, porém, a perspectiva ricardiana através da ênfase nos mecanismos de expansão do capital e do sistema produtivo.

O conceito teórico de "subdesenvolvimento" ainda não fora criado à época de Marx, porém sua confiança no desenvolvimento da periferia foi expresso em seus artigos na imprensa, onde demonstrava acreditar no mecanismo da expansão de capitais[21].

---

[21] Conforme CARDOSO, F.H. *opus cit*., citando MARX, K. H. e ENGELS, F. *On Colonialism* (Moscou, Foreign Languages Publishing House, s.d.).

Muito tempo depois de Marx, Rosa de Luxemburgo continuava afirmando que a expansão capitalista a nível mundial era inevitável, o que fatalmente levaria à industrialização dos países que formavam a "retaguarda do capital".

Hilferding, por sua vez, depositava enorme confiança na hipótese da eficiência dos mecanismos do comércio internacional, crendo que os diferenciais de taxas de juros seriam capazes de direcionar capitais para a periferia, não obstante as dificuldades de generalização do trabalho assalariado como relação básica de exploração econômica(22).

Buckarin e Lenin também acreditavam na exportação de capitais como condição inerente à expansão imperialista, porém Lenin viria alterar sua posição em um trabalho de 1920, redefinindo a matriz marxista através da identificação de uma "relação perniciosa" resultante da associação dos interesses imperialistas aos interesses das classes dominantes locais, no âmbito do processo de industrialização da periferia(23).

Enquanto alguns autores, como Maurice Dobb, continuaram embasados na "matriz clássica" de Marx (demonstrando que a expansão de capitais é inexorável, graças à elevação da composição orgânica de capitais nos países industrializados, acelerando a tendência de queda nas taxas de lucros, o que leva os países coloniais, com trabalho abundante e mais baixa composição orgânica de capital, a captar investimentos externos), outros, como Paul Baran, inspiraram-se na segunda versão do trabalho de Lenin para rechaçar a versão original da provável industrialização dos países marginais, graças à inevitabilidade da expansão capitalista mundial(24).

Baran acredita que uma das limitações ao desenvolvimento econômico é explicada pela tese da "estreiteza de mercado" (inexistência de capitais), daí porque seria preciso aumentar a produtividade (projetos não mais viáveis nas economias tradicionais poderiam sê-los num "ambiente geral de expansão econômica") e incentivar o desenvolvimento agrícola que também requer industrialização.

---

(22) CARDOSO, F.H. *opus cit.,* página 22.

(23) CARDOSO, F.H. opus cit., página 22.

(24) CARDOSO, F.H. *opus cit*. página 35. Cardoso remete-nos a DOBB, M. *Economía Política y Capitalismo* (México, Fondo de Cultura, 1947, cap.VII), a BARAN, P. "On The Political Economy of Backwardness" in AGARWALA, A.N.& SINGH, P.S. *The Economics of Underdevelopment* (N.Iorque, Oxford Press, 1963) e a SINGER, P. "A Divisão Internacional do Trabalho e Empresas Multinacionais" in QUEIROZ, M.V. et alii *Multinacionais: Internacionalização e Crise* (São Paulo, CEBRAP, 1977), citando o comentário de Singer de que Dobb apresenta um desdobramento contraditório em seu trabalho, afirmando que a produção industrial nas colônias será complementar e não rival à metrópole

As teses de Baran serão essenciais para se compreender o salto teórico qualitativo que se dará, no âmbito da CEPAL, ao permitir a gênese do conceito de "dependência estrutural".

Ao endossar os programas protecionistas e as reformas fiscais, "condicionando-os (...) à análise política das estruturas de poder vigente", Baran dá o mote para a inspiração dos autores da "teoria da dependência", o mesmo se verificando em sua obra posterior, quando reformula seu pensamento, mas mantém as críticas às condições políticas negativas prevalecentes[25].

Em crítica a Nurkse e Hans Singer, Baran substitui a tese da "estreiteza de mercado" pela de "utilização inadequada do excedente econômico nos países subdesenvolvidos", que seria empregado em atividades socialmente não produtivas (compra de produtos supérfluos pela classe dominante), o que, caso sofresse um redirecionamento racional, solucionaria o problema da escassez de financiamento. Dada a utilização irracional também dos recursos obtidos no exterior, o financiamento internacional também agravava a distribuição.

Algumas contradições, entretanto, ainda se fazem presentes em Baran, segundo a análise de Cardoso, já que ele não enfatiza suficientemente a importância do desenvolvimento das forças produtivas, não obstante refazer o argumento do efeito cumulativo dos investimentos, dando ênfase aos recursos internos e ao processo de divisão social do trabalho, desenvolvendo a crença marxista no dinamismo do capitalismo e na industrialização para o desenvolvimento. Também, segundo Cardoso, minimiza a importância do comércio externo e a deterioração dos termos-de-troca no processo de desenvolvimento econômico.

Portanto, enquanto a "matriz clássica" de Marx tende a discordar do "pensamento da CEPAL" ao não identificar um problema de falta de capital, a versão politicamente reformada dessa matriz, resultante da análise de Lenin (aceita por Baran), destaca a existência de um problema que se revela como se fosse de insuficiência dinâmica de capital.

---

[25] BARAN, P. *The Political Economy of Growth* (Nova Iorque, Monthly Review Press, 1957), citado por CARDOSO, F.H., *opus cit*., página 36.

Reformas, elevação de produtividade e investimentos externos, entretanto, não seriam capazes de, por si sós, alterar as condições prevalecentes no subdesenvolvimento, exigindo para isso uma revolução socialista que libertaria as forças produtivas, elevaria o nível das massas e melhor utilizaria o excedente social.

O conjunto das "idéias da CEPAL" (contando também com a contribuição marxista) completava, assim, o quadro de referência que mencionamos no início deste capítulo, pois, partindo da "matriz clássica" sobre o desenvolvimento, de Ricardo e Marx, percorremos dois caminhos.

O primeiro, proveniente diretamente de Ricardo, deu origem à "matriz neoclássica", originada da reinterpretação da Teoria das Vantagens Comparativas, ao passo que o segundo, originado da posição de Marx, desembocou na "matriz marxista" que contou com a agudez do pensamento de Lenin para se adequar ao universo imperialista do século XX.

Da combinação dessas duas fontes, nasceram os posicionamentos teóricos que comporiam o "pensamento da CEPAL", primeiro através da crítica e contra-crítica envolvendo o paradigma ricardiano, aperfeiçoando conceitos mediante agregação das condicionantes autóctones e estruturais dos países subdesenvolvidos, e, depois, através da contribuição de adeptos do "socialismo", introduzindo novos conceitos e nova metodologia de análise social.

2.2. O Desenvolvimento da “Dependência Econômica”

A CEPAL, portanto, funcionou como um centro de aglutinação onde se processou, em certa medida, a síntese das oposições dialéticas representadas pelas matrizes neoclássica e marxista do desenvolvimento econômico.

Uma expressiva contribuição às "idéias da CEPAL", porém, seria ainda dada pela colocação em prática, na América Latina, de algumas medidas preconizadas pelos autores cepalinos, muitos dos quais ocuparam o poder político em seus países, nos anos 50 e 60.

Essa interação entre teoria e política econômicas possibilitou uma rápida reformulação de conceitos, permitindo dar nova dinâmica aos estudos subsequentes.

Formou-se, também, um ambiente de oposições de idéias, onde críticas ao pensamento da CEPAL alimentavam o debate sobre o tema central do desenvolvimento da periferia.

Uma grande restrição para que esse debate resultasse em posições explícitas, sobretudo contrárias à economia conservadora, era o fato da CEPAL ser um organismo das Nações Unidas, sustentada com recursos de governos reacionários(26).

Com isto, formou-se uma área cinzenta no "pensamento cepalino sobre o desenvolvimento", consistindo em uma indecisão sobre "a política relativa aos capitais estrangeiros e a explicação da natureza da acumulação proposta"(27).

Para alguns autores, entretanto, dentro e fora da CEPAL, era necessário amadurecer conceitos para que a questão do subdesenvolvimento não fosse esquecida, sobretudo quando, nos anos 60, as oposições reacionárias adquiriram uma forma prática, com a assunção de governos de direita sustentados na força.

"Uma vez admitida a tese de que o desenvolvimento capitalista depende do desenvolvimento das forças produtivas (...) e que este depende e por sua vez altera a divisão social (e internacional) do trabalho quanto ao modo como se dá a exploração (a acumulação), tornam-se iniludíveis certas questões".

Primeiro, "como 'incorporar' o progresso técnico: via importação de tecnologia, através de desenvolvimento tecnológico autóctone ou por intermédio de alguma forma de combinação entre ambos?"

Segundo, "como assegurar um processo de divisão interna do trabalho que favoreça a acumulação?"

Terceiro, "como expandir a participação do Estado na economia, diretamente e através de impostos, para aumentar as probabilidades da industrialização?"

E, por último, "como justificar a acumulação, reconhecendo-se que ela supõe trabalho acumulado: impunha-se alguma teoria redistribucionista *explícita* ou alguma teoria socialista que enfatizasse a natureza de classe da exploração capitalista?"(28).

Questões como estas tiveram respostas garimpadas por muitos teóricos do desenvolvimento e foram tentadas algumas soluções práticas.

---

(26) CARDOSO, F.H. *Opus cit*. página 42.
(27) CARDOSO, F.H. *Opus cit*. pág.41.
(28) CARDOSO, F.H. *Opus cit*. pág.42.

Avanços mais expressivos, contudo, só se verificaram em áreas onde as idéias conservadoras tinham vez, dado o crucial momento histórico daquele período, marcado pela Guerra Fria e pela insistente reposição de temas relativos à disputa pela hegemonia política e econômica mundial.

A originalidade do conjunto de proposições cepalinas, entretanto, era evidente, demonstrando a possibilidade de temas e soluções serem repostos em função de uma realidade histórica específica(29).

A contribuição para a crítica do pensamento econômico sobre o desenvolvimento e para a revalorização da crítica social pode ser sentida numa substancial produção teórica, com destaque para estudos sobre a distribuição de renda e para a análise da relação entre tecnologia e bem estar social.

As condições institucionais e o ambiente acadêmico necessários para a formulação de um posicionamento consistente sobre a relação entre países centrais e periféricos e que destacasse a continuidade no tempo de uma relação estamental entre nações já estavam dados, somando-se a isso contribuições como a de Aníbal Pinto (demonstrando a tríplice concentração, social, econômica e regional, resultantes da marginalização social e dos pólos de modernização) e Ignacy Sachs (ressaltando a malignidade de um desenvolvimento concentrador e excludente) que tinham um caráter sociológico implícito na preocupação econômica.

Em meados dos anos 60, o termo "dependência" começava a ser forjado para indicar uma análise mais sociológica e política, embora essencialmente econômica, da questão do desenvolvimento, permitindo caracterizar a relação subordinativa entre nações do centro desenvolvido e da periferia subdesenvolvida.

Em trabalhos como os de Pedro Vuskovic, Celso Furtado e Oswaldo Sunkel o tema é recorrente, mas é Fernando Henrique Cardoso quem consegue sintetizar de maneira coerente e singular as principais idéias explicativas do conceito(30).

---

(29) CARDOSO, F.H. *Opus cit*. pág.44.

(30) A primeira versão de um estudo dobre a dependência de autoria de CARDOSO, F.H. foi apresentada em 1965, no ILPES, transformando-se, depois, em 1967, em um trabalho mimeografado produzido em conjunto com FALETTO, E., sob o título *Dependência y Desarrollo en América Latina* (publicada também no México, em 1969, pela Siglo XXI). Para os nossos propósitos, utilizamos a edição brasileira desse trabalho intitulado *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica* (Rio de Janeiro, Zahar, 1977) 4a. edição (primeira edição em 1970).

A principal questão colocada pela nova corrente interpretativa do desenvolvimento consistia em saber "por que não se produziram algumas das conseqüências da industrialização periférica quanto ao curso do desenvolvimento?", quais sejam, melhorias na distribuição de renda, expansão do mercado interno, dentre outras.

Para a resposta, tinham em consideração alguns fatores que teriam contribuído para isso, como o fato dos investimentos estrangeiros terem se dado na produção de bens de consumo durável, fazendo com que o ciclo de acumulação se completasse à escala mundial; que a industrialização da periferia tinha ocorrido, porém o setor de bens de capital (o departamento I, na terminologia marxista) continuava no “centro”, de modo que o dinamismo resultante das inversões no mercado interno propagava-se para o “centro”, completando o ciclo expansivo do capital; e, por fim, constatando uma "interdependência" entre países centrais e periféricos, mas que se dá através de relações assimétricas que recolocam a questão da deterioração dos termos de troca, agora relativamente a diferenciais de salário e produtividade reais entre os setores industriais do “centro” e da “periferia”.

Como imediata conseqüência deste diagnóstico, Cardoso aponta para a existência de dinamismo na expansão capitalista (caracterizando um desenvolvimento dependente e associado), porém se trata de um dinamismo parcial que recoloca tanto o problema das trocas internacionais, quanto da assimetria internacional baseada em "desenvolvimentos desiguais das forças produtivas, taxas de lucro diferenciais e salários desiguais entre centro e periferia".

Nesse contexto, não subsistem as teses do "desenvolvimento do subdesenvolvimento" ou da "superexploraçåo estagnacionista", mas "tampouco se pode pensar que as hipóteses de uma expansão com efeitos similares ao que ocorreu no Centro ocorrerá na Periferia" (como acreditavam os adeptos da Teoria da Modernização e alguns marxistas ligados à matriz clássica original que confiavam na força revolucionária do desenvolvimento capitalista)[31].

Cardoso inicia, então, novos estudos para entender a questão do desenvolvimento como um "processo", partindo das condições objetivas da realidade dos países periféricos do pós-Segunda Guerra.

---

(31) CARDOSO, F.H. *As Idéias e Seu Lugar: Ensaios Sobre as Teorias do Desenvolvimento* (Petrópolis, Vozes, 1980).

Nesse trabalho, constata que algumas economias tinham acumulado suficiente divisas e reorganizado seus mercados após a Crise de 1929, ganhando alguma proteção de mercado com a guerra, tudo indicando que completariam com relativo sucesso o ciclo de "substituição de importações" que as levaria à produção de bens de capital[32].

O mercado interno dessas economias, em alguns casos, parecia ser suficientemente amplo, resultado também de transferências populacionais dos setores menos produtivos (agricultura) para os setores mais eficientes (indústria e serviços) da economia, enquanto a industrialização parecia estar passando da condição de recurso complementar para a de elemento necessário para a consolidação do processo de desenvolvimento.

Uma análise ligeira dos países periféricos nos anos 50 indicava a presença de mercado interno para o consumo de produtos industriais; a existência de uma base industrial consolidada nos últimos 70 ou 80 anos, sobretudo composta por indústrias de bens de consumo e de produtos para a exportação; uma boa fonte de divisas dada pela agropecuária e pela mineração; a presença de fortes estímulos ao crescimento econômico provenientes do fortalecimento dos setores voltados para o exterior; além de uma taxa satisfatória de formação interna de capitais.

Do ponto de vista das políticas de desenvolvimento, havia a crença de que a absorção de tecnologias (diversificação da estrutura produtiva) poderia contribuir com a elevação da produtividade, e que ao Estado caberia definir uma política de investimento que possibilitasse criar infra-estruturas compatíveis com essa diversificação.

Em outras palavras, as bases históricas indicavam para um desenvolvimento fundado em bases eminentemente nacionais, contando já com um certo fortalecimento e modernização do Estado, bastando talvez fortalecer um pouco mais o mercado interno e organizar os centros de decisão.

"Essa perspectiva", entretanto, vai "se desvanecendo desde fim dos anos 50", segundo Cardoso, com as economias subdesenvolvidas reproduzindo no tempo os mesmos indicadores que a diferenciavam dos centros desenvolvidos anteriormente.

---

(32) Os parágrafos seguintes sobre a "teoria da dependência" serão baseados essencialmente em CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica* (Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977) 4a. edição.

Em outras palavras, o concurso de tantas condições favoráveis não foi suficiente para deslanchar as economias periféricas e alçá-las a um novo grau de desenvolvimento que as aproximasse dos centros industriais da economia mundial.

Em alguns casos, a taxa de crescimento foi insuficiente para dinamizar os setores mais atrasados da economia e absorver o crescimento demográfico ou a transferência populacional das margens menos eficientes do sistema. Em outros, o crescimento simplesmente não ocorreu.

O que faltava, então? Haveria dificuldades institucionais? Erros de perspectiva?

Para Cardoso, a resposta residia no fato de que os esquemas interpretativos de natureza puramente econômica, do fim dos anos 40, tinham se revelado insuficientes para explicar a natureza desses problemas. As medidas econômicas foram tomadas, porém "não se reorganizaram nem o 'sistema social', nem o 'sistema político'".

"Não terão sido os fatores inscritos na estrutura social (...), o jogo de forças políticas e sociais que atuaram na 'década do desenvolvimento' os responsáveis tanto pelo sucesso inicial quanto da perda do impulso posterior?", pergunta o autor cepalino.

Para ele, entretanto, não bastava assinalar o curso negativo dos acontecimentos como um indicador da insuficiência do sistema. Era preciso estudar a inserção da "sociedade tradicional" nesse processo e verificar como esse segmento de classe se alia aos novos grupos de poder para se manter em posições de comando.

Uma análise econômica por si só não basta, sendo necessário promover uma análise sociológica e também política para que se possa dar uma resposta ampla e refletida sobre as possibilidades de desenvolvimento dos países periféricos.

Cardoso propõe uma "análise integrada", uma "análise global" do desenvolvimento, que leve em conta as conexões existentes entre o "sistema econômico" e a "organização social e política das sociedades subdesenvolvidas", não só "nessas sociedades e entre elas, mas também com relação aos países desenvolvidos, pois a especificidade do subdesenvolvimento nasce precisamente da relação entre sociedades 'periféricas' e 'centrais'"[(33)].

---

(33) CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. *Opus cit*. pág.25.

Estava dado assim, o primeiro passo para se compreender as características intrínsecas ao subdesenvolvimento ou a compreensão do fenômeno que fazia com que, por mais que crescessem, determinadas economias continuavam periféricas e em patamares inferiores aos dos países de desenvolvimento original.

Não se tratava de mera diferença de estágio de desenvolvimento, como querem fazer crer os adeptos da "matriz neoclássica", dando a entender que haverá um dia em que as atuais nações periféricas serão países desenvolvidos, desde que obedeçam à mesma racionalidade dos princípios que nortearam o desenvolvimento das nações centrais.

A questão era entender o fenômeno ao longo do tempo e, para isso, a proposta da "análise integrada" exigia fazer a distinção entre "países subdesenvolvidos" e "países sem desenvolvimento", distinguindo também os diversos modos de subdesenvolvimento, segundo a relação mantida com os centros econômicos e políticos hegemônicos.

Os "sem desenvolvimento" são aqueles países (raros no século XX) que não mantém relações de mercado com os países industrializados, enquanto os "subdesenvolvidos" se vinculam ao sistema produtivo mundial, ora em termos "coloniais", ora como "sociedades nacionais", sendo que estes últimos podem ter sido também colônias antes de adquirirem o *status* de economia nacional.

A situação de "subdesenvolvimento" se produz historicamente "com a expansão do capitalismo comercial e, depois, do capitalismo industrial, vinculando a um mesmo mercado economias com graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passando a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista.

Ao contrário do que acreditam os autores da "matriz neoclássica"[(34)], "não existe entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas apenas diferenças de etapa ou de estágio do sistema produtivo". Há, na verdade, "diferença de posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição", implicando na existência de "uma estrutura definida de relações de dominação"[(35)].

---

(34) Vide BAIROCH, P. *Opus cit*.

(35) CARDOSO & FALETTO *Opus cit*. pág.26.

Reconhecer o caráter histórico do subdesenvolvimento requer mais que estudar as características estruturais da economia, exigindo entender como as economias subdesenvolvidas se vincularam historicamente ao mercado mundial e a "forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe".

Em outros termos, significa reconhecer uma relação de dependência que se manifestou historicamente na medida em que ocorria a expansão das economias dos países capitalistas originários, estabelecendo-se um fosso em relação aos demais países.

Essa dependência implica em uma forma de dominação manifesta em "uma série de características no modo de atuação dos grupos sociais" (produtores e consumidores), levando a supor, "nos casos extremos, que decisões que afetam a produção ou o consumo de uma certa economia são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas"[36].

Os termos "economia periférica" *versus* "economia central" se mostram, então, mais adequados que os termos "subdesenvolvido" *versus* "desenvolvido", pois incorpora uma noção de desigualdade de posições e de funções dentro de uma mesma estrutura global de produção.

É preciso ressaltar, entretanto, que não basta uma simples substituição desses termos pelos, por exemplo, de "economia autônoma" *versus* "economia dependente" para termos satisfeita metodologicamente a distinção da análise proposta em relação à posição da "matriz neoclássica".

Há diferenças essenciais de "dimensão" e de "significado teórico" nesses termos que precisam ser esclarecidas para que seu emprego se faça de modo adequado.

Enquanto a noção de "subdesenvolvimento" "caracteriza um grau de diferenciação do sistema produtivo (com algumas conseqüências sociais), sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial), as noções de 'centro' e 'periferia'" se referem a "funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial, sem levar em conta fatores políticos e sociais" que se destacam na situação de "dependência".

---

(36) CARDOSO & FALETTO *Opus cit*. pág.26.

Embora se possa ter caso, na realidade, em que uma sociedade nacional goza de certa autonomia, porém seu sistema produtivo e as formas de distribuição de renda sequer se equipararem aos países desenvolvidos ou a alguns países periféricos (caso dos países não alinhados, que deixaram um sistema econômico central sem se integrar totalmente a outro), a regra é que uma estrutura estamental (e de subordinação) se mostre na realidade.

Não basta, portanto, olhar para a diferença de estrutura econômica, sendo necessário entender o "processo" de integração do país à economia mundial, sempre tendo em conta que "desenvolvimento decorre de um projeto de autonomia crescente e de mudanças nas relações entre as classes".

Argumentos baseados em estímulos e reações do mercado, como propõem os neoclássicos, são insuficientes para explicar a industrialização e o progresso econômico, quando se pretende uma interpretação global do desenvolvimento. "A esfera política do comportamento social influi necessariamente na forma do processo de desenvolvimento.

Desenvolvimento se alcança mediante transformações estruturais, porém "é decisivo que o jogo político-social nos países em vias de desenvolvimento contenha em sua dinâmica elementos favoráveis à obtenção de graus mais amplos de autonomia"[(37)].

São os fatores político-sociais internos que podem levar à adoção de políticas que ultrapassem o mero "crescimento econômico", redefinindo o sentido e o alcance da "diferenciação espontânea" do sistema econômico. Quando os grupos sociais que tradicionalmente detêm o poder nos países periféricos se defrontam com novos grupos (que surgem com a industrialização, por exemplo), a forma de interação entre eles (oposição ou pacto) é que vai conferir ou não as "conseqüências renovadoras do desenvolvimento".

As alianças entre as forças sociais internas, por outro lado, são afetadas pela intensidade e tipo de mudanças experimentadas pelo país, as quais, por sua vez, dependem da forma como a economia se vincula ao exterior. "A articulação dos grupos nacionais com os grupos e forças externos realiza-se distintamente e com conseqüências diferentes, antes e depois de começar o processo de desenvolvimento".

---

(37) CARDOSO & FALETTO *Opus cit*. pág.28.

A discussão do processo de desenvolvimento, portanto, não pode ser feita exclusivamente do plano econômico, sendo necessária essa análise integrada para que a noção de "dependência" aflore.

O conceito de "'dependência' tem expressão interna e (...) um modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relações entre as classes e grupos que implica numa situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior"[38].

Analisar a situação de dependência de determinada realidade, significa não ver essa dependência exclusivamente como variável externa, mas, partindo da configuração de classes no âmbito da própria nação dependente, entender como se dá a relação de poder entre essas classes e entre a classe dominante e os grupos e forças sociais exógenos.

Essa análise se faz com maior facilidade nos casos de economias coloniais, pois é claramente identificável a desigualdade entre a situação política da metrópole e a da colônia, percebendo-se que o sistema econômico está diretamente ligado ao sistema político e que possuem uma íntima relação entre eles.

Já nos Estados nacionais, a face econômica do sistema é mais visível, enquanto que os condicionantes políticos e sociais agem de forma discreta sobre o sistema, o que exige bastante cuidado para que se identifique a decisiva influência desses últimos no aproveitamento das oportunidades que se manifestam no mercado.

Portanto, ao considerar a "situação de dependência" na análise do desenvolvimento, o que Cardoso & Faletto ressaltam é que o modo de integração das economias nacionais ao mercado internacional "supõem formas definidas e distintas de interrelações dos grupos sociais" que não podem ser desprezadas ao se tentar entender a permanência de uma nação na condição de subdesenvolvimento.

Caracterizar uma economia como "dependente", seja ela uma colônia ou Estado nacional, exige que se ressalte, de preferência "processualmente", a forma como os grupos internos se articulam com os grupos externos, passando as decisões internas (não obstante aparentemente soberanas) a serem tomadas no interesse de forças exógenas pouco ou nem sempre explicitadas.

---

(38) CARDOSO & FALETTO *Opus cit*. pág.31.

Recomenda-se um "esforço novo de análise para redefinir o sentido e as funções dos grupos sociais no contexto estrutural do subdesenvolvimento", ressaltando as alianças que fazem para sustentar-se na estrutura de poder e gerar a dinâmica social e econômica, bem como realçar a contradição existente entre "nação concebida como unidade social relativamente autônoma" e "desenvolvimento como processo vinculado às economias centrais".

Assim, a "matriz cepalina do desenvolvimento econômico" adquiria maior especificidade ao incorporar a análise de Cardoso & Faletto no processo de entendimento das diferenças entre países "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos", "periféricos" e "centrais".

O conceito dinâmico e amplo de "economia dependente" parece ter completado o quadro proposto, oferecendo suficientes elementos para que os países periféricos possam ser com ele estudados.

Do ponto de vista metodológico (para que se entenda melhor o conceito), o trabalho de Cardoso & Faletto, tem por fonte a dialética marxista, consistindo numa análise que considera, por um lado, uma relação prática ("rente à ideologia") e, por outro lado, uma reflexão teórica em simultâneo.

Partindo de processos reais e confrontando com seu embasamento teórico, a análise da dependência reaparece no pensamento como resultado, como síntese, segundo Cardoso, tratando-se "de um esforço de elevação do particular para o geral no qual as relações parciais (particulares) vão sendo circunscritas em teias de relações e vão se especificando e se determinando, de tal modo que a síntese resultante (o todo) aparece no conjunto articulado de relações"[(39)].

Nas palavras do autor, "o Imperialismo (universal) não se manteria se não fossem encontradas formações particulares (aquelas que a "teoria da dependência" quer estudar) que o repõem". Essa análise "supõe a elaboração (teórico-prática) dos conceitos, organizando a unidade do diverso.

---

(39) CARDOSO, F.H. *As Idéias e Seu Lugar: Ensaios Sobre as Teorias do Desenvolvimento* (Petrópolis, Vozes, 1980).pag.65.

Essa unidade, ao mesmo tempo, não apaga as diferenças", de modo que a "teoria da dependência" se constitui em "uma síntese de pensamento que reproduz um modo de articulação e permite ver a tecitura pelo qual a diversidade de relações se hierarquiza e se unifica em um conjunto estrutural determinado"[(40)].

A aceitação da "teoria da dependência" pela comunidade acadêmica internacional foi muito ampla e contribuiu para manter aceso o debate sobre as diferenças entre os mundos desenvolvido e subdesenvolvidos nos últimos 30 anos.

O fato de se propor a uma análise interdisciplinar (essencialmente econômica, mas ao mesmo tempo sociológica e política) contribuiu para que poucos estudos pudessem incorporar noções tão ou mais amplas, fazendo prevalecê-la como paradigma, sobretudo em relação aos posicionamentos dos autores da "matriz neoclássica".

Não resta dúvida, portanto, de que, na análise de realidades complexas, como a dos países periféricos, onde a economia determina e é determinada por fenômenos sociais e políticos bastante correlacionados, o emprego de abordagens teóricas globais (como a "teoria da dependência"), será muito mais funcional aos propósitos de se compreender as condições do “subdesenvolvimento” que o recurso aos esquemas analíticos econômicos tradicionais.

Como bem afirma Cardoso, ao explicar o desenvolvimento da "dependência", os esquemas interpretativos de natureza puramente econômica se revelam insuficientes para explicar a natureza desses problemas complexos da periferia.

As medidas econômicas são tomadas, porém deve se ter em conta sua interação com o "sistema social" e com o "sistema político", possibilitando assim uma análise integrada do problema do subdesenvolvimento.

Esta análise integrada a que a "dependência" se propõe, parece conferir a ela as qualidades necessárias a uma compreensão ampla do problema do atraso dos países periféricos em geral, inclusive daqueles de "descolonização tardia", como o que o presente trabalho se propõe a estudar.

---

(40) CARDOSO, F.H. *Opus cit*. pág.65.

2.3. Contrapontos à "Dependência Econômica"

A "matriz neoclássica" não deixou de oferecer contribuições relevantes para o tema do desenvolvimento econômico.

As contribuições mais recentes dos adeptos da visão econômica tradicional até incorporam conceitos que as fazem próximas de posições heterodoxas, não obstante se recusarem sistematicamente a dar um tratamento multidisciplinar ao tema, o que seguramente levaria a explicações mais completas sobre o problema do subdesenvolvimento [41].

Essas contribuições, seguramente, podem servir como um contraponto relevante à "teoria da dependência", ajudando-nos a avaliar sua importância para o estudo das economias periféricas contemporâneas.

Devemos ressaltar, entretanto, que não é o fato de uma contribuição incorporar conceitos multidisciplinares, fugindo ao escopo estrito da ciência econômica, que lhe vai conferir qualidade ou maior competência explicativa.

A insuficiência explicativa presente a alguns trabalhos da "matriz neoclássica" se liga muito mais ao uso indiscriminado de uma visão automática e irrealista de alguns modelos econômicos que à consistência interna das teorias, geralmente muito bem elaboradas logicamente.

Esse apego excessivo ao automatismo econômico, junto a uma visão determinística e positiva que os autores neoclássicos possuem dos fatos concretos, aliam-se a uma certa incapacidade de "operacionalizar" teoricamente questões não puramente econômicas, contribuindo para que seus trabalhos sejam de fato insuficientes para entender realidades complexas como as dos países periféricos atuais.

Um interessante exemplo de trabalho sobre o tema do desenvolvimento pode ser a contribuição de Paul Bairoch, a que já nos referimos em passagens anteriores[42].

---

(41) BAIROCH, P. . *Revolução Industrial e Subdesenvolvimento* (São Paulo, Brasiliense, 1974) pág.10.

(42) BAIROCH, P. *Opus cit*. As primeiras Versões desse trabalho foram publicadas no final dos anos 60, na França.

A leitura de suas proposições permite esclarecer amplamente a crucial diferença existente entre uma proposta global e multidisciplinar de se compreender o “subdesenvolvimento” (a “teoria da dependência”) e sua proposta calcada na “incapacidade em si mesma” das nações “periféricas” em alcançar o mesmo estágio de desenvolvimento em que se encontram as nações “centrais”.

O autor ocupa-se de explicar a diferença de desenvolvimento entre países periféricos e centrais como uma tentativa de indicar caminhos para que os países atrasados superem um conjunto de problemas a eles específicos. Trata-se, segundo o autor, de tarefa crucial para que os países atrasados possam atingir o estágio onde se encontram, hoje, os países de desenvolvimento original (como Inglaterra e França).

Fugindo inteiramente a uma abordagem processual histórica {não obstante reconhecer a existência de diferenças essenciais entre o período de desenvolvimento do capitalismo original (fim do século XVIII e início do século XIX) e a realidade dos países subdesenvolvidos contemporâneos}, a obra de Bairoch é um típico exemplo de trabalho econômico que reduz o problema do desenvolvimento à simples superação de etapas.

Utilizando exclusivamente conceitos econômicos e elegendo a dicotomia "desenvolvimento" e "subdesenvolvimento" para a diferenciação entre países, Bairoch procura esclarecer, *a priori*, que a dualidade existente no mundo contemporâneo é decorrência do não cumprimento, pelos países atrasados, dos mesmos estágios experimentados pelos países de "desenvolvimento originário".

Em outras palavras, é recolocada, de certo modo, a visão de que, em determinado momento, todos os países tiveram ao seu alcance a possibilidade de se desenvolver, mas se não o fizeram (isto é, se não aproveitaram aquela oportunidade), terão hoje maiores dificuldades em fazer funcionar as mesmas variáveis econômicas que deram o impulso inicial para o desenvolvimento, apesar de elas estarem presentes na realidade dos países atrasados contemporâneos.

Em nenhum momento é dada importância ao “processo histórico” que permite explicar por que determinados países possuíam condições privilegiadas para passar à industrialização, enquanto outros, sobretudo as colônias, embora também contassem com determinadas características, não puderam ou foram impedidos de transitar para o mesmo estágio.

O trabalho, entretanto, oferece um encadeamento lógico de variáveis que, além de servir aos nossos propósitos de contraposição à "dependência", permite entender como os adeptos de uma visão econômica tradicional operam determinadas categorias para prescrever soluções ao crescimento econômico dos atuais países subdesenvolvidos.

Começa por diagnosticar um cenário de angústia que caracterizaria a realidade econômica mundial após os anos 30, marcada pela existência de dois blocos políticos hegemônicos e pela existência de países ditos "subdesenvolvidos", "cercados por múltiplos círculos viciosos (...) e que aspiram a cruzar o abismo que os separam dos países desenvolvidos"(43).

Se o crescimento econômico ou o desenvolvimento foi uma questão de opção na origem do Capitalismo, quando haveria um "equilíbrio relativamente estável", vigorante nas sociedades tradicionais (apesar da fome, sofrimentos humanos e ausência de leis sociais, como reconhece o autor), atualmente se trata de uma necessidade para que os países atrasados superem os graves problemas que vêm enfrentando.

Para entender a diferença atual entre os países, é necessário primeiramente examinar os mecanismos econômicos que fizeram os países tradicionais (antes predominantemente agrícolas) transformarem-se em sociedades industriais, fato este que teria ocorrido no fim do século XVIII e início do século XIX na Inglaterra e ao longo do século XIX em países como a França, Bélgica e Alemanha(44).

Essa análise deve ser feita dos pontos de vista interno e externo dos países estudados e irá servir para explicar por que os atuais países subdesenvolvidos não conseguiram "decolar" na mesma época que os países originários, bem como por que permanecem na condição atual de países atrasados, encontrando dificuldades para superar a distância que os separam dos países ricos.

---

(43) BAIROCH, P. *Opus cit*. pág.9. Nossas colocações adiante, neste capítulo, estarão baseadas nas principais conclusões de Bairoch traduzidas no trabalho referido.

(44) O autor reconhece a primazia da Inglaterra na Revolução Industrial e entende que alguns países europeus imitaram seu comportamento para também alçar-se ao desenvolvimento econômico.

O trabalho está dividido em três grandes partes, compreendendo, em primeiro lugar, um estudo sobre o porquê das outras análises privilegiarem os chamados "pseudofatores do esboço do desenvolvimento" (progresso técnico, impacto da progressão demográfica e o papel representado pelos capitais e pelo sistema financeiro) para explicar o processo de desenvolvimento, encaminhando-se, depois, para eliminar esses "pseudofatores" em busca de um motivo concreto, da condição *sine-qua-non*, como diz o autor (agricultura e produtividade agrícola), e que seria o fator determinante sob o qual "agiram os múltiplos mecanismos que levaram a um desenvolvimento geral da economia", facilitando também a sua difusão internacional.

Por último, em uma parte que mais nos diz respeito, por se referir à realidade que estamos interessados em estudar, o autor busca explicar as dificuldades de "take off" (utilizando a linguagem de W.W.Rostow) dos países subdesenvolvidos atuais, sempre baseado no esquema analítico desenvolvido para explicar a decolagem dos países originários, embora reconhecendo que os mecanismos que atuaram no início do capitalismo já não desempenham o mesmo papel atualmente.

Realizando estudos setoriais aplicados aos casos inglês e francês (posteriormente estendidos a outros países para verificar suas hipóteses), foi possível concluir que, por ser um fenômeno complexo, o desenvolvimento econômico não pode ser explicado por uma causa única e providencial, o que de certo modo também é compreendido por outros economistas que trabalham temas semelhantes.

Esses estudiosos, porém, têm se equivocado, segundo o autor, ao elegerem um conjunto determinado de fatores responsáveis pelo desenvolvimento que, na verdade, não passam de "falsos fatores".

O primeiro desses “falsos fatores” é a tecnologia (ou o "progresso técnico"), freqüentemente apontada como fator condicionante da evolução econômica.

Isto não corresponde à realidade, pois nota-se que a utilização prática dos avanços tecnológicos são o resultado de "modificações da demanda do setor em que se produziram" e ocorrem em resposta a estrangulamentos provocados por excesso de procura que só podiam ser "ultrapassados por modificações técnicas".

Na ausência de demanda elevada, não haveria impulsos suficientes para a realização de certas pesquisas e para o emprego de avanços técnicos, de modo que a tecnologia é um fator "determinado" pela economia (condições de demanda), e não o contrário (um fator determinante), pelo menos na fase inicial da revolução industrial, embora seu papel tenha se modificado mais recentemente.

Hoje, do ponto de vista econômico, a técnica é uma variável independente que se apoia em uma "ciência em progresso contínuo (...) liberada de uma finalidade econômica imediata e direta". Ciência e pesquisa caminham de mãos dadas, porém nos primórdios da revolução industrial a invenção industrial não foi fruto de descobertas científicas e sim resposta a pressões crescentes de demanda. Logo, era uma variável dependente e condicionada pelo econômico e não um fator condicionante do desenvolvimento.

Outro fator igualmente eleito para explicar o desenvolvimento e que não passa de um “falso fator” é a "evolução demográfica", freqüentemente responsabilizada pelos arranques iniciais dos países originários, sendo, portanto, um fator determinante do econômico.

O equívoco aqui reside num forte postulado implícito na maioria das análises e que consiste em supor uma vigorosa "elasticidade da oferta", capaz de atender ao crescimento da demanda resultante da progressão populacional.

"Pelo contrário” (diz Bairoch), “pode-se dizer (...) que nas sociedades tradicionais a rigidez da oferta era um dado importante", sobretudo considerando a "primazia da agricultura".

As primeiras "revoluções demográficas" foram totalmente "condicionadas" pela economia, já que resultaram de um crescimento substancial da disponibilidade de alimentos, sobretudo na Inglaterra e na França, berços do desenvolvimento.

Mais tarde, os progressos da medicina substituíram o papel da disponibilidade de alimentos, porém sem que o crescimento demográfico representasse um papel dinâmico. "Se é exagerado afirmar (...) que o crescimento demográfico rápido foi obstáculo ao desenvolvimento (...) é, ao contrário, certo (...) excluir este elemento da condição de fator determinante do impulso inicial do desenvolvimento".

O terceiro fator freqüentemente apontado como "condicionante" do desenvolvimento originário (o capitalismo comercial e financeiro do século XVII) não passa de mais um equívoco.

Examinando as áreas geográficas onde ocorreu acumulação de capital e comparando-as com as regiões onde se verificou a revolução industrial, foi possível concluir que não existe qualquer coincidência entre elas, ressaltando a existência, na época, de "condições gerais bem pouco favoráveis às transferências de capitais destinadas ao investimento industrial", o que seria suficiente para afastar o papel do capitalismo comercial da condição de elemento "determinante".

Há, entretanto, outra abordagem para corroborar essa posição e que consiste em examinar a origem dos capitais e dos capitalistas dos primeiros empreendimentos industriais, evidenciando tratar-se mais de elementos autóctones, com origem agrária (como detalharemos mais tarde), que membros de uma "classe de investidores industriais", só predominante no amadurecimento da revolução industrial, quando o capitalismo financeiro e as instituições de crédito (aí sim) adquiriram maior importância.

Este e os demais elementos citados anteriormente (além de outros não citados, mas utilizados por alguns estudiosos de temas semelhantes) não são "determinantes" do desenvolvimento, mas são "determinados" pelo desenvolvimento econômico, sendo necessário, portanto, identificar o verdadeiro fator capaz de explicar a arrancada dos países originários e que se revele na condição *sine-qua-non* para que os demais mecanismos operem favoravelmente ao crescimento econômico.

A escolha recai sobre a "agricultura" e sobre o "crescimento da produtividade agrícola" como elementos desencadeadores da revolução industrial, e que funcionaram como "mecanismos de difusão" do desenvolvimento.

A agricultura, segundo as pesquisas de Bairoch, é precedente em relação aos demais setores da economia e não poderia haver progresso econômico generalizado sem um crescimento prévio e concomitante da produtividade agrícola.

Isso se faria necessário, pois o crescimento da produção industrial nos primórdios do capitalismo somente pode se processar mediante o emprego de uma população ativa crescente, proveniente do setor agrícola (o que significava, na prática, uma redução da população ativa empregada na agricultura).

Ora, a transferência pura e simples de trabalhadores da agricultura implicaria numa necessária redução da produção agrícola, com impactos mais devastadores que a simples transferência de mão-de-obra, graças ao fato da maioria das unidades produtivas não se encontrar, na época, no estágio de rentabilidade decrescente.

Recorrer à importação era uma saída inviável, graças aos elevados custos de transporte da época que fazia "dobrar o preço dos produtos agrícolas", seja por via marítima, seja por via terrestre.

Esse obstáculo poderia ser enfrentado também mediante um vigoroso crescimento da produtividade industrial ou uma queda expressiva nos custos dos transportes, o que, entretanto, requereria um inexistente desenvolvimento prévio.

A Inglaterra, para que se possa avaliar a questão, somente passa a importar alimentos em 1840 (assim como os demais países originários, conforme mostra o autor no capítulo 5 de seu trabalho), quando as condições comparativas de produtividade, levando em conta os custos de transporte, permitem a compra em outros países.

O setor agrícola, por sua vez, empregava, naquela época, cerca de 80% da população economicamente ativa, possuindo, portanto, um peso relativo bastante expressivo para justificar em seu interior as origens para os impulsos iniciais do desenvolvimento.

Considerando essa estrutura de emprego, somente o crescimento da produtividade agrícola poderia levar, com segurança, a um crescimento do volume de recursos disponíveis, podendo proporcionar um "movimento geral cumulativo de desenvolvimento econômico".

Mesmo que a esse crescimento do volume de recursos se seguisse uma "onda de consumo" de recursos alimentares, fatalmente haveria limites fisiológicos (incapacidade de consumo muito elevado de calorias) e psicológicos (escala de valores mostrando como desperdício consumir demais) que proporcionaria um excedente de recursos a ser realocado na economia[45].

Essa realocação de recursos, no caso da Europa, foi feita em direção ao setor de vestuário, onde a oferta de têxteis tradicionais estava sujeita a certa rigidez, levando a estimular a importação de algodão via demanda.

O uso do algodão seria também funcional a esse processo originário de desenvolvimento, graças à possível submissão dessa fibra aos processos mecânicos iniciais, a partir dos quais foi possível desenvolver maquinarias para beneficiar também as fibras tradicionais.

---

[45] Implícita a essas colocações, o autor revela uma certa teoria para a acumulação original, justificando o nascimento dos primeiros capitais para a industrialização.

Inicia-se, então um "circulo virtuoso" de desenvolvimento, com a agricultura (através do crescimento da produtividade e do uso do algodão) suscitando a mecanização da produção têxtil e a produção têxtil, por seu turno, afetando positivamente a produtividade agrícola, graças a um efeito interativo que passamos a explicar.

A mecanização do trabalho têxtil favorece o crescimento da produção agrícola e também da produtividade agrícola, pois, à medida que aumentam os processos produtivos automáticos, há uma queda correspondente da produtividade marginal (relativa) dos operários que trabalhavam com os antigos teares manuais.

Como nas sociedades originárias não existiam leis sociais protetoras do trabalhador, essa queda de produtividade foi seguida de uma correspondente baixa nos salários dos trabalhadores das manufaturas (não automáticas), o mesmo podendo-se dizer dos lucros dos produtores individuais. Isso provocou o abandono progressivo do trabalho têxtil rural, com impactos variados conforme a extensão desse trabalho têxtil na empresa agrícola onde operava.

Nas empresas agrícolas rentáveis, a transferência de trabalhadores se processou em direção às atividades agrícolas antecessoras do trabalho têxtil, enquanto nas empresas pouco rentáveis os trabalhadores abandonaram suas atividades e se encaminharam para o nascente setor têxtil industrial que passa a constituir sua própria reserva de mão-de-obra.

O resultado dessa dinâmica foi um crescente aumento da produtividade agrícola global, graças à feliz combinação de um aumento quantitativo de trabalho nas empresas mais rentáveis com uma redução correspondente nas empresas agrícolas menos rentáveis.

Paralelamente ao processo descrito, a agricultura desempenharia outro papel determinante, afetando o desenvolvimento da siderurgia nos países originários, sobretudo mediante um incremento na demanda por ferramentas e implementos agrícolas.

Esse aumento repentino de demanda, levou a siderurgia a enfrentar um sério estrangulamento representado pela falta de combustíveis que, por sua vez, só foi solucionado pelo uso do carvão mineral. O emprego do carvão como combustível significou uma queda substancial nos custos da produção de ferro, possibilitando a oferta de produtos mais baratos, afetando também a agricultura que pode elevar sua produção com o emprego de mais ferramentas metálicas.

A queda nos custos de transformação da siderurgia teria um outro efeito benéfico ao tornar possível a substituição da madeira pelo ferro na produção de máquinas têxteis, levando os fabricantes dessas máquinas a se constituírem no principal mercado consumidor de produtos siderúrgicos até o surgimento das ferrovias.

A indústria têxtil (demandando energia para movimentar suas máquinas) em combinação com a siderurgia (reduzindo o custo do ferro e promovendo a elevação da produção de carvão) foram as responsáveis pela substituição das antigas e ineficientes fornalhas pelas máquinas à vapor de Watt que representavam uma fonte barata e eficaz de energia.

Esse vigoroso processo de transformação revela continuamente as vantagens da mecanização e torna possível, também, exportar quantidades expressivas de tecido de algodão para países menos desenvolvidos e, naturalmente, para as colônias.

A utilização maciça das máquinas a vapor, combinada com o crescimento da produção de ferro, possibilitaram o nascimento das ferrovias, com forte impacto sobre a redução dos custos do transporte terrestre, fenômeno este, entretanto, que só ocorreu quando o desenvolvimento já era vigoroso na Inglaterra e relativamente forte na França e na Bélgica.

Convém aqui, destacar uma curiosa contradição e que diz respeito aos impactos da industrialização sobre os países "subdesenvolvidos" da época.

As pesquisas realizadas por Bairoch dão conta de que, iniciando-se na Inglaterra, a revolução industrial revelou-se num crescendo que, fortalecendo a economia britânica e, mediante imitação (e alguma proteção), sendo transferida aos países europeus continentais, pode fazer seus efeitos serem sentidos também na França, na Bélgica, na Alemanha, dentre outros países.

Esses países transformaram-se, então, em fabricantes de produtos industriais que, para o exercício da fabricação, necessitavam comprar matérias primas de países mais atrasados (agrícolas), enquanto, por outro lado, os excedentes de oferta eram encaminhados para esses mesmos países ou para as colônias.

Ora, enquanto a agricultura nos países originários, segundo a lógica do autor, fez com que eles se desenvolvessem industrialmente, o processo de desenvolvimento industrial levou à necessidade de se constituírem países especializados no fornecimento de matérias primas para seus pares industrializados, tornando-os cada vez mais dependentes do setor externo e, consequentemente, especializados na produção agrícola, o que logo encontraria respaldo na Economia, através da "teoria das vantagens comparativas".

A agricultura exercia assim papéis contraditórios conforme a realidade estudada: como determinante do desenvolvimento nos países originários e, ao mesmo tempo, como inibidor do desenvolvimento nos países atrasados, graças à formação de um setor externo rentável, vinculado e funcional às atividades industriais dos países centrais.

Além dos "mecanismos de difusão" acima destacados, também são importantes, na concepção de Bairoch, os "mecanismos de estrutura" para explicar o desenvolvimento originário dos países capitalistas.

Os investimentos industriais eram pouco onerosos nos anos iniciais da industrialização, exigindo-se quatro "meses de salário médio" para empregar um trabalhador na indústria da Grã-Bretanha e de seis a oito "meses de salário médio" para a mesma iniciativa em uma fábrica na França, no início do século XIX (para se ter uma comparação, nos EUA, em 1953, o custo correspondente era de 29 meses de salário médio).

Custo baixo dos investimentos somado a uma estrutura industrial pouco concentrada permitem explicar a emergência de uma classe capitalista autóctone, originária dos meios mais modestos da sociedade, em especial da agricultura.

A atividade industrial era uma interessante saída para a iniciativa empreendedora, pois a atividade agrícola, na mesma época, exigia investimentos na ordem de nove "meses de salário médio", o que levou agricultores (mesmo aqueles de empresas pouco produtivas) a se transformar em pequenos produtores industriais.

Dessa massa de pequenos industriais, vão se revelando empreendedores capazes de se adaptar às novas exigências do crescimento industrial, ao mesmo tempo em que os altos lucros dos primeiros anos vão possibilitando o autofinanciamento (desmentindo, portanto, o papel inicial do crédito como determinante), levando ao crescimento da produção total e à consolidação de uma classe de capitalistas industriais.

Esses mecanismos são válidos quando aplicados a um país ou região, segundo esclarece o autor, e quando estudados em conjunto, como elos de uma corrente que não podem ser rompidos. A quebra de um desses segmentos produzirá defeitos que fatalmente provocarão um bloqueio de todo o sistema em desenvolvimento.

Entende-se, pois, a tendência dos países originários a adotar mecanismos protetores (isolamento de mercados) que não são necessários apenas para proteger indústrias nascentes, mas também para fazer com que um setor "tenha proveito para os outros e, através de efeitos induzidos, para si mesmo".

Inicialmente, os custos dos transportes (principalmente) e uma legislação aduaneira protecionista (segundo Bairoch, praticamente todos os Estados vizinhos aos países desenvolvidos eram protecionistas, até atingir um certo estágio de industrialização) constituíram uma barreira protetora que teve efeitos positivos no processo de difusão do desenvolvimento.

Isso levou os países originários que se seguiram à Inglaterra a basear seu crescimento industrial em equipamentos produzidos localmente, praticamente não recorrendo à importação de maquinaria.

Quanto mais simples a tecnologia inerente ao processo produtivo, mais fácil e maior a difusão, de modo que se pode afirmar que técnicas simples permitem uma difusão internacional do progresso mais eficaz.

Até meados do século XIX, a transferência de tecnologia entre as sociedades ocidentais era bastante simples, pois se apoiava nas profissões tradicionais, requerendo mais informação que formação para a constituição de operadores de máquinas. Isso possibilitou a imitação (o hodiernamente chamado "benchmarking"), possibilitando o baixo volume de importações de equipamentos pelos países seguidores da Inglaterra.

Com base nos mecanismos acima explicados, válidos para os países de desenvolvimento originário, é possível analisar, agora, as dificuldades específicas dos países subdesenvolvidos. O autor lembra, entretanto, que, nessa tarefa, não se pretende alcançar a "globalidade, pois" sua análise "concerne exclusivamente aos aspectos econômicos, demográficos e técnicos".

Causa espanto, na opinião do autor analisado, que as modificações ocasionadas pelo desenvolvimento de uma parte do mundo tenham transformado totalmente, "na outra, as condições de ação desses mecanismos, transformando em obstáculos aquilo mesmo que, anteriormente, era elemento positivo".

"A simplicidade original dos processos de produção transforma-se gradualmente (pelo uso dos conhecimentos derivados de uma ciência de nível teórico e complexidade crescentes), através de constantes aperfeiçoamentos, em algo onde o empirismo e a simples causalidade operacional já não atuam".

Agora, já não mais é possível a integração imediata do artesão ao processo industrial, pois o processo simples foi substituído por algo complexo. O camponês, por exemplo, já não consegue consertar um motor elétrico ou copiar um processo produtivo. "Mesmo quando não envolve princípios científicos, a técnica evoluiu de tal maneira que a assimilação não se faz só por informação". É necessário sólida formação e educação anterior.

A tecnologia industrial torna-se dependente do exterior, desaparecendo os mecanismos essenciais da difusão do progresso, sendo possível, assim, explicar a ausências de efeitos indiretos nos casos de criação de setores industriais nos países subdesenvolvidos.

Outro efeito igualmente importante é o da queda nos custos dos transportes, que levou a uma redução da proteção natural que não é fácil substituir por barreiras alfandegárias.

Também sofrem impactos a agricultura e a indústria de transformações de minérios.

A "agricultura foi desservida por um aumento exagerado na produção não alimentícia que só pode adquirir extensão a partir do momento em que a baixa do custo do transporte tornou possível uma especialização agrícola, reduzindo o preço dos produtos exóticos nos países desenvolvidos e tornando rentável, nos países subdesenvolvidos, a importação de produtos alimentícios para suprir a baixa na produção local de víveres, resultante da transferência de alta proporção da mão de obra ativa para a agricultura de "plantation" (grandes monoculturas de soja, café, cacau, voltadas para a exportação).

A conseqüência desse processo perverso é a exportação de lucros e uma crescente dependência externa de tecnologias e equipamentos agrícolas, sem qualquer efeito favorável à agricultura local, "pois não apenas fretes mais baratos possibilitam a importação de alimentos, como a técnica específica do 'plantation' é pouco transferível para outras formas de cultura".

A queda nos custos dos transportes (especialmente após o surgimento das ferrovias) possibilitou a transformação mineral fora dos locais de extração, eliminando um vigoroso incentivo para a criação de indústrias transformadoras desse minério *in loco*.

Agora, a transformação mineradora é passível de ser feita mediante a formação de estoques de minerais, reduzindo o risco de exaustão de reservas, bem como utilizando mão-de-obra especializada, mais produtiva e de menor custo relativo.

Não podendo contar com a "proteção natural representada pelos custos dos transportes" e bastante prejudicada pela "complexidade tecnológica", um outro obstáculo se impõe à industrialização dos países subdesenvolvidos: "o custo elevado do investimento industrial de nível técnico competitivo".

Na França "subdesenvolvida" do século XIX o custo para empregar um trabalhador na indústria era de 6 a 8 meses de salário médio (que já era o dobro que na Grã-Bretanha). Nos atuais países subdesenvolvidos, o mesmo procedimento exige 350 meses de salário médio. Ou seja, 30 anos ou 50 vezes mais o exigido na França em estágio semelhante.

Deste modo, compreende-se o não surgimento de uma classe empreendedora oriunda das camadas mais modestas da sociedade (como ocorreu na Inglaterra e países europeus), essencial para a consolidação de um processo de desenvolvimento industrial.

São exigidos grandes aportes de capitais para assegurar rentabilidades mínimas, na proporção de 1 para 5 entre Inglaterra e França (no século XIX) e de 1 para 250 em relação aos atuais países subdesenvolvidos.

Não é necessário colocar em questão a aptidão ou não de surgir empresários nos países subdesenvolvidos. Para Bairoch "as *elites* industriais espontâneas não surgem porque é muito alto o custo dos investimentos" e "é pouco provável que as '*elites* tradicionais' estejam dispostas a reunir capitais necessários para iniciar-se na indústria", fato ocorrido, segundo suas pesquisas, com pouca freqüência no Ocidente.

Esquece-se, entretanto, o autor, de analisar a possibilidade de associação entre as "elites tradicionais" e novas classes empreendedoras surgidas nos países subdesenvolvidos, como destacam alguns trabalhos da CEPAL em seus estudos sobre as economias latino-americanas.

"Admitindo-se que parte da 'elite tradicional' ultrapasse os enormes obstáculos psicológicos e sociológicos para realizar essa reconversão, não deixa de ser verdade que a área de recrutamento será bastante restrita, reduzindo a possibilidade de encontrar homens dispostos a assumir a função"[(46)].

Além dos principais obstáculos, apresentados acima, apontados por Bairoch como condicionantes do desenvolvimento dos países atrasados (e que são importantes isolados ou conjuntamente), dois "obstáculos de funcionamento" também são relevantes nessa análise: a introdução de leis sociais e o crescimento exagerado do setor terciário nas economias subdesenvolvidas.

As leis sociais, quando introduzidas durante o período de arranque, apesar do seu intenso "significado humano", não deixam de representar um ônus adicional aos novos empreendimentos, com efeitos diretos sobre os lucros, reduzindo a possibilidade de autofinanciamento e os incentivos aos investimentos. Por cruel que possa parecer, a ausência de leis sociais no momento do desenvolvimento dos países originários (quando o trabalho de menores era explorado e o expediente ultrapassava 18 horas por dia) foi funcional para a consolidação do processo de industrialização.

A hipertrofia do setor terciário, por seu turno, é prejudicial ao desenvolvimento dos países atrasados por trazer, associada a ela, uma queda no nível de vida e por provocar pressões sobre os preços. Enquanto a urbanização e o crescimento do terciário dos países desenvolvidos são indicadores de melhoria do nível de vida, nos países atrasados representa um inchaço das cidades, com acréscimo de demanda por bens sociais, aumentos desnecessários da intermediação e uma elevação conseqüente dos preços.

---

(46) Na América Latina verificou-se, desde cedo, a associação de setores tradicionais com capitalistas industriais locais, e dos primeiros com o capital estrangeiro. Essas relações, sobretudo a última, tem importância crucial no estudo do atual estágio de desenvolvimento e dependência dos países periféricos. Em Angola, realidade objeto deste trabalho, nota-se esse fenômeno nos anos recentes, de passagem para economia de mercado, condicionado pela baixa propensão ao empreendimento verificada naquela sociedade.

Esse conjunto de obstáculos permite compreender sem grandes dificuldades a complexidade do problema do desenvolvimento nos países atrasados. Todavia, deve-se acrescentar um importante obstáculo, considerado por Bairoch como de grande relevância, tamanho o destaque dado a ele em seu trabalho: a "inflação demográfica".

Pelas informações do autor estudado, os países de desenvolvimento originário tinham progressão demográfica de 0,5% antes da revolução industrial, passando para 0,8% nos primeiros 60 anos de decolagem. Nenhum país (com exceção daqueles que receberam massas migratórias) iniciou o desenvolvimento com taxas de crescimento populacional superior a 1,1%. Os países subdesenvolvidos atuais, no entanto, crescem à ordem de 2,2% em média.

Além de apresentar deficiências intrínsecas (pirâmide larga na base, expressando a existência de uma enorme população não ativa, com grandes custos de manutenção e desperdício de vidas, dada a alta taxa de mortalidade), o problema da "inflação demográfica" representa um obstáculo crônico por se constituir num elevadíssimo "orçamento" do desenvolvimento.

A absorção desse crescimento populacional exige acumulação duas vezes maior que a verificada nas sociedades tradicionais na época do desenvolvimento originário. Nessa oportunidade, tais países contavam ainda com uma renda *per capita* significativamente maior que a dos atuais países subdesenvolvidos.

Essa "inflação demográfica" é o resultado da melhora das condições sanitárias proporcionadas pela medicina dos países ricos, representando também obstáculos ao desenvolvimento agrícola, na medida em que se verifica uma combinação perversa de terras improdutivas (exigindo grande preparação do solo, devido ao clima) com densidade populacional elevada (muito mais que na Europa do século passado), aliadas a uma forte inelasticidade intrínseca à produção agrícola.

Conclui-se, então, que a possibilidade de desenvolvimento dos países atrasados é bastante dificultada, pois "é dos recursos da população agrícola que partiram os maiores impulsos para o desenvolvimento do século XIX e é somente daí que pode vir, no início do desenvolvimento, esse crescimento tão necessário da demanda global interna"[47].

---

[47] Como pudemos ver, a recorrência aos mesmos "fatores determinantes" do desenvolvimento, em diferentes momentos históricos, são um indicador claro da incapacidade dos autores de abordagem semelhante em conferir um caráter processual histórico a suas análises.

À guisa de conclusão, Bairoch é extremamente pessimista quanto às atuais possibilidades de crescimento dos países subdesenvolvidos como fruto de um processo espontâneo, como ocorreu com os países originários.

Esse ceticismo não decorre do reconhecimento de que a realidade e o processo histórico dos países subdesenvolvidos são diferentes e específicos quando comparado aos dos países de desenvolvimento originário, mas tão somente do reconhecimento de que não há integração lógica das mesmas variáveis que operaram em conjunto no nascimento da industrialização, somado à emergência de alguns problemas específicos como a hipertrofia do terciário ou a inflação demográfica.

Como os "elos de uma corrente", se essas variáveis fossem corretamente encadeadas talvez fosse possível lograr o mesmo êxito dos países originários.

Frente a essa conjunção perversa de fatores impeditivos, contudo, a ajuda externa talvez seja uma importante saída como elemento incentivador ao encadeamento lógico do processo de desenvolvimento, sendo necessário apenas tomar cuidados para não constituí-la numa panacéia sem retornos positivos aos próprios países atrasados.

Não se deve esquecer, recomenda o autor, o importante papel da produtividade agrícola, pois, embora já não seja uma condição *sine-qua-non* para o desenvolvimento, dados os impedimentos citados (que anulam sua plena eficácia), ela ainda se constitui em elemento essencial para integrar o encadeamento lógico exigido para o desenvolvimento.

Os obstáculos devidos à tecnologia, à queda das proteções naturais e aos custos elevados dos investimentos também devem ser enfrentados, adotando-se medidas coerentes e de longa duração.

"Isto não significa, necessariamente que a planificação integral seja a solução, mas é certo que o jogo de mercado e do ajustamento mais ou menos 'espontâneo' é impotente diante desses problemas"[48].

Somente uma ação determinada, recomenda Bairoch finalmente, poderá permitir superar a contradição na qual "o que era fator desencadeante do desenvolvimento transformou-se em um obstáculo ao crescimento desses dois terços da humanidade que constituem os países subdesenvolvidos".

---

[48] Bairoch aproxima-se de Nurkse (autor de tradição semelhante) ao reconhecer a falibilidade do automatismo econômico. Também, revela um aspecto que marca a obra de outros economistas da mesma tradição, que é a menção respeitosa, mas cética, ao modelo de economia centralmente planejada.

Pudemos, então, a partir desta exposição, comprovar que trabalhos vinculados à "matriz neoclássica" apresentam lógica interna e coerência bastante atraentes, mas são claramente insuficientes para explicar a chamada "realidade complexa" dos países periféricos. E tal insuficiência surge por não conterem, esses trabalhos, uma abordagem mais ampla e que integre também variáveis ainda não incorporadas na análise puramente econômica.

Bairoch, assim como outros economistas da mesma tradição, não conseguem fugir ao reconhecimento de determinados aspectos "não econômicos" da realidade dos países subdesenvolvidos atuais e discutem, mesmo que pouco profundamente a "falibilidade dos mecanismos automáticos de mercado", o "papel das *elites*", a existência de "reserva de mão-de-obra" em setores industriais (algo próximo da categoria marxista do exército industrial de reserva) e o efeito do direito positivo sobre decisões econômicas, mas não avançam em incorporar questões sociais e políticas em uma análise global da economia. Antes, pelo contrário, rechaçam esta possibilidade, como já apontamos antes.

O próprio autor neoclássico, por exemplo, reconhece a necessidade desse "tratamento global" aos problemas do desenvolvimento ao afirmar que "não resta dúvida que uma teoria global desse processo complexo que é a evolução econômica, deve deixar lugar a aspectos sociológicos, institucionais e políticos", pois "convém desconfiar da causa única em ciências humanas". Porém, em suas análises, são tomados exclusivamente "aspectos econômicos", com questões "sociais e políticas (mentalidade, estratificação social, regimes, instituições políticas)" sendo "deliberadamente e quase totalmente deixados de lado"[(49)].

Assim, não resta dúvida de que, na análise de realidades complexas, como a dos países periféricos, onde a economia determina e é determinada por fenômenos sociais e políticos bastante correlacionados, o emprego de abordagens teóricas globais, como a "teoria da dependência", será muito mais funcional aos propósitos de se compreender as condições do “subdesenvolvimento” que o recurso aos esquemas analíticos econômicos tradicionais.

---

(49) BAIROCH, P. *Opus cit*. página 10.

Como bem afirma Cardoso, ao explicar o desenvolvimento da "dependência", os esquemas interpretativos de natureza puramente econômica se revelam insuficientes para explicar a natureza desses problemas complexos da periferia.

As medidas econômicas são tomadas, porém deve se ter em conta sua interação com o "sistema social" e com o "sistema político", possibilitando assim uma análise integrada do problema do subdesenvolvimento.

Esta análise integrada a que a "dependência" se propõe, parece conferir a ela as qualidades necessárias a uma compreensão ampla do problema do atraso dos países periféricos em geral, inclusive daqueles de "descolonização tardia", como o aqui estudado.

2.4. Dependência Contemporânea

Uma das lições implícitas nos argumentos dos autores originais da “teoria da dependência”, conforme vimos acima, é que os conceitos, sejam estes econômicos, políticos ou sociais, são dados estruturalmente.

Em outras palavras, quando se examina um conceito este deve estar associado a uma dada estrutura econômica, social ou política, podendo perder seu sentido e seu significado na medida em que essas estruturas são submetidas aos efeitos dinâmicos das transformações que ocorrem com a história.

Uma estrutura transformada, por sua vez, exige conceitos inteiramente reelaborados, sendo necessário redefini-los para cada nova realidade.

Assim sendo, também o conceito de “dependência econômica” precisa ser redefinido na medida em que as estruturas vigentes no interior de cada país e as relações exteriores entre os países se modificam. Essa redefinição tem várias faces, devidas mesmo às múltiplas transformações que afetaram a economia mundial desde que esta serviu de base para as elaborações iniciais do conceito de “dependência”.

Entre os anos cinqüenta e sessenta (que pontilharam os estudos iniciais sobre a "dependência") e as décadas de 70 e 80, onde se centram nossas principais considerações sobre a realidade angolana estudada, as mudanças verificadas na economia mundial foram tamanhas a ponto da estrutura vigente mais recentemente ser completamente outra, globalizada e transformada, relativamente à do período inicial, exigindo um novo enfoque analítico.

Essencialmente, a versão primária da "dependência econômica" (como examinamos anteriormente) procura mostrar que as relações entre países centrais e periféricos, numa análise geral do sistema capitalista, vão se modificando historicamente a ponto de permitir que as economias subdesenvolvidas possam se industrializar, mesmo prevalecendo uma situação de dependência.

Enriquecendo a análise econômica com uma visão sociológica e política, a "teoria da dependência" procura evitar o pessimismo característico de versões determinísticas (que enxergavam barreiras e impasses impeditivos ao desenvolvimento), demonstrando a factibilidade do desenvolvimento, sobretudo mediante uma dada configuração política e social a ele favorável.

Enquanto teses como a do "nacional-desenvolvimentismo" (que pregava a necessidade de findar os laços de dependência, combatendo as influências externas) ou do "desenvolvimento nacionalista-burguês" (que se apoiava na idéia de uma "revolução burguesa" instauradora da equidade) ou mesmo a "teoria do subdesenvolvimento" (que enxergava a estagnação como resultado da dependência e via como impossível alçar um país periférico à condição de desenvolvido em épocas atuais), todas elas, assim como a "dependência", geradas no âmbito da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), eram céticas quanto a transformações estruturais internas a partir da associação com os interesses externos, a "dependência econômica" não apenas via essa forma de coexistência como possível, mas asseverava ser esta a característica da contemporaneidade econômica onde se apoiava.

Mais que isso, procurou adaptar-se dinamicamente às transformações, sobretudo a partir dos anos setenta (dentro da dinâmica de adaptação conceitual a novas estruturas que mencionamos acima), incorporando a noção de "desenvolvimento dependente-associado", e, mais recentemente, considerando o recesso do autoritarismo em várias partes do mundo e sua substituição pela democracia (não obstante a existência ainda de uma poderosa burocracia estatal residente nos monopólios públicos e de resquícios do autoritarismo), compreendendo os efeitos da globalização e da revolução tecnológica (comunicações e informática sobretudo) sobre as relações econômicas mundiais.

Nessa nova realidade econômica, marcada especialmente pelo fenômeno da globalização, a anterior "dependência econômica" transforma-se em "interdependência", na qual economias em diferentes estágios de desenvolvimento têm seus destinos traçados ou determinados pela dinâmica dos capitais especulativos internacionais, sustentada num sistema de informações dinâmico, baseado em novas tecnologias cibernéticas e em inovações financeiras [(50)].

Para os adeptos da "dependência", sobretudo nesse novo contexto, o desenvolvimento econômico continua sendo um dos temas da Economia com mais elevado grau de significado político e social.

Político porque relaciona-se às opções políticas em vigor e que serão determinantes na definição das trajetórias possíveis de desenvolvimento; social porque seus efeitos (ou a ausência deles) é pleno de significado para os atores sociais ou (como chamados na economia) para os agentes econômicos[(51)].

A preocupação com o progresso marcadamente material, com o crescimento econômico, passa a ser enriquecida com a inclusão do processo social e com a complexidade do quadro de forças políticas prevalecente, resultando deste último (e do particular formato por ele assumido) uma dada estrutura social, fruto mesmo dos diferentes rumos alternativos ditados pela configuração política prevalecente.

[(50)] GOLDENSTEIN, L. *Repensando a Dependência* (São Paulo, Paz e Terra, 1994) pág.99.
[(51)] CARDOSO, F.H. "Ainda a Teoria da Dependência" in *Folha de S.Paulo*, Caderno Mais. 28/05/95, pág.5-5.

O tema do “desenvolvimento”, entretanto, à medida em que as transformações sistêmicas vão se operando ao longo das últimas décadas, submete-se a um processo de fragmentação, adquirindo diferentes especificidades e qualificativos (sustentável, ecológico, social, com equidade), que, embora torne complexa sua análise, enriquece e amplia seu significado, abrangendo um processo muito maior.

Do lado estritamente político, as transformações decorrentes do fim ou da atenuação dos vários autoritarismos, em vigor até meados dos anos setenta, sobretudo nos países atrasados (aqui incluindo países europeus, como Portugal e Espanha, e a maioria dos países latino-americanos), permitiu examinar com mais vagar as dissonâncias existentes entre crescimento econômico e distribuição de renda, revelando que decisões de política econômica para o desenvolvimento não se podem pautar exclusivamente em considerações econômicas.

E é justamente essa ampliação do significado de “desenvolvimento econômico” que vai contribuir para modificações iniciais no conceito de “dependência”, exigindo que se pense não no simples crescimento econômico, mas no desenvolvimento socialmente desejado, não obstante a conexão necessária de interesses (dependência) entre cada país em particular e seus congêneres participantes da economia mundial.

No interior do conceito de “dependência”, a importante questão do efeito da forma de inserção de cada país na economia internacional sobre seu particular vetor de desenvolvimento econômico (conforme visto na parte inicial deste capítulo) também sofre transformações, na medida em que o sistema econômico mundial se modifica.

Enquanto a globalização era um fenômeno restrito apenas à esfera da produção, no período de gestação do conceito (anos 60), ou estava ainda em seu processo inicial, revelada pela ação das empresas transnacionais, as transformações políticas, econômicas e sociais dos anos setenta e oitenta (influenciadas sobremaneira pelo avanço tecnológico) permitiram uma dinamização deste fenômeno que passou a abranger, em particular, o segmento financeiro da economia mundial.

Isto fez com que os países insertos no sistema econômico mundial se tornassem ainda mais “dependentes” entre si, recebendo influência não apenas na definição de suas políticas de desenvolvimento (para os médio e longo prazos), mas até mesmo na gestão cotidiana de suas decisões econômicas (de curto prazo), afetadas pela rapidez com que se alteram os portfólios do capital internacional.

A globalização, por outro lado, modificou também o perfil dos países participantes do sistema mundial relativamente ao seu grau de risco, pois, no jogo de soma zero em que todo o sistema participa, perdem ou ganham países ricos ou países pobres, adiantados ou atrasados, conforme suas economias sejam fortalecidas ou fragilizadas pelas decisões financeiras internacionais de curto prazo.

Daí serem vitalizadas políticas de defesa da paridade da moeda ou de proteção comercial, justificadas pela necessidade de combater os efeitos perversos da globalização e, ao mesmo tempo, garantir suas potencialidades para o crescimento da riqueza econômica internacional, não obstante a aparente contradição dessas proteções para com os pressupostos do novo liberalismo econômico em vigor.

A configuração particular resultante dessas políticas de proteção, desses acordos e interações induzirá, por conseguinte, um novo processo de transformações estruturais que exigirá, por seu turno, novas elaborações futuras do conceito de "dependência", num processo dinâmico de redefinição e de reconstrução analítica.

Outra modificação importante ocorrida, desde a conceituação original da "dependência", foi a eliminação do "fatalismo periférico" ou da "homogeneização determinante" em que se supunha que, a despeito do desenvolvimento com dependência, e justamente por ela, seria fatal que os países subdesenvolvidos estivessem sempre situados na margem do sistema, compondo um "grupo homogêneo" de eternos "países em desenvolvimento", opostos a um conjunto de países desenvolvidos e sempre adiantados.

O gerenciamento econômico responsável, porém, tendo em consideração as transformações capitalistas (em particular nas relações econômicas internacionais) e os anseios da sociedade, fizeram com que alguns países, sobretudo na Ásia, "saltassem" para um *status* econômico similar ao dos países do Primeiro Mundo, ao mesmo tempo em que seus exemplos servem para ilustrar a relevância das decisões políticas para com a estrutura econômica em vigor, exigindo, também, uma postura prospectiva e de longo prazo da direção econômica.

O grau de participação do Estado nesse processo também modificou-se nos últimos anos (teórica e pragmaticamente), pois, de uma crença quase absoluta no papel dos governos para dimensionar o desenvolvimento, nos anos cinqüenta e sessenta, estes adquirem (em boa parte graças também à leitura dada pelo novo liberalismo), recentemente, a face de vilões.

Se, por ocasião do desenvolvimento da versão original do conceito de "dependência", era preciso configurar o Estado como administrador de "portfólios tipicamente privados" (atuando através de empresas em diversos setores), exacerbando suas funções e, *in extremis*, praticando ou aderindo ao "socialismo" (com o Estado assumindo a propriedade de todos os meios de produção), a falência do "Estado (centrais ou periféricos) do bem estar social" (talvez não pelo simples reforço de ideologias já conhecidas, mas pela sua própria incapacidade de gerar receitas adicionais para fazer frente aos déficits cada vez mais surpreendentes), encarregou-se de alterar essa situação.

Ao Estado, agora, é reservado um papel de coadjuvante com a sociedade no processo de solução de problemas econômicos concretos, exigindo-se uma ampla análise e um amplo debate na escolha de alternativas que possam otimizar os benefícios sociais.

O término da dualidade sistêmica ("socialismo" X "capitalismo") e de seus conflitos inerentes (Guerra Fria) ofereceu, também, uma nova arena em que o desenvolvimento econômico deve ser pensado.

Gerada sob o autoritarismo, a "dependência" exige redefinir-se também por situar-se, agora, num contexto em que a democracia parece ser a forma prevalecente de governo, entendida a democracia não como mera participação cosmética e superficial da sociedade em eleições periódicas e parciais para determinados níveis, sustentando governos, em essência, autoritários, mas como um verdadeiro exercício de direito dos cidadãos (atores sociais ou agentes econômicos) à reflexão comum e à escolha das melhores alternativas[(52)].

[(52)] É evidente que a questão da prevalescência de governos "democráticos" no mundo contemporâneo exige elaborações analíticas mais profundas para explicá-la, algo a que o presente trabalho não se propõe fazer. É fato reconhecido, entretanto, que a prática de eleições diretas e o Estado de direito vêm se consolidando nas nações periféricas, constituindo-se em indicadores do avanço da "democracia" nesses países.

Do ponto de vista social, com a democracia, nota-se uma multiplicação dos agentes demandantes (ou de "atores articuladores de demandas", sociologicamente falando), modificando a configuração de poder dos grupos sociais (relacionados ou não com o exterior), tornando mais complexo o gerenciamento econômico e afetando, naturalmente, as decisões para o desenvolvimento.

O Estado, neste contexto, tem consolidado o seu papel de coadjuvante, associando-se com o empresariado, com os sindicatos, com as instituições da sociedade civil (organizações não-governamentais), com a sociedade como um todo, voltando-se, em cada caso específico, para objetivos socialmente desejados: a produção, a redução das diferenças interclasses (capital e trabalho), o atendimento de reivindicações específicas (ecológicas, dentre elas) e a promoção de ampla participação nas decisões.

Na democracia verdadeira, a liderança é temporária e não se faz por um único segmento social, grupo ou classe. E o desenvolvimento econômico deve ser visto como fruto desse emaranhado de forças, condizente com uma ampla mobilização de toda a sociedade.

A "dependência econômica", então (antes crente no poder automático de transformação da democracia, numa relação em que se pensava bastar alcançar a democracia para que se alcançasse justiça social) tem que se articular nesta nova configuração em que cresce a complexidade das relações internas e se sofisticam as relações externas fazendo avançar a interdependência econômica.

Aos países participantes do processo econômico mundial é concedido, hodiernamente, um poder proporcional à sua contribuição econômica, valorizando-se a reciprocidade e o tamanho dos mercados que representam [donde se compreende a valorização da formação de grupos regionais (Comunidade Européia, Mercosul), representando mercados, produção e, naturalmente, "poder"].

Do ponto de vista interno dos países, os caminhos para o desenvolvimento econômico, nesses novos tempos, exigem algumas tarefas essenciais que envolvem, dentre outras, a estabilização econômica, a privatização de ativos públicos, a abertura comercial, um sistema financeiro ágil e sintonizado com os padrões e as inovações internacionais, a melhoria de infra-estrutura e dos recursos humanos e amplos investimentos em áreas essenciais como educação, saúde e distribuição.

O sucesso alcançado nessas tarefas é que vai possibilitar a “viabilização do país” como objetivo dos investimentos dos agentes globais (capital internacional), visando a exploração de mercados locais e a constituir bases produtivas a ser integradas com as bases de outros países. Possibilita, também, melhor acesso ao processo de disputa por recursos do exterior.

Esse “sucesso interno” e sua contraparte (a “viabilização” para a inserção dos investimentos na economia nacional para exploração de mercados e constituição de bases operativas intercambiáveis - a essência do modo prevalecente de globalização), entretanto, podem se constituir em elementos de contradição a ser ainda devidamente estudados nesse contexto de integração mundial.

Nessa nova etapa de “dependência econômica” podem prevalecer formas específicas de vinculação da economia nacional ao sistema econômico mundial que subtraiam valiosos graus de liberdade nas decisões de política, sobretudo de políticas macroeconômicas.

Em outras palavras, a prevalecer um grau elevado de dependência das decisões dos “gestores” dos capitais internacionais (não importando sua nacionalidade nesse novo contexto), o país periférico integrante do sistema mundial pode simplesmente se tornar incapaz de conduzir seus desígnios econômicos e sociais.

A nova “dependência econômica”, contudo, configura-se e se define para as estruturas econômica, social e política contemporâneas (e que são dinâmicas) constituindo-se muito mais como “interdependência” entre países centrais e periféricos que como dependência pura e simples.

A particular forma de inserção do país no sistema econômico mundial é que será decisiva na definição do perfil de ação das autoridades governamentais, podendo incidir favorável ou desfavoravelmente às possibilidades para se alcançar o desenvolvimento econômico e social.

Capítulo 3

ECONOMIA DEPENDENTE COLONIAL E TRANSIÇÃO PARA ESTADO NACIONAL

A República de Angola é um dos mais recentes Estados independentes da África meridional e integrou um conjunto de territórios que fizeram parte do "colonialismo tardio" praticado por Portugal até meados da década de 1970[53].

Sua denominação advém do aportuguesamento do nome do rei Ngola, do Reino Ndongo, que se localizava, no século XVII, próximo de onde hoje se encontra a capital do país, Luanda.

Para compreender sua história, a trajetória e inflexões de sua economia, o processo de independência e a consolidação do Estado soberano (elementos essenciais para atingir as finalidades deste trabalho), entendemos ser necessário esclarecer alguns pontos fundamentais.

Neste sentido, ao longo do presente capítulo procuraremos localizar o território angolano no tempo e no espaço, apresentar o importante quadro de etnias que compõe sua população e relatar os pontos específicos do colonialismo português praticado no país. Tais pontos são essenciais para a compreensão do processo de luta de libertação (tratado no capítulo seguinte), possibilitando entender também os elementos que caracterizam o legado de “dependência econômica” deixado por Portugal para sua importante colônia africana.

3.1. Situação Geográfica, Recursos Naturais e Humanos

Situado na zona subequatorial e tropical do hemisfério sul, o país ocupa a parte sudoeste do continente africano, sendo banhado pelo oceano Atlântico em cerca de 1600 quilômetros, fazendo fronteira, em outros 3500 quilômetros, com o Congo, o Zaire, a Zâmbia e a Namíbia.

---

(53) Após a independência política de Portugal, em 1975, o novo país passou a chamar-se República Popular de Angola. Recentes medidas (1992) alteraram sua denominação para República de Angola. O "colonialismo tardio" português (assim chamado em referência à sua demorada solução relativamente aos outros colonialismos) encerrou-se em meados dos anos setenta, libertando países africanos como Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Bissau.

Figura 1
Angola e o Continente Africano

Fonte: Atlas Geográfico Mundial. Folha de S.Paulo, 1995, página 74.

Sua superfície total, de formato quadrangular, mede 1.246.700 quilômetros quadrados, compreendendo, aproximadamente a área territorial conjunta de Portugal, Espanha, França e Inglaterra (ou o Estado brasileiro do Pará). Uma rica parte do território angolano, o enclave de Cabinda, está separada do restante do país por uma faixa estreita de menos de 50 quilômetros (pertencente ao Zaire para seu contato com o mar) e pela foz do rio Congo ou Zaire, na fronteira norte do país[54].

---

(54) As informações do presente capítulo foram obtidas no Atlas Geográfico, volume 1, editado em 1982 pelo governo da República Popular de Angola e em FITUNI, L.L. *Angola: Natureza, População, Economia* (Moscou, Edições Progresso, 1986) 2a. edição.

Grande parte do território de Angola compõe-se de planaltos superiores a 1000 metros, nunca ultrapassando, porém, 2600 metros, ponto culminante representado pelo Morro Moco, no Planalto Central. Ao longo da costa, percebe-se uma faixa plana, resultado de uma depressão (outrora ocupada pelo mar, segundo os especialistas), que varia de poucos a até 200 quilômetros de largura, caracterizando todo o seu belíssimo litoral.

Sua grande extensão costeira tem significado econômico tanto para Angola quanto para seus países vizinhos, Zaire e Zâmbia, que têm ligação com o oceano Atlântico através do território angolano.

O litoral do país é pouco entrecortado e descendo, do norte para o sul, alguns rios servem para especificar seu território, como o Congo ou Zaire (que apenas toca o território na fronteira norte), que recebe boa parte dos afluentes provindos do nordeste angolano; o Bengo, que fornece água potável para a região metropolitana de Luanda; o Cuanza (cujo nome foi adotado para denominar a moeda em circulação no país), que nasce no Planalto Central e deságua a menos de 100 quilômetros ao sul de Luanda (a capital), importante pelo potencial energético; o Catumbela, também nascente no Planalto Central e cuja foz situa-se entre as importantes cidades de Lobito e Benguela, no centro-sul do país; e o Cunene, pouco caudaloso, devido à proximidade do deserto, que serve para marcar a divisa com a Namíbia, ao sul. Outros rios de menor importância também deságuam no oceano Atlântico, seguindo a direção do leste para o oeste.

Ao sul de Lobito e Benquela, percebe-se uma franca formação desértica, influenciada pelos desertos do Namib e do Kalahari, ocorrendo muitos rios perenes. No litoral, nota-se também a formação de ancoradouros naturais "construídos" pela corrente de Benguela (que transita do sul para o norte), como na cidade de Lobito (porto natural) e nas proximidades da cidade de Luanda.

O Planalto Central e seus entornos, constituíram-se na principal região de produção agrícola de Angola, no período colonial, graças à combinação do clima com terras férteis e úmidas, que serviram para atrair o colonizador europeu (já no século XX), onde melhor se aclimatou e fez erguer cidades importantes, como Huambo, Lubango e Kuito[55].

---

(55) Nos referiremos ao território de Angola pelas suas denominações atuais, adotadas após a independência política, utilizando nomes de origem africana em substituição aos nomes portugueses da época colonial.

A pecuária, por seu turno, além de praticada, por questões culturais, no extremo sul, desenvolveu-se próxima da produção agrícola e nos territórios do noroeste, ali difundida por determinação dos colonizadores[56].

Ultrapassando o Planalto Central, alcança-se o lado leste do país, caracterizado, ao norte, pelas regiões mineiras e por terras altas onde nascem os rios que são afluentes do Congo e se dirigem para o Zaire. Do centro-leste para o sul, há uma zona pantanosa influenciada pelo rio Zambeze (que nasce na Zâmbia, corta o território angolano na direção sul, e volta para a Zâmbia antes de desaguar no Oceano Índico, em Moçambique) e seus muitos afluentes. Em seguida, alcançamos o limite sudeste, marcado pela desertificação e pela existência de rios que terminam em lagunas ou desaparecem na própria terra.

Embora situado em uma região tórrida do planeta, Angola usufrui de agradáveis temperaturas médias anuais, que variam de 18 a 25 graus centígrados em boa parte do seu território, graças à influência da corrente fria de Benguela, que passa junto à costa sul do país, e ao especial formato de sua geografia, permitindo combinações de correntes aéreas. Temperaturas mais baixas só são sentidas no planalto, durante o inverno, raramente descendo aquém de 5ºC, enquanto nas regiões mais secas, ao sul, próximas ao deserto do Namib, atingem máximas de 33ºC.

Do ponto de vista da vegetação, Angola é essencialmente tropical, porém com predomínio de savanas, com suas florestas formando-se próximas de rios e baixadas, sem ser muito densas ou fechadas. Nas savanas, o espaço entre as árvores (geralmente de pequeno porte) é bastante amplo, onde encontramos os "embondeiros", árvore típica que serve para caraterizar um mesmo cenário em quase todo o território do país.

De uma fauna rica e variada, sendo possível encontrar elefantes, hipopótamos, rinocerontes, crocodilos, zebras, girafas e muitas espécies de macacos e gorilas, não muito longe de Luanda, Angola teve dizimada, em anos recentes, sobretudo com a guerra, parcela considerável de seus animais silvestres, restando um reduzido número deles em parques e reservas pouco fiscalizados.

---

(56) Grupos tribais do sul de Angola associam o gado a divindades, sendo praticada a criação de animais que não podem servir de alimento, dentre outras aspectos. A posse de gado é um indicativo de poder entre certas tribos.

Figura 2
A Geografia de Angola

Fonte: Atlas Geográfico. Ministério da Educação da República Popular de Angola.1982. páginas 8-9.

Além da fauna marinha, bastante rica e que permite ao país, atualmente, ter nesse recurso uma importante fonte de alimentos e de divisas estrangeiras, o território angolano apresenta uma enormidade de aves e outras espécies animais. Destaque deve ser dado à famosa mosca *tsé-tsé*, que age em todo o território do país, causadora de uma séria doença tropical, que torna sonolentos as pessoas e os animais, levando-os à morte, com graves impactos econômicos.

Resultado desse ambiente tropical são também as doenças endêmicas que afetam quase a totalidade da população, com pouca eficácia, até o momento, quanto ao seu controle, como são os casos da malária e da cólera, representando enormes custos sociais.

A estrutura geológica do território angolano, por sua vez, permite o surgimento de riquezas minerais de grande significado econômico, como os recursos do setor energético (petróleo, gás e carvão), minerais metálicos (ferro, cobre, manganês), minerais não metálicos (diamantes, quartzo, fosfato) e radioativos (torbenite), dentre outros.

O petróleo é, sem dúvida, sua principal riqueza atual e sua exploração se faz, sobretudo, no disputado enclave de Cabinda (*off shore*) e na região que vai da foz do rio Congo ou Zaire até pouco abaixo da capital, Luanda, onde a extração ocorre na própria faixa costeira. Em Cabinda concentram-se, desde o início da exploração, em 1956, conhecidas empresas petrolíferas estrangeiras que extraem e exportam o produto, pagando tributos ao governo local sobre a quantidade explorada.

Os minérios preciosos são explorados, sobretudo, na região nordeste do país, na província do Lunda-Norte, embora menores concentrações ocorram em áreas adjacentes (províncias do Lunda-Sul e de Malanje), encontrando-se principalmente diamantes e pepitas de ouro.

Petróleo e metais preciosos, juntamente com o pescado e um pouco de matéria prima semi-processada para a fabricação de cimento são os principais produtos de exportação, geradores de divisas estrangeiras, da economia angolana atual.

Em meio a esse cenário, o fator mais importante do país, os recursos humanos, somente passaram a ser estudados em 1943, quando realizou-se o primeiro recenseamento oficial em Angola.

Nesse ano, o território contava com 3.738.000 habitantes, dos quais 3.666.000 (98%) africanos, 44.000 (1%) europeus e 28.000 mestiços.

Em 1978, este número havia saltado, oficialmente, para 6.769.000 habitantes, com um crescimento médio anual de 1,71% durante os 35 anos que separam as duas datas.

Informações de alguns pesquisadores, entretanto, indicam que, nos 15 anos que antecederam a independência política, a média de crescimento populacional anual não ultrapassou 1,66%, graças à exploração colonial, à fome, às péssimas condições de vida e de trabalho, à ausência de assistência médica e sanitária, dentre outros problemas, que afetavam, sobretudo, a população negra do país[57].

Nos primeiros cinco anos após a independência, não obstante as perdas humanas nos conflitos armados, o crescimento médio saltou para 2,44% ao ano, fazendo a população atingir, em 1980, 7.078.000 habitantes e em torno de 10.609.000, estimados, em 1992, com crescimento médio de 2,9% ao ano[58].

É preciso salientar que nos anos 60 e 70, Angola recebeu um importante fluxo migratório proveniente da Europa, enquanto, após a independência política, retornaram ao país milhares de refugiados.

Também, a fuga de angolanos e portugueses no período imediatamente posterior à independência e as perdas em guerra, sem contar a transição inter-fronteiras (bastante comum ainda hoje na África, até por questões étno-culturais), afetaram os indicadores censitários.

A transição inter-fronteiras, a propósito, é um fenômeno característico do continente africano e joga um importante papel na composição demográfica dos países locais, pois as demarcações oficiais de fronteiras (estabelecidas, como veremos, através de acordos entre os antigos colonizadores europeus e respeitadas pelos governos das atuais nações independentes) não coincidem com as "fronteiras étnicas", contribuindo para que diferentes povos transitem (por diversos motivos, que vão desde razões culturais, até questões políticas ou motivações econômicas), de um lado para outro das fronteiras oficiais, aumentando ou diminuindo a população de certas regiões.

---

(57) FITUNI, L.L. *Opus cit*. página 32.

(58) Tivemos acesso, através do INE - Instituto Nacional de Estatística, de Angola, a um conjunto de dados demográficos e de indicadores sociais e econômicos válidos até 1992. Todavia, nossa experiência no país levou-nos a colocar em dúvida a qualidade de certas informações, que não passavam, em alguns casos, de simples projeções embasadas em dados do período colonial. Diante das condições materiais prevalecentes em Angola, utilizamos também informações de FITUNI, L.L., *Opus cit*. e alguns dados do Instituto Nacional de Estatística do governo de Portugal.

Em Angola, por exemplo, habitantes do país vizinho, Zaire, entram em seu território para residir, temporária ou permanentemente, em determinadas cidades (motivados por razões políticas ou econômicas), afetando os indicadores censitários e, mais importante, o orçamento público. O governo angolano (assim como o governo zairense) não possui qualquer controle quantitativo sobre esse fluxo migratório, não obstante reconhecer a importância do seu impacto sobre suas contas.

Do ponto de vista da composição racial, os dados oficiais indicam uma redução quase absoluta do número de brancos em Angola, após a independência. Estima-se que, em 1980, os brancos não passavam de 0,8% da população (60.000 habitantes), enquanto no auge do colonialismo, em 1970, chegavam a 5% (280.000 habitantes), assim permanecendo até as vésperas da independência (quando atingiram 340.000 numa população de cerca de 7.000.000 de habitantes). Existem, porém, cerca de 3% de mestiços que habitam as várias regiões do país, concentrando-se, principalmente, na capital e na província de Benguela.

Quanto à estrutura etária, dada a reduzida expectativa de vida (cerca de 41 anos, em 1980, e 45 anos, em 1995), Angola é um país essencialmente jovem. Em 1980, 42% da população tinha idade inferior a 15 anos, com apenas 4% superando a marca dos 60 anos, o que levava a uma idade média de 18 anos.

Estima-se que não houve grandes mudanças desse perfil nos últimos anos, graças ao acirramento dos conflitos armados e à emergência de dificuldades econômicas recentes, com impactos certeiros sobre esses números. Projeções para 1992 indicavam 45% com menos de 14 anos e 5,50% com mais de 60 anos.

O governo do país tem realizado campanhas médico-sanitárias visando ao aumento da expectativa de vida da população angolana, tendo em conta que o impacto orçamentário dessa estrutura etária (que leva a altos custos com educação e preparo dos jovens, com baixos retornos provenientes da população adulta, que, por sua vez, morre cedo e padece de endemias crônicas) é bastante perverso. Os resultados dessas campanhas, entretanto, não são conhecidos.

A população economicamente ativa, em 1970, era de 53%, segundo dados oficiais, caindo para 44% em 1980, em parte devido à elevação da taxa de natalidade e a algum aumento na duração média de vida dos angolanos. Estes dados, porém, incluem o grupo dos chamados pré-ativos, isto é, crianças e adolescentes com capacidade laboral.

Estimativas mais realistas indicavam que a população efetivamente produtiva em Angola era de 26,7% da população total, em 1980, atingindo cerca de 1.900.000 pessoas, aqui englobando os trabalhadores domésticos, operários, camponeses, dentre outros. Em 1985, a PEA alcançava pouco mais de 2.108.000 habitantes.

A distribuição territorial da população angolana, por seu turno, sempre foi uma questão de difícil administração. Primeiro, pelas própria natureza da composição étnica dos povos que habitam esse território, cujas fronteiras oficiais, como já dissemos, pouco representam em termos tribais. Segundo, pelos fortes movimentos migratórios que marcaram a história do país, seja pela fuga ao colonialismo e à luta armada dele decorrente, seja pelo processo de independência, seja pela guerra permanente, após a independência, que apresenta concentrações territoriais periódicas que deslocam a população, seja por deslocamentos naturais motivados por razões étnicas. Também a entrada de europeus e a fuga posterior à independência acabaram por afetar a densidade populacional.

Estima-se, atualmente, uma densidade populacional de 8 habitantes por quilômetro quadrado, com distribuição desigual pelo território.

Um forte movimento migratório em busca da capital do país, fez com que as autoridades angolanas estimassem, em 1992, uma presença de cerca de 30% dos habitantes apenas nos arredores da cidade de Luanda, muito dos quais fugindo da guerra ou em busca de melhores condições de vida. As projeções do Instituto Nacional de Estatística, todavia, indicavam apenas 16,55% da população vivendo na província de Luanda, em 1992. Também, nessa mesma época, contabilizava-se "oficiosamente" a presença de muitos imigrantes ilegais vivendo na província de Luanda (provenientes, sobretudo, do Zaire).

Esse movimento de urbanização (crescente após a independência, não obstante a política oficial de limitar em 25% a população nas cidades), naturalmente, teve impactos gritantes sobre o orçamento público e sobre as condições de vida, higiene, saneamento e saúde da população.

Em 1980, a maior parte dos habitantes (40%) estava concentrada nas províncias centrais de Huambo e Bié (cujas capitais têm o mesmo nome), com a primeira apresentando cerca de 24 habitantes por quilômetro quadrado. A província de Luanda, na mesma oportunidade, tinha uma densidade de 16,6 habitantes, enquanto Benquela chegava a 14,6, ambas situadas no litoral.

Os conflitos bélicos recentes, marcaram profundamente a população do Planalto Central, fazendo com que os deslocamentos ocorressem desfavoravelmente a essa região e em benefício das províncias litorâneas, em particular à de Luanda.

Percebe-se claramente que, além de um recente e intenso trânsito da população, esse fluxo se faz no sentido das áreas urbanizadas, deixando o campo praticamente abandonado. Dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola indicam crescimento negativo de 0,53% da população rural no biênio 1992/93, embora esses mesmos dados indiquem uma população total majoritariamente rural, com 58% dos habitantes vivendo no campo.

Em um país funcionando com regularidade, é de se esperar um êxodo rural substituído por condições produtivas que garantam a manutenção do fluxo de excedentes agrícolas para as cidades. Em Angola, porém, dadas as peculiares condições de sua história recente (marcadas, sobretudo pela guerra), ao êxodo rural seguiu-se um agravamento da fome e da falta de alimentos nos centros urbanos, obrigando o governo a despender altas somas em importações de produtos que antes eram ofertados internamente.

3.2. Composição Étnica

Para se entender parcela das dificuldades angolanas, sobretudo nos campos político, econômico e social, é necessário uma breve incursão pelo quadro étnico e cultural dos povos que habitam esse território.

Remotamente, o atual território de Angola era habitado por povos Bosquímanos que sofreram, gradativamente, a invasão dos povos Bantos que deslocavam-se para o sul do país e do continente africano.

Os portugueses somente chegaram às terras de Angola em 1482, quando a frota comandada por Diogo Cão aproximou-se da foz do rio Congo, onde situava-se o Reino do Congo. Ali construíram portos-fortalezas e avançaram brevemente no novo território, já que seus objetivos, na época, não era a colonização local, mas atingir as terras da Índia. O grande afluxo de colonos portugueses somente ocorreu, efetivamente, a partir da segunda metade do século XX (nos anos 60 e 70, mais precisamente).

A população atual do território angolano é essencialmente de origem Banto, termo sugerido, em 1856, pelo lingüista e pesquisador alemão, Wilhelm Bleek, e que designa o grupo de povos em cujas línguas a desinência "-*nto*" significa "homem" ("munto", por exemplo, é homem, no singular; "banto" é homens, no plural).

Os Bantos habitam a maior parte do território do centro e do sul da África atual e estima-se que, durante mais de vinte séculos, seu processo migratório foi se dando lentamente, do centro para a sul do continente.

Há poucas conclusões científicas e fatuais sobre a origem dos povos Bantos e, em particular dos Bantos que ocupam o território angolano, admitindo-se, porém, que vieram do Vale Benue (localizado entre os Camarões e a Nigéria), desconhecendo-se, entretanto, os motivos da migração.

Atualmente, partindo-se de uma linha reta imaginária, traçada entre a Enseada de Benin, no oeste, e a fronteira sul da Somália, no extremo leste do continente, e descendo até o Cabo da Boa Esperança, na África do Sul, temos a extensa área habitada pelos Bantos.

A ocupação de Angola por esses povos se deu por volta do século XIII e "todo o conjunto cultural étnico de Angola atual é a expressão do posterior desenvolvimento da riqueza cultural criada pelos Bantos numa série de regiões"[(59)].

A população atual de Angola compreende cerca de 100 grupos étno-linguísticos de origem Banto, que podem ser agrupados em nove grandes grupos: Ambós, Bacongos, Hereros, Lunda-Tchokué, Nganguelas, Nhanecas-Humbes, Ovimbundos, Quimbundos e Xindongas.

---

(59) FITUNI, L.L. *Opus cit*. Página 42.

O maior desses grupos é o dos Ovimbundos, contendo cerca de 36% da população total do país e sendo composto pelos povos Bienos, Bailundos, Seles, Sumbis, Mbuis, Quissanjes, Lumbos, Dombes, Hanhas, Gandas, Huambos, Sombos, Cacondas, Xicumas e Quialas.

Falam a língua "umbundo" e habitam metade da parte ocidental do país, abaixo do rio Cuanza, ocupando, sobretudo, o Planalto Central de Angola, nas províncias de Huambo, Benguela e Bié. Espalham-se, entretanto, por todo o país, inclusive pela imposição recente do colonizador português, que os transferia para utilização em culturas que exigiam mão-de-obra mais produtiva que a dos demais grupos. A leste do país, a língua dos ovimbundos tem caráter "internacional", já que as fronteiras oficiais não representam limites étnicos.

Hábeis, historicamente, no trabalho agrícola, conheciam o arado antes da chegada do homem branco, revelando, no século XX, aptidão também para o comércio. Também dominavam a manipulação de metais na chegada dos colonizadores.

Possuindo estrutura social complexa, no início do século XX ainda dividiam-se em reinos, como o Bailundo, o Bié, o Huambo, o Chiyala, o Galange, o Andulo e outros. Os "reis" possuíam funções específicas, de natureza espiritual, de aplicação de justiça e de relações com outros povos.

Os reinos abrigavam um determinado número de formações semi-estatais, os "atumbu", sujeitas ao regime de vassalagem, instituições que foram destruídas pelos portugueses a partir da guerra de Bailundo, em 1902, quando os colonizadores ocuparam a região central de Angola, abolindo os reinos existentes.

Os Ovimbundos constituem o grupo que melhor se adaptou à presença do homem branco, permitindo não só sua penetração territorial como a miscigenação. Embora maioria entre a população do país, esse grupo não conseguiu garantir hegemonia política para liderar a independência política, sendo seus integrantes membros majoritários do grupo guerrilheiro UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), fundado em 1966[60].

---

[60] Explica-se, assim, o domínio da UNITA - União para a Independência Total de Angola sobre as principais cidades do planalto, do centro e do leste do território angolano, na guerra restabelecida após as eleições de 1992. Convém esclarecer, desde já, que, em 1992, por força do Acordo de Paz de 1991, a UNITA constituiu-se em partido político, disputando as eleições com o MPLA/PT - Movimento Popular para a Libertação de Angola/Partido do Trabalho, voltando, porém ao "status" de grupo guerrilheiro com o reinicio dos conflitos armados, após as eleições de setembro, quando o MPLA/PT foi declarado vitorioso.

O segundo maior grupo de Angola é formado pelos Quimbundos, com 20% da população, ocupando parte considerável do território, acima do rio Cuanza, do oceano até a metade do nordeste do país.

Falam a língua "quimbundo" e é o grupo que mais assimilou a influência européia, cultivando arroz e café para exportação já no século XIX, dominando a língua do colonizador e sendo também o primeiro a desenvolver a própria escrita.

Compõe-se dos povos Ambundos, Luandas, Hungos, Zuangos, Ntendos, Punas, Dembos, Ngolas, Bondos, Bangalas, Holos, Caris, Xinjes, Minungos, Songos, Bambeiros, Quissamas, Libolos, Quibalas, Hacos e Sendes.

Apesar da assimilação de hábitos europeus, os Quimbundos resistiram mais ao colonizador português que os Ovimbundos, tendo origem nesse grupo o movimento de resistência, MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), fundado em 1956.

Muitos dos integrantes da população Quimbundo, atualmente, conhecem apenas a língua portuguesa, apesar de ser comum, em Angola, o domínio pela população de vários dialetos.

Os Quimbundos, através do MPLA-Partido do Trabalho, detêm o poder político em Angola desde a independência do país, sendo esta uma das razões apontadas como motivo da oposição da UNITA (composta pela maioria Ovimbundos) ao governo.

O terceiro maior grupo que habita o território angolano são os Bacongos, envolvendo cerca de 15% da população e ocupando os territórios de Cabinda e as províncias do norte do país, estando presentes ainda no Congo e no Zaire.

São considerados os "guardiões das tradições culturais" dos Bantos (até por ocuparem o centro da região onde outrora foi o Reino do Congo). Sua composição abrange 18 povos, como os Muxicongos, os Sossos, os Pombos, os Solongos, os Zombos, os Iacas, os Sucos, dentre outros.

Agricultores primitivos, os Bacongos cultivam a mandioca e sua região esteve ligada à grande produção de café para exportação, que colocou Angola na condição de um dos maiores produtores mundiais. Em Cabinda, adquiriram também o hábito do comércio.

As tradições culturais dos Bacongos, assim como nos demais grupos, servem para criar um intenso vínculo grupal, vigorando a crença de que os territórios onde habitam são protegidos e pertencem aos ancestrais. Os vivos usufruem da terra por direito de descendência, sendo importante a "canda", descendência por linha materna[61].

O papel feminino sempre foi importante entre os Bacongos, inclusive na produção, cabendo às mulheres o trabalho no campo e no lar. Aos homens estavam reservadas a caça e a pesca. Do ponto de vista religioso, nota-se uma importante influência cristã nesse grupo, embora predominem "vínculos espirituais" estreitos com os antepassados.

São Bacongos os integrantes da pioneira Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), fundada em 1954 (inicialmente denominada UPNA - União dos Povos do Norte de Angola).

Os Lunda-Tchokué são o quarto grupo em importância, abrangendo 10% da população de Angola, habitando os territórios do leste e dedicando-se à manipulação de metais, à caça e à agricultura. São compostos por representantes das etnias Lunda-Lua-Tchinde, Lunda-Ndemba, Mataba, Badinga e Mai, que guardam relações comuns. Sua entrada no território angolano se deu entre os séculos XVI e XVII e percebe-se também a ascendência do matriarcado nas relações sociais tradicionais.

Os povos integrantes do grupo Nganguela habitam o sudeste (províncias de Moxico e Cuando-Cubango) e o centro (províncias de Malange e Bié) do país e são aproximadamente 10% da população total. São compostos pelos Luimbe, Luena, Lovale, Luchadi, Camachi, dentre outros. Embora possuam língua própria, há muita afinidade entre os Nganguelas e os membros do grupo Lunda-Tchokué. Vivem em regiões próximas do Zambeze e se dedicam à caça, à pesca, à agricultura e um pouco à pecuária.

Os Nhanecas-Humbes são habitantes do sul do país, no vale do rio Cunene e parte da província de Huíla, compondo 5% da população total. São eles os Muílas, Gambos, Humbes, Dongenas, Inglos, Cuancuás, Andas, Quipungos, Quilenjes-Humbes, e Quilenjes-Mussos. Dedicam-se à pecuária, porém possuem traços culturais ligados à tradição hamítica, do leste africano, que os levam a adorar o "boi sagrado" e a manter o gado como sinal de poder. O cultivo do solo é praticado pelas mulheres.

---

(61) A influência do matriarcado nesses grupos serve para explicar a ascendência de algumas rainhas, como a heroína "rainha Nzinga" (pronuncia-se "ginga"), que resistiu por muito tempo aos portugueses, no século XVII.

Os Hereros, compostos pelos povos Dimbas, Chinvas, Chavícuas, Cuanhocas, Cuvales, Nguendelengos, dentre outros, vivem no sudoeste angolano, penetrando também no espaço geográfico da Namíbia. São cerca de 1% da população e se dedicam à pecuária, com aspectos culturais semelhantes aos Nhaneca-Humbes. Os membros do grupo Hereros não se relacionam socialmente com membros de grupos vizinhos.

Os Ambós vivem ao leste do rio Cunene e são, fundamentalmente, criadores de gado, embora com alguma importância maior da agricultura em relação aos Hereros. São compostos, principalmente, pelas etnias Evales, Cafimas, Cuanhamas, Cuamatos, Dombondolas e Cuangares. São cerca de 1% da população e se dividem em clãs totêmicos bastante evidentes. Animais ou plantas são escolhidos como totens e sua carne ou frutos são proibidos de serem comidos. No início do século XX, totens como o boi, o cão, o leão, a hiena, eram típicos dos povos Ambós.

No sudeste de Angola, nas proximidades dos rios Cuando e Cubango, encontram-se pequenas tribos que integram o grupo étno-linguístico dos Xindongas, como os Cussus, os Nhengos e os Diricos. São pouco numerosos e bastante pulverizados, existindo breves estudos sobre seu comportamento e importância econômica.

Além dos povos Bantos, Angola possui representantes de outros grupos africanos, como os Vátuas, habitantes do deserto, no sudoeste do país, de hábitos próximos aos dos Bantos, e os Khoisan, integrantes do grupo dos Bosquímanos.

Os Bosquímanos são mais claros que os Bantos e menores em altura e estão presentes na Botswana, na Namíbia, no Zimbabwé e na África do Sul. Em Angola representam cerca de 2% da população total.

Numa estrutura étnica tão ampla e definida como esta e que remonta a um passado distante, desconhecido pelos pesquisadores contemporâneos, é natural que diferenças de hábitos, culturas e ritos religiosos, dentre outras, levem a conseqüências econômicas e políticas e à disputa pelo poder regional entre os diferentes grupos habitantes do território angolano.

A configuração étnica aqui apresentada será relevante para compreender as dificuldades de Angola para consolidar-se enquanto Estado nacional, conforme o presente trabalho se incumbirá de mostrar nos itens e capítulos subsequentes.

3.3. Delimitação de Fronteiras

Essa configuração étnica complexa foi encontrada pelos portugueses guando aportaram no território angolano, no fim do século XV.

Do primeiro contato, em 1482, o navegador Diogo Cão conheceu o Reino do Congo que se estendia do rio Ogué (Gabão atual), ao norte, até o rio Cuanza, ao sul (aproximadamente na metade do litoral angolano atual), aprofundando-se até quase o meio do continente africano. Essa região é aproximadamente aquela onde predominam ainda hoje os grupos Quimbundos e Bacongos.

A sociedade do Reino do Congo dividia-se em classes, lideradas pelo "mani" (rei) ou "manicongo", que conquistava o poder pelo seu desempenho guerreiro.

Os escravos (capturados de tribos inimigas) eram a base inferior dos estamentos sociais e os territórios do reino eram em número de seis: Mpemba, no centro, onde habitava o "mani" e onde ficava a capital do reino, Mbanza-Congo (nome atual da capital da província do noroeste angolano, chamada Zaire, situada onde antes ficava esse território)[(62)]; Soyo, onde ficava um centro comercial chamado Mbanza Mpinda (atualmente uma região de grande produção petrolífera e porto junto ao rio Congo); Mbamba, o território mais próspero, onde hoje fica a cidade de Luanda; Nsundi, no sudeste; Mbata, relativamente autônoma, no leste; e Mpanzu, também no leste e que não era tributário do "mani".

A diretriz portuguesa para seus navegantes era a de estabelecer "acordos" com os soberanos das terras onde aportavam, numa relação aproximada àquela praticada pelos Estados europeus com os soberanos da Índia e do Oriente, visando a possíveis trocas comerciais, já que o comércio de especiarias era a tônica do capitalismo comercial de então.

Logo, entretanto, os portugueses perceberam que a relação com esses territórios poderia ir muito além de simples trocas comerciais, podendo mesmo dominá-los para exploração presente e futura, a começar pela "necessidade espiritual" de converter os pagãos locais à crença católica européia.

---

(62) A província angolana do Zaire (pronuncia-se "záire") é distinta do país vizinho Zaire (pronuncia-se "zaíre", com entonação galicista), antigo Congo Belga, e situa-se no noroeste do território, às margens do rio Zaire, também conhecido por rio Congo.

O pensamento escolástico em vigor, oriundo da época das Cruzadas, determinava que a primeira missão dos navegadores era a evangelização dos povos não crentes. Muitas expedições, para obter o apoio da coroa, da Igreja e de certos financiadores, tinham por justificativa não objetivos econômicos e comerciais, mas a conversão de pagãos habitantes das terras do Oriente.

Em 1491, um verdadeiro "exército" de padres foi trazido por Diogo Cão e desencadeou intenso processo missionário em Angola, dando início à conversão que acabaria por incluir o próprio "mani", sustentando a posição do colonizador português no território.

Desde cedo, os portugueses se beneficiaram das diferenças tribais para conquistar o apoio do "mani", ajudando-os nas guerras, reforçando sua posição de domínio e obtendo um precioso bem para a colonização de suas terras na América e, posteriormente, para comercialização com outras colônias: a mão-de-obra escrava.

No final do século XVI, entretanto, os portugueses foram praticamente expulsos do Congo, graças a reviravoltas que colocaram no poder soberanos locais pouco simpáticos aos conquistadores. Somente dois séculos depois, o Reino do Congo entraria em decadência, sendo conquistado pelos europeus e suas terras divididas entre Bélgica, França e Portugal.

Os portugueses, após saírem do Congo, dirigiram-se, então, para a região da bacia do rio Cuanza (importante divisão territorial entre reinos, na época), onde iniciaram a conquista da Reino do Ndongo, liderado pelo rei Ngola Quissama.

A resistência autóctone durou até 1671, quando Paulo Dias de Novais conquistou o território governado por Ngola, estendendo o poderio português por quase todo o território atual do país, especialmente ao sul do Cuanza, região habitada pelos Ovimbundos.

A penetração continental, entretanto, somente foi tentada lentamente, ao longo dos séculos seguintes, com interesse em mapear possíveis riquezas existentes, especialmente metais preciosos, e assegurar o domínio do território diante da ameaça de outras metrópoles européias.

Essas incursões acabariam, mais tarde, por fazer com que os portugueses dominassem praticamente toda a parte meridional da África, disputada, no fim do século XIX, por ingleses, holandeses, belgas e franceses, resultando na formação do Congo Belga (atual Zaire), na África do Sul, na África do Sudoeste (atual Namíbia), nas Rodésias do Norte e do Sul (respectivamente, Zâmbia e Zimbabwé de hoje) e em Moçambique, este último território de colonização portuguesa e que antes possuía ligação continental direta com Angola.

Até meados do século XIX, os colonizadores portugueses viam Angola como uma importante fonte de mão-de-obra escrava, continuando a valer-se das disputas tribais locais para o intento de capturar vidas humanas para comercialização.

Pequenas comunidades de "homens brancos" foram constituídas em centros mais importantes, como Luanda e Benguela, onde chegaram a se formar núcleos culturais, graças à presença de intelectuais e letrados, degredados de Portugal e do Brasil, que conviviam com criminosos comuns (condenados a viver nos territórios ultramarinos) e comerciantes de escravos.

Esses núcleos, entretanto, apesar de favorecer à miscigenação e apresentar certas instituições (como governo local, pequenos jornais) não passavam de rudimentos de cidades, não se igualando, por exemplo, à colônia americana do Brasil, onde a presença da Corte portuguesa, no início do século XIX, deu impulso ao desenvolvimento urbano.

Com a independência política do Brasil, em 1822, Portugal chegou a envidar esforços no sentido de melhor administrar suas relações com o território de Angola (a maior de suas colônias então remanescentes), sobretudo através de normas e regulamentos, porém a vocação daquele território para o fornecimento de mão-de-obra escrava permaneceria em vigor até o final do século XIX.

No período de declínio do "escravismo internacional", quando algumas potências européias combatiam o tráfico de mão-de-obra (por interesses humanitários e econômicos) a fonte natural de escravos negros dava mostras de estar se esgotando. Isso forçou os portugueses a adentrarem o território angolano, caminhando para o leste, enfrentando toda espécie de dificuldades, em particular a resistência das tribos locais.

O término oficial do tráfico de mão-de-obra e o fim da escravidão portuguesa em 1869 (tolerado oficialmente até 1878) também foi um fator favorável ao adentramento territorial.

Somente no início do século XX, os portugueses lograriam êxito completo na conquista do Planalto Central angolano, após a guerra do Bailundo, em 1902, destruindo a organização tribal existente e praticamente consolidando seu domínio sobre o país.

A definição das atuais fronteiras angolanas, entretanto, não decorreu da capacidade de conquista de Portugal, na verdade um país atrasado e dependente, no fim do século XIX, e incapacitado de concorrer com as principais metrópoles européias, como a França, a Alemanha e a Inglaterra, que disputavam o território africano.

As contradições entre as principais potências estrangeiras com interesse no continente africano se acentuaram soberbamente no final do século passado.

A criação da Associação Internacional Africana por iniciativa do rei belga, Leopoldo II, em 1876, foi uma primeira tentativa de colocar em um mesmo fórum os debates e acordos sobre a divisão africana.

Portugal, dadas as dificuldades econômicas que enfrentava na metrópole e sendo um país quase sem expressão, somente era considerado nesse processo graças à sua contribuição primitiva na “descoberta” do continente.

Embora se privilegiasse das contradições entre as potências em disputa, na maioria das vezes os lusitanos comportavam-se como “cavalo de Tróia” da Inglaterra que os usava para conseguir seus domínios, sobretudo nas regiões centro-leste do continente (anteriormente “pertencentes” a Portugal).

Portugal, de fato, chegou a “possuir”, pelo menos em termos de reconhecimento oficial, grande parte da África. Em 1887, chegou a circular o chamado “mapa cor-de-rosa”, no qual Angola e Moçambique eram ligados, exatamente por uma extensa faixa de terras que terminou, mais tarde, nas mãos da Inglaterra.

Os britânicos, graças à sua antiga relação de dominação sobre Portugal, sempre que possuíam interesse em determinado território, defendiam sua cessão a Portugal, evitando o confronto com seus concorrentes imperialistas. Depois, através de acordos com os portugueses, obtinham o que desejavam.

Alguma capacidade de negociação, entretanto, fez com que os portugueses de valessem dessas contradições entre as potências e garantissem sua permanência na África, se bem que sob a permanente ameaça de ver perdidos seus territórios, os quais, na verdade, eram comparativamente menos ricos que os detidos pelas demais metrópoles européias ou só foram cedidos a Portugal por sua ancestral permanência e domínio locais.

Em 1885, a Conferência de Berlim permitiu fixar as fronteiras das possessões portuguesas no sudoeste africano, estabelecendo as atuais divisas de Angola, cabendo a Portugal a região situada à margem esquerda do rio Congo e o enclave de Cabinda (permitindo a ligação do então Congo Belga, atual Zaire, ao oceano) e do litoral até o paralelo 18º de latitude sul, no centro do continente.

Os acordos de 1885, 1886, 1891 e 1894, acompanhados de múltiplas negociações entre Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e, mais tarde, a União Sul Africana, estabeleceram que o território angolano ia até o paralelo 17º25, ficando decidido, no acordo de 1905, presidido pelo rei da Itália, a divisa atual entre os interesses portugueses e os territórios ingleses {representados pela área das então Rodésia do Sul (atual Zimbabwé) e Rodésia do Norte (atual Zâmbia)}.

O último acordo de fronteiras foi estabelecido em 1926, quando se delimitou o território angolano em relação à União Sul Africana e à África do Sudoeste (atual Namíbia), permanecendo em vigor até hoje a configuração então determinada. Pode-se concluir, portanto, que as fronteiras atuais da República de Angola são o resultado da partilha feita pelas potências do último grande movimento colonialista mundial, ocorrido no século XIX, não levando em conta, tanto em Angola quanto, possivelmente, nos demais países, especificidades culturais e étnicas e os interesses dos povos autóctones, demarcando simplesmente linhas geográficas que obedecem a determinados marcos naturais (rios, lagos) ou apenas aos paralelos e meridianos do globo terrestre.

Isso determinou a existência de um "potencial de conflitos" entre os países resultantes dessa divisão, só evitados graças à ação de organismos multilaterais, como a OUA, Organização de Unidade Africana, que tem garantido diplomaticamente o respeito às atuais fronteiras do continente.

O controle total do território de Angola, pelos portugueses, só foi alcançado no final dos anos 20, sobretudo pelo uso da força militar e pela criação compulsória de vilas e cidades que serviram para marcar a presença do colonizador no interior do território.

3.4. Especificidades do Colonialismo Português

A relação entre colônia e metrópole é conflituosa por excelência e tem agudizada essa condição na mesma proporção em que se reduzem os graus de identidade entre os interesses da colônia e os interesses do explorador colonial.

Em colônias de ocupação, na qual regiões inicialmente desabitadas ou expropriadas são exploradas, esse conflito se manifesta à medida em que a colônia se autonomiza ou suas instituições adquirem especificidade a ponto de contestar a legitimidade da exploração metropolitana.

Em colônias inicialmente habitadas e onde a exploração ocorre a partir da interação com a população autóctone o potencial de conflito é muito maior, existindo desde cedo a gênese das dificuldades ulteriores.

Para o explorador é muito mais cara e penosa a relação com colônias habitadas onde lhe é exigida competência para operar os conflitos internos e se valer de interesses residentes na própria colônia para lograr êxito nos seus intentos.

Ao estabelecer essa rede interna de relações para manter controle sobre a colônia, o colonizador está lançando a semente para estabelecer uma forma particular de dependência da colônia que vai se consolidando e crescendo até permitir o completo domínio territorial pelo explorador.

Nas formas ulteriores de dependência, o domínio físico e coercitivo é substituído por formas sutis, mas não menos violentas, de dominação, permanecendo, porém, o mesmo interesse de extrair recursos de uma população ou de uma região dominada.

Na dependência ancestral, praticada pelas nações colonizadoras européias, como Portugal e Espanha, aliada à necessária rede interna de relações encontrava-se a necessidade de aplicação de violência, de força física para garantir a expropriação do produto das áreas colonizadas.

Há uma interessante diferença, por exemplo, entre a forma adotada pela colonização portuguesa no Brasil e a colonização praticada pelos lusitanos no continente africano, posto que, na primeira, os portugueses praticamente eliminaram ou ignoraram a população autóctone (relativamente mais fraca e menos organizada que os africanos e menos disposta à exploração física), enquanto, na África, além do interesse em mercantilizar o próprio habitante local (que reunia força e capacidade produtiva passíveis de "gerenciamento"), as relações sociais e políticas preexistentes obrigaram os portugueses a se inserirem no sistema vigente e a manipular os interesses locais visando a seus próprios intentos.

No Brasil, o acirramento dos conflitos entre colônia e metrópole foi muito tênue nos primeiros 300 anos de colonização e se deu com maior impacto apenas a partir do momento em que se formou uma camada média local, consciente do seu papel na geração do produto expropriado, iniciando-se, então, o movimento pela independência, oficializada em 1822.

Nas colônias africanas, a relação de conflito entre colonizados e exploradores exigiu desde cedo uma disposição militar e repressora muito forte do colonizador, além de habilidade em manipular os diferentes grupos autóctones para facilitar a penetração entre eles. Essa particular interação entre colônia e metrópole seria, de certo modo, um dos responsáveis pela manutenção do sistema de exploração por um período mais longo relativamente ao verificado na colônia americana.

Sob a justificativa de "civilizar" a África e "catequizar" sua população, os portugueses puseram em prática um modelo colonial em que a população local "não só serviu de meio de exploração (...), mas, em considerável medida," pagou com sua própria vida "nas plantações de muitos países do mundo"[(63)].

Para uma compreensão sistemática da colonização portuguesa em África, é conveniente utilizar uma periodização que pode ser composta de quatro fases.

---

(63) ZOTOV, N. & MALIKH, V. A África de Expressão Portuguesa: Experiência de Luta e de Desenvolvimento (Moscou, Ed.Progresso, 1990) pág. 16.

Primeiro, a fase da "hegemonia ibérica" (que vai do Tratado de Tordesilhas até o final do século XVI); segundo, a fase do acirramento da concorrência comercial entre as metrópoles européias [compreendendo a entrada dos ingleses e a consolidação dos holandeses como concorrentes dos países ibéricos, no início do século XVII, até o final do século XVIII, quando acontecem as Revoluções Industrial (na Inglaterra) e Liberais (nos EUA e na França)].

Em terceiro, vem a fase da "colonização de dependência" (ocorrida no século XIX, quando se definiu a configuração atual dos mundos desenvolvido e subdesenvolvido e se deu a partilha final do mundo colonial). Por fim, a fase do "colonialismo tardio" (a partir do final do século XIX), em que Portugal passou a explorar mais intensamente suas colônias, estendendo no tempo seu domínio, permitindo a libertação das colônias apenas em meados dos anos 70 do corrente século.

Embora sejam fases passíveis de uma análise estanque e dividida no tempo, já que cada uma delas guarda especificidades em si mesma, nem sempre será possível compreender os institutos vigentes em cada fase sem recorrência a referências pertinentes a outras fases.

Por fim, após o exame de cada um dos períodos acima enunciados, serão destacadas os principais estatutos caracterizadores do "colonialismo perverso" praticado por Portugal.

3.4.1. Hegemonia da Colonização Ibérica

A primeira fase da colonização portuguesa está inserida no que podemos chamar de "hegemonia ibérica", onde predominaram Portugal e Espanha como as duas principais nações expansionistas, pioneiras na prática das grandes navegações de exploração e de busca de rotas comerciais alternativas para o Oriente.

Pode ser compreendida num período que vai de 1494, quando se subscreveu o Tratado de Tordesilhas (partilha do "Novo Mundo" entre Espanha e Portugal), a 1598, quando se decretou o fim dos embargos espanhóis ao comércio holandês com Portugal.

Foi um século essencialmente caracterizado por colonizadores em pequenos grupos, sustentando a bandeira da "difusão e defesa da fé cristã", predominando os princípios do Mercantilismo, só alterados quando a exploração escravista passou a dar lucro, determinando nova estratégia de exploração.

Inicialmente, a opção de Portugal enquanto colonizador não se fez pela África e muito menos pelos territórios americanos. Seus interesses comerciais faziam-no dirigido para a Índia, onde as especiarias podiam proporcionar enormes lucros, sem os custos exigidos para o domínio e a exploração de terras inóspitas e selvagens.

A concorrência, contudo, inicialmente entre os próprios reinos ibéricos (que já motivara a preocupação com acordos, como o de Tordesilhas) e, depois, de outras nações européias, fez com que se manifestassem as primeiras medidas de domínio territorial, levando Portugal a ocupar fisicamente suas colônias, tanto em África quanto na América e em outras paragens do globo.

Não tardou muito para que Portugal descobrisse que os seus novos territórios africanos (onde já havia uma sociedade autóctone razoavelmente organizada em comparação com a América, exigindo, portanto, o estabelecimento de acordos ou o domínio militar) seriam importantes como fonte de mão-de-obra escrava, podendo servir tanto para suas atividades de dominação e produção na colônia americana do Brasil como para a geração de polpudos lucros no comércio com outras áreas coloniais e com a Europa.

A exploração dos escravos africanos não se fez em um único local, mas em várias possessões lusitanas na África, em particular nas do Golfo da Guiné, e as dissensões existentes entre os próprios nativos e as guerras inter-tribais seriam, para Portugal, o principal trunfo de que se valeria para suprir-se de homens.

A região de Angola, “descoberta” em 1482, com a chegada de Diogo Cão à foz do rio Congo, passou a ser explorada no início do século XVI, especialmente após a fundação da cidade de Luanda, em 1576, marcando a consolidação da presença portuguesa na área e a sistematização da captura de mão-de-obra escrava com propósitos comerciais.

Essa vocação escravista de Angola somente viria a ser alterada na segunda metade do século XIX, significando, na prática, o exercício de quase quatro séculos de exploração de mão-de-obra escrava, servindo, sobretudo, como "colonização acessória" de outras áreas coloniais, em particular a do Brasil[(64)].

Não há estimativas seguras quanto ao número de escravos provenientes da região angolana desde o início dessas atividades, porém milhões foram levados, principalmente através de Luanda e Benguela (esta fundada em 1616 como um entreposto de escravos), alcançando não apenas os territórios portugueses na América, mas as colônias espanholas, a América do Norte, a Oceania e a própria Europa ou onde quer que a mão-de-obra negra se mostrasse útil e fosse aceita como escrava.

Ao par da exploração escravista, a pilhagem das riquezas e a corrupção eram marcas registradas da colonização portuguesa, desde o princípio, em seus territórios, o que, na avaliação de alguns especialistas, seriam determinantes na definição do comportamento ainda hoje encontrado nas regiões subdesenvolvidas de ancestral domínio lusitano.

Esse caráter parasitário de colonização, na qual a preocupação precípua era a máxima extração com um mínimo de esforço (aplicando-se o que chamamos princípio do "mínimo necessário"), seria, em grande medida, o responsável pelo travamento do desenvolvimento econômico das colônias e, em certo sentido, da própria metrópole, que passaria a experimentar, gradual e continuamente, um processo de estagnação que, num círculo vicioso, tornaria a exploração colonial portuguesa cada vez mais exacerbada e cruel.

Em decorrência da aplicação desse princípio do "mínimo necessário" (ao que se somaria também a necessidade de um comportamento "low profile", não revelando suas vantagens aos concorrentes europeus), Portugal, ao longo de todas a história, pouco esforço fez no sentido de aprofundar-se nos territórios africanos, de modo que, ainda nos anos 20 e 30 deste século, tanto em Angola, como em Moçambique e na Guiné, enormes regiões estavam por ser conhecidas e estudadas, com poucos recursos investidos neste sentido.

---

(64) MOURÃO, F.A.A. "O Colonialismo Português na África" in *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Reflexões Sobre História, Desenvolvimento e Administração* (São Paulo, FUNDAP, 1992) pág. 41.

Um acontecimento histórico seria decisivo na configuração do quadro colonial português dos quatro séculos seguintes.

Uma “crise dinástica”, na península ibérica, levou Felipe II, de Espanha, ao trono de Portugal, no final do século XVI, o que fez com que fossem unificados os dois reinos vizinhos. Com isto, os inimigos dos espanhóis (como os holandeses) passaram a ser também inimigos dos portugueses, exigindo-se, portanto, a cessação das transações comerciais entre eles.

Os holandeses haviam se lançado à atividade comercial marítima de forma acessória em relação aos reinos ibéricos, sobretudo em respeito às bulas papais que garantiam à Espanha e Portugal o privilégio do domínio e da exploração das áreas “descobertas”, numa extensão direta das antigas Cruzadas.

As justificativas paras as empreitadas econômicas desses dois reinos sempre foram a atividade religiosa, a busca de expansão para a fé cristã, numa espécie de “cruzada marítima”. Daí terem obtido a garantia, por bulas papais (de amplo reconhecimento internacional na época), do domínio das terras e dos povos descobertos, assim como das rotas comerciais estabelecidas entre as colônias e as metrópoles.

Às demais nações, interessadas no comércio e navegação, caberia respeitar as decisões do Papa, de grande poder normativo (como fizeram, inicialmente, os holandeses), ou confrontá-las movidos por seus próprios interesses comerciais.

Com a unificação dos reinos ibéricos e o fechamento do principal porto de entrada de especiarias para a Europa (Lisboa), provenientes do Atlântico, os holandeses tiveram que buscar diretamente na fonte as mercadorias que antes eram comercializadas através da metrópole portuguesa.

O que parecia ser uma ameaça para os holandeses revelou-se, logo, uma oportunidade, pois, de meros intermediários (especializados, sobretudo, no transporte de mercadorias), passaram a se incumbir de todo o processo comercial, sentindo-se, também, no direito de conquistar militarmente as áreas onde havia resistência às suas transações comerciais. Seus interesses incluíam não apenas bens a serem levados para a Europa ou para as áreas coloniais, mas também mão-de-obra escrava para utilização em territórios sob seu domínio nas Antilhas.

Além de fundar a Companhia Holandesa das Índias Orientais, os holandeses ocuparam-se também, de procurar um importante jurisconsulto da época, Hugo Grocio (um dos fundadores do Direito Internacional e a quem se deve o tratado de *Mare Liberum,* publicado em 1608), para obter a necessária legitimação para agir em liberdade sobre os mares que os portugueses pretendiam ser de seu domínio exclusivo[(65)].

Inicia-se, assim, um crescimento substancial da concorrência entre Portugal e Holanda, só arrefecido com a suspensão do embargo comercial, em 1598. O quadro das transações comerciais e das relações coloniais, entretanto, estava completamente alterado, o que foi determinante na ulterior relação lusitana com sua colônia do Brasil (que entrou em crise até que se descobriram minérios preciosos no século XVII) e africanas, dando, provavelmente, o primeiro mote para a posterior dependência de Portugal de outras nações européias (particularmente da Inglaterra), como trataremos oportunamente.

A entrada, pouco depois, da Grã-Bretanha na exploração colonial, com sua Companhia das Índias, daria início a uma nova fase no processo de colonização português.

3.4.2. Concorrência Intermetropolitana

A segunda fase da colonização lusitana em África se insere no período em que se verifica o fortalecimento das outras nações interessadas em explorar territórios coloniais.

Constata-se um incremento gradativo da concorrência entre as metrópoles européias, particularmente iniciada pelos holandeses e seguidos por ingleses e franceses.

Os marcos temporais desta nova fase situam-se entre a fim dos embargos espanhóis ao comércio com os holandeses (1598) e a época das Revoluções Industrial (Inglaterra/1750) e Liberais (EUA/1776 e França/1789), no fim do século XVIII.

A ação de aguerridas empresas coloniais, em um ambiente de concorrência internacional, poderia pressupor o fim ou a redução do domínio português sobre suas colônias.

---

(65) MOURÃO, F.A.A. *Opus cit.* pág.41.

Todavia, o Pacto Colonial, “que criou um sistema de dependências na perspectiva do Mercantilismo” (garantindo a reserva de navegação entre as colônias e o reino) permaneceu em vigor, fortalecendo a posição lusitana [(66)].

Isto contribuiria, em grande medida, para que Portugal continuasse mantendo domínio sobre importantes áreas do globo, a despeito de sua relativa fraqueza em relação aos demais concorrentes (e que só se agravaria nos séculos seguintes).

No âmbito do Pacto Colonial, por exemplo, a Inglaterra publicou, em 1651, seu Ato de Navegação, estabelecendo que nenhuma mercadoria poderia ser transportada para a metrópole que não em navios ingleses, sobretudo das colônias britânicas. Isto, naturalmente, se estendia, por exegese legal, também ao Reino de Portugal.

Nesta segunda fase, passaram a marcar presença no cenário internacional as grandes companhias, as uniões e os "trusts", constituídos para uma exploração maciça e mais racional dos recursos disponíveis nas áreas colonizadas.

Tal exploração viria a servir para a expropriação dos recursos (incluindo os das colônias americanas) que constituiriam a acumulação inicial de capital necessária para o salto industrial capitalista que se verificaria a partir da segunda metade do século XVIII.

Portugal, não obstante um dos pioneiros na exploração colonial, justamente neste período começa a dar os primeiros sinais de sua crônica dependência, que se agravaria nas fases seguintes do colonialismo.

Enquanto, fundados no Pacto Colonial (que vigorou na prática até o início do século XIX), os demais países participantes da exploração colonial, conseguiam realizar um processo de acumulação essencial para o posterior salto para o capitalismo industrial (especialmente a Grã-Bretanha), Portugal tinha sua economia lentamente estagnada, empobrecida e pouco produtiva, vinculando-se, como dependente, às outras nações exploradoras, com quem era obrigado a compartilhar os benefícios extraídos de suas colônias.

A descoberta de minérios preciosos no Brasil, por exemplo, ao invés de beneficiar a economia de Portugal, seria uma das principais fontes de capitalização da Inglaterra, possibilitando em grande medida a Revolução Industrial.

[(66)] MOURÃO, F.A.A. *Opus cit.* pág.41.

Portugal (não obstante gozar dos frutos dessa riqueza inesperada), curiosamente não conseguiu realizar a acumulação necessária para, junto com seus congêneres europeus, também dar o salto inicial em busca do desenvolvimento econômico.

Antes, pelo contrário, viu as riquezas sob seu domínio se esvaírem, literalmente "queimadas" em gastos inúteis na manutenção de uma corte improdutiva e perdulária.

As tentativas de explicar economicamente esse fenômeno são inúmeras, desde Adam Smith, que assevera a predominância do trabalho improdutivo em sociedades como a portuguesa, não permitindo a necessária acumulação, até análises que apontam o Tratado de Methuen, de 1703 (pelo qual Portugal tinha preferência na compra de vinho pelos ingleses com a contrapartida de comprar manufaturados da Inglaterra, acordo esse que seria celebrizado por David Ricardo em sua Teoria das Vantagens Comparativas), como responsável pela crescente dependência e estagnação da economia portuguesa.

No que diz respeito à colônia de Angola, neste período, Portugal continuou aplicando o princípio do "mínimo necessário" na organização político-administrativa, mantendo o menor aparelho possível que possibilitasse a continuidade do fornecimento de escravos para as minas brasileiras, para a Europa e para outras colônias.

Luanda e Benguela continuaram sendo as principais bases portuguesas no território, com a presença de europeus apenas no litoral, onde um pequeno comércio e um extrativismo modesto eram realizados, com pequena contribuição para o produto local.

Apenas durante o período de ocupação francesa do Reino de Portugal (com a transferência da família real para o Brasil, em 1808, e a invasão napoleônica), essas duas cidades pioneiras de Angola experimentariam algum incremento em suas atividades urbanas e comerciais, já que para lá se deslocaram alguns comerciantes ou foram instaladas sucursais de empresas sediadas no Brasil.

A dependência portuguesa da Inglaterra (a despeito do grande volume de "ouro do Brasil" transferido para a metrópole) se agravou ainda mais quando o grande terremoto de 1755 destruiu completamente a cidade de Lisboa, levando o Marquês de Pombal a endividar o Reino para a reconstrução da cidade.

Isso ocasionaria uma submissão, de certo modo humilhante, da corte portuguesa aos interesses da Inglaterra, a ponto de, por ocasião da invasão de Napoleão, ser nomeado um representante inglês (Lorde Beresford) para cuidar dos interesses do rei enquanto este estivesse no Brasil (para onde, aliás, a Inglaterra recomendara sua fuga e onde seria beneficiada com a abertura dos portos aos seus interesses comerciais, rompendo o Pacto Colonial, e com os acontecimentos posteriores que marcariam as histórias do Brasil, de Portugal e de suas outras colônias).

3.4.3. Colonização de Dependência

A situação da colônia africana de Angola (assim com das demais colônias portuguesas), a partir do princípio do século XIX, pode ser melhor compreendida quando analisada em relação à Independência do Brasil (1822), à grande dependência econômica, diplomática e política de Portugal em relação à Inglaterra e aos movimentos liberais que varreram o mundo naquele período da história.

A importância de Angola para Portugal, até a Independência do Brasil, se resumia ao seu papel de fornecedor de mão-de-obra escrava, exigindo pouco esforço do governo português na manutenção desse sistema de exploração.

A mineração no Brasil somente fez agravar a exploração da população dos territórios africanos, pouco ou nenhuma contribuição oferecendo no sentido de melhorar a infra-estrutura existente nas bases portuguesas nesses locais.

Luanda continuava se resumindo a um forte de proteção na entrada da Ilha de Luanda e a um pequeno núcleo urbano composto de militares, comerciantes e degredados, na parte baixa da cidade. Benguela não era mais que um porto, com algumas instalações nas margens do Catumbela e um pouso passageiro na região do atual Lobito. Mulheres brancas eram uma raridade. A miscigenação era, por assim dizer, decorrência natural da convivência do explorador com a população autóctone e da impossibilidade de encontrar mulheres brancas.

A crise do "antigo regime" que varreu a Europa reduziu ainda mais a atenção sobre o velho continente africano. Portugal, de fato, só voltaria um pouco mais sua atenção sobre Angola após a transferência da família real para a colônia americana, já que se exigiu um volume maior de escravos para sustentar a nova realidade no Reino Unido do Brasil.

O ato da Independência do Brasil, porém, representou um marco notável, um verdadeiro ponto de inflexão nas relações portuguesas com Angola, pois, a partir de então, este território passou a ser o de maior importância econômica (junto com Moçambique) para a metrópole.

O primeiro reflexo sentido foi o aumento da legiferação voltada para a África, conferindo um novo "status" a Angola, primeiro pelo receio português de perder este território (algo, provavelmente, difícil de ocorrer, já que inexistiam resistências, digamos, nacionalistas no local - as revoltas e resistências que ocorriam eram entre os diferentes reinos e tribos locais que, provavelmente, não enxergavam o território em seu conjunto como "pertencente" a Portugal. Viam-no, apenas, como um espaço vital onde conviviam diversos "inimigos", dentre eles os brancos europeus), e, depois, pela necessidade de aumentar a exploração ultramarina para satisfazer a ausência de recursos provenientes do Brasil.

Essas novas normas, na avaliação de alguns especialistas, traziam embutidas idéias liberais, fruto direto da Revolução Francesa e da nova realidade européia do século passado. Traziam, também, a noção, embora muito discreta, de "províncias ultramarinas", numa tentativa de enxergar os territórios coloniais como continuidade do espaço físico de Portugal.

A aplicação dos códigos portugueses (penal, comercial) no além-mar, junto a essa nova realidade interpretativa das relações coloniais, no entender desses analistas, teria contribuído, de certo modo, para o florescimento inicial do conceito de cidadania no espaço colonial [(67)].

[(67)] MOURÃO, F.A.A. *Opus cit.* pág.44.

As relações da colônia de Angola com sua antiga irmã americana, o agora Reino do Brasil, praticamente cessaram após a Independência desta (o que, por razões obvias, era do interesse de Portugal) somente voltando a se normalizar na década de 1960, no governo Jânio Quadros[68].

O fortalecimento da Inglaterra como potência imperialista, entretanto, que vinha ocorrendo desde o século XVII e se consolidou com a Revolução Industrial, teria um significado muito mais relevante para a ulterior história do colonialismo português que as condições internas da economia e sociedade portuguesas ou a libertação da ex-colônia americana.

O domínio inglês se fazia tanto na navegação (com sua poderosa e lendária esquadra) quanto na detenção de capitais que financiavam suas atividades industriais e comerciais, esta última tanto na esfera interna de seu próprio país quanto no âmbito internacional.

Além das relações de negócios e de investimentos mantidas com os novos países libertos (como o Brasil) e com colônias de outras metrópoles, os ingleses (assim como os franceses, os belgas, os alemães e os italianos) dirigiram sua atenção para o território africano, rico em matérias primas e metais preciosos, necessários à produção industrial.

Inicialmente, montaram algumas possessões locais, para, durante todo o século XIX, realizarem uma das mais disputadas buscas de domínio territorial que se tem conhecimento na história, com reflexos até nos motivos das duas grandes guerras mundiais do século XX.

O mundo colonial africano passou, então, a se inserir num processo de disputa por recursos para sustentar as atividades e a consolidação do capitalismo industrial dos países centrais.

Essa realidade seria a base da futura situação de dependência dos países periféricos em relação às nações desenvolvidas, daí porque tratar-se de um período caracterizado pelo que chamamos "colonialismo de dependência" e que compreende todo o século XIX, até a partilha definitiva da África nas décadas finais do século passado.

A grande marca desta fase de colonização é, sem dúvida, o ambiente de disputa das nações européias em torno da África e a consolidação da hegemonia da exploração colonial pela Grã-Bretanha, sustentando as bases de sua produção capitalista.

---

[68] MOURÃO, F.A.A. *Opus cit.* pág.43.

Inicia-se a era do imperialismo, marcado por agudas contradições entre os países exploradores e pela ação de grandes companhias internacionais, estabelecendo suas esferas de dominação, dificultando conscientemente o desenvolvimento das regiões exploradas e determinando, em grande medida, a configuração hodierna do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo.

Abandonou-se completamente o Pacto Colonial (cuja ruptura iniciou-se com a abertura dos portos no Brasil), beneficiando grandemente a Grã-Bretanha que contava com uma das mais imponentes frotas navais da época.

O poderio britânico sobre Portugal e, especialmente, sobre a navegação e sobre o direito internacional, pode ser sentido a partir da abolição dos escravos nas colônias da Inglaterra, ocorrida em 1807, e da Convenção de 1826, do parlamento inglês, pela qual se conferiu o direito aos britânicos de visitar barcos estrangeiros e de aprisionar aqueles que se dedicassem ao tráfico negreiro.

Também o Bill Aberdeen (de 1845) conferia amplos poderes à Inglaterra, na interceptação e aprisionamento de navios estrangeiros, claramente interessada no desenvolvimento de mercados consumidores locais (e que o escravismo prejudicava), fundados em bases capitalistas, que garantissem o consumo de seus produtos industriais.

Este quadro teria um enorme significado sobre Portugal e suas relações com as colônias africanas.

As pressões internacionais, provocadas pela Inglaterra, para o término do tráfico de escravos fatalmente eliminaria a grande fonte de receitas que Portugal possuía nos territórios africanos (cujo comércio era voltado, sobretudo, para o Brasil, onde a escravidão só foi abolida oficialmente em 1888).

Era necessário, portanto, que a economia colonial portuguesa se voltasse com mais intensidade para a produção ou para o extrativismo, sob pena de ver cessado o fluxo de renda que garantia sua sobrevivência.

Em Portugal, a libertação oficial dos escravos ocorreu em 29 de abril de 1878 (dez anos antes da abolição no Brasil, porém nove anos após a primeira iniciativa oficial portuguesa de admitir o fim da escravidão, em 1869). Na prática, entretanto, continuou ocorrendo a exploração do trabalho do homem negro sob severas condições impostas pelo branco.

Essa continuidade da exploração do trabalho dos negros, após a abolição, foi possível graças à criação do "estatuto dos contratos", instrumento que permitia a um senhor de escravos continuar usufruindo de seus ex-escravos "contratando-os" formalmente, já que agora eram homens "livres".

Em 1899, uma lei complementaria o trabalho contratado, disciplinando o "trabalho forçado *indígena*"(69), compondo um dos pilares do que seria o "colonialismo perverso" praticado por Portugal até os últimos dias de suas colônias(70).

Precisamente na década de 1880 consolidou-se o processo definitivo de partilha do mundo colonial em África, com Portugal assegurando algumas possessões graças ao agravamento das contradições existentes entre as grandes potências da época.

Nesse período, Inglaterra, França e Alemanha incrementaram a extração e o uso de matérias primas das colônias, enquanto Itália e Bélgica se notabilizavam pela forma cruel de exploração de suas áreas de domínio.

3.4.4. Colonialismo Tardio

Portugal, no início do século XX, era a terceira potência em extensão territorial e população ocupante das áreas colonizadas, embora o caráter da exploração colonial portuguesa fosse dos mais primitivos e parasitários dentre as demais potências.

Na verdade, Portugal guardava apenas pálida sombra da época magistral de suas descobertas marítimas e experiências coloniais originais. Conservava poucas possessões em relação ao antigo domínio de quase toda a África, de parte da América, da Indonésia e da Índia(71).

A estagnação da economia portuguesa (cada vez mais atrasada em relação às suas congêneres imperialistas) fazia aumentar o caráter parasitário da exploração colonial, contribuindo para acirrar a condição de dependência dos recursos coloniais para a manutenção da metrópole, num círculo vicioso e contraproducente.

(69) O termo "indígena" era utilizado pelos portugueses para designar os habitantes autóctones das colônias.
(70) O "estatuto do contrato" vigoraria (após pequenas reformulações em 1928) até 1961.
(71) Restavam-lhe apenas Angola, Moçambique, Guiné Portuguesa, a fortaleza D'Ajudá, em Daomé, as ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, a parte leste da ilha de Timor, na Indonésia, os pequenos enclaves de Goa, Damão, Diu e Nagar-Aveli, na Índia, e o enclave de Macau (Min), na China.

Desde meados do século XVIII, vinham se definindo certas características que conduziriam a economia portuguesa à condição de "subdesenvolvida", não obstante nela também estarem presentes condições similares às encontradas em outros países de desenvolvimento capitalista originário, como França e Inglaterra, e que poderiam fazê-la deslanchar pela via industrial capitalista.

Ao contrário dos outros países europeus, a acumulação inicial de capital, em Portugal, foi bastante lenta e grande parte dos recursos foi investida nas esferas não produtivas da economia, com considerável parcela do capital ingressante no país sendo gasta na cobertura de importações, na manutenção da corte etc.

É facilmente observável que, ao contrário de outras metrópoles européias, não foram criados ramos industriais básicos em Portugal, enquanto, na agricultura, conservavam-se traços "feudais" ainda no início deste século(72).

O país, quase que totalmente agrário (mais de 60% da população trabalhava na agricultura e 80% das exportações eram de produtos primários), tinha as forças produtivas menos rentáveis da Europa Ocidental e, do ponto de vista político e socio-econômico (era uma monarquia constitucional) estava muito atrasado em relação às potências européias, dependendo quase que exclusivamente de um único parceiro (a Inglaterra) em seus trocas comerciais, para onde enviava cerca de dois terços de seus exportáveis.

Geograficamente, era dominado pelos grandes latifúndios, principalmente na região sul, enquanto, no norte, pequenas e pouco produtivas propriedades dedicavam-se à produção do vinho. Os instrumentos de trabalho eram o labrego (arado com um varredouro) e a carroça de madeira e parte da terra era arrendada em condições leoninas (meias, "forro" a longo prazo), com um mercado interno incipiente, travando o desenvolvimento econômico. Praticamente não havia ferrovias em seu território e sua frota mercantil era constituída por apenas 46 pequenos navios(73).

(72) ZOTOV, N. & MALIKH, V.*Opus cit*. Pag. 20.
(73) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. pág.47.

O capital nacional concentrava-se, principalmente, nas esferas do comércio colonial, o que predeterminou a fusão das camadas mais influentes da burguesia portuguesa com a “elite feudal", formando "uma camada original de nobreza mercantil: o fidalgo negociante"(74).

São sob estas condições que Portugal inicia seus primeiros passos na busca do capitalismo, então presente nos demais países europeus.

As colônias portuguesas se constituíram em fontes de atração de capital, graças aos lucros fáceis e rápidos que possibilitavam. Até a Primeira Guerra Mundial, porém, Portugal sequer considerara a possibilidade de flexibilizar as relações comerciais de suas colônias africanas com outros países.

As inversões, deste modo, tinham que ocorrer através do território português, implicando na redução da produtividade líquida do capital para o inversor estrangeiro, já que, fatalmente, parte dela tinha que permanecer em mãos de sócios portugueses, obrigatoriamente exigidos no negócio.

Como aos lucros gerados pelos investimentos não correspondiam inversões diretas por parte dos portugueses o resultado, no longo prazo, foi uma nação improdutiva e absolutamente dependente das colônias e dos interesses estrangeiros.

Esse quadro singular foi alvo do interesse de pesquisadores que desejavam entender de que modo uma nação econômica e politicamente dependente podia manter um império colonial por tão longo tempo e como conseguia manter esse tipo específico de colonialismo numa época em que a maioria dos “colonialismos” estava em destruição.

Tratando-se de uma “economia dependente” que mantinha outras economias igualmente dependentes e submissas, Portugal praticava, de fato, uma espécie inusitada de colonialismo, um colonialismo intermediado, baseado em ideologias e "praxis" muito bem equacionadas para as diferentes etapas históricas desse processo(75).

Ao longo deste século, a sociedade colonial continuou reproduzindo, com alguma adaptação, as bases sociais existentes na metrópole, nela predominando “uma espécie de pirâmide, no cume da qual estavam uma camada muito reduzida da aristocracia feudal, a hierarquia eclesiástica, os altos funcionários, os militares e os comerciantes”.

---

(74) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. pág.48.

(75) ANDERSON, P. *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo* (Rio de Janeiro, Ed.Civ.Brasileira, 1966).

Grandes extensões de terras estavam concentrados nas mãos da fidalguia portuguesa, que personificava, nas colônias, o poder real vigente na metrópole. Esta aplicava, literalmente, princípios "feudais" na gestão dos condomínios coloniais, como o foram os *prazos* (especialmente em Moçambique), que lembravam, de certo modo, as grandes fazendas brasileiras, com a diferença de que não produziam sob o *plantation*, mas ocupavam-se de explorar recursos minerais, marfim e mão-de-obra. Os *prazos* acabaram por se autonomizar em relação aos centros coloniais e se transformaram em grandes formações estatais, possuindo exército e moeda própria, em alguns casos .

Na base da pirâmide social colonial estavam, naturalmente, os antigos escravos, os nativos, os chamados "*indígenas*" .

Particularidades do colonialismo português, como o já mencionado "princípio do mínimo necessário", refletiam-se na estrutura administrativa existente nas colônias. No início do século, as povoações portuguesas em Angola, de tão diminutas, eram verdadeiras ilhas cercadas de tribos africanas que, apesar do domínio político e militar do branco, conservavam suas tradições e costumes.

A transferência de colonos da metrópole para as colônias sempre foi muito lenta, não obstante o fim da escravidão. Em 1910, em Angola, viviam apenas 10 mil colonos em sua faixa costeira. No início da década de 1960, os portugueses tinham apenas 300 mil habitantes originários da Europa em seus territórios africanos (incluindo Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe), algo como 1% de toda a população autóctone, segundo algumas estimativas.

Praticamente não havia fluxos migratórios espontâneos para Angola, havendo registro apenas de um grupo de cerca de 500 portugueses e italianos que deixaram o Brasil, nos anos 40 e 50 do século passado, descontentes com a libertação iminente dos escravos.

A miscigenação também era muito baixa nas colônias, apesar do propalado caráter multirracial da colonização portuguesa. O que ocorria era uma absoluta falta de mulheres brancas, levando os portugueses a se relacionarem com mulheres locais, das quais, entretanto, não assumiam os filhos. Em meados do século XIX, Angola tinha 3 mulatos para cada branco habitante de seu território. No início do século XX, essa proporção tinha mais que dobrado.

A Igreja, verdadeiro sustentáculo das navegações pioneiras, não tinha, no início do século, uma penetração muito ativa no território angolano, quase cessando sua atividade missionária. Foi necessária uma intervenção decisiva do governo da metrópole para atrair missões estrangeiras dispostas a enfrentar as dificuldades da colônia. Em 1910, Angola contava com cerca de 50 escolas missionárias.

Embora um rudimento de cidade, Luanda concentrava, desde meados do século XIX, um certo núcleo de intelectuais portugueses e brasileiros, para lá degredados, junto com criminosos e comerciantes de especiarias e escravos. Isto possibilitou o surgimento de publicações jornalísticas, como "O Comércio", em 1867, e, nos anos 80 (quando da divisão do continente pelas potências imperialistas e uma certa possibilidade de independência pairou no ar), jornais de caráter libertário, como "Eco de Angola", "O Futuro de Angola" e "Defesa de Angola", dentre outros.

A dependência da economia portuguesa da exploração colonial apresentava uma natureza dual: por um lado, preocupava-se em extrair (em associação com parceiros estrangeiros) as riquezas conhecidas dos territórios ultramarinos, constituída por minérios, reservas naturais e algumas culturas, e, por outro lado, ocupava-se em vender mercadorias aos colonos, através de acordos diferenciais favoráveis aos produtos provenientes ou “intermediados” pela metrópole.

Nos anos iniciais deste século, 70% das exportações portuguesas para Angola eram constituídas de tecidos (comprados geralmente à Inglaterra) e de vinho (produção portuguesa e até hoje um hábito de consumo entre os africanos).

Nas primeiras décadas do século XX, entretanto, sensíveis modificações ocorreriam nas relações de Portugal com suas colônias.

A primeira delas seria a revolução de 1910 que liquidou com a monarquia e deu início à fase republicana portuguesa, possibilitando a adoção da Constituição de 1911 que contemplava algumas liberdades democráticas.

A instabilidade política na primeira fase republicana, entretanto, seria muito grande, com Portugal experimentando 44 governos e 24 tentativas de golpe de Estado apenas nos primeiros dezesseis anos.

A situação econômica também piorou sensivelmente, com o aparecimento de déficits crônicos no balanço de pagamentos, a partir de 1914, levando os republicanos (graças também a uma gigantesca dívida, herdada do Império) a tomar empréstimos externos com certa freqüência. O salário real metropolitano, neste período, sofreu queda de 60%.

Não tardou, então, para que os círculos reacionários da elite portuguesa se revoltassem, tomando o poder em maio de 1926, esmagando as resistências democráticas, que tiveram seus membros presos e exilados nos territórios coloniais da Guiné, Timor e Cabo Verde.

As novas diretrizes de ultra-direita em Portugal seriam bastante sentidas nas colônias que passaram a ter a disciplina legal de suas atividades regulada pelo "Acto Colonial" (Lei 18.570, de 18 de junho de 1930) que depois integrou a Constituição portuguesa.

Em 05 de julho de 1932, o regime militar instaurado nomeou A. Salazar (que expressava os interesses dos círculos reacionários, dos latifundiários, da grande burguesia e do clero e era líder das forças mais conservadoras do país) para o cargo de presidente do Conselho de Ministros com poderes ditatoriais.

Utilizando o “Acto Colonial”, reformulou a divisão administrativa, liquidou a pouca autonomia conquistada no período inicial da República e estabeleceu que a nomeação do “governador-geral” ou “governador” dos territórios deveria ser, obrigatoriamente, confirmada pelo Conselho de Ministros. Em outras palavras, o próprio Salazar é quem passava a comandar pessoalmente toda a política colonial portuguesa.

Como regra geral, iniciativas legislativas eram exclusivas da metrópole, embora junto ao “governador-geral” funcionassem conselhos legislativos e governamentais, porém com funções apenas consultivas. Nenhum diploma legal entrava em vigor sem a aprovação do governador-geral e este agia em estrita consonância com a chefia do Conselho de Ministros da metrópole.

O governo, sob Salazar, também reforçou imediatamente o aparelho repressivo do Estado, através da criação da polícia política secreta PIDE e da proibição de manifestações políticas, permitindo o funcionamento de apenas um partido de caráter fascista, a União Nacional.

A Constituição de 1933, claramente inspirada no modelo fascista de Mussolini, consolidava os poderes Executivo e Legislativo nas mãos do Conselho de Ministros, com a Assembléia Nacional e o Conselho de Estado exercendo apenas funções consultivas.

A política de partido único valia tanto para a metrópole quanto para as colônias, com eleições restritas e representatividade quase nula, sobretudo das colônias.

Havia um completo controle dos sindicatos e das corporações profissionais, as quais serviam como arquétipo da estrutura social desejada por Salazar que declarava com freqüência que "nos organismos corporativos estarão organicamente representadas todas as atividades da Nação".

A crise econômica do início dos anos trinta agravou ainda mais a situação portuguesa, levando a metrópole a eleger decididamente as colônias como principal meio de sustentação do "status quo" desejado pela classe dirigente.

Ativou-se, então, a penetração de grupos monopolistas na economia das colônias, com nomes como "Champalimaud", na área do cimento, mineração e química; Grupo Espírito Santo, em várias atividades; Cia. União Fabril (CUF), no processamento de óleos vegetais; e Banco Nacional Ultramarino marcando presença em grandes empreendimentos patrocinados pelo governo.

Esses monopólios possibilitaram a continuidade do processo prevalecente de exploração das colônias (dependência portuguesa de capitais externos, tanto para explorar os recursos das colônias quanto para obter produtos a serem vendidos nos territórios ultramarinos), protagonizando, eles mesmos, o sistema de “intermediação” em vigor.

Iniciou-se, também, o período de grandes monoculturas, com a economia colonial, no entreguerras, atingindo expressiva produção de cana-de-açúcar, copra (amêndoa seca de coco), chá e algodão, a despeito da baixa produtividade relativa das terras plantadas.

O algodão, nesta época, passou a ser o produto que mais lucro proporcionava aos portugueses, pelo simples fato de que os intermediários metropolitanos (com cláusulas de comércio preferencial em vigor) pagavam um preço duas vezes menor ao produtor que o vigente em qualquer mercado e graças também aos baixos custos de produção, representados por fartas extensões de terras e por mão-de-obra quase gratuita.

Num período de 30 anos (de 1930 a 1960) a produção de algodão das colônias multiplicou-se por 46, atingindo quase 50 mil toneladas por ano.

Angola, após experiência similar em Moçambique, passou a ser vista como boa alternativa para o "plantation" e viveu uma verdadeira "febre" nos anos 50 com a plantação de café. Apesar das crises recorrentes daquele período, entre 1950 e 1964, a economia agrícola angolana deu um salto de 146%, graças ao café "robusta", bastante aceito no mercado internacional e cujas plantações triplicaram no período. No início dos anos 70, já no epílogo do regime colonial, Angola era o quarto produtor mundial de café.

A economia portuguesa especializava-se, assim, na “exportação de matérias primas” (experimentando um contínuo crescimento até o final do colonialismo), com a agricultura e a mineração coloniais tornando-se cada vez mais integradas ao sistema capitalista internacional.

A “indústria nacional”, ao mesmo tempo, tinha o seu crescimento travado, concentrando-se apenas em alguns poucos setores extremamente beneficiários das oportunidades proporcionadas pela exploração das colônias.

Baseada em monoculturas, a economia colonial exigia investimentos cuja magnitude estava distante da capacidade de suporte portuguesa. Ao longo do tempo, observou-se mesmo que o colonialismo português foi se transformando, tornando-se um "colonialismo coletivo", compartilhado, direta ou indiretamente, com várias nações imperialistas.

A dependência portuguesa da Inglaterra foi transitivamente mantida ao longo das primeiras décadas deste século, porém, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, essa situação mudou, com a dependência passando a se dar também em relação às demais metrópoles imperialistas hodiernas e ao seu centro dominante, os Estados Unidos[76].

A sensível área dos diamantes em Angola, por exemplo, era explorada pela Diamang - Diamantes de Angola (atual Endiama), empresa criada em 1917 como filial da Anglo-American Diamond Corporation, composta por capitais ingleses, belgas, americanos e sul africanos, com apenas 5% de participação de portugueses.

---

[76] POULANTZAS, N. *A Crise das Ditaduras* (São Paulo, Paz e Terra, 1976).

Esta empresa, um dos maiores investidores na economia de Angola, até a metade do século, obteve o direito monopolístico de extrair diamantes em uma área superior a 1 milhão de quilômetros quadrados, dominando toda a província nordestina de Lunda (hoje dividida em duas), onde possuía polícia própria, prisões, e todo aparato administrativo, constituindo, praticamente, um Estado dentro do Estado.

A principal estrada de ferro continental angolana, a Benquela Railways, construída sobre uma antiga rota de escravos, pertencia à inglesa Tanganica Concessions, fundada por Cecil Rhodes. Em 1957 e 1958, a Standard Oil e a Gulf Oil obtiveram o direito exclusivo de prospectar petróleo nas colônias portuguesas (especialmente em Angola). A Companhia Geral dos Algodões de Angola (principal produtor e intermediário rural angolano) era filial do monopolista belga Societé Générale de Belgique. E a Companhia Boror tinha suas atividades centradas em Marselha, na França.

A introdução de formas e métodos de exploração capitalista internacional conduziria ao aumento da opressão da população africana, sobretudo na etapa final do longo período em que vigorou a legislação do “trabalho forçado” (encerrado formalmente em 1961).

A “dependência econômica” característica dessa realidade se consolidaria e teria seu volume e expressão aumentados, sobretudo no período entre 1961 e 1974, conferindo especificidade ao colonialismo português.

A aparente contradição entre o fim dos “contratos”, o início da “luta armada” (sinalizando para aumentos de custos nas colônias) e o incremento da exploração colonial pelos portugueses nos anos 60 e 70 tem sua explicação.

Até o final dos anos 50, a superexploração da mão-de-obra das colônias portuguesas (mediante os “contratos”) era funcional ao sistema, pois mantinha baixos os custos de extração das riquezas desses territórios. A reduzida produtividade (típica de regimes servis) era compensada pela grande quantidade de nativos cooptados ao processo.

À medida em que crescia a participação estrangeira nesses territórios (mesmo intermediada pela metrópole) tornava-se obvia a contradição entre a forma de exploração praticada e a pretensa introdução de relações capitalistas de produção, freando até mesmo a formação de mercados locais.

Ao mesmo tempo, antigas áreas coloniais africanas estavam a ser libertadas e a opinião pública internacional passava a exigir uma definição dos portugueses quanto ao sistema de exploração em vigor nas colônias ou até mesmo o fim do seu colonialismo.

Por essa mesma época, os grupos nascentes de libertação encontravam respaldo nos novos países ex-colônias e se valiam das contradições da Guerra Fria, forçando o governo português a flexibilizar o regime, pelo menos para arrefecer os ânimos dos críticos internacionais.

O resultado foi a eliminação formal do sistema dos "contratos" coincidindo com as primeiras ofensivas armadas dos grupos de libertação (que em 04 de fevereiro de 1961 promoveram o primeiro ataque de grande magnitude às forças coloniais em Luanda).

O fim dos "trabalhos forçados", entretanto, não significou a redução da opressão sobre os trabalhadores autóctones que, pelo contrário, tiveram até aumentada a vigilância sobre si, já que agora pairava o risco de "sabotagens", de atentados etc..

Uma vez eliminados os "contratos" e iniciada a luta armada, como pode, então, a economia colonial portuguesa se fortalecer? Como puderam os investimentos aumentarem?

De uma perspectiva conservadora, a elevação dos "investimentos" em Angola teria sido uma forma do governo português tornar menos cruel seu "colonialismo", possibilitando elevar a renda nas colônias e, consequentemente, permitir o acesso dos nativos a mais "benefícios sociais".

Essa explicação, não obstante simplista, encontra algum respaldo na realidade, pois, de fato, o território angolano experimentou um desenvolvimento econômico e social sem precedentes no período (criação de escolas, universidade, hospitais, obras de infra-estrutura etc.). Houve mesmo mudanças legais de impacto efetivo, como a criação do "espaço econômico português" (que integrava colônias e metrópole sob um mesmo padrão tributário e comercial) e a flexibilização das relações entre as colônias e os capitais internacionais.

A opressão e a exclusão social, entretanto, continuaram ser a marca principal do regime para a maior parte da população nativa.

De outra perspectiva, porém, teria ocorrido, nesse período, uma coincidência entre a elevação dos custos do "gerenciamento colonial" português (por causa da ofensiva armada, requerendo maior aparato militar e administrativo) e um aumento do interesse dos capitais internacionais em elevar suas inversões na periferia, auferindo maiores lucros.

Um incremento na concorrência entre os capitais de várias nacionalidades fez com que, no final dos anos 50 e início dos anos 60, houvesse uma busca de áreas de exploração mais promissoras e se formassem portfólios incluindo cada vez mais ativos de economias emergentes (categoria na qual podia se incluir Angola na época).

A partir do meio dos anos 50 (em especial após o início da exploração de petróleo), o espaço econômico angolano tornara-se muito atraente, melhorando ainda mais com a permissão de inversões diretas de estrangeiros no território, no início dos anos 60.

Esse quadro favorável às inversões estrangeiras (que não era exclusivo de Angola, mas se verificava também em outras áreas subdesenvolvidas do planeta) levaria a aumentos expressivos do volume de investimentos, promovendo a substituição de importações e possibilitando alcançar um grau de desenvolvimento econômico sem precedentes no território.

O governo e os intermediários portugueses também tiveram papel relevante nesse processo, seja por concederem facilidades que tornaram mais atraente o território angolano para as inversões estrangeiras, seja porque reduziram sua participação nos resultados das inversões, apropriando-se de parcela menor dos lucros gerados nas colônias.

São sob essas condições que a metrópole lusitana consegue estender no tempo o que se convencionou chamar "colonialismo tardio" português e são também essas mesmas condições (em particular a redução dos benefícios em favor dos portugueses) que irão fazer, mais tarde, com que parte da elite empresarial lusitana passasse a apoiar transformações econômicas e sociais que faria o país transitar para a Comunidade Européia, enfraquecendo sua posição colonialista.

3.4.5. Especificidades de Um Colonialismo Perverso

O colonialismo português, além de situado no quadro de informações e de referências acima relatado, requer, para ser coerentemente entendido, o emprego de uma metodologia que selecione alguns de seus aspectos mais relevantes, demostrando a existência de nexo entre eles.

Um importante critério para selecionar esses aspectos consiste em destacar aqueles que se revelem “expressões privilegiadas do conjunto” e onde "é evidente uma marcada diferença entre o exemplo português e o modelo colonial normal"[(77)].

Dentre um conjunto de características especificas pertinentes ao colonialismo português, capaz de distinguí-lo de outros colonialismos, podemos destacar o "estatuto do trabalho forçado", a "forma empregada de colonização", o “papel das missões religiosas", a "ideologia" subjacente ao sistema e o papel do capital estrangeiro através dos "condomínios encobertos" (esses últimos consolidando uma forma específica de “dependência econômica” identificada pelo presente trabalho).

3.4.5.1. Estatuto do Trabalho Forçado

Um aspecto notório da colonização portuguesa foi, sem dúvida, o uso de trabalho forçado nos territórios sob sua dominação em África. Graças ao extremo controle das informações pelo regime de Salazar, muito do que se conhece do assunto foi visto por visitantes estrangeiros, somado a depoimentos e declarações involuntárias e ocasionais de autoridades portuguesas.

Para obter um quadro coerente sobre o assunto foi necessário recorrer aos parcos documentos existentes (legislação, relatórios da administração), aos depoimentos e à própria lógica inerente ao processo de exploração colonial.

Desde que foi estabelecido, em 1878 (com a figura dos “contratos” aplicados aos ex-escravos, recém-libertos), com consolidação em 1899, o estatuto do trabalho forçado nas colônias (alheio à economia africana de subsistência) se dividia nas seguintes categorias: trabalho correcional, trabalho obrigatório, trabalho contratado, trabalho voluntário, cultivo forçado e trabalho emigrante.

---

(77) ANDERSON, P. *Opus* cit. pág.41.

Apresentamos, em seguida, algumas das características desse sistema.

1) Trabalho Correcional: pena legal infligida aos africanos que violavam o código laboral ou penal ou deixassem de pagar o imposto "per capita" (a que todo nativo estava sujeito). Em Angola, aplicava-se mais o "trabalho obrigatório", tratado a seguir.

2) Trabalho Obrigatório**:** imposto pelo governo para obras públicas, quando os trabalhadores voluntários eram insuficientes. Segundo o testemunho de Basil Davidson, em Angola, durante o ano de 1954, "as estradas rurais eram invariavelmente construídas e conservadas por mão-de-obra conscrita, sem salário, da região através da qual a estrada passava. Essa gente tem de fornecer não só o trabalho, mas também sua própria comida e, freqüentemente, suas próprias ferramentas. Dado que muitos homens da região se encontravam ausentes, em trabalho forçado algures, o chefe local, em cujas mãos se deixou a responsabilidade pela estrada, era obrigado, não raro, a convocar mulheres e crianças pequenas. Por essa razão, podiam ver-se mulheres com seus bebes às costas, e mulheres grávidas e mocinhas pequenas, trabalhando em estradas com ferramentas primitivas e transportando pequenos baldes de madeira à cabeça, cheios de terra, enquanto o capataz ou o 'responsável' estava sentado perto, pensativamente abraçado ao próprio joelho"[(78)].

3) Trabalho Contratado: forma economicamente mais importante de trabalho forçado e justamente a mais antiga aplicada nas colônias (foram os “contratos” primitivamente utilizados logo após a libertação dos escravos). Qualquer africano que não pudesse provar que esteve empregado durante, pelo menos, seis meses do ano anterior, estava sujeito ao trabalho compulsório para o Estado ou para os empregadores privados. Bastava não possuir condições de encontrar trabalho que as autoridades se incumbiam de "encontrar para ele"; ou não habitar casa em condições de salubridade; ou não possuir no mínimo 50 cabeças de gado. Pelas definições, incluíam quase toda a população masculina das colônias. Os regulamentos angolanos para o trabalho contratado, geralmente imprecisos, facilitavam a interpretação "ad hoc" por parte das autoridades. As condições para sua aplicação expunha 95% da população a esta modalidade de trabalho forçado.

---

(78) DAVIDSON, B. The African Awakening. Londres, 1955, citado por ANDERSON, P., opus cit., pag. 42-43.

O agravante é que o "contrato" era utilizado indistintamente pelo Estado e pelas empresas privadas. A administração passava uma licença de recrutamento de mão-de-obra a "agentes especializados" ou às companhias. Eram licenças "com facilidade" (utilizando auxilio efetivo da administração) ou "sem facilidade" (a administração não fornecia qualquer recurso para o recrutador). Geralmente, a administração fornecia nome e endereço do trabalhador e recrutadores nativos percorriam as aldeias, reunindo o numero de homens necessário. Usavam de intimidação e havia muita corrupção, exigindo da empresa salários altos que nunca chegavam ao trabalhador. O complemento da corrupção era, sem dúvida, a violência praticada contra o nativo que, por sua vez, recebia salários irrisórios.

4) Trabalho Voluntário: exercido na região onde o trabalhador vivia. O trabalhador contratava diretamente com o empregador. Os salários eram mais baixos ainda que o do trabalho contratado. Em conseqüência, os trabalhadores se deixavam cooptar para o trabalho contratado e não para o trabalho voluntário. O resultado era um reforço à posição colonialista de que "negro não gosta de trabalhar se não sob o chicote".

5) Cultivo Forçado : companhias portuguesas ou associadas com estrangeiros, possuíam concessões de terras cedidas pela administração, às quais eram indicados grupos de trabalhadores. Tais empresas forneciam sementes aos trabalhadores e exigiam um nível mínimo de produção, que era compulsoriamente comprado pela companhia a certo preço fixo (muito abaixo dos preços de mercado livre). Nesse sistema, não era permitido qualquer outra remuneração ou salário. Apenas o preço do produto. Era um processo inteiramente coercitivo, com a terra forçosamente levada à monocultura, subtraída, portanto, da economia local de subsistência. O resultado da aplicação do modelo, naturalmente, foi a fome das populações locais, fato comprovado tanto em Angola quanto em Moçambique.

6) Trabalho Emigrante: freqüentemente mais empregado em Moçambique, consistia em fornecer, sob contrato da administração com os interessados, mão-de-obra para trabalho em outros países (minas da África do Sul e Transvaal, por exemplo). Em Angola, de 15 a 20 mil trabalhadores eram periodicamente levados a trabalhar na Rodésia do Norte (Zâmbia) e África do Sudoeste (Namíbia). Trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul tinham 60% dos seus salários pagos diretamente, pelos sul africanos, ao governo da colônia portuguesa, os quais só eram repassados às famílias seis meses depois, e em moeda portuguesa (o escudo). Só 40% eram recebidos nas minas, que empregavam mais de 100 mil homens por ano, após a Segunda Guerra Mundial. Essa modalidade de trabalho convencional português e que visava, na prática, a exportar mão-de-obra, constituía, na verdade, uma projeção internacional do "estatuto do trabalho forçado".

A enorme opressão envolvida no trabalho forçado era de uma brutalidade e intensidade sem par em todo o continente africano. Um relatório de Henrique Galvão, de 1947, revela que "a população fugia em massa, deserta de terras e lares e os territórios ficavam vazios... Era a emigração clandestina que, cada vez mais rapidamente, esvaziava os territórios e drenava para o exterior a população (...) de Angola, o que, nesta colônia, era responsável pela grave anemia demográfica que se notava" em certas áreas.

Permaneciam em casa apenas os velhos e os enfermos, as mulheres, as crianças e os incapazes, enquanto a decadência física da população era uma realidade que não se podia desconhecer. “A mortalidade infantil atingia a percentagem de 60%. O índice de mortalidade era de 40%, mesmo entre os trabalhadores na plenitude da vida. As figuras eram mudas, estáticas. Não gritavam, não falavam de dor. Era preciso ver com os próprios olhos, era preciso encorajar até aqueles que queriam ver....”

O governo transformou-se no principal recrutador, selecionador e distribuidor de mão-de-obra autóctone, de tal modo que os colonos requisitavam por escrito à Repartição de Assuntos Indígenas “os 'fornecimentos de mão-de-obra', sem qualquer espécie de pudor”. A palavra 'fornecimento' aplicava-se, indistintamente, a mercadorias ou homens. “A idéia de que o nativo era apenas uma besta de carga ainda era a dominante; a indiferença pela saúde física e moral dos trabalhadores era evidente...”

Em certo sentido, a situação prevalecente era mais crítica que a existente sob a escravatura, pois, nesta última, o homem comprado, adquirido como cabeça de gado, era tratado como um patrimônio. Havia o interesse do proprietário em mantê-lo com saúde, ágil e robusto , do mesmo modo que cuidava do seu cavalo ou de seu boi.

Na realidade angolana, corrente em pleno século XX, o nativo não era comprado, mas era simplesmente alugado ou arrendado pelo governo, ainda que pudesse ter o *status* de homem livre.

"Ao patrão pouco importava que ele caísse doente ou morresse, desde que trabalhasse duro enquanto vivesse... Quando um trabalhador ficava incapacitado de trabalhar ou morresse, tudo o que o patrão tinha a fazer era pedir que lhe fornecessem outro trabalhador... Só os mortos estavam realmente isentos do trabalho forçado"[(79)].

O trabalho forçado chegou a ser utilizado em colônias francesas (em colheitas nos Camarões, Ubangi, Tchad) e italianas (Etiópia), em Madagascar e mesmo na África do Sul, para correções penais, mas sempre com significação marginal e transitiva no desenvolvimento econômico desses territórios.

A África portuguesa é caso singular, tanto em "continuidade" como em "escala de utilização" do trabalho forçado.

No que se refere à "continuidade", o primeiro código de trabalho "livre" foi estabelecido em 1878 (que oficializou o fim da escravidão), autorizando a contratação coercitiva de africanos que fossem considerados "vagabundos".

Em 1898, um certo "Comitê Real sobre as Cousas D'Além Mar" declarou que "o Estado, não só como soberano de populações semi-bárbaras, mas também como depositário de autoridade social, não deveria ter escrúpulos em *obrigar* e, se necessário, *forçar* (*sic*) esses rudes negros da África, esses ignorantes párias da Ásia, esses semi-selvagens da Oceania a melhorarem a si mesmos pelo trabalho, a adquirirem pelo trabalho os meios mais felizes de existência, civilizarem-se através do trabalho"...

Em outras palavras, "jaz quase um século" no qual esse estatuto foi aplicado em toda a sua extensão, subjugando o homem supostamente "livre" de Angola.

(79)) ANDERSON, P., opus cit., pag. 51.

Indicadores coloniais dão conta de que, no período de 1935 a 1939, o “trabalho forçado” empregava 720 mil pessoas por ano em Angola. A maioria desses trabalhadores angolanos estava concentrada em duas regiões produtoras de café, Cuanza Norte e Uíge, embora fossem migrantes de Huambo e Bié, região de predomínio dos povos Ovimbundos, considerados bons trabalhadores agrícolas.

Quanto à escala, as diversas modalidades de trabalho forçado dão uma idéia do grau de sua utilização nas colônias portuguesas, inexistindo relatos que revelem alguma flexibilização de seu uso até meados de 1961, quando foi oficialmente revogado pelo decreto-lei 39.666.

O domínio português de além-mar pode ser definido como perverso justamente por ter apresentado, com desmedido impudor, uma modalidade de exploração humana tão injusta. O trabalho forçado, sem dúvida, foi uma das mais claras provas do atraso desse sistema em relação aos demais colonialismos contemporâneos conhecidos .

Um importante fator pode ter contribuído para efetuar a conversão, ainda parcial, a partir dos anos 60, do trabalho coercitivo para uma forma laboral impulsionada pelo incentivo. Tratou-se de um fator político e externo: o papel dos sindicatos dos partidos socialistas e social-democratas nos países metropolitanos. Suas pressões influenciaram, em certa medida, as revisões do ultramar português.

Este, entretanto, não foi o mais importante fator, pois, em muitos casos, poderosos movimentos proletários na Europa simplesmente nada fizeram para alterar os estatutos de regimes coloniais injustos, como o português.

O trabalho forçado português foi instrumento utilizado por uma metrópole incapaz de manter relações de transformação econômica e social nas dependências de seu domínio ou mesmo na economia de seu próprio território.

A ausência de investimentos, por exemplo, na magnitude e na forma necessárias, como fizeram outras nações imperialistas, para criar um outro formato de dependência, a partir da expansão do mercado interno e do acesso a níveis mínimos de renda e de escolaridade (implicando, portanto, em mudanças nas relações de trabalho), que permitissem agilizar a economia local, é um elemento demarcante dessa situação.

3.4.5.2. Colonização

A exploração eficiente de uma colônia em África requeria, naturalmente, a presença física efetiva do branco europeu e o controle extremo de suas atividades.

Neste particular, os portugueses também se notabilizaram, pois em suas colônias o "investimento" em mão-de-obra administrativa foi dos mais diminutos da história. É a aplicação do que chamamos "princípio do mínimo necessário".

Por volta de 1850, Portugal mantinha apenas 100 brancos em Angola, segundo o testemunho do célebre viajante inglês, Livingstone, que percorreu boa parte do continente africano no século passado, tendo muitas passagens pelas colônias portuguesas.

Em 1870, a população branca portuguesa não ultrapassava 3.000 pessoas em todas as colônias ao sul do Equador.

Em 1875, uma séria ameaça faria com que as autoridades portuguesas alterassem um pouco sua diretriz: uma coluna de 600 *boers* (que escapou ao controle britânico a partir de Mafeking) subiu do Cabo da Boa Esperança em direção a Angola, passando pela Bechuanalândia e pelo Sudoeste Africano, chegando a Angola com 300 integrantes vivos, terminando por se estabelecer na região de Humpata (planalto central).

Isto provocou a iniciativa portuguesa de tentar contrabalançar a presença de estrangeiros, patrocinando a transferência de famílias e colonos para a região, o que, em certa medida, ajudaria também os portugueses na definição das fronteiras angolanas, cujo processo estava em curso naquela época.

Famílias pobres de muitas cidades da metrópole foram recrutadas para serem enviadas ao sul de Angola, às custas do governo, para isolarem, assim, a comunidade *bôer*.

Esta “colonização induzida” e financiada pelo governo estabeleceu um importante precedente, mas, não incentivou de imediato a ida de portugueses para as colônias. Até 1890, apenas 400 pessoas por ano foram atraídas para Angola. Depois, nos anos 90, esta média passou a 1.500 pessoas por ano. Finalmente, em 1.900, o governo abandona esta política, só a retomando, com modificações, no governo de Salazar.

Na passagem do século, contabilizavam-se 9.000 brancos em Angola, a maioria militar e pessoal administrativo, vivendo em Luanda e Benguela. Nos primeiros anos do século XX, observou-se um ligeiro incremento nesse número, não obstante a ausência de políticas oficiais. Em grande medida, as dificuldades vividas pelo Império de Portugal, em seus dias finais, contribuíram para fomentar a emigração.

Na década de 30, a política oficial de Portugal passou a incluir a "transfusão de população", resolvendo, deste modo, dois problemas da metrópole**:** o excedente populacional e o desemprego, reduzindo a tensão social.

As autoridades coloniais passaram, também, a contar com total apoio dos colonos em suas práticas nos territórios ultramarinos, pois, como não poderia deixar de ser, os representantes da ditadura portuguesa nas colônias eram os elementos mais conservadores e reacionários, constituindo a base do seu aparelho administrativo.

Em 1930, havia 42.800 homens brancos e mestiços (estes últimos em maioria) vivendo em Angola, para uma população total de 3 milhões de habitantes. É exatamente a partir deste ano que se inicia um movimento migratório que notabilizaria a colonização portuguesa.

Em vinte anos, de 1940 a 1960, a população portuguesa no território de Angola passou de 44 mil para 172 mil pessoas. Os territórios transformaram-se, pouco a pouco, em colônias de povoação. Em Luanda, os europeus constituíam, nos anos sessenta, 32% da população da cidade.

Os colonos, geralmente, eram originários do meio rural europeu, obrigados a abandonar sua terra natal pelas dificuldades locais. Também formavam as massas migratórias uma parcela de pobres urbanos provenientes de diferentes regiões de Portugal.

Antigos granjeiros, camponeses ou jornaleiros estavam dispostos a exercer qualquer tipo de trabalho nas colônias, mesmo não qualificado, desde que sobrevivessem. Constituíram camadas de baixa qualificação (engraxates, porteiros, lavadores de carros etc.) que concorriam com a mão-de-obra africana. Ao mesmo tempo, esses colonos pouco penetravam no interior do território. Em 1950, apenas 3 mil, sobretudo provenientes da ilha da Madeira, estavam ocupados no setor agrário do interior de Angola e Moçambique.

No Norte e Nordeste de Angola, chegou a formar-se uma camada branca relevante, graças às plantações de café e à extração mineral.

Expropriando terras da população "*indígena*", principalmente nas províncias do Uíge e do Zaire, explorando a mão-de-obra africana e gozando de todo apoio oficial, alguns colonatos tornaram-se economias muito prósperas.

O território angolano apresenta, em grande medida, clima favorável à ocupação pelos europeus. Em particular, as terras altas e férteis situadas na região de Bié e Huila (variando de 3.000 a 5.000 pés), que fogem à zona da malária e da mosca tsé-tsé, apresentando temperaturas bastante agradáveis. Todavia, este não foi um fator decisivo para incentivar a emigração.

A análise interna e comparativa dos fluxos migratórios é que pode conferir especificidade a esse colonialismo, distinguindo-o dos colonialismos das demais metrópoles européias.

Esses fluxos migratórios, numa análise inicial, podem parecer normais, porém, a extensão desta imigração, em si, "nada diz do seu *tipo*, visto que várias considerações indicam não ter sido a colonização portuguesa dos territórios africanos, a despeito do seu volume, necessariamente semelhante, em espécie e significação, à imigração branca dos demais territórios da África central e meridional"[(80)].

A emigração é um fenômeno de natureza ambígua, pois pode indicar, por exemplo, extremos opostos da configuração social: superabundância e dinamismo ou estagnação e anemia. "O seu significado claramente depende de saber se é *a única* alternativa numa situação profundamente insustentável ou uma alternativa *máxima* numa situação que faculta variadas opções viáveis. No primeiro caso, é uma evasão, no outro conquista..."[(81)].

Para ilustrar o fenômeno, a emigração irlandesa, entre 1861 e 1921, foi de 59 mil pessoas por ano, numa população de 4,5 milhões de pessoas (1,31%), num período de intensa escassez e fome. Tratou-se, portanto, de evasão. Na mesma época, a emigração inglesa foi de 35 mil pessoas em média, por ano, período no qual o salário real inglês subiu 100% e a população total saltou de 28 para 44 milhões de pessoas (0,10% em média, num claro exemplo de emigração para conquista).

---

(80) ANDERSON, P., opus cit., pag. 61.
(81) ANDERSON, P., opus cit., pag. 62.

A emigração portuguesa "emerge numa luz claramente distinta" de outras emigrações com destino ao continente africano. Entre 1939 e 1958, por exemplo, os salários reais em Portugal caíram de um terço, podendo significar um motivo para a evasão territorial.

Ao examinarmos, entretanto, o “interior”, as motivações intrínsecas dessa emigração no período, notamos que esta se deveu, por um lado, aos incentivos do governo de Salazar e, por outro lado, à própria busca de saída por parte dos camponeses e citadinos portugueses pobres na "caça" por um lugar melhor para viver. Tratou-se, portanto, de um misto de conquista e fuga, porém patrocinadas pelos recursos oficiais da ditadura portuguesa.

Um segundo aspecto distingue a colonização portuguesa de suas congêneres européias: a existência de desemprego em larga escala nas colônias.

Em 1960, o correspondente do "Le Monde", em Luanda, noticiou a existência de 20 mil desempregados brancos na colônia, embora, oficialmente, houvesse apenas 7 mil. O correspondente do "Observer" calculou em 10 mil o número de desempregados só na cidade de Luanda, em 1961 (numa população branca de cerca de 80 mil pessoas).

A existência de desemprego branco nas colônias só pode ser interpretada como sintoma da emigração *fugitiva* em combinação com a *conquista* sob patrocínio oficial: as pressões existentes sob a crítica situação econômica metropolitana podem ser tão fortes que se sobrepõem à racionalidade econômica, “empurrando suas vítimas, cegamente, de uma situação de desemprego ou de subemprego para outra. Ao mesmo tempo, o fenômeno sugere que o nível de capitalização do terreno colonial é muito lento (...), produzindo apenas oportunidades muito limitadas de ocupação, dentro de uma simples e rígida estrutura de emprego”[(82)].

Uma interessante consideração complementar sobre a colonização se refere ao grau de acumulação cultural. Um baixo nível cultural e educacional pode significar falta de aptidão. O emigrante português desempregado nas colônias seguramente também estaria desempregado em circunstâncias que se exigisse um nível mais alto que o simples trabalho manual e não especializado ao qual se propõe.

Em outras palavras, estaria também desempregado nas cidades metropolitanas estagnadas, característica da economia portuguesa em boa parte deste século.

---

(82) ANDERSON, P., opus cit., pag. 37.

Ao engrossar as fileiras da "colonização oficial", entretanto, o emigrante pobre português passa a concorrer com o nativo local e contribui para radicalizar ainda mais um dos mais cruéis racialismos dos tempos recentes.

A partir dos anos 50, justamente o período de grande incremento às plantações e ao extrativismo voltados para exportação, os colonos portugueses em Angola se inseriam em categorias profissionais básicas: camponeses e operários. A maior parte da burguesia (fundamentalmente branca) residia na metrópole, não na colônia, lugar de seus prepostos.

A política colonial, aliás, também combatia, de certo modo, a formação burguesa local, criando laços intensos entre os portugueses residentes na colônia e sua pátria. A historia havia se encarregado de mostrar aos portugueses que uma burguesia local forte levava ao desenvolvimento de anseios nacionalistas e libertários.

Os rebentos do espírito empreendedor capitalista eram cortados pela administração colonial. No inicio dos anos 60, os empreendimentos nascentes em Angola não ultrapassavam 15 mil (aqui incluindo o pequeno comércio, empresas semi-artesanais e qualquer espécie de iniciativa autônoma local).

Iniciativas pessoais dos nativos, então, jamais eram admitidas, o que teria um reflexo muito grande no período posterior à Independência, especialmente após o redirecionamento para a "economia de mercado", quando o cidadão angolano mostrou-se pouco propenso à iniciativa empreendedora e comercial, sendo substituído por estrangeiros (zairenses, libaneses, sul africanos).

Outra característica distintiva da colonização portuguesa diz respeito aos "projetos-modelo" de colonização, financiados pelo governo, como o realizado em Cela (província de Huila).

O governo literalmente projetou a "transferência de Portugal", com suas características geográficas, costumes etc. para uma região africana, instalando ali uma vila fechada, à qual o africano não tinha acesso oficial (apenas indireto). Na região de Cela, por exemplo, assentaram-se 12 mil famílias, com terras agricultáveis, pasto para o gado, numa verdadeira "recriação de Portugal".

O colonialismo tradicional, envolvendo áreas economicamente atrasadas, geralmente compreende um processo transformador que transita de um “ruralismo primitivo” para um proletariado urbano ou rural com baixo nível de renda, sobre o qual predomina uma estrutura econômica operacionalizada por representantes da metrópole (ou seus prepostos), com variados graus de capacidade tecnológica.

No caso Português, ausentes a mão-de-obra capaz de exercer tal domínio da estrutura econômica (já que pobre em capacitação técnica), optou-se por um processo curioso que consistiu em estabelecer no lugar do ruralismo africano o próprio ruralismo português, transplantando a realidade lusitana *ipsis literis* para o território de Angola. Experimentos como esse serviram, sobretudo, para alimentar o ódio racista entre os habitantes da colônia.

Vê-se, portanto, que as autoridades portuguesas simplesmente realizaram a substituição de um cenário de crise econômica na metrópole por um outro similar na colônia, apenas aliviando a pressão demográfica existente na metrópole.

Trata-se, pois, de mais um fator de afirmação do colonialismo perverso: um excedente que não pode ser absorvido por investimento tecnológico local é transplantado por determinação administrativa.

O testemunho do correspondente do "Times", que visitou Cela, em meados de 1960, é bem taxativo a propósito dos resultados alcançados com a "recriação de Portugal” em África: "os brancos, em número aproximado de 170 mil, são, na grande maioria, camponeses com pouco mais capacidade do que os 4,2 milhões de africanos do país".

Notou-se uma freqüente baixa produtividade no campo, famílias abandonando o lugar para ir para as cidades, enquanto as que ficaram passaram a empregar mão-de-obra africana, a despeito da proibição oficial. O formato adquirido por esta iniciativa da administração, reforça, uma vez mais, a debilidade típica do colonialismo perverso de Portugal.

3.4.5.3. Missões Cristãs

A célebre frase de Vasco da Gama, "*Busco Cristãos* e *Especiarias*" é a síntese dos objetivos que marcaram as aventuras colonialistas originais portuguesas.

A bem da verdade, praticamente todas as potências colonialistas européias, mesmo aquelas que não professavam a fé cristã em maioria, apoiaram a atividade missionária em seus territórios.

A conquista da população nativa pela conversão (ao par da exploração econômica) representava, em certo sentido, sua incorporação ao universo cultural do homem europeu. Cumpria às missões o importante papel de iniciar o nativo no processo de adaptação disciplinar às normas culturais européias.

Ademais, a atividade missionária e o rito religioso tem importante função psicológica dentro da própria comunidade branca ao conferir a sensação de permanência sob a proteção de uma mesma entidade encontrada no lar europeu**:** uma proteção contra o desconhecido, contra a escuridão do distante, contra os perigos existentes fora de casa.

A atividade missionária consiste, efetivamente, na *domesticaç*ão da população "*indígena*"**:** *subjetivamente* liberta o europeu dos seus terrores do africano, incluindo-o nas mesmas regras de conduta que são suas, e *objetivamente* atrai o africano para o pensamento e costumes europeus.

Em certa medida, o sistema colonial necessita de um nível mínimo de europeização, para que se possa exercer a ordem e promover a exploração.

A primeira tentativa missionária portuguesa se deu em 1491, na busca de cristianizar os Bacongos, povos pertencentes ao reino do Congo, na parte norte do território atual de Angola. Nesta oportunidade, foi cooptado o chefe supremo do reino africano, transformado em Rei João.

Os portugueses e seu tráfico de escravos logo revelaram algum distanciamento entre aquilo que pregavam como princípios da fé cristã e a prática da exploração. Após 30 anos de governo cristão de Afonso, filho de João, o reino Bacongo começou a descristianizar-se, até eliminar completamente a presença de homens brancos com a ascensão de governantes hostis aos exploradores. A cidade de São Salvador (outrora capital do reino e atualmente com o mesmo nome de então, M'Banza Congo) era uma cidade deserta em 1690, com 12 igrejas, muralhas e fortalezas em ruínas.

Na região sul de Angola, nos séculos seguintes, houve muitas missões não portuguesas, dentre as quais a dos freis capuchinhos italianos, que foram particularmente atuantes no período que vai de 1650 a 1750. Quando se foram, as atividades religiosas no território quase cessaram. Em 1850, havia apenas 5 sacerdotes atuando em Angola.

Os portugueses, cientes do papel missionário, fizeram, em vão, muitas tentativas de fazer retornarem os Capuchinhos. Conseguiram, no máximo, por intermédio do Papa, fazer vir os franceses da Ordem do Espírito Santo, na segunda metade do século passado, os quais foram atuar também no sul de Angola.

No início do século XX, as atividades missionárias em Angola aumentaram, mas sempre contando com a contribuição estrangeira: frades alemães e italianos da Consolação, padres franceses de Monfort e padres Salesianos.

A atividade missionária ganharia esplendor, entretanto, sob o regime de Salazar, a partir de 1932, que tinha como lema oficial a expressão "Deus, Família, Trabalho", além de ser um governo "intensa e confessadamente católico". Aliás, "Portugal é um dos países mais saturadamente católicos da Europa"[(83)].

A atividade missionária no governo Salazar contava até com apoio constitucional, já que a Carta portuguesa (artigo 140) previa o apoio do Estado às missões. Em 1940, um acordo entre Portugal e o Vaticano concedeu privilégios especiais ao clero católico na metrópole e nas colônias, incluindo subsídio estatal. Após a Segunda Guerra, o território contava com mais de 170 missões religiosas, além de ordens monásticas dos beneditinos, jesuítas, capuchinhos, franciscanos, dentre outras.

Os religiosos possuíam rádios em diversos locais, porções expressivas de terra e muitas publicações, especialmente semanários distribuídos durante as missas.

A soma de um dos catolicismos mais exacerbados com o mais puro autoritarismo político, juntados ao apoio oficial e ao extremo nacionalismo, parecia indicar que haveria uma grande massa convertida nas colônias, facilitando a penetração do branco europeu. Isto, entretanto, não ocorreu, o que em parte pode ser creditado também ao comodismo missionário, usufruindo de rendimentos estatais, preferindo apenas guardar a moral e a fidelidade política de seus paroquianos. No inicio dos anos 60, estimava-se em cerca de 2 milhões o número de seguidores católicos africanos.

Angola experimentou também uma ação intensa de missionários protestantes, principalmente de origem canadense e americana. Os protestantes apresentaram atividade mais consistente e continuada, não obstante em menor volume que os católicos.

---

(83) ANDERSON, P. *Opus cit*. Pág. 69.

As missões protestantes atuavam, sobretudo, na educação, tanto do branco europeu quanto dos africanos admitidos ao sistema. A maioria das escolas existentes em Angola eram particulares ou pertenciam a essas atividades missionárias.

No campo da educação do africano, a atividade dos missionários protestantes foi bastante efetiva, tendo alguns líderes anticolonialistas (como Holden Roberto e Jonas Savimbi) sido educados em escolas dirigidas por eles.

Islamismo e hinduísmo, por outro lado, também chegaram a ganhar certa difusão em Angola.

A Igreja católica, ao final das contas, acabou por não se preocupar muito com a difusão do saber entre a população local, acomodando-se na convivência com um regime servil que a favorecia, embora o sistema de instrução oficial das colônias estivesse quase todo em suas mãos. Durante o século XX, a proporção de alunos africanos em relação aos brancos, nas escolas católicas, jamais ultrapassou 20%, mesmo nos anos que beiraram a libertação.

A população nativa, por sua vez, sempre associou o catolicismo à "igreja dos ricos" ou "igreja dos portugueses" e, embora a freqüentassem, a ela opunham os cultos tradicionais locais ou de diferentes correntes afro-cristãs.

Neste ponto, revela-se uma outra grande contradição do colonialismo português: uma nação que se diz extremamente católica, ao longo de sua história, repentinamente se vê surpreendida em territórios de seu domínio ao negar sua própria autoridade espiritual às populações colonizadas, permitindo que a ação protestante e de outras correntes religiosas alimentem seus rebentos.

Este paradoxo de uma nação que se diz fielmente católica, mas revela sua incapacidade para evangelizar de forma competente, distingue o colonialismo português do praticado por outros países que também se serviram das missões.

3.4.5.4. Ideologia

Numa tentativa de convencer a opinião pública internacional, contrária à exploração colonial no período posterior à Segunda Guerra Mundial, Portugal chegou a incorporar em sua Constituição (artigos 134 e 135) a noção de que era um país único, composto de províncias continentais e ultramarítimas.

Entretanto, se, na opinião portuguesa, o país era uno e multicontinental, aplicando-se o mesmo estatuto a seus diferentes domínios, sua população, em especial aquelas das "províncias ultramarinas", não recebia a mesma atenção oficial.

Havia uma clara distinção, através do "Acto Colonial, entre o que fosse um branco português e os "*indígenas*" (pessoas de raça negra e os seus descendentes) que ainda não tinham a educação e os hábitos individuais e sociais necessários para a completa imposição da lei aplicável aos cidadãos portugueses.

Para os "*indígenas*", o decreto português restringia a liberdade de movimentos, excluía os locais de todo e qualquer direito político, permitia a imposição administrativa do trabalho como forma de dignificação do sujeito, dentre outras arbitrariedades da "civilização" portuguesa.

Todo africano com idade superior a 14 anos recebia, das autoridades coloniais, a "carta *indígena*", caracterizando-se como um indivíduo apto ao trabalho. O controle desse documento era sistemático e a existência de rasuras ou a falta do documento eram punidos com castigos físicos ou até mesmo com a morte, em alguns casos.

Só a "assimilação" poderia emancipar os "*indígena*s". O nativo só se classificava como "civilizado" quando lhe era conferido o grau de emancipado, significando que possuía determinados índices de integração, como "falar corretamente o português", "ter profissão definida", "apresentar bom comportamento", "cumprir o serviço militar", dentre outros.

A presença de critérios subjetivos (ter bom comportamento, por exemplo), por si só revela o despotismo residente no processo de emancipação do nativo.

Muito importante para se compreender o caráter ideológico desse processo é verificar em que medida o sistema educacional colonial português permitia ao "*indígena"* atingir o grau de emancipado.

Da população, mantida em níveis educacionais baixíssimos, poucos eram aqueles que podiam ser classificados como civilizados. Num contingente de 4,2 milhões de pessoas, em fins dos anos 50 e início dos 60, apenas 2% freqüentava a escola, aqui incluindo os brancos que eram de 85% a 90% da massa estudantil.

Em outras palavras, apenas 0,2% da população total (num número aproximado de 8,4 mil africanos) tinha acesso à educação formal e desses apenas uma minoria podia ascender à plena condição de civilizado.

Entre os admitidos regularmente em escola e os aprovados ao final do curso também havia uma longa distância. Em 1954, apenas 0,8% dos alunos matriculados foram aprovados (incluindo brancos), sendo que apenas 1,6% chegaram a prestar exames finais. Na escola secundária, neste mesmo ano, havia apenas 141 alunos, entre africanos e europeus. Oficialmente, 99% da população autóctone era analfabeta, com apenas 0,74% de emancipados.

Além da documentação, do controle de movimentos e residência e do trabalho obrigatório, a população autóctone estava sujeita a "impostos locais", criados com o fito de gerar "rendimentos suplementares" ao colonizador, mas, sobretudo, com o objetivo mais apropriado de subjugar o nativo.

Havia tributos, por exemplo, sobre a fabricação de carneiros rituais "tam-tam"; sobre a queima de ervas (necessária para a agricultura itinerante); sobre o abate de gado (mesmo para consumo próprio); para o uso de máquina-de-costura em casa, dentre outros.

Junto à questão das "províncias ultramarinas" e ao problema da "assimilação" do africano, havia a propalada questão de que na África portuguesa não se praticava a discriminação racial. As diferenças entre brancos e negros seriam apenas culturais, não raciais, tanto que, "após ser civilizado, o africano estava sujeito às mesmas leis dos brancos".

Iniciaram-se mesmo verdadeiros movimentos de idealização do colonialismo, claramente apoiados pelo governo, que tentavam mostrar a singularidade do colonialismo português, que seria diferente da essência imperialista das grandes potências. Entre a classe dominante prevalecia, por exemplo, a idéia de um "luso-tropicalismo", versão criada pelo sociólogo brasileiro, Gilberto Freire[(84)].

Por essa versão, Portugal desenvolvia em suas colônias uma “civilização luso-tropical", criada a partir da assimilação e adaptação de valores de diferentes origens culturais. Ao contrario de ingleses e franceses, prevaleceriam, no processo de colonização português, os ideais da moral cristã.

---

(84) ZOTOV, N. & MALIKH, V. Opus cit. Pag.80. Os autores citam, inapropriadamente, o conhecido sociólogo brasileiro, autor de Casa Grande e Senzala, como “J. Freire” e não Gilberto Freire.

Haveria harmonia racial e social e "a exclusividade de semelhante prática era explicada pela existência entre os portugueses de qualidades sócio-psicológicas particulares, que lhes permitiam adaptar-se facilmente às sociedades indígenas". No dizer de Marcelo Caetano, um dos ideólogos dessa versão e seguidor de Gilberto Freire, "os portugueses sempre procuraram transmitir-lhes (aos "*indígenas"*) a sua fé, a sua cultura, a sua civilização, chamando-os, assim, ao grémio da comunidade lusitana"[(85)].

As autoridades portuguesas procuravam encontrar, deste modo, sustentação ideológica suficiente para combater idéias e movimentos que pretendiam a "independência oportunista, fantasma e efêmera" (conforme denominavam) das colônias e que apenas traria o derramamento de sangue, o caos e a miséria para as populações das "províncias ultramarinas".

Esta posição, no entanto, era absolutamente negada pela realidade observada em Angola e em outras colônias de Portugal. A população negra ou mestiça vivia sob a mais brutal disciplina, enquanto estatutos como a liberdade de circulação, o reconhecimento paterno, o casamento inter-racial e a herança em direção ao filho ilegítimo ou "de cor" não eram praticados, reforçando a concentração de poder e de recursos na metrópole em detrimento da economia colonial.

Questões como segurança social, saúde pública, educação, aumento do nível cultural, ajuda humanitária, dentre outras de crucial importância, sequer eram discutidas pelo colonizador português, com os rendimentos originados das colônias sendo inteiramente consumidos pela sociedade metropolitana.

Conforme a resistência da população autóctone aumentava, diante da extrema exploração e do elevado grau de miséria (reconhecido até oficialmente), o governo português reagia de diferentes modos, quase sempre, entretanto, de forma brutal e esmagadora, abafando qualquer tentativa de sublevação.

A própria definição de nativos ou "*indígena*s" era discriminatória na legislação portuguesa: pessoas de raça negra e seus descendentes.

---

(85) ZOTOV, N. & MALIKH, V. Opus cit. Pag.80.

Não havia nativos brancos em Angola. Ou, pelo menos, era assim que a lei entendia. Nenhum colono branco tinha que provar seu bom caráter para ser reconhecido como cidadão ou ter garantia de acesso ao emprego. E muitos brancos (25% oficialmente) eram analfabetos, assim como muitos não tinham empregos fixos. A diferença salarial, por seu turno, chancelava essa diferença entre brancos e negros, com o distanciamento salarial sendo mais cruel até mesmo que na própria África do Sul.

Observações feitas por visitantes estrangeiros provaram o equívoco da mitologia portuguesa da igualdade racial ao revelar a existência de hospitais com salas separadas para brancos e negros, restaurantes com admissão reservada, hotéis apenas com funcionários brancos, os preços absurdos dos bens públicos acessíveis ao negro (impossíveis de se pagar com um salário de africano), os aluguéis impondo uma clara separação racial. No fundo, o regime português era tão ou mais segregacionista que o "apartheid" oficial sul africano, agravado pela tentativa escancarada de acobertar o incobertável.

Um outro importante tema em que os portugueses insistiam em sua ideologia colonial dizia respeito à união entre brancos e negros, com a proclamação oficial da miscigenação como prova da consumação da multiracialidade.

Tratava-se, entretanto, de um outro equívoco, pois Angola possuía uma proporção de mestiços inferior à da África do Sul. Em 1958, de todos os casamentos verificados oficialmente (226), apenas 1 (um) se deu entre negro (homem) e branco (mulher).

Havia sim uma porção de filhos deserdados, de rebentos bastardos, frutos de uniões fortuitas e oportunistas, onde a negra africana servia como instrumento do sexo e não como senhora do lar.

A exaltação do multiracialismo, justamente quando séculos de colonialismo provaram o contrário, pode ter, entretanto, uma explicação racional**:** a ação da Igreja e das missões católicas (antiracistas por definição, mas tolerantes com as autoridades) permitindo esse estado de coisa. Os exemplos práticos de miscigenação (por falta de mulheres brancas) ocorridos nas colônias africanas e também no Brasil (exemplo a que muitas vezes se recorreu) também serviram para sustentar essa idéias.

Um católico não poderia falar em discriminação. A isso se juntava o "inigualitarismo sexual" da Igreja [que não concebia, por exemplo, que soldados e colonos portugueses levassem suas esposas ao “front”, ao território da colônia (ao contrário de ingleses e holandeses)]. A integração racial, portanto, quando ocorria, era por expressão do instinto e não do racional.

A ideologia da colonização portuguesa, quando comparada "com as suas equivalentes em qualquer outra parte do continente", revela-se como uma falsificação grosseira e sistemática da realidade.

“Extraordinariamente, a mística colonial de Salazar definia-se a si mesmo em *oposição* aberta a todos os colonialismos.

Dentro do complexo do imperialismo português, qual era o significado desta ideologia colonial que principia por atacar o próprio colonialismo?"[(86)].

A ideologia colonialista portuguesa assentava-se em muitos princípios, dos quais dois eram absolutamente fundamentais.

Primeiro, o “Portugal pan-continental”. Império significa autoridade e não existe autoridade onde o poder esteja dividido. Para os ideólogos do regime, a nação tinha que ser a mesma por toda parte, reprisando continuamente o espírito de dominação dos navegantes históricos como forma de afirmação do "gigantismo" português, fortemente negado pelas próprias dimensões reduzidas do país na Europa.

O segundo princípio dizia respeito à “supremacia espiritual do Império Português”, com recorrência ao passado de grandes descobertas e feitos dos heróis portugueses, movidos pela fé.

Esquecendo os objetivos econômicos para relevar apenas os espirituais, era como se uma "missão divina", uma ordem de Deus recaísse sobre Portugal impelindo seu povo a estabelecer contato com toda a humanidade. É a essência da "ação civilizadora" do povo português, ao que se junta o reforço da "não discriminação racial", do "luso-tropicalismo".

Dentre os defensores do sistema, havia mesmo quem falasse em um “colonialismo missionário”, motivado pelo bem de Deus.

[(86)] ANDERSON, P. *Opus cit*. Pág. 78.

A irrealidade, porém, era tão flagrante que muitos observadores puseram de lado este tema, considerando como pura propaganda de regime ditatorial. Acreditavam, entretanto, que era necessário observar com cuidado para entender que "a ideologia era aspecto quase tão revelador do imperialismo português quanto o econômico ou demográfico. A função da mitologia é clássica para justificar e falsificar"[87].

Com tantos indicativos, o imperialismo português não era, de fato, o caso clássico do imperialismo capitalista em geral. Mas, isso ocorreu não devido a qualquer superioridade moral dos portugueses. Antes, pelo contrário, se deu porque o colonialismo português foi o resultado do atraso econômico e social de muitos séculos.

Ele foi um fracasso na realização de um padrão imperial normal, jamais uma opção para suplantar aquele. "No espelho distorcido da ideologia, a *singularidade* indiscutível transformou-se e dissolveu-se num molde e numa forma situados além de todo o possível reconhecimento."[88].

A denúncia, pelos portugueses, do lucro exorbitante dos outros imperialismos, por exemplo, revelava a ausência de capital próprio para fazer investimentos e obter os mesmos resultados alcançados pelos outros; a tolerância à cor, por seu turno, revelava, na verdade, a falta de mulheres brancas nos territórios coloniais.

No fundo, o discurso português distorcia completamente a realidade vigente nas colônias, superando qualquer possibilidade de reconhecimento. Era um exercício de fantasia, de pura ficção. Um colonialismo transfigurado, incapaz de afetar a si mesmo, e que passava a proferir um sonho, o que desejava e não o que era de fato.

. . . . .

Um outro ponto de reforço à ideologia colonial portuguesa era que, ao contrario do sistema colonial inglês, de administração *indireta*, o sistema português caracterizava-se por um aparelho administrativo relativamente extenso e burocrático (mas, ainda assim, sem envolver grandes investimentos).

---

(87) ANDERSON, P. *Opus cit*. Pág. 80.
(88) ANDERSON, P. *Opus cit*. Pág. 81.

As colônias dividiam-se em províncias, as províncias em regiões governadas por intendentes e, a estes últimos, subordinavam-se os administradores distritais, cujas áreas de controle se dividiam, por sua vez, em *concelhos* e circunscrições[(89)]. Os *concelhos* existiam, sobretudo, onde havia maior concentração de população européia.

As regiões agrícolas eram divididas em circunscrições e "postos". Os chefes dos "postos" realizavam o controle dos habitantes autóctones através da “carta *indígena*”, onde havia informações pormenorizadas sobre o africano, ultimo local de trabalho, total de impostos a pagar etc. Sem uma indicação especial na “carta”, nenhum habitante local podia deixar a sua casa.

Os africanos não votavam e estavam proibidos de expressar opiniões na imprensa, em comícios ou reuniões. Nenhuma associação podia ser criada sem autorização das autoridades portuguesas.

Vê-se bem que a fundamentação ideológica do colonialismo português estava em conformidade com a estrutura administrativa adotada nos territórios sob o seu domínio.

. . . . .

Um golpe brutal praticado pelos portugueses contra a cultura dos povos africanos foi a incorporação dos chefes tribais aos extratos mais baixos da administração colonial, deixando o poder ancestral restrito aos anciãos de aldeia e pequenos chefes locais (que estabeleciam o controle sobre os autóctones).

Um chefe, deste modo, só podia exercer suas funções junto à tribo após aprovação do governador ou do chefe do "posto". O funcionário europeu podia substituir um chefe local que não fosse do seu agrado, sendo prática comum, nos anos 50, a demissão dos chefes locais do comando de suas tribos.

O principal papel desses chefes cooptados ao sistema de administração colonial era o de recrutar trabalhadores e cobrar tributos em favor dos colonizadores (sem direito a ficar com parte dos tributos, como ocorria nos territórios ingleses).

---

(89) “Concelhos” são o equivalente português a distrito ou município.

Segundo Agostinho Neto, médico, poeta e primeiro presidente de Angola, o fato da "população africana" ser "obrigada a manter contato com o branco", fazia aumentar "seu sofrimento com a segregação racial e a exploração econômica" [(90)].

. . . . .

Numa prática peculiar ao salazarismo, nos anos 50 e 60, a administração colonial deliberadamente dificultava a divulgação de informações sobre os territórios, tanto para o mundo exterior quanto entre os próprios territórios, evitando que se conhecesse a verdadeira situação socio-econômica nas colônias.

Muitas das informações existentes sobre os territórios portugueses provinham de observações de testemunhas estrangeiras que, por obrigação profissional (diplomatas, jornalistas, professores, consultores), visitavam esses locais[(91)].

A existência de um aparelho repressivo nas colônias, que ampliou e reforçou consideravelmente a sua atividade nos últimos anos do governo Salazar, demonstrava que os colonizadores desejavam esmagar qualquer iniciativa que pudesse representar risco futuro de libertação.

Os próprios colonos brancos viam, mas não possuíam consciência do movimento geral nas colônias. Temendo repressão da polícia administrativa, não discutiam o tema em seu meio.

Ao longo dos anos, porém, à medida em que as contradições do regime iam se revelando, gradativamente o aparelho repressivo colonial foi sendo minado. Os representantes africanos ideologicamente melhor preparados foram chegando à conclusão de que a resistência só seria possível a partir de movimentos organizados que enfrentassem essa repressão.

Processos demográficos e socio-econômicos que ocorriam nas colônias contribuíram para a formação de uma massa critica que, gradualmente, fizeram germinar os movimentos de libertação.

---

(90) NETO, A. Tricontinental. Havana, 1969, pág.66, no.12.
(91) ANDERSON, P. *Opus* cit.

Um bom exemplo desses processos foi a urbanização crescente das colônias. A cidade de Luanda chegou a 240 mil habitantes em 1960, dos quais 35% brancos e 65% negros ou mestiços. Entre os negros, 85% pertenciam à etnia Quimbundo, típica da região, habitando *musseques* em torno da cidade. A convivência de grupos com diferentes percepções da realidade fatalmente despertaria uma consciência crítica, questionando o colonialismo.

Até o final dos anos 60, os portugueses continuavam a insistir em pregar que reinava a paz racial nas colônias. Tentavam, portanto, esconder o "rolo repressor" em vigor que, além de praticar um verdadeiro "apartheid", conseguia manter a população num nível tal de ignorância que os próprios anseios nacionalistas eram muito pobremente expressos.

As autoridades colonialistas afirmavam que a civilização branca era uma benção para os negros, atrasados e incultos, e que, em Angola, eram tão subdesenvolvidos que não havia razão para terem ódio ao branco. Só ganhavam com o branco.

Pouco a pouco, porém, os africanos vão abandonando a posição de conformismo com sua situação. Ações espontâneas, como o apedrejamento de veículos que passavam próximos aos *musseques* começaram a ter lugar nos anos 50. Em 1959, uma carta de africanos de colônias portuguesas foi enviada à ONU onde relatavam castigos corporais aplicados a negros porque teriam lançado "olhares odiosos" aos brancos.

As autoridades reprimiam essas manifestações iniciais. Havia rusgas entre os habitantes urbanos, negros não podiam circular após as nove horas da noite, não podiam freqüentar lugares públicos para brancos (cinemas, restaurantes) e a policia passou a patrulhar bairros africanos bem armada.

Quase não havia reivindicações provenientes dos “civilizados” (ou assimilados), mas apenas um silêncio conformista.

Começava, por outro lado, a se formar um proletariado local composto por jovens operários africanos (estivadores, ferroviários), com a esmagadora maioria de baixo nível educacional. Eram, sobretudo, trabalhadores temporários e sazonais que circulavam e faziam fluir as informações.

No início dos anos 70, os operários em Angola atingiram um número entre 150 e 200 mil trabalhadores, dois terços dos quais empregados e residentes em Luanda, principal centro industrial do território, onde se concentrava metade da indústria e de onde provinham 26% do Produto Interno Bruto.

Entretanto, só europeus, mulatos e assimilados puderam se afiliar ao Sindicato Nacional dos Empregados do Comercio e Industria, fundado em novembro de 1950.

Os assimilados teriam um papel relevante no processo de libertação angolano. Eles tinham direito à livre circulação, participação nas eleições legislativas da metrópole, não pagamento do imposto per capita, não exercício dos trabalhos forçados, acesso a instrução, o que, por sua vez, criava possibilidades para obter emprego.

Viviam, entretanto, uma situação dual, pois, ao conviver com os europeus, sentiam-se superiores em relação aos membros da comunidade e aos semi-proletários locais; porém, adquiriam maior consciência da situação marginal em que viviam e sofriam ao constatar seu não enquadramento pleno em quaisquer dos grupos.

Ademais, com o aumento da emigração portuguesa para as colônias, nos anos 50 e 60, a situação social dos assimilados piorou, pois dava-se preferencia aos europeus no emprego e os salários dos assimilados eram mais de 6 vezes inferiores ao do branco.

A política de repressão das autoridades coloniais acabou por provocar o protesto desses “africanos cultos”. Foi precisamente deles que nasceram os primeiros focos de resistência organizada, os primeiros participantes e ideólogos dos movimentos de libertação nacional que, embora lentamente, ajudariam a liquidar o “colonialismo tardio” português.

3.4.5.5. Condomínio Encoberto

Um dos aspectos marcantes do colonialismo português mais recente diz respeito ao papel do capital estrangeiro. A atividade do capital estrangeiro na economia portuguesa é particularmente intensa quando se examina um breve panorama feito a partir do início dos anos sessenta.

Uma análise da história dos investimentos estrangeiros em Portugal pode mostrar o quão dependente era e o quanto mais se tornou dependente a economia portuguesa dos grandes monopólios internacionais e como foi obrigada a entregar riquezas existentes nas colônias em troca de lucros e da manutenção de sua soberania sobre os territórios.

Na verdade, as contradições e os paradoxos presentes em outros aspectos do colonialismo português também se notabilizam no tocante à participação estrangeira no processo colonial aqui descrito.

Ao mesmo tempo em que dependia da entrada dos capitais estrangeiros para explorar recursos disponíveis (para o que não possuía tecnologia ou pessoal capacitado), a metrópole portuguesa dava oportunidade para aumentar as contradições entre seus interesses e os interesses da comunidade econômica internacional.

Enquanto Portugal pretendia continuar explorando os recursos coloniais através do arrendamento e das concessões, evidentemente os arrendatários e beneficiários das riquezas não compreendiam como um país atrasado poderia ter a pretensão de continuar se associando ao capital estrangeiro, evitando os custos dos empreendimentos e gozando de benefícios, não obstante os gordos lucros proporcionados aos sócios estrangeiros.

Embora não esteja bem esclarecido até hoje o papel do capital estrangeiro na configuração do colonialismo perverso português e se argumente que os capitais internacionais não têm pátria, desde que lhe garantam altos lucros, o certo é que a confortável posição de Portugal desagradava também a seus associados. Há até mesmo suspeitas de que ao capital estrangeiro interessava a independência dos territórios coloniais (desde, naturalmente, que essa fosse feita na direção dos interesses capitalistas em vigor na colônia)

O capital estrangeiro monopolista concessionário estava presente nas colônias portuguesas desde o final do século XIX e princípios do século corrente. Portugal fazia concessões a companhias estrangeiras, financiadas em bolsas estrangeiras, apoiadas por bancos estrangeiros e dirigidos por gerentes estrangeiros. Essa forma de gestão perdurou até o crepúsculo do colonialismo, com alguns empresários portugueses, mais recentemente, defendendo o aumento de risco e de inversões do governo lusitano para que o poder estrangeiro fosse reduzido.

A economia angolana era inteiramente dependente das colheitas de grandes monoculturas, como o café, o sisal, o milho e o algodão, daí derivando as maior parte das suas receitas. Tais produtos constituíam as chamadas "colheitas industriais", voltadas para a transformação por empresas estrangeiras estabelecidas em Angola ou para exportação para os países centrais.

Um exame pouco atento das companhias exploradoras desses recursos poderia dar a entender que se tratavam de empresas angolanas e portuguesas. Todavia, estudos mais completos revelam que empresas como a Companhia Agrícola de Angola ou a Companhia Angolana de Agricultura na verdade eram controladas por capitais franceses. Ou a Companhia Geral dos algodões de Angola, controlada por belgas. Ou ainda empresas controladas por bancos "portugueses", na verdade filiais de empresas financeiras internacionais.

Mas, o setor mais contundentemente "invadido" pelo capital estrangeiro era, sem dúvida, o da mineração, através da ação de empresas bastante avançadas tecnológica e financeiramente.

A maior de todas, sem dúvida, era a conhecida *Diamang* (Diamantes de Angola), fundada em 1917 como filial da Anglo-American Diamond Corporation, cuja concessão exclusiva iniciou-se em 1921. Apenas 5% do capital da Diamang estavam nas mãos dos portugueses, com o restante espalhado entre americanos, ingleses, belgas, sob nomes como De Beers, Morgan Bank, Union Minière, Oppenheimer Group, Guaranty Trust Bank, dentre outros.

A concessão de petróleo, através da Lobito Fuel Oil Company, estava nas mãos da empresa belga Petrofina, o mesmo ocorrendo com a Carborang e a Cia. dos Petróleos de Angola, voltada para a distribuição. Pequenas participações foram dadas também a bancos portugueses, na verdade controlados por financistas belgas, como o Banco Burnay.

Os americanos, por sua vez, não ficaram atrás, obtendo concessão de 50 anos, em 1958, para explorar petróleo no enclave de Cabinda, através da Cabinda Gulf Oil Company (muito atuante ainda hoje em Angola), sustentada pela Gulf Oil, pelo Chase Manhattan Bank e pelo Citibank.

O alumínio foi dominado pela Péchiney; a Biliton holandesa tinham o monopólio da bauxita; e o minério de ferro, através da Companhia Mineira do Lobito, estava nas mãos da Krupp, alemã.

Mesmo as agências de fomento, financiadoras das operações e dos investimentos, eram também importantes firmas estrangeiras, como a Union Carbide, a Bethlehem Steel, a Hydro-Technical, dentre outras.

Açúcar e álcool, cimento, têxteis e óleos vegetais também estavam nas mãos de empresas estrangeiras, associadas muitas vezes ao capital monopolista português, como a Companhia União Fabril (CUF) e outras.

A única estrada de ferro transangolana, como já dissemos, a Benguela Railway, obteve concessão de 99 anos, em 1902, com capital 90% ingleses, através da Tanganica Concessions.

O papel expressivo do capital estrangeiro em Angola era inegável. Formaram-se companhias mistas com um mínimo de capitais portugueses e um máximo de direção portuguesa, dando uma aparência de "empreendimento nacional". Os registros apareciam sob nomes portugueses, mas, por baixo das formalidades, estava montado um verdadeiro "condomínio encoberto" dirigido por estrangeiros. O poder de fato situava-se nas mãos dos capitalistas estrangeiros que se tornaram parceiros da administração portuguesa na exploração colonial.

Uma das diretrizes, ainda hoje praticada pelos capitalistas estrangeiros, em Angola, era não se envolver em política. Se contentavam com os altíssimos lucros obtidos graças às suas posições privilegiadas. O Estado salazarista garantia condições militares e burocráticas para o funcionamento do condomínio e possuía uma boa margem de manobra em sua política econômica e diplomática por lidar com interesses de diferentes origens, como holandeses, japoneses, belgas, suíços, americanos, alemães, franceses etc..

Mas, essa margem de manobra era apenas aparente, pois diante de qualquer crise haveria, sem dúvida, a união de interesses entre os monopolistas estrangeiros.

Essencialmente, neste modelo, pode-se dizer que as empresas geravam os capitais necessitados pela administração e esta garantia a ordem necessária ao funcionamento da economia. As contradições, entretanto, eram latentes, pois, quando o arcaísmo do colonialismo português gerasse conflitos com a racionalidade do capital, fatalmente o sistema ruiria. A experiência, no entanto, não chegou a se concretizar, pois o "colonialismo português" ruiu antes.

Numa avaliação feita no início dos anos 60, esperava-se que, "quando o regime" chegasse "aos seus últimos dias, o capital estrangeiro" tentasse "desprender-se de Portugal e conjugar o condomínio (...) com um neocolonialismo gerado sob as novas condições da independência"[(92)].

Era uma avaliação não inteiramente errada, pois, não obstante o "socialismo" angolano e a guerra pós-"independência" (apresentados adiante), os interesses dos capitais estrangeiros prevaleceram em Angola como um legado dessa peculiar "dependência econômica" portuguesa, determinando as condições econômicas vigentes no novo país soberano.

Esse quadro de "dependência econômica" portuguesa (nos termos doutrinários que se conhece) acentuou-se a partir dos anos 50, consolidando-se na década seguinte, com o governo ditatorial de Salazar estabelecendo íntima associação com os interesses políticos dos países ocidentais (particularmente com os EUA), recebendo, em contrapartida, capitais necessários para alçar o país (aqui incluindo os territórios ultramarinos, integrantes do "Portugal pan-continental") ao crescimento e ao desenvolvimento econômico.

Às elites e aos monopólios portugueses foi reservado um papel importante nesses processo, já que eram os intermediários "eleitos" para que se processasse a exploração dos "recursos portugueses" (leia-se das colônias) e recebessem, por este papel, uma parcela dos benefícios extraídos.

Verificou-se, neste sentido, uma razoável aproximação do caso português ao quadro de "dependência econômica" encontrado nos países latino-americanos, especialmente após a segunda metade dos anos sessenta, quando ditaduras reacionárias patrocinaram a entrada de capitais estrangeiros na forma de inversões diretas ou indiretas, em associação e em cooperação com elites locais.

[(92)] ANDERSON, P. *Opus cit*. Pág. 95.

A ilustração mais apropriada é, seguramente, o caso do Brasil, que também teve, nessa época, consolidada sua condição de dependência, satisfazendo aos padrões previstos pelos estudiosos do assunto (conforme pode ser examinado no segundo capítulo deste trabalho).

Algo mais, entretanto, caracterizou a "dependência" diagnosticada em Portugal, pois ela requeria não apenas o espaço metropolitano para se configurar, mas exigia necessariamente o espaço colonial, onde, efetivamente, se consubstanciava e se realizava. Ausentes as condições de exploração e os recursos a serem transferidos das colônias, não haveria dependência em Portugal (pelo menos nos termos aqui estudados), tamanha a ausência de atrativos na economia portuguesa.

O único trunfo existente em Portugal, por essa época, ausente os recursos das colônias, era a mão-de-obra desqualificada e barata a ser explorada. Mais tarde, após a libertação colonial, isso acabou se confirmando, em certo sentido, com a maciça migração de trabalhadores portugueses em direção à Europa e aos Estados Unidos, onde se empregaram em serviços de baixa qualificação.

Temos, assim, uma configuração peculiar de "dependência econômica" que se sustenta numa dupla instância, numa "via dupla de dependência", onde os capitais estrangeiros são intermediados por uma espécie de "síndico", representado pelos monopólios portugueses, até alcançar o espaço efetivamente explorado, ou seja, as colônias.

Essa forma original e inusitada de "dependência" caracterizou e condicionou a economia angolana na fase anterior à sua libertação, distinguindo-se por não ser apenas uma "dependência colonial" simples (onde a exploração se faz diretamente pela metrópole), mas uma "dependência intermediada", uma "colonização por dependência" diretamente incidente sobre seus recursos (com os capitais internacionais instalando-se, diretamente ou em associação, em seu território).

Essa particular "dependência econômica" condicionaria também a economia angolana em sua fase soberana (a despeito da contradição aparente entre o regime "socialista" adotado em 1975 e os interesses dos capitais externos) como o presente trabalho procurará elucidar adiante.

Capítulo 4

LIBERTAÇÃO COLONIAL

Enquanto as autoridades coloniais portuguesas pareciam não se abalar diante do resto do mundo, uma onda de libertação tinha início no continente africano, começando pelo Egito, em 1952, seguindo por Gana, em l957, desintegrando o poder colonial e aportando nas fronteiras do império português.

O resultado desse movimento despertou politicamente os nativos das colônias lusitanas e a possibilidade de independência passou a ser vislumbrada como uma realidade não muito distante.

As vitórias dos movimentos de libertação de outras colônias africanas possibilitaram o material e a base geográfica a partir dos quais os movimentos nacionalistas nas colônias portuguesas poderiam se lançar ao processo de conquista da independência.

Em Angola, qualquer possibilidade de associação, ou de formação de sindicatos de qualquer espécie, era proibida aos nativos, que eram presos por suspeita de atividades "subversivas" e deportados para os campos de concentração de Cabo Verde ou para prisões no interior do território.

Em meados da década de 50, começaram a difundir-se discursos e retratos de Gamal Abdel Nasser nos territórios coloniais portugueses, em particular no norte de Angola. Na mesma época, atividades religiosas passaram a servir de vetor para manifestações políticas, como ocorreu na província do Bié (Angola Central), em que o profeta Ngola Kiluangi (nome emprestado a antigo soberano tribal) incitava os camponeses Ovimbundos a matar o gado para assim apressar a vinda do Cristo negro.

O "tocoísmo", por sua vez, doutrina sincrética de religião e política, tinha grande aceitação no norte de Angola e, com seus 12 "cardeais", conseguiu criar uma ampla rede de movimentos secretos, sob rigorosa disciplina, onde pregava a separação entre negros e brancos, ignorava a presença dos europeus na África e boicotava o pagamento de impostos, o recrutamento dos "contratados", dentre outras subversões. Como Kiluangi, os seguidores de Simão Toco pregavam a vinda de um “messias”, libertador dos negros subjugados pelo homem branco.

Processos de maior significado político, entretanto, tiveram sua consolidação nessa época, se bem que a insatisfação com o regime existente era manifesta já há muito tempo.

Alguns historiadores preferem situar o início do movimento anti-colonialista angolano com a luta grevista dos trabalhadores brancos ocorrida no período de 1910 a 1926, justamente aquele em que houve maior liberdade nas colônias, graças ao processo de transição e de consolidação da República em Portugal, que retirou a atenção diretamente das colônias.

Os trabalhadores africanos, empregados como foguistas e ajudantes nas ferrovias, como estivadores, operários braçais, e carregadores em empregos urbanos, gradualmente foram aderindo ou "sendo incorporados" aos movimentos grevistas, a despeito da grande violência de que eram vítimas e de servir de anteparo aos grevistas brancos.

Com a República em Portugal, os idealistas do nacionalismo esperavam que houvesse maior liberdade nas colônias e que se ampliasse o uso de meios parlamentares e legais na solução dos problemas que viviam, tanto que apoiaram ativamente as iniciativas republicanas.

Em 1912, foi criada a primeira organização política colonial, a Liga Angolana, e depois uma outra, o Grêmio Africano, publicando o jornal "Verdade e Independência".

Estes exemplos foram seguidos em outras colônias portuguesas, como na Guiné, onde foi fundada a Liga Africana, responsável pela realização do Congresso Pan-Africano de Lisboa, em 1923, chamando a atenção da opinião pública mundial sobre as condições nas colônias portuguesas diretamente da metrópole.

Manifestou-se, na época, contra o sistema dos "contratos", exigiram-se medidas para a criação de maior autonomia administrativa e maior participação dos territórios, bem como o reconhecimento do direito de defesa da população colonial em resposta à violência a ela infligida.

Em Lisboa, um pouco antes, em 1921, criou-se o Partido Nacional Africano, sob inspiração do líder americano M.Garvey, que passou a agir ativamente contra os abusos da administração e o trabalho forçado. Suas atividades aumentaram ainda mais quando, em 1925, Portugal foi aceito como membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Para o historiador angolano, Henrique Abranches, entretanto, os movimentos desse período podem ser chamados de "nacionalismo romântico" pequeno burguês, dotado de certa ingenuidade e conformismo[(93)].

Lisboa não apenas deixou de tomar qualquer medida transformadora nas colônias, como iniciou, ainda na década de 20, um intenso trabalho de repressão às idéias e aos movimentos nacionalistas.

Uma multidão de colonos brancos, por exemplo, destruiu a tipografia "Mama Tita" e as instalações do jornal "O Angolense", em 1922. As associações então criadas foram dissolvidas, exilando-se seus membros.

Com a chegada de governos reacionários ao poder em Portugal, a partir de 1926, o regime colonial repressivo aprofundou seus métodos, agindo com toda violência contra os nacionalistas.

Em 1933, muitos soldados africanos que compunham a guarnição de Luanda foram presos sob a acusação de conspiração.

Além dos métodos violentos empregados, o governo procurou atuar no interior das organizações nacionalistas, alterando seus estatutos ou criando associações de cunho cultural financiadas pelo erário público, com o intuito de "congregar" os estudantes das colônias.

Na década de 30, a Casa de África, a Casa dos Estudantes do Império Português, e mesmo a Liga Africana e o Partido Nacional Africano (agora juntos no Movimento Nacional Africano) tornaram-se adeptos da cooperação com as autoridades coloniais.

[(93)] Citado por ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. Pág. 96.

Declararam, por exemplo, que eram “portugueses de raça negra” e que se orgulhavam disso... devendo “cooperar com os brancos", propondo-se a estabelecer uma "nova ordem de harmonia e de compreensão mútua".

Havia claramente uma divisão no interior desses movimentos, com uma parte acreditando ser necessário receber instrução e promover o aumento do número de assimilados, para, então, conquistar a independência.

Também, na avaliação desta parcela, mediante o aumento dos assimilados, seria possível reivindicar o aumento da participação nos conselhos executivo e legislativo que funcionavam junto ao governador das colônias.

Uma outra parcela, porém, mais reformista, era contrária a essa crença, pregando movimentos menos moderados, mas, ainda assim contidos.

A poesia, a ingenuidade e o romantismo habitavam de fato os meios nacionalistas, com alguns pregando maior aproximação com a metrópole até encontrar, um dia, o paraíso de “Pasárgada”, onde seria definida a predestinação individual desta vida. "Semelhante concepção, bem pessimista, afastava as pessoas da vida real e da luta; os seus adeptos ainda não tinham uma idéia clara do que era a predestinação nem de como a encontrar"[(94)].

Os portadores das idéias nacionalistas eram, desde essa época, originários da pequena burguesia e da intelectualidade africana, conforme asseverou Eduardo Mondlane, ativista moçambicano[(95)].

A eles caberia uma tarefa árdua, só despertada com vigor após a Segunda Guerra Mundial, quando o movimento de libertação foi impulsionado pela queda do nazi-fascismo europeu e do crescimento da opinião pública mundial contrária ao colonialismo, possibilitando vislumbrar também uma possível derrocada do salazarismo em Portugal.

A repressão, entretanto, aumentou. O emprego de um número cada vez maior de africanos na esfera da produção, o enfraquecimento das ligações tribais e o aumento da exploração, porém, traria a possibilidade de formação de um sentido de classe, tanto no campo quanto na cidade.

---

(94) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. pág.98.
(95) Citado por ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. pág.95.

O aumento da luta libertadora nas colônias africanas dominadas por outros países e o sucesso alcançado em algumas delas, foram também responsáveis pela sensação de que a liberdade estava próxima. Os movimentos das Rodésia do Sul e do Norte, no Congo Belga e na Tanganica, tiveram grande influência nas colônias portuguesas.

Estudantes nativos nos anos 40, como Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Noémio de Souza, Viriato da Cruz, António Jacinto, Mário de Andrade, Alda Espírito Santo, António Pimental Domingues, Guilherme Espírito Santo, Francisco Tenreiro, dentre outros, formaram-se, tornaram-se profissionais nos anos 50 e, voltando a seus países, vieram impregnados de idéias libertadoras e das marcas das dificuldades enfrentadas na metrópole.

Também o reencontro com a terra natal e a possibilidade de comparar a miséria das colônias com a pujança dos brancos na Europa fizeram despertar cada vez mais o anseio pela libertação.

As ações desses nacionalistas, na verdade, começaram ainda na metrópole, encontrando-se na Casa dos Estudantes do Império Português, no Salão da Tia Andresa ou na Casa de África, em Lisboa. Fundaram, também, o Centro de Estudos Africanos, importante, consciente e regular movimento de idéias libertadoras, discutindo economia, história, geografia e muitos outros aspectos do continente africano.

No início dos anos 50, parecia que a única saída para a libertação era desencadear a agitação política nas colônias e a criação do Clube dos Marítimos Africanos, em 1952, foi o primeiro passo neste sentido, reunindo marinheiros que trabalhavam nas rotas entre Angola e Portugal.

Os membros do clube passaram a ser o elo de ligação entre Lisboa e Luanda, garantindo contatos clandestinos regulares e fazendo fluir informações sobre o fascismo salazarista, inclusive sobre a repressão exercida em outras colônias. Também passaram a dirigir-se à população em geral, disseminando idéias de liberdade.

A partir do Centro de Estudos Africanos, do Clube dos Marítimos e de outras associações clandestinas, como o "Movimento dos Intelectuais Novos de Angola" e a "Associação Regional dos Indígenas de Angola" foi fundado, em 1956, em Luanda, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Anteriormente, em 1954, no Norte de Angola, tinha sido fundada a União das populações do Norte de Angola (UPNA) que, após sua transformação em União dos Povos de Angola (UPA), em 1958, daria origem à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), em 1962.

Na Europa, tanto em Lisboa quanto em outras capitais, estudantes africanos continuaram suas atividades políticas e de combate ao fascismo, inclusive no Centro de Estudos Africanos e na Casa dos Estudantes do Império Português, agora ajudados muito proximamente pelo Partido Comunista Português (PCP), também alvo da repressão salazarista, tendo muitos de seus membros presos junto aos africanos, nos campos de concentração de Cabo Verde ou nas prisões continentais.

Agostinho Neto, membro do MPLA, após ser preso por recolher assinaturas de apoio ao desarmamento, teve completa colaboração do PCP na fuga de sua família, então em prisão domiciliar, em 1962, em Lisboa.

O PCP, inclusive, foi o primeiro a reconhecer, em seu V Congresso, em 1957, "o direito incondicional dos povos coloniais ao desenvolvimento independente"[(96)]. Semelhante postura teria influência decisiva, tanto na definição política dos movimentos de libertação (em especial do MPLA), quanto no preparo da luta armada anticolonialista e na orientação ideológica do primeiro governo de Angola após a “independência”.

"Entre os estudantes africanos em Lisboa eram ilegalmente difundidas obras dos clássicos do marxismo-leninismo. Alguns estudantes freqüentavam mesmo o Centro de Estudo do Marxismo, organizado clandestinamente pelo PCP, nos arredores da capital. Os nacionalistas conseguiram estabelecer contatos com os operários africanos que viviam na metrópole, com os marinheiros da frota comercial e com os estivadores. Com a ajuda destes, tornou-se possível garantir o envio de literatura clandestina proibida, principalmente através do Brasil"[(97)].

Em 1953, os comunistas portugueses apoiaram a criação do Partido Comunista de Angola, que existiu apenas alguns meses, criando algumas bibliotecas clandestinas nos “*musseques*” de Luanda, antes de se fundir ao Partido da Luta Unida de Angola (PLUA).

---

(96) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. pág.111.
(97) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. pág.111.

Os membros do PLUA estavam cada vez mais conscientes da necessidade de luta intensa pela libertação do país e publicaram, em 1956, um manifesto apelando aos angolanos que se preparassem para a luta armada. Criaram cursos de alfabetização nos “musseques” e círculos clandestinos de divulgação de idéias.

Em dezembro de 1956, o PLUA, juntamente com outros movimentos ativos de Angola, como o Movimento para a Independência de Angola (MIA) e o Movimento de Independência Nacional do Norte de Angola (MINA) também constituiriam o núcleo central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), então fundado.

Pouco a pouco os movimentos nacionalistas adotavam medidas práticas contra o regime colonial. No início de 1959, durante a Conferência dos Povos da África, que decorria em Accra (Gana), as forças nacionalistas conseguiram mobilizar milhares de habitantes dos “musseques”, em Luanda, que saíram às ruas gritando "abaixo a escravidão" e "exigimos a independência imediata".

A administração colonial recorreu à força policial e massacrou os manifestantes. Muitos foram presos e os “musseques” cercados por vários dias, com os policiais realizando buscas e detenções.

A polícia portuguesa prendeu, nessa época, alguns líderes do MPLA, porém o movimento não foi destruído, apesar de 57 pessoas terem sido presas e julgadas por atividades nacionalistas contra o domínio português.

O MPLA transferiu, então, suas instalações para o estrangeiro, estabelecendo-se em Konakry (Guiné), porém mantendo suas atividades nas principais cidades angolanas, especialmente em Luanda.

O início dos anos 60 seriam marcantes para o MPLA e todo o movimento nacionalista angolano, em especial 1961, quando, em 4 de fevereiro, sob a coordenação dos líderes deste grupo, foi organizada uma onda de ataques às posições portuguesas em Luanda, especialmente às prisões onde se encontravam líderes nacionalistas presos.

Embora precariamente armados (usavam catanas, pedras e paus) e envoltos em preconceitos e superstições (faziam rituais para tornar mágicas suas armas e assim liquidar o poder das armas dos brancos ou desistiam da luta, por exemplo, caso uma certa serpente lhes cruzasse o caminho), os nacionalistas conseguiram impor um pesado prejuízo ao colonizador e a fazer a luta propagar-se por todo o norte de Angola, chegando mesmo a declarar a criação da República Popular Socialista de Nambwangongo[(98)].

A repressão resultante, por parte da polícia colonial, causou um grande impacto de destruição entre os nacionalistas, fazendo reduzir suas atividades abertas, a partir de então[(99)].

Na avaliação de alguns historiadores, o impacto destrutivo da repressão teria sido maior devido à ação provocadora de diferentes grupos nacionalistas, alguns mais radicais e agindo sem coordenação, expondo-se, portanto, ao combate frontal da polícia do regime.

O fato é que, em apenas dois meses de 1961, morreram mais de 50 mil angolanos, estimando-se uma fuga de duas a três vezes maior de nativos para os países vizinhos[(100)].

Diversas tentativas foram feitas, nessa ocasião, na esperança de se estabelecer um movimento único e centralizado para lutar contra a repressão portuguesa e fazer andar as idéias de libertação. Muitos grupos haviam se formado nos anos recentes e uma política coordenada era a esperança de alguns líderes para fortalecer o movimento.

As iniciativas de constituição de uma frente única, naquela época, pretendiam, pelo menos, a união do MPLA com a União das Populações de Angola (UPA), posteriormente chamada de FNLA, porém os intentos fracassaram.

Desde cedo havia muita dissensão entre as diversas direções dos movimentos, motivada por razões de origem tribal, racial ou pela ambição pelo poder.

Em outubro de 1961, por exemplo, apenas nove meses após o histórico 4 de fevereiro, divergências com os líderes da FNLA motivaram o MPLA a mudar sua sede de Konakry para Leopoldville (ex- Congo, atual Zaire), alegando razões de segurança.

---

(98) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. pág.123.
(99) ANDERSON, P. *Opus cit*. pág.102.
(100) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. pág.124.

Um congresso do MPLA, em dezembro de 1962, formou um novo comitê executivo, presidido por Agostinho Neto e tendo Mário de Andrade, destacado poeta e intelectual, na chefia do departamento estrangeiro. Viriato da Cruz, importante colaborador do grupo, editor de "A Mensagem" e um dos fundadores do MPLA, não foi incluído, revelando rivalidades no interior do partido.

Em julho de 1963, o MPLA e três pequenas organizações [Ngwisako, Movimento para Defesa dos Interesses de Angola (MDIA) e Movimento Nacionalista de Angola (MNA)] reuniram-se subitamente em uma conferência em Brazzaville e decidiram pela criação de uma frente única denominada Frente Democrática de Libertação de Angola (FDLA).

Muitos de seus membros, incluindo Viriato da Cruz, denunciaram a FDLA como uma aliança do MPLA com organizações pró-portuguesas e foram expulsos. A 5 de julho, a comissão de bons ofícios do Comitê da OUA (Organização da Unidade Africana) chegou a Leopoldville e ouviu os líderes da FDLA e da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), além de outros nacionalistas angolanos, recomendando, a 18 de julho, que a FNLA fosse a única organização angolana representativa dos interesses nacionalistas[(101)].

Recomendou, também, que seu governo no exílio fosse reconhecido por todos os Estados africanos e que as demais organizações nacionalistas aderissem à FNLA. Mário de Andrade, em 27 de julho, então visitando o Cairo, desaprovou a formação da FDLA e anunciou sua saída do MPLA. Agostinho Neto, designado presidente da FDLA, em Brazzaville, contestou a decisão da comissão de bons ofícios da OUA, dizendo ter sido tomada com base em conclusões inadequadas.

Esse quadro de desentendimentos é capaz, por si só, de mostrar as ancestrais dificuldades de integração dos diferentes movimentos nacionalistas angolanos.

Para entender o nascimento da FNLA, devemos voltar a 1954 quando, em 10 de julho, no Norte de Angola, foi constituída a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), liderada por Holden Roberto, filho de um chefe tribal e sobrinho de Antônio III, “manicongo” da região de São Salvador (hoje M'Banza Congo, província do Zaire).

---

(101) ANDERSON, P. *Opus cit*. Pág. 194.

Educado por religiosos protestantes no Congo Belga, onde também fora funcionário administrativo em firmas portuguesas de Leopoldville e Bukavu, Roberto participou da Conferência dos Povos Africanos, em Accra (Gana), para onde viajou secretamente, no final de 1958, obtendo um passaporte diplomático ganês, das mãos do líder Sekou Touré, com o qual também viajou às Nações Unidas, em Nova Iorque, e, mais tarde, para a Tunísia, sob o nome de Gilmore, participando da II Conferência Interafricana, em 1960.

Em 1958, a UPNA alterou sua original posição monarquista (um legado ancestral) e transformou-se em UPA (União dos Povos de Angola), mudando-se para o Congo Belga (atual Zaire), em 1961 (onde passou a receber treinamento de instrutores israelenses e chineses).

Em março de 1961, é quase certo ter sido esse grupo quem planejou e liderou a insurreição de camponeses no norte de Angola, a partir do que a maior responsabilidade da luta nesta colônia passou ao seu encargo.

"Em março de 1962", seu grupo "uniu-se ao Partido Democrático de Angola (PDA), que era, anteriormente, a organização política do povo zombo, também do norte de Angola (chamada Aliança dos Nativos Zombo ALIAZO), formando a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

A 5 de abril do mesmo ano, a FNLA anunciou a formação do Governo da República de Angola no Exílio (GRAE), para o que receberia o apoio, em meados de 1963, da Organização da Unidade Africana[(102)]

No fim de 1963, a FNLA e o GRAE tinham sidos reconhecidos oficialmente por nove países: Congo-Leopoldville, Tunísia, Argélia, Marrocos, Nigéria, Daomey, Mauritânia, Senegal e a República Árabe Unida. Eram membros do GRAE, dentre outros, Holden Roberto, como presidente, e Jonas Savimbi, como responsável pelos Negócios Estrangeiros.

Holden Roberto (ainda hoje líder da FNLA, após um longo período de exílio no exterior) e Jonas Savimbi, dirigente da UNITA, participariam, como candidatos, em setembro de 1992, das primeiras eleições diretas para presidente da República, em Angola, quando o MPLA manteve-se no poder com a eleição de seu candidato (o já presidente desde 1979, quando sucedeu a Agostinho Neto), José Eduardo dos Santos.

[(102)] ANDERSON, P. *Opus cit*. Pág. 195.

As diferenças e os interesses conflitantes entre os nacionalistas foi um problema quase tão significativo quanto a própria luta contra o colonizador opressor.

Na base dessas diferenças situavam-se não apenas vaidades pessoais e disputas políticas, mas profundas distâncias ligadas à histórica relação entre as muitas tribos e etnias africanas.

Pesavam, também, até mesmo diferenças de cor entre os líderes, com negros autênticos (como Viriato da Cruz) combatendo mulatos educados em Portugal (como Agostinho Neto) ou "estrangeiros" (como Holden Roberto) que viveram e se educaram no exterior (às vezes até por força da repressão colonial).

A repressão salazarista, evidentemente, usava desta dissensão não apenas no combate armado para aniquilar os nacionalistas, mas também para reforçar a ideologia do colonialismo anacrônico português

Frases até hoje ouvidas em Angola, como "os negros não se entendem e precisam do branco para organizá-los" ou "Portugal é caridoso ao gastar seus recursos na educação de uma população incivilizada e incapaz de ter entendimento entre seus próprios membros" faziam parte de expressões de caráter ideológico muito empregadas pelos colonialistas.

Em Angola, justamente por ser a colônia mais importante economicamente para Portugal, as forças repressoras impuseram grandes dificuldades aos grupos de libertação, aproveitando-se também dessas divergências.

As diferenças entre o MPLA (e sua efêmera FDLA), dirigido por Agostinho Neto, e a FNLA (e seu Governo no Exílio), de Holden Roberto e Jonas Savimbi, eram conhecidas desde o levante de 4 de fevereiro, quando as ações do MPLA em Luanda foram seguidas pelos protestos camponeses, no norte, sem qualquer coordenação entre os grupos. Os métodos de Roberto desgostavam Neto e ambos dificultavam as ações um do outro.

O MPLA experimentava, além disto, a dissensão interna entre seus membros, como a de Viriato da Cruz e o seu "nacionalismo negro", e era freqüentemente obrigado a transferir suas bases para diferentes países estrangeiros em busca de apoio material (chegou, inclusive, a se estabelecer na Zâmbia, a leste de Angola).

As diferenças internas perseguiam também a FNLA, onde o Governo no Exílio fora formado justamente da combinação de membros de diferentes etnias. Enquanto a maioria era de Bacongos (habitantes do norte de Angola), Jonas Savimbi era representante da etnia Ovimbundo (do centro-sul) e sua participação (entendia-se) ajudava a dar respeitabilidade ao governo junto ao maior grupo étnico angolano.

Savimbi fora, também, educado sob as ordens protestantes americanas, e possuía grandes afinidades com Roberto.

Após dois anos no GRAE, entretanto, o grupo de Savimbi declarou-se revoltado com a ditadura dos Bacongos e contrário à admissão do grupo de Viriato da Cruz (que era Ambundo), dissidente do MPLA, abandonando a FNLA. Em 1966, fundou a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Tanto a UNITA quanto a FNLA não possuíam plataformas políticas claramente definidas, muito menos com anseios socialistas, embora declarassem simpatia por posições de esquerda.

"Declarando-se adepto do 'socialismo africano'", de fundo maoista, Savimbi, para angariar apoio, procurava acalmar os colonos brancos afirmando que não faria expropriações após uma possível independência de Angola e um governo da UNITA[(103)].

Portugal, nos início dos anos 60, não enfrentou dificuldades com os nacionalistas apenas em Angola, mas em todos os seus territórios, onde a luta armada iniciou-se para valer. Daomey-Benin e os territórios indianos foram definitivamente perdidos. Ao mesmo tempo, Timor, Guiné, e Moçambique iniciaram também a luta armada contra os colonialistas.

A combinação solidária da classe dirigente, da Igreja e do exército, que apoiava a ditadura de Salazar, num ambiente de "aparente estabilidade" começou a ruir, justamente quando Portugal começou a manifestar intenção de participar da Comunidade Econômica Européia. Os parceiros europeus reagiram negativamente, sobretudo contrários ao governo fascista em vigor no país, bem como exigindo maior desenvolvimento econômico e elevação no nível de renda e das condições materiais da população portuguesa.

[(103)] ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. Pág. 161.

Os membros da Comunidade Européia também reagiam contrariamente à admissão de um país praticante do mais nefasto colonialismo, que mantinha sua população dividida em verdadeiros estamentos.

No interior da classe dirigente portuguesa a posição era contraditória, com parcela dos empresários ansiando por uma maior aproximação com a Europa, visando sobretudo ao lucrativo futuro comunitário, e outra parcela, justamente aquela composta de monopolistas que dependiam das colônias, procurando soluções que perpetuassem o domínio de Portugal sobre os territórios ultramarinos.

Havia mesmo aqueles que propunham a formação de uma África Austral branca, isolando a população negra. Esses grupos e suas idéias tinham bastante audiência em Portugal neste período, sobretudo porque os saldos negativos na balança portuguesa de pagamentos eram compensados com os lucros coloniais, especialmente os do café angolano.

O início dos conflitos armados nas principais colônias, exigindo gastos adicionais, precipitou a abertura das colônias ainda mais para o capital estrangeiro, tornando Portugal mais dependente das grandes potências contemporâneas e dos monopólios internacionais.

Nessa época também vigorava a concepção de que Portugal não poderia prescindir de suas colônias, sob pena de se transformar numa província da Espanha, razão pela qual não poderia encontrar soluções que o fizesse contemporizar com os revoltosos ou facilitar a independência. Era preciso reagir à luta armada dos grupos nacionalistas até a vitória final, massacrando-os se preciso.

Outro caminho era minar o movimento nacionalista "por dentro", o que foi tentado libertando-se antagonistas africanos dos dirigentes nacionalistas, sobretudo os defensores do "racismo negro".

A constatação importante desse período é que Portugal, um dos países menos desenvolvidos da Europa, não poderia manter uma longa e extenuante guerra nos territórios africanos sem a cooperação econômica, militar e diplomática das grandes potências.

O envelhecimento pessoal de Salazar fazia prever que decisões fatalmente haveriam de ser tomadas e a própria sociedade portuguesa, até então envolta num estado de dormência e letargia, entrou em ebulição. "Os conflitos sociais e de classe começaram a passar gradualmente do estado latente para o ativo"[(104)].

A cooperação militar era especialmente notável entre Portugal, os Estados Unidos e, posteriormente, a Alemanha Federal. Já em 1944, os EUA foram autorizados a instalar bases nos Açores e seus investimentos na economia portuguesa saltaram de 14 para 32 milhões de dólares no período de 1949 a 1962. Mais tarde, também as ilhas de Cabo Verde mereceriam a atenção dos militares americanos, que lá instalaram uma base.

Portugal, ademais, como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), pode contar com dezenas de aviões americanos e apoio logístico para enfrentar suas dificuldades na África.

Neste período, foi igualmente marcante o recrudescimento da Guerra Fria o que, em boa medida, favoreceu a política colonialista portuguesa, com grande apoio dos americanos.

Enquanto os EUA e a então União Soviética (URSS) disputavam espaços geopolíticos e estratégicos, países, como Portugal, conseguiam marcar tentos a seu favor, graças à suposta (ou real) ameaça da "guerrilha de esquerda".

A aproximação dos grupos nacionalistas com movimentos de esquerda da Europa e a própria definição política de alguns desses grupos para com o "socialismo" ou por formas revolucionárias de superação dos males do colonialismo era um bom motivo para Portugal denunciar a seus parceiros ocidentais o risco de ver seus territórios transformados em repúblicas populares.

Com isto, contava com ajudas de toda espécie e tinha facilidade em se armar para enfrentar os grupos nacionalistas, tornando mais violenta e difícil a luta de independência dos povos africanos.

Em outubro de 1963, Portugal e Alemanha Federal assinaram um acordo de longo prazo, concedendo ajuda militar em troca de acesso a "objetivos estrategicamente importantes no território português"[(105)].

---

(104) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. Pág. 140.
(105) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. Pág. 143.

Em 1965, o governo de Salazar autorizou a livre atividade do capital estrangeiro nas colônias, fazendo aparecer, nos quatro anos seguintes, mais de 600 empresas, em Portugal, com participação de capital alienígena, com quase 300 antigas empresas aumentando seus capitais em "joint-ventures". Do capital recebido, em 1969, para investimento em Portugal, 60% se dirigiram às colônias.

Nas colônias portuguesas havia muitos interesses para o capital estrangeiro. Em Angola, o acesso era total às matérias primas existentes, porém a preferência dos estrangeiros era pela extração mineral que não exigia grandes investimentos relativos e garantia altíssimos retornos. Literalmente, "o regime colonial português era uma espécie de apólice de seguro do capital estrangeiro, que garantia determinados interesses econômicos e estratégico-militares, e eles, claro, tentavam impedir a falência da companhia que lhe dava semelhante apólice"[(106)].

Os capitais belgas e franceses tinham particular predileção por atuar em Angola, através de muitas empresas ligadas à extração de matérias primas, conforme citado anteriormente.

A República da África do Sul (RAS) funcionava como a guardiã dos interesses estrangeiros nesta parte do mundo, fornecendo tecnologia militar e munições ao regime português, além de absorver parte considerável das exportações de Angola e Moçambique. Acordos para a realização de obras, em 1969, levaram a RAS a enviar tropas para os territórios de dominação portuguesa, visando a salvaguardar os interesses de empresas como Krupp, Telefunken, Siemens e outras que possuíam operações na construção de hidrelétricas locais.

Nos anos 60, o incentivo oficial à transferência de colonos da metrópole para os territórios ultramarinos continuou ocorrendo. Fizeram-se planos de transferência de 500 mil portugueses para o sul de Angola, porém, no início dos anos 70 a população européia total pouco ultrapassava três centenas de milhares. As transferências de colonos, no fim das contas, continuavam tendo como objetivo desafogar a metrópole de seus próprios problemas de subdesenvolvimento e pobreza.

Observou-se, também, em grande medida, uma saída de colonos de Angola em direção ao Brasil e aos países europeus industrialmente desenvolvidos.

[(106)] ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*.

Os dirigentes nacionalistas tinham uma visão muito peculiar do papel dos colonos, como asseverava Agostinho Neto: "Os colonos são os nossos mais perigosos inimigos, porque são os mais belicosos; eles odeiam a população angolana e esta, por sua vez, odeia-os. Além disso, eles lutam para defender os seus interesses econômicos"(107).

A pressão estrangeira e, em certa medida, de alguns setores da sociedade portuguesa, levaram o governo salazarista a fazer modificações em seus estatutos voltados para a colônia.

Precisamente em 1961, foi abolido o "Estatuto Indígena" (terminando a divisão entre "civilizados" e "não civilizados") e "formalmente" proibida a prática do trabalho forçado. A tributação pessoal, entretanto, continuou até o fim do regime. Também, procurou-se criar meios de acessar a população à instrução básica, "possibilitando o aparecimento de elites necessárias", segundo declarações de A. Spínola, então governador da Guiné(108).

Em 1963, foram criados os primeiros cursos superiores em Angola e, em 1964, entrou em vigor a nova "Lei Orgânica do Ultramar Português", ampliando a composição do conselho consultivo e as funções dos órgãos municipais. Também, as colônias passaram a mandar 43 representantes ao parlamento da metrópole ao invés dos anteriores 21.

Procurou-se, também, liberalizar o extremo controle fascista sobre as colônias, abolindo-se a PIDE (polícia política) e a União Nacional (partido único) que, no entanto, acabaram sendo recriadas com os nomes respectivos de Direção Geral de Segurança (DGS) e Ação Nacional Popular.

Uma transformação importante foi a passagem das "províncias" ultramarinas à condição de "estados", nos anos 70, possibilitando também a convocação de eleições para as Assembléias Legislativas e Conselhos Consultivos locais. Para a Assembléia Legislativa de Angola, por exemplo, em 1973, foram eleitos 53 deputados, dos quais 29 europeus e 24 africanos, 20 dos quais, porém, propostos pelas organizações "corporativas", controladas pelo governo ou pelos chefes locais aliados aos portugueses.

Ao mesmo tempo que lentamente havia transformações no sistema colonial burocrático português, a luta colonialista perdurava em diferentes locais, se bem que sem repetir os grandes movimentos, como os de 1961.

(107) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. Pág. 147.
(108) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. Pág. 148.

Pouco a pouco os grupos nacionalistas foram tendo seus líderes reconhecidos pelos diferentes povos habitantes de Angola em substituição aos chefes (sobas) tradicionais e vistos como capazes de promover ofensivas aos colonialistas.

A luta armada persistiu contando com intensa ajuda dos novos países africanos recém-libertados, bem como usufruindo, ao seu modo, do grande jogo da Guerra Fria, recebendo apoio e treinamento em países de orientação socialista ou revolucionária, como a Argélia, a Líbia ou mesmo em países do Leste Europeu e de Cuba.

"Em janeiro de 1966 realizou-se a primeira visita oficial de uma delegação do MPLA a Cuba. Muitos comandantes da guerrilha tinham recebido preparação militar e política na Ilha da Liberdade. Um dos testemunhos da popularidade dos heróis da revolução cubana entre os patriotas africanos foi o batismo de colunas militares do MPLA com os nomes de Camilo Cienfuegos e Che Guevara"[(109)].

Enquanto os Estados Unidos e seus aliados tinham uma intervenção quase direta nos conflitos coloniais portugueses, mediante acordos de cooperação e de fornecimento de armas para proteger um aliado da OTAN (em troca da ação dos monopólios nos territórios coloniais), os grupos guerrilheiros buscavam escudar-se na outra banda do planeta dividido, recebendo financiamento e treinamento de países de orientação "socialista" ou não alinhados para lograr êxito em suas ações.

Também, a grande comunidade de emigrados angolanos, muitos dos quais fugidos da guerra e da perseguição colonialista, trabalhadores em países vizinhos ou em países europeus, ajudava no financiamento da luta anti-colonial, mediante contribuições ou envio de dinheiro para seus familiares que, indiretamente, ajudavam os nacionalistas.

Alguma ajuda provinha também da Organização para a Unidade Africana (OUA) que, entretanto, tinha dificuldades para enfrentar as diferenças entre os vários grupos de nacionalistas. Em 1964, por exemplo, uma contribuição do Comitê de Libertação da OUA direcionou 50% das verbas para o MPLA e 50% para a FNLA, levando a protestos de ambas as partes que entendiam, cada qual, ser o líder da libertação dos povos angolanos.

[(109)] ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. Pág. 156.

Os métodos de exercício do poder nos locais libertados geralmente passavam pela adoção de práticas coletivas ou comunitárias, de controle e planejamento centralizado, facilitando a utilização racional de recursos e possibilitando a condução da comunidade nos interesses da luta anti-colonial. Já em 1968, Angola contabilizava 35 comunidades desses tipo[110].

As massas mantidas atrasadas pelo colonialismo português careciam, na avaliação dos dirigentes nacionalistas, de completa orientação para participar de órgãos de ação e realizar a escolha de líderes através de eleições.

Enorme apoio na prática desse "socialismo" de libertação colonial, bem como na luta contra o governo português, foi recebido do Partido Comunista Português que enviava contribuições, fornecia orientações e, sobretudo, divulgava manifestos contrários à política colonialista e fascista.

A oposição portuguesa ao regime fascista de Portugal, embora quase aniquilada, foi se fortalecendo na mesma proporção em que medidas transformadoras foram ocorrendo na sociedade metropolitana. Na conferência da FNLA, em 1964, por exemplo, Álvaro Cunhal e H. Delgado (este assassinado pela PIDE, na Espanha, em 1965), dois importantes oposicionistas de esquerda em Portugal, tiveram ativa participação.

Antes, em dezembro de 1962, havia se formado, na Argélia, a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), na qual se concentraram as principais forças antifascistas portuguesas (comunistas, socialistas, liberais, monarquistas, católicos progressistas etc.) sob a liderança do general H. Delgado, eleito, em 1964, para a presidência da Junta Revolucionária Portuguesa, órgão executivo da Frente, e do Comando Operacional, seu braço militar. Pretendia-se a reconstrução democrática de Portugal através da luta frontal ao regime salazarista.

A instabilidade e a baixa coesão, entretanto, marcavam as organizações políticas de oposição portuguesas, exceção talvez do Partido Comunista, fundado em 1921 e liderado pelo advogado de Coimbra, Álvaro Cunhal, justamente aquele que mais abertamente apoiava as forças anti-colonialistas africanas.

---

(110) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. Pág. 150.

Grupos de oposição, como o Movimento Nacional Independente (1958), a Resistência Republicana (1963) e o Movimento para a Ação Revolucionária (1963), tinham ação descontinuada e restrita e nem sempre eram explícitos quanto ao tratamento que dariam à questão colonial caso ascendessem ao poder com uma eventual queda do salazarismo(111).

O salazarismo continuou em Portugal, mesmo após o afastamento físico de seu líder, substituído por Marcelo Caetano, outrora prócer de Salazar no tratamento da questão das colônias.

Praticando uma "liberalização de fachada", Caetano permitiu, em 1969, a participação das oposições nas eleições para a Assembléia Nacional, possibilitando o retorno de muitos exilados a Portugal e o rearranjo das forças oposicionistas que se abrigaram sob o "Movimento Democrático Português" (MDP), uma nova aglomeração de tendências e partidos, similar à FPLN, que abrigava inclusive os membros do PCP (na ilegalidade).

Em dezembro de 1969, o MDP recebeu a visita de representantes da Internacional Socialista em Lisboa, visando a fiscalizar as eleições, porém Caetano expulsou-os de Portugal, levando o MDP a boicotar as eleições, exigindo a democratização do país e o término da guerra colonial.

Em 1973, foi possível realizar, em Aveiro, o III Congresso de Oposição Democrática, na qual o dirigente socialista Mário Soares fez candentes apelos para que se findasse a guerra colonial, reconhecendo, tal como fizeram os comunistas, o direito à autodeterminação e independência das colônias.

O governo português, mesmo enfrentando dificuldades políticas internas, não esmorecia sua luta contra o movimento nacionalista colonial, em especial em Angola. Entre 1972 e 1973, desencadeou a Operação Átila, no Centro Norte de Angola, utilizando aviação, bombas, desfolhantes e "napalm" contra forças do MPLA, prejudicando a ação deste grupo por um bom tempo na região(112).

Um pouco antes, em 1970, uma organização clandestina, chamada Ação Revolucionária Armada, de oposição ao salazarismo, explodiu o navio militar "Cunene", em Lisboa, repetindo o ataque a 14 helicópteros e vários aviões na base militar de Tancos (próxima de Lisboa), no início de 1971.

(111) ANDERSON, P. *Opus cit*. Pág. 200.
(112) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*.pág.134.

O fascismo português, cercado por resistências tanto internas quanto externas (guerra nas colônias, pressões estrangeiras, dos monopólios e dos países europeus), recebeu a extrema unção quando a oficialidade militar posicionou-se contra a governo.

No exército, principal aliado do governo, era grande o descontentamento com os rumos da guerra colonial, cada vez mais desgastante e inócua, quando uma solução negociada talvez pudesse permitir a manutenção das relações econômicas de Portugal com os territórios ultramarinos, sem os custos militares e de administração em que se estava incorrendo. Bastava conceder a independência de forma negociada e ordeira.

Um certo "Movimento dos Capitães" surgiu entre a oficialidade em dezembro de 1973, inicialmente defendendo seus direitos profissionais para, em seguida, incorporar reivindicações políticas como o termo da guerra colonial e o fim do regime de direita.

Oficiais tradicionalistas contestaram, mas não conseguiram evitar a transformação do grupo no Movimento das Forças Armadas (MFA), responsável pela tentativa de golpe de Estado, em 16 de março de 1974, vésperas de revolução antifascista de 25 de abril.

Nas colônias, o governo português tinha esperança de manter algum controle, particularmente negociando com grupos nacionalistas menos definidos politicamente com causas ditas populares. Acreditavam ser possível alguma relação com a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) ou com a FNLA.

A simpatia pela FNLA era grande, dadas as origens de seu líder, Holden Roberto, que foi guindado à política graças ao fato de ser sobrinho do chefe tribal de São Salvador, Antônio III, que sempre manteve boas relações com os portugueses.

A sucessão de Antônio III, nos idos de 1957, se conturbou com a morte também do "manicongo", D. Pedro VIII, logo após sua posse, de modo que a organização UPNA apresentou Roberto como seu sucessor. O portugueses, porém, não o aceitaram na época.

Segundo algumas opiniões, desde o início dos anos 60, a FNLA possuía estreitas ligações com a Central de Inteligência Americana (CIA) e com a administração dos EUA, agindo, portanto, contraditoriamente. Para os portugueses, a FNLA seria um grupo capaz de manter relações privilegiadas com Portugal, mesmo após a concessão de uma possível independência .

A UNITA, organização originada de uma dissidência da FNLA, dirigida por um representante Ovimbundo, Jonas Savimbi, além de ser extremamente tribalista, era de pouca expressão em fins de 1973, contando apenas com algumas centenas de pessoas, concentradas nas regiões do Sudeste angolano, especialmente na província de Cuando-Cubango.

No final dos anos 60, os três grupos marcavam suas diferenças também nos campos de batalha, como no episódio em que a FNLA capturou e matou partidários do MPLA por terem atravessado "sem autorização" territórios controlados por seus guerrilheiros, recebendo tratamento semelhante, mais tarde, do próprio MPLA[(113)].

A UNITA, por seu turno, pretendia conter a ação da FNLA e, especialmente, do MPLA, nos territórios do seu domínio, incluindo a região do Planalto de Benguela, no centro-sul de Angola.

Marcavam as divergências entre os três grupos, além de questões político-ideológicas, profundas diferenças tribais, relacionadas mesmo às origens de seus principais dirigentes.

As forças portuguesas e seus orientadores militares americanos acreditavam que aproximações com a FNLA e a UNITA facilitariam o estabelecimento de um regime pró-Ocidente em Angola, no caso de independência, enquanto que o MPLA mostrava intenso comprometimento com causas populares, recebendo apoio logístico dos países "socialistas".

Desconhecer a importância do MPLA, por outro lado, era uma posição temerária, naquela altura, representando um claro empecilho para a paz, agora desesperadamente desejada por Portugal.

Em 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas conseguiu, então, lograr êxito em um golpe de Estado e derrubou o governo fascista português, ascendendo ao poder sob a liderança do General Spínola.

A queda do fascismo em Portugal deveu-se à ação de um conjunto de forças, agindo internamente no sentido de transformar um regime arcaico.

[(113)] ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*.pág.162.

Deveu-se também a exigências externas representadas pelas condições impostas pelos futuros parceiros de Portugal na Comunidade Européia, aos interesses dos monopólios internacionais pelos recursos das colônias e à própria guerra colonial que, além de consumir uma volume imenso de recursos não disponíveis em Portugal, tornou roto um dos mais importantes pilares no qual se sustentava o antigo regime: as forças armadas.

Em certo sentido, os movimentos de libertação colonial foram os responsáveis por esta transformação na metrópole ao colocar em marcha a luta armada e ao organizar os recursos que lhe colocaram à disposição os países cooperantes para combater o regime colonial. "Nada mais estúpido, nesta fase da internacionalização do capital e da produção, que esquecer o papel “dos movimentos de libertação nacional africanos nas colônias portuguesas na efetiva derrubada do regime fascista"(114).

4.1. Independência: Conquista ou Consentimento

Imediatamente após o movimento militar de 25 de abril, em Portugal, a questão colonial adquiriu extraordinária significância para o governo da metrópole. Era preciso decidir o que fazer nos territórios ultramarinos, pois a guerra colonial não podia continuar e os movimentos nacionalistas não davam trégua.

O governo do General Spínola, entretanto, foi lento ao tratar do problema e, revelando seus compromissos com os grandes monopólios portugueses que o apoiavam, passou a defender a idéia dos "Estados federados", propondo a realização de um referendo sobre o "sistema estatal futuro das colônias"(115).

O controle do exército, da polícia e da administração, pela proposta de Spínola, permaneceria em mãos da metrópole, pois "a independência imediata seria a mais gritante negação dos ideais democráticos universalmente aceites nos quais se inspirou o Movimento das Forças Armadas"(116).

(114) POULANTZAS, N. *Opus cit*. Pág. 61.
(115) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*.pág. 162.
(116) SPÍNOLA, S. *Ao Serviço de Portugal* (Lisboa, 1976) pág.87.

Em Angola, os dirigentes da FNLA davam mostras de aceitar a proposta de Spínola, o mesmo ocorrendo com novas organizações separatistas brancas surgidas nas vésperas do Movimento de Abril, como o Partido Democrata Cristão de Angola e a Frente da Unidade Angolana, que desejavam o estabelecimento de um regime patrocinado pela África do Sul.

Durante o ano de 1974, muitos massacres de nativos foram cometidos pelas forças portuguesas, em Luanda e outras cidades angolanas. Os dirigentes da UNITA clamavam pelo retorno dos Ovimbundos que se encontravam no exterior para integrar suas fileiras, enquanto conseguiam impor seu controle sobre algumas cidades do centro do território.

A FNLA, por sua vez, desejosa do poder aos Bacongos, organizava-se no Norte de Angola, embora considerasse que os país "ainda não estava preparado para a independência total, acenando com a possibilidade de algum acordo que fizesse cessar a guerra e estabelecer governos locais que privilegiassem seu grupo[(117)].

A posição do MPLA era claramente mais radical em relação aos portugueses, o que era revelado pela imprensa ocidental da época que via os "guerrilheiros" do movimento como pretendentes à instalação de mais uma república popular no continente africano.

Na Conferência Inter-Regional do MPLA, realizada em Mochico, em setembro de 1974, denunciou-se a pretensão portuguesa de instalar um "governo fantoche" (expressão até hoje em voga no país significando um governo de aparências, representando interesses estrangeiros) que pudesse defender os interesses dos monopólios portugueses, bem como que o MPLA estaria infiltrado por agentes divisionistas enviados por Portugal (o MPLA sempre se debateu com a idéia de divisionismo ou "fraccionismo" em suas fileiras. Exemplos podem ser encontrados no período pré-independência, em 1961 e 1974, e, posteriormente, na depuração de quadros praticada em 1977).

Nessa Conferência, mostrando-se fortalecido, o MPLA transformou seus grupos guerrilheiros em Forças Armadas de Libertação de Angola (FAPLA), ao mesmo tempo em que o exército colonial, após o 25 de abril, tinha sua moral debilitada e sua disposição enfraquecida, abandonando posições e descumprindo ordens.

[(117)] ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*.pág. 163.

Um dirigente socialista português teria particular influência nas negociações que se seguiram em Angola (e continuaria tendo durante toda a história recente do novo país), a partir de maio de 1974, ao propor que se renunciasse à idéia do "federalismo autônomo" e se discutissem as particularidades do problema colonial, ouvindo os próprios nativos, "terminando a guerra imediatamente".

Tratava-se de Mário Soares, homem de oposição ao fascismo, que sobrevivera longos anos no exílio e agora voltava para assumir o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo provisório que se estabeleceu em Portugal[(118)].

Portugal optou, então, por analisar separadamente a situação de cada território, distinguindo os países insulares dos países continentais e, dentre os primeiros, aqueles de importância estratégica para a metrópole e seus aliados.

No final de 1974, o governo português e representantes dos movimentos nacionalistas concordaram pela realização de plebiscitos nos quais as populações das ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe decidiriam sobre a forma de organização estatal em seus domínios.

Em julho de 1975, com votação expressiva da população local, dois novos países insulares foram declarados independentes: a República de Cabo Verde e a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

As relações com Angola, entretanto, dadas as diferentes forças em disputa pelo poder, continuaram tensas.

Desde o 25 de Abril, as escaramuças continuaram em vários pontos do território, com maior complexidade em torno da capital, Luanda. A idéia de se criar um Governo de Transição começava a ser colocada em pauta, mas as negociações sequer começavam.

Em julho de 1974, graças em parte às decisões do general Silvério Marques, representante da extrema-direita e então presidente da Junta Governante em Angola, portugueses e africanos se enfrentaram violentamente nas ruas de Luanda, causando mortes em ambos os lados.

Uma greve geral foi convocada para protestar contra a violência, mas a polícia abriu fogo contra grupos de grevistas, causando indignação geral e elevando a tensão entre brancos e negros na capital angolana.

[(118)] SOARES, M. *Democratização e Descolonização* (Lisboa, 1975) pág.151. Mário Soares viria a se tornar, posteriormente, presidente da República de Portugal.

Após intensos protestos, o governo português afastou o general Silvério e nomeou Rosa Coutinho, conhecido como o "almirante vermelho" por suas posições de esquerda, para presidir o governo da colônia.

"O almirante era também acusado de ser partidário do MPLA e não ter pressa em criar o Governo de Transição (proposto nas negociações), dando a possibilidade ao MPLA de se preparar orgânica, política e militarmente para participar nesse governo"[(119)].

Rosa Coutinho considerou firmemente o propósito de levar a cabo a política de descolonização, contando com total apoio de Lisboa. Em fins de julho de 1974, representantes dos movimentos nacionalistas começaram a chegar a Luanda para estabelecer suas representações e se prepararem para a formação do governo de transição.

O movimento de chegada dos nacionalistas teve um caráter plebiscitário bastante influente nos passos seguintes do processo de descolonização. Enquanto a FNLA foi recebida por cerca de 5 mil pessoas e a UNITA por 15 mil, os representantes do MPLA foram recepcionados por uma multidão de mais de 100 mil habitantes de Luanda.

Parecia que seus bordões contra o "imperialismo", contra o "colonialismo", contra o "racismo" e contra o "tribalismo" tocava mais de perto a população naquele momento que as propostas de acordo com os portugueses e o visível tribalismo dos outros grupos. "Era estranho o fato de a maioria dos membros da FNLA ser constituída por brancos que, no último momento, tinham aderido a ela, visto que, então, ela defendia de forma mais eficaz os interesses das camadas privilegiadas"[(120)].

Não se pode esquecer, é verdade, que o MPLA, apesar de não pregar o tribalismo, era composto por maioria absoluta de Quimbundos, justamente os habitantes predominantes na cidade de Luanda e arredores. Os demais grupos étnicos (Bacongos, na FNLA, e Ovimbundos, na UNITA) quase não tinham representação naquela região.

O MPLA, naquele momento, deu mostras também de um agudo oportunismo que ainda não foi convenientemente analisado.

---

(119) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. pág.170.
(120) ZOTOV, N. & MALIKH, V. *Opus cit*. pág.171.

Em 21 de outubro de 1974, o Movimento assinou um armistício com o governo português, o que não impediu, entretanto, que suas forças, já em novembro (mês seguinte ao acordo), praticamente conquistassem todo o Noroeste de Angola, onde já não havia mais qualquer resistência. Logo depois, os guerrilheiros entraram em Luanda e ocuparam posições estratégicas, recebendo protestos tantos dos círculos pró-colonialistas quanto de nacionalistas.

As conversações entre as autoridades portuguesas e os movimentos nacionalistas, entretanto, prosseguiam, em busca de uma solução negociada que permitisse a independência de Angola.

Entre 11 e 15 de janeiro de 1975, foram debatido e assinados o Acordos de Alvor, em Portugal, estabelecendo um período de transição que iria de janeiro a novembro, no qual o governo seria exercido por representantes da FNLA, do MPLA, da UNITA e do governo português.

Essencialmente, ficou acertado, nesse documento, o reconhecimento do direito da população angolana à independência; o reconhecimento da unidade geográfica e política de Angola, incluindo a província de Cabinda (rica em petróleo e destacada do território principal por uma estreita faixa de terra e pelo rio Congo, pertencente ao Zaire); a escolha da data da Independência como sendo 11 de novembro de 1975 (quando seria, então, proclamada pelo presidente da República ou seu representante legal); a criação de um Alto Comissariado e do governo de transição (com representantes das quatro forças envolvidas, a vigorar entre 31 de janeiro e 11 de novembro de 1975); o estabelecimento de um cessar-fogo geral, declarando ilícito o recurso à força que não para conter ameaças externas; e uma anistia geral para os nacionalistas.

Dentre estes pontos, o mais controvertido (embora parecesse uma solução natural naquelas circunstâncias) era, sem dúvida, o governo de transição com seu Colégio Presidencial composto por três membros de cada parte envolvida (os ministérios e as secretarias foram também repartidos entre Portugal e os três movimentos de libertação).

Tratava-se, era evidente, de um conjunto de forças com interesses díspares, com elevado potencial de instabilidade para tão longo tempo de convivência.

Além disto, uma disposição do “acordo” trazia uma flagrante contradição política com resultados explosivos, determinando que, temporariamente, os combatentes dos movimentos nacionalistas permanecessem fixados nas respectivas regiões de origem. Com isto, estava dada a senha para a fomentação do tribalismo, já que as regiões de origem (como se procurou destacar) coincidiam com as áreas tribais.

Os combatentes deveriam, nesses locais, permanecer desarmados, aguardando até que houvesse a unificação numa força única, na forma prevista no “acordo”. Na prática, porém, esses “acantonamentos” transformaram-se em verdadeiros barris de pólvora, prontos a explodir a qualquer momento.

A diferença mais expressiva se verificava mesmo entre a convivência cordata do FNLA e da UNITA para com os portugueses e o radicalismo explícito e oportunista do MPLA que logo propôs a nacionalização do Banco de Angola e que se fizesse a redistribuição de riquezas para todos.

A população branca em Angola, temendo a adoção de um regime de cunho "socialista" que pudesse mexer com seu patrimônio e cercear sua liberdade, vivia sob uma onda de terror provocada de lado a lado. Iniciou, então, um grandioso processo de transferência de bens e recursos para o exterior que, nas vésperas da “independência”, revelou-se num dos maiores êxodos da história.

Os bens que não puderam ser transferidos (sobretudo devido ao volume) e que não foram vendidos ou doados a prepostos africanos, foram simplesmente destruídos ou avariados, quando não foram apenas abandonados.

Junto com os brancos, partiram também de Angola mestiços e negros que de alguma forma estavam vinculados à sociedade colonialista (sobretudo aqueles que integravam uma certa camada média angolana, composta de médicos, engenheiros, profissionais semi-qualificados) ou que simplesmente tinham medo do "comunismo" que diziam se avizinhar.

Fugiram em direção a Portugal, ao Brasil, a países africanos vizinhos ou a países europeus onde pudessem se estabelecer.

Foi uma das mais espetaculares fugas de mão-de-obra experimentada por um país nascente e que teria um gravíssimo impacto sobre a nova economia que estava por ser criada.

O MPLA, no início do ano da “independência”, reclamava que a UNITA e a FNLA dificultavam seu trabalho no Governo de Transição, e que boatos e notícias divulgadas pelos dois grupos alimentavam o clima de terror e de insegurança que se abatera sobre todo o território de Angola.

Em março de 1975, desentendimentos explícitos entre a FNLA e o MPLA resvalaram para o confronto armado, com os grupos se enfrentando em diversos locais do país nos meses seguintes.

Em maio, assinalando que "a unidade nacional é um fator fundamental e determinante para a vitória na luta anti-colonialista e anti-imperialista e para o triunfo da nossa revolução", o MPLA apelou à população, sobretudo em Luanda, para que houvesse a formação de uma frente única que combatesse a contra-revolução. Armas foram distribuídas, enquanto a população não armada fugia ou se escondia.

No final de maio, destacamentos armados do MPLA expulsaram os membros da FNLA e da UNITA do Governo de Transição, prendendo e enxotando-os de Luanda. Ao mesmo tempo, iniciaram uma ofensiva para a conquista do país, assegurando o domínio de 12 das 16 províncias do território.

A opinião pública ocidental condenou a atitude do grupo. Em junho, o Departamento de Estado dos EUA autorizou uma ajuda de US$14 milhões às forças que combatiam o MPLA e dobrou esta quantia um mês depois, conferindo às disputas internas de Angola um "status" internacional, agora pertinente à esfera da Guerra Fria.

Com a detenção do poder exclusivamente pelo MPLA, parecia não haver esperanças de que o novo governo respeitasse o modelo econômico, político e social que vigorara durante o período colonial recente.

O êxodo populacional, então, se completou, com os europeus e parte da população africana abandonando o que não podiam levar para fugir ao "comunismo" iminente.

Paradoxalmente, apesar de haver tomado militarmente o poder, o MPLA procurou respeitar os Acordos de Alvor, aguardando a data de 11 de novembro para proclamar a “independência”.

Enquanto isso, as forças da FNLA recebiam o apoio do país vizinho Zaire e atacaram o território angolano a partir do Norte, dirigindo-se para Luanda. No Sul, a UNITA, aliando-se às unidades blindadas do exército da República da África do Sul, avançava também em direção à Capital do novo país.

No final de outubro e início de novembro de 1975, as tropas da UNITA avançaram 500 quilômetros no interior de Angola, conquistando Moçâmedes (atual Namibe), Benguela e Lobito, aproximando-se de Luanda.

No dia 5 de novembro, segundo Declarações do próprio presidente de Cuba, Fidel Castro, "a pedido do MPLA", o país insular "socialista" americano "decidiu enviar urgentemente um batalhão de tropas regulares com meios anti-tanque para prestar ajuda aos patriotas angolanos que lutavam contra os racistas sul-africanos. Esta foi a primeira unidade militar cubana enviada para Angola"[(121)]. As tropas cubanas iniciavam aí uma polêmica, custosa e duradoura presença no interior de Angola, de onde sairiam apenas em 1991.

Colocadas imediatamente em combate, o batalhão cubano deparou-se com os guerrilheiros da FNLA e do Zaire a apenas 25 quilômetros de Luanda, na localidade de Quifandongo, onde os derrotaram no dia 10 de novembro de 1975, expulsando-os da região.

No dia 11 de novembro de 1975, Agostinho Neto, como líder máximo do MPLA, proclamou o nascimento da República Popular de Angola e tornou-se seu primeiro presidente com mandato indeterminado.

Nascia, assim, um novo país, mergulhado no caos dos bens destruídos e abandonados pelos colonizadores, no êxodo de parcela considerável da população nativa melhor preparada, na ausência de capitais, contando ainda com a oposição de todo o Ocidente capitalista, não obstante o rápido reconhecimento de sua "independência" pela comunidade internacional[(122)].

Mais grave que isso, colocada no "front" da Guerra Fria, a nova nação, além de todos os problemas internos que teria que enfrentar (diferenças tribais, necessidade de reconstrução, instabilidade econômica, estruturas sociais deficientes, dentre outros) passou a ser vítima de uma guerra fratricida, patrocinada pelas potências estrangeiras, e que vem durando toda a sua história recente, desde antes da "independência".

---

(121) CASTRO, F. *Angola, African Girón.* (Havana, 1976) págs.19-20.
(122) O Brasil foi o primeiro país a reconhecer formalmente a independência política de Angola.

A vitória na Batalha de Quifandongo pelas tropas cubanas e do MPLA seria um marco relevante nas etapas seguintes da luta de libertação angolana. Com ela, encerrava-se a primeira etapa ou a Primeira Guerra de Libertação (que levou à independência política), para dar início à Segunda Guerra de Libertação (compreendida no período de 1975 a 1976 - quando ocorreram as últimas invasões territoriais pela África do Sul), sucedida, depois, pela Terceira Guerra de Libertação (de 1977 a 1991) e pela Quarta Guerra, que começou em 1992, logo após as eleições presidenciais, e que se encontra em processo de finalização, quase dois anos após o Acordo de Paz de Lusaka, assinando em 1994.

A vitória de Quifandongo também possibilitou coesão e disciplina entre os combatentes angolanos, suscitando ânimo para que, no início de 1976, os destacamentos das FAPLA obtivessem êxito também na expulsão das forças da UNITA e da África do Sul das regiões centrais de Angola, libertando Huambo (Nova Lisboa), Lobito, Benguela e Xicala (esta no Leste angolano).

Em março de 1976, as tropas da RAS foram oficialmente retiradas do país, sendo, pouco tempo depois, seguidas das tropas do Zaire. O novo país passava a ser reconhecido pelo resto do mundo, não obstante estar no meio de disputas muito intensas, envolvendo as grandes potências da época, URSS e EUA, antagonistas da Guerra Fria, então em vigor.

4.2. Herança da Dependência Econômica Metropolitana

A herança deixada pela espécie de colonialismo praticado em Angola não foi constituída apenas de uma economia destruída, da força de trabalho qualificada ausente, das dificuldades no “front” externo e dos problemas que enfrenta toda nação em processo de libertação colonial.

Algo mais caracteriza essa herança, dado mesmo pelo peculiar formato de inserção da economia portuguesa na economia do resto do mundo.

Por um lado, Portugal, sobretudo nos anos finais de seu colonialismo, apresentava uma relação de extrema dependência das economias de suas colônias para manter em funcionamento sua própria economia.

A funcionalidade das províncias ultramarinas à regulação de suas dificuldades como metrópole pode bem ser sentida na descrição feita nas partes anteriores deste trabalho.

Por outro lado, o atraso econômico e social que caracterizava a sociedade portuguesa até os anos 60, quando são dados os primeiros acenos de uma possível inserção do país na Comunidade Econômica Européia, levaram Portugal a acelerar sua aproximação aos capitais de curso internacional, agravando sua condição de economia dependente na concepção que estamos utilizando neste trabalho.

Um paradoxo perseguia Portugal por ocasião da queda da ditadura salazarista: ao mesmo tempo em que podia ser considerado um país livre e industrializado enquadrava-se na condição de país dependente. Embora não pudesse ser classificado como "subdesenvolvido", justamente por possuir uma estrutura econômica e social fortemente influenciada pela esfera européia, apresentava uma subordinação aos países imperialistas hodiernos que necessita ser melhor compreendida.

A queda da ditadura salazarista (e, em conseqüência, do "colonialismo tardio"), em 1974, não se deu a partir de um movimento potente de insurreição ou a partir de intervenções externas, como aconteceu com outras nações européias que derrubaram regimes de força (Itália e Alemanha, por exemplo).

Esse desfecho, em grande medida, pode estar associado ao tipo específico de capitalismo em vigor na metrópole portuguesa e em suas colônias, particularmente no período posterior à Segunda Guerra.

É preciso especular, então, como ocorreram as transformações econômicas e políticas em Portugal neste período e examinar o papel das populações da metrópole e das colônias nesse processo de mudanças.

Em certo sentido, o que ocorreu em Portugal não foi muito diferente do que se verificou, por exemplo, entre países latino-americanos, submetidos a regimes fascistas e a ditaduras militares, situados na mesma esfera de dependência em relação aos países imperialistas hodiernos.

O paradoxo português pode ser entendido quando se admite que a estrutura de dominação internacional (ou do imperialismo) é dinâmica e se amolda às circunstâncias peculiares de cada período histórico, significando que sua dependência crescente e transitiva (a que fizemos referência em partes anteriores deste trabalho) tem que ser analisada em cada período do qual se queira extrair conclusões, considerando a formatação peculiar (a estrutura) do processo de dominação internacional em vigor em cada momento.

De uma dependência econômica histórica (particularmente da Inglaterra) Portugal passou a caracterizar-se como uma economia dependente de outras nações imperialistas (e de seus capitais), sobretudo do centro dominante representado pelos EUA.

A especificidade dessa situação se deve, como já demonstramos antes, à particular história que marcou a nação portuguesa.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que Portugal possuía uma fonte de acumulação primitiva de capital (baseada na superexploração das colônias) capaz de o distinguir dos demais países dependentes conhecidos. Em segundo lugar, a incapacidade de processar adequadamente uma acumulação endógena (e no momento adequado) faz com que sua classificação se fizesse ao lado dos países dependentes das atuais metrópoles.

É necessário, portanto, considerar a matriz da dependência econômica em vigor no momento de sua transição política e inserir essa análise no formato particular do processo de dominação vigente, sem o que não será possível configurar a herança angolana sobre a qual nos referimos nesta parte do trabalho.

Em cada fase específica do processo de dominação internacional (fases estas vistas de maneira global, segundo suas mudanças no âmbito mundial) o papel desempenhado pela exportação de capital é variável. Tradicionalmente, a exportação de capital é que provoca a exportação de mercadorias.

Originalmente, a exportação de capitais dos países centrais para os países dependentes estava bastante associada ao domínio sobre as matérias primas (extrativismo vegetal e mineral, em particular) e ao processo de expansão dos mercados.

De certo modo, a diferença entre países dependentes e países desenvolvidos se fazia mediante sua classificação em industrializado ou agrícola, reproduzindo a clássica distinção entre cidade e campo.

O capitalismo, neste período, não precisava necessariamente se estender ao interior dos países dependentes, podendo vigorar formas e modos de produção distintos (feudal, produção simples), eventualmente transformadas mediante a penetração das relações capitalistas. O caso de Portugal continental e suas colônias é exemplar, já que, por muito tempo, a despeito da exploração dos recursos ultramarinos, a penetração dos colonos no interior dos territórios foi muito reduzida.

Esse quadro tinha um efeito considerável sobre as estruturas econômica, social e política dos países dependentes, com destaque para um papel essencial da produção agrícola e extração mineral, somados a um atraso considerável na industrialização. A denominação genérica dada para essa situação era a de "subdesenvolvimento".

Do ponto de vista das classes em vigor nesses países, geralmente se encontrava, pelo lado dos dominados, um campesinato semi-servil, submetido a relações de produção pré-capitalistas e um operariado exíguo, numérica e socialmente insignificante em relação aos primeiros.

A pequena burguesia apresentava-se de forma peculiar, com ênfase na atividade tradicional manufatureira, composta por pequenas empresas artesanais e comerciais, enquanto um peso muito grande se verificava no funcionalismo estatal, com inchamento parasitário do aparelho de Estado, bastante típico desta situação de dependência.

Do lado das classes dominantes, havia uma precisa configuração do bloco detentor do poder, geralmente oligárquico, com grandes proprietários de terras e alta capacidade de afetar decisões, associados a uma grande burguesia comercial demandante, "com uma fraca base econômica própria no país, que funciona sobretudo como intermediário comercial e financeiro para a penetração do capital imperialista estrangeiro, e rigorosamente submetida a este"[(123)].

Pois bem, sensíveis modificações sobrevieram a esse quadro até os anos 70, iniciadas imediatamente após a Segunda Grande Guerra, com sua reprodução ocorrendo durante os anos sessenta.

[(123)] POULANTZAS, N. *Opus cit*. Pág. 13.

A "exportação de capitais" para o controle das matérias primas e para a ampliação de mercados ainda persiste, mas deixa de ser função principal, sendo dirigida agora ao atendimento da necessidade de valorização, em escala mundial, dos capitais monopolistas. Neste novo papel, procura tirar partido de toda vantagem relativa na exploração direta do trabalho.

Na avaliação de um autor, "trata-se de um aspecto característico da baixa tendencial da taxa de lucro e das novas condições do estabelecimento da taxa de lucro médio no contexto mundial (...): contrabalançar esta tendência, principalmente pela exploração intensiva do trabalho em escala mundial (elevação da taxa de exploração pela mais valia relativa, incluindo a elevação da produtividade do trabalho, as inovações tecnológicas, etc."[(124)].

Em certo sentido, verifica-se um novo formato, uma nova configuração no processo de dependência mundial contemporâneo, implicando na introdução de relações capitalistas nas economias dependentes, empregando a força de trabalho prevalecente e internacionalizando o capital em nível global.

Nas economias dependentes, nota-se que o capital estrangeiro aventura-se diretamente no setor do capital industrial -produtivo, crescendo de maneira espantosa. Desperta a atenção o caso das grandes corporações multinacionais, geralmente americanas, que ocupam espaço nesses terrenos, porém este é apenas um indicador geral da situação, pois o capital internacional se disfarça e age indiretamente (com prepostos), como devidamente observamos no caso da dominação portuguesa.

Nessa nova forma de interação, o capital beneficia-se dos baixos custos de produção, domina integralmente a produção local de bens e matérias primas, ocupa-se de instalar plantas para a produção de partes dos produtos finais, monta essas partes para venda local e para o exterior, numa clara "socialização capitalista dos processo de trabalho...em escala mundial"[(125)]. Também, tripudia sobre a instabilidade econômica, típica desses países, operando habilmente preços, especulando com operações financeiras ou beneficiando-se de isenções fiscais e processos legais.

Mais recentemente, esses capitais deixaram mesmo seus ramos tradicionais para especular em domínios distintos, como a compra de empresas para revenda, tornando mercadoria o instrumento de produção da própria mercadoria.

---

(124) POULANTZAS, N. *Opus cit*. Pág. 13.
(125) POULANTZAS, N. *Opus cit*. Pág. 13

Percebe-se, então, que ocorre uma modificação na estrutura econômica e social interna do país dominado. Não se identifica mais o binômio agricultura-indústria (embora em muitos casos, a estrutura hodierna conviva com o padrão antigo de dominação) na distinção entre dominadores e dominados.

O processo implica, agora, na industrialização do país dependente, com pleno domínio do capital estrangeiro. Verifica-se a reprodução interna, nesses países, das relações capitalistas de produção, reorganizando ou dissolvendo rapidamente as relações pré-capitalistas por acaso em vigor (embora também se possam verificar casos de convivência destas últimas em simultâneo com as primeiras).

A nova realidade pode ter classificação diferente (é "industrializada", logo "desenvolvida"), porém, na prática, o processo de dominação prevalece.

Assim, podemos concluir que não é por que Portugal deixou de ser "subdesenvolvido" que deixou de ser dependente e dominado. A dependência segue agora uma nova estrada, cruzando os processos do capital industrial-produtivo e do trabalho. É a industrialização dependente (similar à praticada na América Latina), de modo que, nos anos 70, Portugal não estava muito distante de economias outrora coloniais, como é o caso da do Brasil.

A estratificação entre os participantes do processo econômico global, a nível mundial, se dá, agora, mediante o emprego de tecnologias ultrapassadas (poluidoras, mão-de-obra intensiva) nos países periféricos e pela concentração de trabalho qualificado e especializado nos países centrais[(126)]. Ao mesmo tempo, processa-se um elevado grau de transferência de lucros, diretamente ou mediante o emprego de artifícios fiscais ou negociais (transferências de mercadorias sub-faturadas ou sobre-faturadas, investimentos indiretos etc.)

[(126)] O dinamismo que caracteriza o processo de dominação, modernamente chamado de "globalização", faz com que as "estruturas" econômica e social estejam em contínua transformação, modificando o critério de análise. Nos anos noventa, por exemplo, observa-se que a transferência de tecnologia de ponta para os países periféricos é um requisito necessário para a manutenção e elevação da produtividade (exigida mesmo para que as partes que compõe um determinado produto mundial obedeçam a um certo padrão), de modo que já não se pode fazer a estratificação pela base tecnológica. Em outras palavras, países periféricos, hoje em dia, nem sempre podem ser distinguidos pelo uso de tecnologias. Economias africanas e latino-americanas, por exemplo, utilizam, em seus processos produtivos, o que de mais avançado existe nos campos da comunicação e da cibernética, sem, entretanto, deixarem de ser " dependentes".

A isto pode se somar, também, a transferência dos recursos humanos melhor qualificados dos países periféricos para os países centrais (atraídos por melhores salários e padrão de vida), decorrente mesmo do processo deformado de desenvolvimento adotado, com o agravante de que, ao sair, deixam atrás de si um contingente desqualificado que, não obstante servir aos interesses do modelo vigente (pela abundância e baixos salários), representa altos custos para o país dependente (que gastou seus recursos na formação dos qualificados e tem, agora, que investir na formação dos que ficaram, sem a contribuição dos que saíram), realimentando, assim, a própria condição de dependência.

No caso português, embora recursos humanos qualificados também possam ter saído (inexistindo dados concretos sobre o assunto), observou-se (além daqueles que foram para as colônias) uma saída maciça de mão-de-obra desqualificada em direção aos países desenvolvidos europeus e aos EUA, onde se submeteram a uma superexploração.

Mais grave ainda é que, no caso português, vê-se confirmada uma via dupla de dependência, mantendo-se a relação cidade-campo (a forma primitiva ou original de dependência) em simultâneo com a introdução do capital estrangeiro no âmbito do capital industrial-produtivo (a forma hodierna de dominação).

A política de desenvolvimento econômico em Portugal inicia-se mais ou menos na mesma época que no Brasil, aplicando-se planos de desenvolvimento. A aceleração da entrada de capitais estrangeiros se dá a partir do início dos anos 60, quando (como já adiantamos) se vislumbra a incorporação ao Mercado Comum (que só ocorreria de fato nos anos 80), e o crescimento industrial se expande (chegou, por exemplo, a ter seu ritmo anual duplicado entre 1963 e 1965).

Observa-se uma grande concentração de interesse estrangeiro no capital industrial-produtivo, instalando-se filiais de multinacionais em várias áreas: química, metalurgia, mecânica, petróleo, eletrônica, confecções. O produto nacional se expande a taxas expressivas (média de 6% ao ano), com a agricultura apresentando apenas 1,5% de crescimento anual face aos 9,1% da indústria e os 5,9% do setor terciário.

Também o emprego no setor primário cai de 48,5% para 31% entre 1950 e 1970, enquanto, no mesmo período, a indústria passa de 25% para 37% e os serviços de 26,5% para 32%. Considerando a particular configuração da economia portuguesa, observa-se uma extrema concentração e centralização de capital, com 0,4% das empresas (168 sociedades dentre 40 mil) detendo 53% do capital.

A nova forma de dependência, sustentada em um tipo particular de industrialização, se manifesta também na modificação da pauta de exportação, observando-se um crescimento substancial do volume de industrializados relativamente aos produtos agrícolas e extrativados, provocando modificações dinâmicas nas estruturas econômicas e sociais prevalecentes.

A resistência política em Portugal, neste período, foi incapaz de perceber a magnitude das transformações por que passava o país. Ignorou, por exemplo, uma particular configuração de acordos que levou ao poder grupos reacionários compostos com forças de vanguarda, assegurando solidez ao governo.

O problema das colônias teve sua solução adiada (a despeito das pressões internacionais do pós-guerra a que nos referimos) e, mais grave que isso, não permitiu uma ruptura do sistema colonial tardio em vigor, mas soluções paliativas, um misto de negociação com concessões, fez o sistema prosperar por mais alguns anos.

As Forças Armadas portuguesas, verdadeiras controladoras da colônia, seriam cooptadas, por sua insatisfação, aos movimentos de resistência, porém, antes garantiram a manutenção do domínio sobre os territórios ultramarinos.

Ao mesmo tempo, em Angola, se reproduziam as mesmas relações econômicas verificadas na metrópole, graças ao interesse dos capitais estrangeiros pelos recursos lá existentes.

Observou-se uma grande migração do capital estrangeiro entrante em Portugal para o território colonial. Este capital dirigiu-se não apenas para as atividades primárias e extrativistas, mas também para a industrialização propriamente. Entre 1962 e 1973, por exemplo, a exportação de produtos industriais triplicou em Angola, com crescimento de 50% apenas entre os anos 1970 e 1973[(127)].

[(127)] FERREIRA, M.E. *Angola: Da Política Económica às Relações Económicas com Portugal.* (Lisboa, CCIPA, 1993).

O erro de avaliação das forças de resistência consistiu em supor que regimes políticos fascistas ou ditaduras militares são incompatíveis com o desenvolvimento econômico nos padrões avançados de relações que encontramos modernamente.

Trata-se de uma concepção tecnicista equivocada, segundo a qual o atraso subjacente às forças políticas prevalecentes nesses regimes necessariamente seria acompanhado de um atraso nas forças produtivas em vigor.

Logo, tais regimes desapareceriam ao se mostrarem incapazes de desenvolver o país. Foi isto que se esperou para Portugal no período do pós-guerra, posto que ocorrera com outros países, inclusive com o Brasil, onde a ditadura Vargas foi substituída por uma série de governos populistas, mas em certo sentido democráticos, que patrocinaram a industrialização daquele período.

O importante, todavia, é compreender o significado econômico, social e político dessas transformações, posto que, não obstante a ditadura, Portugal pôs em marcha um programa de desenvolvimento econômico em paralelo a um processo de concentração de capital.

Em outras palavras, desenvolveu relações capitalistas na forma monopolista, obediente à forma atual de dependência, com a característica de fazer crescer substancialmente a exploração das classes mais baixas, exploração feita tanto pelas classes dominantes residentes quanto pelas classes dominantes das atuais metrópoles (ou por ambas em associação), conferindo especificidade que distingue esse "desenvolvimento" do ocorrido nos países de industrialização original.

Há outro aspecto interessante a se destacar em relação a regimes de força e o particular processo de desenvolvimento e de dependência posto em marcha em Portugal: esses regimes são funcionais ao estabelecimento dessa via de dependência em relação às metrópoles atuais.

Tal fato pode ser observado em muitos países da América Latina (tendo o Brasil como melhor espelho) e também na Grécia e são a versão antecedente dos regimes democráticos viabilizadores das economias neoliberais dos anos noventa. Em outras palavras, o regime político apresenta funcionalidade ao estabelecimento de particular sistema econômico o que, no caso de Portugal (e por extensão em Angola) determinou a forma de dependência em vigor, ocorrida sob o regime fascista de Salazar.

A implementação desse modo particular de desenvolvimento e dependência não foi suficiente, porém, para modificações expressivas nas instituições políticas e sociais vigentes em Portugal por ocasião da “Revolução dos Cravos”, o que só ocorreria com as mudanças experimentadas nos períodos seguintes em que se tentou uma via “socialista” e, posteriormente, em que se consolidou o capitalismo democrático.

Haveria, por assim dizer, diferentes graus de dependência passíveis de serem examinados para cada realidade em questão, vinculados, em grande medida ao formato das relações sócio-políticas especificas de cada país. Caberia, eventualmente, fazer uma análise comparativa entre a dependência portuguesa e de outros países europeus ou ainda outros países de similar estágio de desenvolvimento econômico.

Todavia, é tarefa que não nos cabe neste trabalho, importando tão somente compreender que a ditadura portuguesa teve um papel significativo na configuração do desenvolvimento e no ritmo desse processo peculiar de dependência, estabelecido e consolidado sob sua direção, e que isso ocorreu devido ao tipo específico de correlação de forças econômicas e sociais representadas por este regime.

Em outras palavras, a forma particular do regime em vigor em Portugal teve um papel particular na instauração desse processo peculiar de dependência, sobretudo devido à relação de forças internas a que correspondia.

Outro ponto fundamental a que se deve destaque é que o estudo de transformações políticas, tanto nas metrópoles quanto nos países dependentes, deve levar em conta o estágio particular predominante do capitalismo, uma vez que é este quem determina as mudanças sociais e as relações de força sócio-políticas que servem para explicar os regimes políticos em vigor.

As formas assumidas pelo Estado são fruto de fatores endógenos à sociedade, porém esses fatores internos estão subordinados à influência do estágio das relações capitalistas em vigor, de modo a se estabelecer a situação de dependência.

Deve-se evitar, contudo, compreender esse processo como mera relação mecânica entre fatores internos e fatores externos, posto que, não é possível conceber os primeiros agindo isoladamente em seu próprio espaço e os segundo fluindo isoladamente no exterior.

Os fatores externos só atuam sobre determinada realidade econômica, social e política mediante sua endogenização, de forma articulada às contradições presentes nessa realidade e que existem como resultado das contradições presentes ao processo global de dependência em vigor.

Outra concepção equivocada que se deve evitar (e que, em certo sentido permeou a análise econômica e política dos regimes de exceção da América latina, atrasando sua compreensão) é associar a correlação de forças internas e externas a complôs intervencionistas patrocinados por organismos de inteligência, como as CIA (dos EUA) ou a KGB (da ex-URSS), por exemplo.

Ao se supor essa modalidade de correlação se ignora a relevância da conjuntura interna, esquecendo que o capital estrangeiro só encontra eficácia em seus intentos quando se articula às forças internas. Em Portugal, especificamente, o regime político não apenas permitiu a abertura das colônias à exploração do capital internacional, como, conforme já demonstramos, parcela expressiva dos capitais entrantes em Portugal dirigiu-se para as colônias, em especial para Angola.

Um dado curioso do período final do colonialismo português, mas que se pode mostrar relevante para estudos posteriores sobre a dependência tanto de Portugal quanto de Angola, foi a transição da dependência portuguesa em relação aos EUA para uma dependência portuguesa em relação aos países da Comunidade Européia, algo como uma volta às origens da dependência do Reino Unido e, agora, também da Alemanha.

Em 1971, por exemplo, o fluxo de capital estrangeiro dirigido a Portugal dividia-se em 46% para os EUA, 28% para a Alemanha Federal, 18% para a Grã-Bretanha e 8% para a França. No ano seguinte, a participação dos EUA no fluxo caiu para 23%, enquanto a da Alemanha elevava-se para 47%, a do Reino Unido para 24% e a da França caia para 6%. Um ano depois, em 1973, o quadro mostrava os EUA com apenas 14% do volume anual (um terço de dois anos antes), a Alemanha com 48%, a Grã-Bretanha com 32% e a França com 6% [(128)].

[(128)] Estatísticas (recalculadas) extraídas de POULANTZAS, N. *Opus cit*. Página 22.

Embora seja um período curto de observação, isto revela o resultado da elevação das contradições entre EUA e Comunidade Européia, as quais tem um papel particular na configuração da dependência estudada. Haveria um maior interesse de Portugal pela integração à Comunidade e, simultaneamente, um interesse da Comunidade em absorver Portugal, retirando-o da esfera de influência americana.

Este quadro, entretanto, pode não ser o mesmo quando se examina a participação estrangeira em Angola e que depende, naturalmente, do tipo específico de interesses existentes neste território.

Companhias petrolíferas exploradoras do território angolano, por exemplo, são, na maioria (em volume e significado), americanas, não obstante a presença de empresas francesas (Elf) ou brasileiras (Petrobrás) neste período e posteriormente à independência política..

Não se pode descartar, portanto, que a hegemonia americana continuou fortalecida, havendo mesmo, posteriormente a esse período, um grande crescimento da identidade entre o Mercado Comum Europeu e os EUA.

Uma questão importante consiste em saber se esse crescimento das contradições entre dois blocos hegemônicos contribuiu para a queda do regime português e, por conseqüência, para a solução do problema colonial, libertando Angola e outras colônias.

Provavelmente, não houve uma contribuição direta para a queda do regime, mas seguramente as contradições podem ter ajudado, sobretudo por diferenciar internamente as classes dominantes (segundo interesses de maior ou menor integração à Comunidade, por exemplo) e por criar instabilidade nos grupos de poder mediante disputas no interior da própria burguesia hegemônica.

Somando-se isto ao papel relevante da opinião pública internacional (especialmente a européia, isto é, a da Comunidade), contrária aos regimes de exceção e contrária, sobretudo, ao “colonialismo tardio” português, mais as disputas entre EUA e Comunidade em relação à OTAN (particularmente acirradas naquele período), e que remete à Guerra Fria, aliado ao papel singular de alguns partidos e movimentos democráticos (como já destacamos), o resultado não poderia ser outro que não as transformações aqui referidas.

Essa dependência característica aqui examinada, entretanto, não se destrói com a queda do regime e do sistema colonial. Pelo contrário, o capital procura e encontra formas de articulação para permanecer no processo e, em certo sentido, encontra apoio nas novas contradições nascidas do processo de transformação da colônia em Estado nacional.

No caso angolano, a dependência portuguesa se transfere de imediato como herança ao novo país. De uma co-dependência, de uma subordinação dupla ou intermediária (isto é, mediada por Portugal), a economia de Angola passa a uma dependência direta dos países metropolitanos hodiernos, não obstante a orientação "socialista" do regime em vigor.

E isto se dá, em grande medida, pela particular situação em que se encontrava a economia e a estrutura física de Angola no momento imediatamente posterior à "independência".

Com a destruição física de seus bens, com a fuga de mão-de-obra, com a ausência de capitais, com a necessidade de financiar a resistência armada aos movimentos guerrilheiros, a dependência de receitas externas era soberba.

E a ajuda não poderia provir exclusivamente dos programas assistenciais e de cooperação colocados em prática no período. Haveria de ser gerada também por receitas próprias e estas não poderiam se originar exclusivamente das relações comerciais com a ex-União Soviética, devido mesmo ao produto principal de Angola ser também um produto abundante na própria URSS: o petróleo.

Em outras palavras, não haveria possibilidade de se realizar troca de produtos como aconteceu, por exemplo, com Cuba que tornou-se importante fornecedor de açúcar aos países "socialistas" (em especial para a URSS), de quem recebia ajuda e cooperação.

Logo, a submissão imediata aos interesses dos capitais estrangeiros (europeus e, particularmente, americanos) se fez presente, determinando o quadro de forças que seria determinante nas etapas seguintes do processo de consolidação do novo Estado nacional.

Capítulo 5

CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO NACIONAL

A libertação colonial de Angola foi proclamada no dia 11 de novembro de 1975, data definida nos Acordos de Alvor para ser o início da "independência política" do novo país.

Denominado "República Popular de Angola" por seus novos dirigentes, os membros do MPLA - Movimento Popular para a Libertação de Angola (que tinham agido com astúcia e sede de poder ao combater os interesses dos demais grupos nos meses de transição para a libertação), o novo país já nascia com enormes dificuldades, a principal delas representada pela guerra que ocuparia, pelo menos, dezoito dos seus primeiros vinte anos de soberania.

Iniciava-se, também, naquela data, uma trajetória dinâmica de acontecimentos e de transformações que levaria a nação a transitar para o "socialismo"; a viver a experiência inusitada de um regime de orientação e lógica de funcionamento diferente do capitalismo, porém, ao mesmo tempo, dependente deste mediante a permissão da existência de um "enclave" capitalista em sua economia; a enfrentar dificuldades no gerenciamento de uma "economia centralmente planejada" justamente em decorrência dessa dependência e da combinação de outros fatores perversos; e a reorientar-se para a "economia de mercado", para o capitalismo e para a democracia, não como resultado da decisão de seus líderes ou de seu cidadãos, mas como fruto de contingências externas que exigiriam essas mudanças, levando-a a integrar-se à economia global contemporânea.

O presente capítulo ocupa-se de apresentar três pontos essenciais para compreender essa dinâmica de transformações e entender as condições transitiva da "dependência econômica" angolana ao longo do tempo.

Primeiramente, introduz uma breve visão das mudanças institucionais e organizacionais implementadas no país. Depois, ocupa-se de tratar de alguns aspectos concretos da economia angolana, destacando suas principais características e fazendo uma análise macroeconômica (fundamentada em informações estatísticas).

Por fim, faz considerações sobre a importância do modelo de economia centralmente planejada utilizado em Angola, procurando discutir suas virtudes e sua ineficácia no período em que foi adotado como instrumento para o desenvolvimento econômico e social do país.

5.1. Estrutura em Transformação

As principais mudanças verificadas em Angola, dos pontos de vista econômico, político e social, nos seus primeiros dezoito anos de Estado soberano, são apontadas nos tópicos a seguir apresentados.

5.1.1. O Modelo Político

Em decorrência da orientação ideológica do MPLA, o novo país foi submetido a uma "revolução socialista", sofrendo intensas transformações em suas instituições e orientando-se para uma economia centralmente planejada. As primeiras indicações no sentido desta "revolução" já eram dadas antes da "independência política", durante o processo de transição estabelecido pelo governo português e do qual participaram os principais grupos de libertação (MPLA, UNITA e FNLA).

Conquistando o poder aos demais grupos (que foram expulsos de Luanda), na fase do governo provisório, para o que contou com o apoio da população de Quimbundos (habitantes da região onde fica a capital do país), o MPLA instituiu um regime pró-União Soviética, país com quem já mantinha, desde a época de "luta pela libertação", uma intensa relação de dependência, recebendo orientação e apoio logístico no treinamento de seus combatentes.

A implantação das instituições "socialistas", entretanto, foi lenta, sobretudo nos dois anos iniciais (1975 e 1976), quando os conflitos bélicos (com os demais grupos e com países invasores, como o Zaire e a África do Sul) foram muitos intensos. Somente na realização do I Congresso do MPLA (que se tornou um partido único no poder, acrescentando a sigla PT, Partido do Trabalho, à sua denominação original), em dezembro de 1977, o governo reconheceu que o caminho para uma sociedade "socialista" e para a "economia planificada" era, de fato, irreversível.

O novo regime, iniciou-se pela adoção de “leis revolucionárias” que visaram a garantir segurança, nacionalizar os bens (empresas e patrimônio) abandonados pelos antigos proprietários, normalizar o salário e o emprego (conforme veremos adiante), porém, no essencial, continuaram a ser utilizados os códigos portugueses do direito positivo.

Alguns institutos comunitários (aldeias comunais), adotados em áreas conquistadas antes da “independência”, foram estendidos ao restante do país, porém com imensas dificuldades, fazendo o governo se retrair nessa iniciativa (para o que foi também ajudado pela guerra). Apenas a capital e alguns centros urbanos mais importantes e a salvo dos combates puderam, de fato, submeter-se ao “socialismo”, assim mesmo graças a um extremo autoritarismo que sempre caracterizou o sistema político do país.

Já nos primeiros meses de governo (início de 1976) seria assinado o Tratado de Amizade e de Cooperação, com a União Soviética, com o qual se formalizou o apoio, não só da URSS, mas de toda a comunidade de países “socialistas” (incluindo Cuba, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Hungria e até o Vietnã), para a construção do “socialismo angolano”.

Cuba, sobretudo, destacou-se nesta cooperação por emprestar apoio militar efetivo aos angolanos, transferindo tropas para a África desde 1975, onde permaneceriam até 1991 [após a assinatura do Acordo de Paz de Bicese (Portugal), em maio de 1991].

Os demais países contribuíram com assistência técnica, treinamento de mão-de-obra, troca de pessoal para educação formal e política, organização das instituições “socialistas” (sobretudo na economia) e realização de algumas obras do interesse do país (construção de hidrelétrica em cooperação com empresa brasileira, manutenção de estradas, aterros e até a construção do mausoléu de Agostinho Neto).

Grande parte dos custos dessa cooperação foram suportados pelos próprios angolanos, que (membros da OPEP) eram exportadores de petróleo e puderam contar (como se verá em seguida) com as receitas desse produto para financiar a consolidação do país e as iniciativas para o seu desenvolvimento.

A opção “socialista”, evidentemente, implicava na escolha de um caminho político e econômico com graves repercussões internacionais, pois Angola decidira-se entre aliar-se aos países ocidentais capitalistas (de quem já era dependente, por intermédio de Portugal), adotar uma posição “não-alinhada” (bastante difícil naquele momento, pelos custos que representava) ou vincular-se e tornar-se dependente dos países “socialistas”, sob a liderança da União Soviética.

A escolha do último caminho implicava, naturalmente, em abandonar os demais e contar, a partir de então, com a oposição dos países ocidentais, sobretudo dos Estados Unidos, inserindo-se (como tudo que acontecia na época) em um dos lados da Guerra Fria.

A implantação concreta dos institutos “socialistas” em Angola, entretanto, esbarrou nos difíceis problemas daquela realidade, típicos de um país de longa dependência colonial (e que se agravam quando se considera o “colonialismo perverso” praticado por tão longo tempo), como o elevado analfabetismo, o tribalismo, a não afetação a normas, dentre outros, de modo que o regime político efetivamente implantado, em que pese orientar-se formalmente pelo modelo soviético, sofreu as necessárias adaptações àquela realidade.

O “socialismo angolano”, por assim dizer, adquiriu razoável especificidade, pois, diferentemente do “socialismo soviético”, teve, desde cedo, a convivência (embora combatida) com um “mercado paralelo” de grande proporção; apresentou deslocamentos populacionais (internos e externos) não encontrado em seu congênere europeu; mostrou uma baixa ineficácia no instrumental de controle dos institutos econômicos, dentre outras características.

Em todo o período em que foi oficialmente utilizado, as autoridades esforçaram-se em fazer valer as normas e os padrões recomendados pela “cooperação socialista”, particularmente a soviética (chegando, por exemplo, a proibir, por muitos anos, a entrega de diplomas de curso superior aos formandos, de modo a evitar que fugissem do país - isto é, realizando uma forma de controle dos deslocamentos para o exterior), porém a efetividade do modelo na realidade angolana esteve sempre aquém dos padrões sugeridos.

Durante sua história recente, Angola teria apenas dois presidentes: Agostinho Neto, médico, poeta e fundador do MPLA, que foi sucedido, após seu falecimento, em 1979, pelo engenheiro José Eduardo dos Santos, especialista em petróleo e conhecido por sua moderação. Santos, na recente fase de redemocratização do país (1992), seria reconduzido ao poder pelo voto popular, para um mandato de 5 anos, em eleições que, a despeito do reconhecimento oficial (Nações Unidas) de que transcorreram sem anormalidades, foram o estopim de uma nova etapa de guerra, só refreada em 1995 (após assinatura do Acordo de Lusaka, em novembro de 1994).

5.1.2. O Enclave do Petróleo

Não obstante a opção dos dirigentes do MPLA pelo "socialismo", desde cedo a economia angolana se mostrou dependente de um grande volume de recursos (para financiar a organização inicial do novo país, sustentar suas atividades bélicas e recolocar Angola no caminho do desenvolvimento) que não podia provir - pela sua própria magnitude - da "cooperação socialista".

Apesar de vinculada à União Soviética e de se declarar "socialista", Angola herdaria de Portugal um importante condicionante que lhe seria decisivo, tanto naquele momento inicial, quanto nos acontecimento ulteriores: suas reservas petrolíferas se encontravam nas mãos de grandes companhias internacionais capitalistas que possuíam, desde meados dos anos cinqüenta, concessão da metrópole para exploração do produto até, pelo menos, o final do século.

Mais grave que isto, essas companhias tinham realizado investimento de monta, sobretudo em Cabinda (importante território produtor ao norte, encravado no Zaire), onde, apesar da guerra e das transformações do país, não tinham cessado a produção.

Exigir o desmonte dessas instalações e a saída das companhias (e uma eventual substituição pelos soviéticos, especialistas na produção de petróleo) requereria grandes investimentos, um tempo que o novo país não podia esperar e um imenso custo político, impossível de ser calculado.

Não restou alternativa a Angola se não tomar a si o "legado metropolitano", estabelecendo novos acordos com essas companhias (inclusive americanas) ou aceitando os acordos pré-"independência", porém podendo contar, de imediato, com um expressivo montante de recursos que lhe eram tão necessários.

O novo "socialismo angolano" praticou, então, uma inovação na comunidade dos países "socialistas", adotando um "enclave capitalista" para sustentar sua existência, algo que só teria similar na experiência chinesa (alguns anos mais tarde), no caso do Vietnã (no seu esforço recente para se tornar um "tigre asiático") e, mais recentemente ainda, na experiência de Cuba (na sua ainda titubeante busca de alternativas de financiamento).

O "enclave do petróleo" (assim com os demais "enclaves", embora parciais, como o dos hotéis) permitiu a existência de empresas ocidentais capitalistas operando inteiramente alheias ao Estado angolano, em que pese serem tributárias do governo mediante a transferência de parte de suas receitas. Eram empresas que, no máximo, se submetiam ao exame periódico de suas contas por firmas de auditoria internacional, contratadas pelo governo angolano, para acompanhar suas operações no país.

No mais, enquanto a economia de Angola se centralizava e tinha seu funcionamento inteiramente baseado no "plano nacional", regulado pelas autoridades governamentais e pelo partido e suas instâncias política e econômica, o "enclave" seguia em sua função de geradora de receitas e conferindo alguma dinâmica para a economia do país.

Essa dependência do "enclave do petróleo", herança direta da anterior dependência metropolitana (não uma "dependência colonial", em sentido estrito, como mostrado anteriormente, mas uma "colonização por dependência", na qual o Estado português era o "gestor", o "intermediário" da exploração do território angolano pelos capitais internacionais) seria funcional para a economia angolana nos anos iniciais do novo regime, porém, mais tarde, revelar-se-ia perigosa, sobretudo porque Angola tornar-se-ia, também, suscetível às alterações impostas pelos humores do mercado internacional do petróleo.

Durante os anos setenta e início da década de oitenta, sobretudo devido às duas crises do petróleo, sem que houvesse necessidade de grandes elevações na produção, os elevados preços internacionais do petróleo se encarregaram de dar uma confortável retaguarda financeira ao Estado angolano, possibilitando seu funcionamento regular e, até mesmo, um certo grau de negligência em suas políticas de investimento nos demais setores da economia (afetados, também em grande parte, pelos custos da guerra).

Possuindo influência apenas relativa sobre a política de investimento no setor petrolífero (capaz de fazer aumentar a produção) e sujeita às intempéries do mercado, não demorou para que Angola, com a abrupta queda nos preços nos anos oitenta (sobretudo em 1985 e 1986), enfrentasse sérias dificuldades econômicas e fosse obrigada a recorrer fortemente ao endividamento externo.

Com seu parque produtivo sucateado (resultado perverso da combinação de guerra com políticas negligentes de investimentos, condicionadas, ao nosso ver, pela "folga de recursos" proporcionada pelo petróleo) e altamente dependente de importações, ao que se somou a cessação da "cooperação socialista" (pelo fim da União Soviética e desmoronamento de seus satélites) não tardou para que Angola fosse obrigada a se submeter aos ditames das instituições capitalistas internacionais e fosse levada a redefinir seu modelo econômico.

5.1.3. Cooperação Internacional

A cooperação com que pode contar Angola, em seus momentos iniciais, foi apenas a dos países "socialistas", com quem estava afinada ideologicamente.

Uma cooperação, aliás, que lhe seria essencial, sobretudo na defesa territorial, com o decisivo apoio das forças cubanas (interventoras) e soviéticas (mediante envio de armas, equipamentos, assessores e treinamento).

Abandonada por Portugal (que vivia, internamente, suas próprias crises políticas e econômicas, na transição da ditadura para a democracia e, sobretudo, na transição para a Comunidade Européia), os poucos países ocidentais que se aproximaram de Angola (dentre eles o Brasil, que foi o primeiro a reconhecer sua "independência política") cedo se afastaram, caracterizado que estava o novo regime "socialista" adotado em África.

Alinhada com a porção "socialista" do mundo dividido de então, Angola posicionara-se de um dos lados do movimento da Guerra Fria (então em seus dias finais, mas ainda intensos) e passou a contar, se não com a oposição explícita, com a ausência de colaboração de seus potenciais aliados ocidentais.

O Brasil, por exemplo, que arremedara acordos comerciais privilegiados e uma espalhafatosa aproximação (baseado em seu passado colonial comum), vivendo na época um regime militar austero e de direita, praticamente "congelou" suas relações com o "irmão africano" (sem necessariamente romper relações diplomáticas) por vários anos.

Somente nos anos oitenta, com assinaturas de acordos com Portugal e a ida de empresas brasileiras para a África, Angola voltou a intensificar suas relações com o Ocidente, relação esta que antes ficara restrita à compra de produtos que continuou sendo feita principalmente na Europa e países vizinhos.

Durante toda a fase inicial de sua história (até a paz de 1991/92), os Estados Unidos, por exemplo, líderes da face oposta da Guerra Fria, que chegaram a anunciar um embargo econômico e militar ao país, mantinham relações apenas de absorvedores da oferta de petróleo, através de suas companhias que continuaram a atuar no país.

Financiando a guerra de guerrilhas praticada pela UNITA, bem como cooperando com os invasores sul africanos e com os mercenários que pretendiam desestabilizar o regime "socialista" angolano, desde cedo os EUA foram considerados os inimigos número um do povo angolano, sendo referido sempre como o "grande satã" na mídia nacional.

EUA e URSS (esta já nos seus dias finais), entretanto, seriam os patrocinadores do Acordo de Paz de Bicese, assinado em maio de 1991, formalizando a transição do país para a democracia e para a economia de mercado.

5.1.4. A Guerra

A maior dificuldade enfrentada por Angola foi, sem dúvida, a guerra que ocupou pelo menos dezoito de seus vinte anos de existência soberana.

Uma guerra que teve como causa imediata a tomada do poder pelo MPLA, em 1975, expulsando os outros grupos do "governo de transição" idealizado pelos portugueses, mas que tem explicações muito mais profundas, residentes nas diferenças tribais e regionais representadas nos principais "grupos de libertação" (MPLA, UNITA e FNLA) e nas implicações internacionais decorrentes da opção "socialista" do novo governo.

Desde o processo de "luta pela libertação" as diferenças entre os grupos eram bastante evidentes, já que foram formados a partir da sua origem tribal e regional (como pode ser visto no capítulo anterior). Enquanto a UNITA representava os Ovimbundos, estabelecidos no sul do país, a FNLA era liderada pelos Bacongos, habitantes do norte, e o MPLA pelos Quimbundos, do centro do país, próximos da capital, Luanda.

A composição intelectual dos membros do MPLA e sua maior aproximação aos ocidentais (muitos membros do grupo, inclusive, não conheciam os dialetos locais, só falando português) é reveladora dessa sua vizinhança da capital do país e da sua maior integração à sociedade colonial. Os fundadores desse movimento eram angolanos "civilizados", enviados à Europa (principalmente Portugal) para estudar, onde puderam contar com o apoio de organizações e partidos de esquerda e ter contato com os "revolucionários" de outros países.

Esse perfil, por si mesmo, já era uma razão de descontentamento por parte dos outros grupos, fundados por pessoas que tiveram sua formação em Angola ou no seu entorno, além de profundas raízes com as tribos a que pertenciam.

O caráter tribal e regional da guerra era evidente, no início dos conflitos, com a UNITA situando-se ao sul e a FNLA ao norte do país, onde contaram com o apoio de países vizinhos invasores (respectivamente a África do Sul e o Zaire).

Esses países invasores, movidos inicialmente por razões estratégicas ou por mero oportunismo (no caso do Zaire, pelos interesses sobre o petróleo de Cabinda, sobre a região de mineração no nordeste de Angola e pela ampliação de sua ligação com o Atlântico, enquanto, no caso da África do Sul, mais rica em reservas minerais que Angola, talvez pelo interesse em expandir-se territorialmente ou apenas o de servir como vetor ao combate a um novo regime de esquerda no continente), logo revelariam o "caráter internacional" adquirido pelos conflitos, já que passaram a ter suas atividades (e as de mercenários) financiadas pelos países ocidentais (liderados pelos EUA), repassando o apoio aos grupos guerrilheiros, sobretudo à UNITA.

A FNLA (e seu aliado Zaire) teve rapidamente enfraquecida sua participação na guerra (provavelmente por ser um grupo menos coeso e composto de militantes pouco preparados e numericamente pouco representativos), com seu líder, Holden Roberto, ficando exilado no exterior, só voltando a Angola em 1992, onde seria um dos candidatos nas eleições à Presidência da República.

A UNITA, entretanto, liderada por Jonas Savimbi, passou a receber o apoio direto dos EUA e avançou sobre diversas partes do território do país, se bem que mantendo seu quartel-general mais ao sul, sempre operando em estreita colaboração com o exército e mercenários sul africanos.

Ao governo do MPLA não restou alternativa que não enfrentar os conflitos, contando com o apoio direto de Cuba, o que agravaria ainda mais sua situação diante dos países ocidentais e dos EUA, inimigos mortais dos cubanos.

O financiamento dessa guerra teria um significado muito particular sobre a economia angolana, sobretudo porque os recursos despendidos fizeram falta às políticas de reconstrução e de desenvolvimento do país.

A guerra, aliás, sobretudo pela ocupação territorial, pela insegurança que proporcionava, pela destruição física do patrimônio do país e de sua infra-estrutura representou um duro golpe na economia de Angola, sendo um dos principais contribuintes para a sucateamento de todo o seu parque produtivo (tanto na agricultura, como na indústria e nos serviços).

Seu termo só foi possível, em 1991, porque, de um lado cessaram os esforços da Guerra Fria (já que o enfraquecimento da União Soviética e o encaminhamento de Angola para o capitalismo já não justificavam gastos com a UNITA) e, de outro, a UNITA, sem a cooperação estrangeira, já não podia sustentar conflitos em um território tão amplo, além de não mais ter reconhecidas suas ações perante a comunidade internacional (a UNITA deixava de ser um baluarte do capitalismo na região para se tornar apenas um grupo guerrilheiro).

O caráter tribal, entretanto, afloraria por ocasião das eleições presidenciais de 1992, onde os chefes da UNITA e do MPLA-PT foram os dois principais concorrentes.

A formação do exército único foi deliberadamente dificultada e os ânimos eram seguidamente acirrados, sobretudo com o uso dos meios de comunicação social à disposição do candidato governamental (assessorado, na época, por ume empresa brasileira de propaganda).

O MPLA, segundo nossas observações, agiu mais uma vez com astúcia e soube controlar muito bem a opinião pública luandina, contribuindo para a revolta popular que dizimaria os dirigentes da UNITA logo após o pleito de setembro. É possível especular, também, sobre interesses outros (econômicos ou políticos), sobretudo ligados ao lado oficial, que fizeram com que os conflitos continuassem por pelo menos mais dois anos, até a assinatura do Acordo de Lusaka.

5.1.5. O Grande Êxodo

No segundo semestre de 1975, após a tomada do poder pelo MPLA, durante o "governo de transição", Angola experimentou um êxodo populacional sem precedentes em sua história, com consideráveis impactos sobre sua estrutura econômica.

Fugiram do país, abandonando ou destruindo bens ou levando o que podiam, cerca de 80% dos colonos portugueses (responsáveis pela direção e funcionamento das empresas, instituições públicas e privadas), algo em torno de 300 mil pessoas, junto com um número não calculado de angolanos "aculturados" ou "civilizados" (segundo os termos usados na época colonial) e que contribuíam para o funcionamento da economia.

Praticamente toda a “elite dirigente” do país se foi para Portugal ou outros país O resultado, sobretudo após a “independência” foi um país “acéfalo”, contando com um número reduzido de quadros (alguns retornados após a libertação), geralmente despreparados para dirigir os organismos econômicos remanescentes.

Mesmo com treinamento intensivo de recursos humanos, patrocinado pelos países “socialistas”, os reflexos desse êxodo continuam, até hoje, sendo imensos em Angola que sempre enfrentou dificuldades no processo de tomada de decisão ou na direção empresarial e pública, graças à falta de profissionais capacitados.

Uma nova “elite política”, entretanto, seria constituída, sobretudo formada pelos dirigentes do MPLA-PT, possibilitando a configuração de fatos que estamos tratando no presente trabalho.

5.1.6. Dissensão Interna

Além de enfrentar a guerra, o MPLA, nesses anos iniciais do país, praticamente não enfrentaria outros problemas de oposição interna, a não ser um movimento de “fraccionismo”, de autocrítica, promovido por alguns membros do partido, no início de 1977.

Contrários aos acordos com as empresas estrangeiras para a exploração de petróleo, esses membros (liderados por Nito Alves), que pregavam a nacionalização de todos os bens e o fechamento do país ao exterior, após atacar as cadeia de Luanda e assassinar alguns “inimigos da revolução” (incluindo alguns ministros), numa tentativa de reedição do histórico “4 de fevereiro”, foram esmagados pelos líderes do partido, o que chegou, na época, a causar algum constrangimento internacional para Angola.

5.1.7. A Estrutura de Decisões

Após a assinatura do Tratado de Amizade e de Cooperação, com a União Soviética, em 1976, marcando a firme disposição em implantar instituições típicas "socialistas" nos moldes do sistema existente na URSS, o MPLA transformou-se em um partido (o único autorizado a funcionar no país), denominando-se MPLA-Partido do Trabalho (MPLA-PT)

Foram criados, também, os órgãos que, junto com o partido, seriam os responsáveis pela direção do país desta época até seu retorno à democracia (em 1992).

Esses órgãos de direção eram a Assembléia do Povo (parlamento para o qual eram "eleitos" os membros do MPLA-PT), a Presidência da República (ocupada vitaliciamente pelo secretário-geral do MPLA-PT) e pelo Conselho de Ministros, composto por homens da estrita confiança do presidente e que também ocupavam os vários ministérios criados, alterados e recriados durante esse período.

Como se verá adiante, a principal instância de decisão do país, entretanto, era o "bureau político" formado pelo Comitê Central do MPLA-PT.

5.1.8. Instituições Econômicas

A primeira medida séria desferida pelo novo governo na economia foi contra o domínio do capital privado sobre o sistema das finanças e do crédito.

Apoiado em "conhecida tese marxista-leninista que diz que a revolução não deve deixar os bancos, que são uma alavanca importantíssima no controle da economia, em mãos privadas", o governo angolano realizou ampla reforma monetária nos primeiros anos após a "independência"[(129)].

Foram mantidas no país apenas duas casas bancárias, o Banco Nacional de Angola (BNA), espécie de banco central e "caixa geral" do sistema, e o Banco Popular de Angola (BPA), entidade auxiliar e banco de depósitos.

A moeda nacional corrente passou a ser o "kwanza" (nome de importante rio localizado abaixo da cidade de Luanda), sendo proibida a circulação de moeda estrangeira, com exceção do "escudo português", tolerado em algumas transações.

---

(129) ZOTOV, N. & MALICK, V. *Opus cit*. pág.190.

O câmbio foi fixado em kz29,95 por dólar americano, assim permanecendo até 1991 (mais de quinze anos).

Os ministérios foram organizados por área de especialização, sofrendo alterações ao longo dos anos. Os principais ministérios eram o do Plano, o de Finanças, o de Comércio Externo, o de Comércio Interno, o de Relações Exteriores, o do Petróleo, o da Construção, o das Pescas, dentre outros.

A estrutura formal do modelo obedecia, aproximadamente, ao padrão oficial representado na figura reproduzida a seguir, que não chegou, entretanto, a ser aplicado a todo o país.

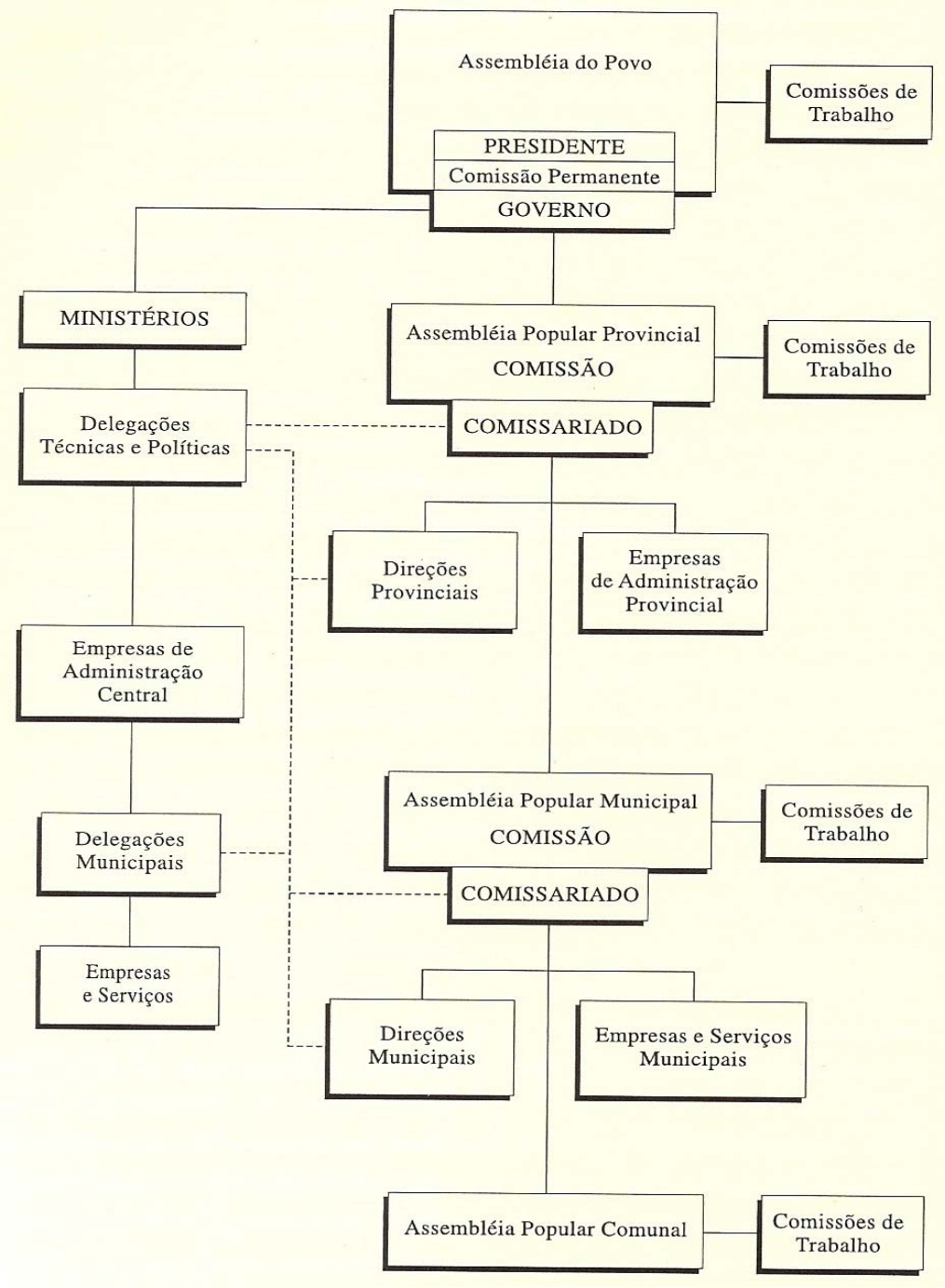
O "plano anual" era o principal instrumento de gestão econômica, tendo sido organizado um "setor estatal" (composto por empresas e instituições públicas), um "setor misto"(com empresas estrangeiras associadas ao governo e "joint-ventures") e um "setor privado" (inicialmente representado pelo "enclave" e, já na metade final do regime, pela chegada de outras empresas estrangeiras, também operantes fora do "plano").

Ao lado do "sistema oficial", funcionava, praticamente desde os primeiros dias de libertação, um "mercado paralelo" (chamado no país de "kandonga") de bens, serviços e câmbio, possuindo dinâmica própria e inteiramente ignorado (oficialmente) pelas autoridades do governo.

Esse "mercado paralelo", ao longo do tempo, possibilitou o aparecimento de uma "elite econômica" que logo se aliaria à "burocracia estatal", formando a classe dos "empresários angolanos" (fornecedores ou intermediários das compras do governo, assim denominados já no período de transição para a "economia de mercado"), com modo de vida bastante distinto do restante da população.

Por ocasião da transição para a "economia de mercado", essa "elite econômica" (a despeito de, provavelmente, preferir a continuidade da situação conturbada anterior, que lhe proporcionava altos lucros) foi beneficiada pelo acesso privilegiado aos patrimônio privatizado (inclusive associada a estrangeiros), pelas novas leis que favoreciam a oficialmente chamada "classe empresarial angolana" ("eleita" pelo governo como importante para o processo de transição) e pelas novas oportunidades de negócios (dada sua disposição de capital) que possibilitaram grandes lucros, fortalecendo-a ainda mais.

Figura 3
ÓRGÃOS DO ESTADO



Fonte: Diário da República, Angola, no. 209, 1a. Série, 1981 (adaptado).

5.1.9. Trajetória de Decisões

Ao longo do período analisado neste trabalho, as principais decisões econômicas e sociais foram tomadas durante ou no âmbito de eventos políticos do MPLA-PT, como os congressos ordinários e extraordinários, ou pelo plenário do Comitê Central do partido.

Nos tópicos abaixo, resumimos as principais decisões tomadas.

I Congresso do MPLA-PT (dezembro, 1977)

Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Econômico e Social (1978 a 1980)

- Reforçar a direção centralizada e a planificação do desenvolvimento econômico e social (reconhecimento formal da opção "socialista" e da adoção da "economia centralmente planejada" como instrumento para o desenvolvimento).
- Recuperar a produção do país, retomando os níveis vigentes em 1973.
- Melhorar as condições de vida da população, elevando seu bem-estar e condições materiais.

I Congresso Extraordinário de MPLA-PT (dezembro, 1980)

Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Econômico e Social (1981 a 1985)

- Acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico e social.
- Elevar a eficácia do sistema de produção nacional.
- Aperfeiçoar a economia centralmente planejada.
- Melhorar as condições de vida da população.

Plano Global de Urgência 1983

Enfrentar as dificuldades impostas pela retração dos preços do petróleo.

II Congresso do MPLA-PT (dezembro, 1985)

Orientações sobre Política Econômica e Direcionamento do País (1986 a 1990)

- Prioridade absoluta aos programas de defesa do país.
- Melhorar o abastecimento alimentar da população.
- Aumentar a eficiência no trabalho e nas atividades produtivas.
- Elevar a dinâmica das exportações.
- Melhorar os métodos de planificação econômica "socialista".
- Reformular os métodos de direção e de gestão da economia.

Programa de Austeridade 1986

Medidas visando a conter imediatamente os gastos diante da queda nos preços do petróleo. Saída para a crise: maior endividamento no exterior.

Programa de Saneamento Econômico e Financeiro SEF (1988 a 1991)

- Gestão da dívida externa (desequilíbrios financeiros externos/solvabilidade) e dos desequilíbrios internos (equilíbrio orçamental) na 1a. fase (que levaria 2 anos) e organização de um mercado financeiro com funções de intermediação, na 2a. fase (nos dois anos seguintes).
- Reestruturação do sistema econômico: melhoria do sistema de direção e gestão da economia (1a. fase) e crescimento econômico (2a. fase).

Programa de Recuperação Econômica PRE (1989 a 1990)

- Aumentar as receitas cambiais, renegociar e alterar a estrutura da dívida externa.
- Melhorar a gestão orçamental.
- Dinamizar a produção interna e fomentar as exportações.

Programa de Acção do Governo PAG (setembro,1990)

- Reduzir o déficit Orçamentário.
- Modificar o sistema de preços.
- Desvalorizar o kwanza e introduzir o novo kwanza.

III Congresso do MPLA-PT (dezembro, 1990)

Definição dos Objetivos da Política Econômica (1991 a 1995)

- Atingir a auto-suficiência alimentar.
- Reativar o segmento não petrolífero da economia.
- Desenvolver relações de mercado (consolidar a "economia de mercado").
- Descentralizar a decisão econômica e a planificação macroeconômica.

II Congresso Extraordinário do MPLA/PT (abril, 1991)

Definição dos Objetivos Gerais para o Desenvolvimento Econômico (1991-95)

- Recuperar a economia do país.
- Elevar a produtividade e a eficiência econômica.
- Melhorar a qualidade da direção econômica.
- Adequar o sistema bancário ao sistema de mercado.
- Desenvolver a "economia de mercado" e promover a liberalização da economia.

As decisões tomadas não necessariamente corresponderam ao que efetivamente ocorreu na realidade. Muitas das propostas das autoridades não passaram do plano das intenções, não encontraram respaldo na prática ou simplesmente não foram aplicadas.

Um bom exemplo foram as propostas do SEF (1987, o primeiro plano de estabilização, representando o início da inflexão da economia) que somente seriam aplicadas efetivamente após o PAG - Plano de Acção do Governo (setembro de 1990).

O PAG, aliás, teve quase um caráter de emergência. Suas propostas foram aprovadas e colocadas imediatamente em prática. No primeiro semestre de 1991, o governo desvalorizou o kwanza, criou o novo-kwanza e passou a reconhecer os preços do "mercado paralelo", calculando um índice de preços que envolvia a "kandonga".

Também, passou a sinalizar intensamente seu caminho para a "economia de mercado". Essas mudanças coincidiram com a assinatura do Acordo de Paz de Bicese, em vigor a partir de maio de 1991.

5.1.10. Instituições Multilaterais

Angola, além de membro das Nações Unidas (de quem recebeu apoio, sobretudo no processo de paz e na volta para a democracia, em 1992), aproximou-se do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial a partir de meados da década passada. Do FMI porque uma das exigências dos credores internacionais era que os empréstimos externos (que se elevaram a partir de meados dos anos oitenta) contassem com o aval dessa instituição. Do Banco Mundial porque determinados projetos, inclusive (em certa medida) a própria reforma do Estado, seriam financiados por essa instituição de fomento.

Em 1988, FMI e Banco Mundial passaram a marcar presença em Angola, com o BIRD tendo enviado missões para acompanhar e entender a economia local e instituído uma representação em Luanda (a partir da qual passou a ministrar cursos de treinamento para os funcionários do governo). Também, patrocinou programas de envios de docentes estrangeiros a Angola (junto com fundações americanas) para lecionar temas relacionados à "economia de mercado".

No início dos anos 90, também o *staff* do FMI ofereceria treinamento sobre "contas nacionais", "contabilidade nacional", balanço de pagamentos", dentre outros temas típicos da "economia ocidental", para autoridades do governo de Angola.

A ONU, sobretudo através do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), patrocinava ajuda, treinamento e envio de técnicos para reformular o sistema legal, assistir organismos públicos, organizar a contabilidade pública, dentre outras tarefas.

As reformas pelas quais passaram a economia de Angola (muito provavelmente) foram intensamente influenciadas pela presença dessas instituições internacionais no país.

5.2. Dinâmica da Economia

Conforme procuramos evidenciar nos capítulos anteriores do presente trabalho, no início do século XX, a economia angolana apresentou um certo nível de desenvolvimento, baseado na agricultura, na construção de ferrovias, na mineração de diamantes e nas atividades comerciais.

Contudo, foi após a Segunda Guerra Mundial, fundamentada no *plantation* e no aumento expressivo da produção cafeeira (que passou de l4 mil toneladas, em 1940, para cerca de 100 mil toneladas, em 1960, alcançando 210 mil toneladas, em 1974) que teve início a aceleração do crescimento econômico.

O café, por exemplo, no início da década de 50, já se constituía na mais importante cultura de exportação de Angola, representando 30% das receitas cambiais.

Essa expansão econômica colaborou para que houvesse um crescimento na ordem de 290% da população colonial portuguesa, entre 1940 (44.000 indivíduos) e 1960 (atingindo 172.000 pessoas). Para os angolanos naturais (a grande maioria), contudo, a vida continuava sob condições dificílimas.

Os camponeses, que historicamente utilizavam a terra apenas como subsistência, e constituíam a parcela mais expressiva da população, quase não tinham nenhum contato com a economia de mercado. Muitos desses camponeses foram trabalhar nas minas diamantíferas ou nas plantações (com salários a níveis baixíssimos) ou se inseriram na esfera do já apresentado “sistema de mão-de-obra contratada”, sistema esse que, em meados dos anos 50, impunha a cerca de 350.000 trabalhadores um regime de trabalhos forçados só abolido em 1961.

O crescimento econômico da colônia de Angola teve seu nível consideravelmente acelerado no período que vai de 1960 a 1974, não obstante a guerra de libertação que teve início em 1961.

Alguns analistas costumam atribuir esse crescimento à reação do governo português à agitação política do período, assegurando que, ao investir no crescimento econômico local, estaria contendo o descontentamento dos portugueses lá residentes, além de "beneficiar" os africanos com algum crescimento da renda.

Vimos, entretanto, que a aceleração do crescimento econômico no período deveu-se, sim, a um movimento proveniente de fora da metrópole, e não uma decisão exclusivamente interna de Portugal.

As transformações na economia portuguesa e, por extensão, de seus territórios coloniais mais importantes, com destaque para Angola (a maior e a mais rica das colônias africanas de Portugal) foi fruto da expansão dos capitais internacionais que condicionaram a economia portuguesa e instauraram um processo de "dependência" que incluía não só a exploração dos recursos continentais (poucos) mas, sobretudo, os recursos coloniais, numa extensão dessa "dependência" para as colônias.

A partir de então, as decisões que afetavam a economia angolana eram produto de um processo de intermediação, onde a metrópole era uma espécie de concessionária não autônoma dos capitais internacionais, usufruindo de alguns "honorários" e permitindo a transferência de sua própria dependência para as colônias, numa "colonização por dependência" que caracterizaria os anos finais do "colonialismo tardio" português.

Nesse período, os investimentos públicos na infra-estrutura econômica do território angolano aumentaram expressivamente, o mesmo ocorrendo com os investimentos privados, frutos diretos da liberalização, em 1965, das leis de restrição aos investimentos estrangeiros. Isto fez com que as autoridades da metrópole incrementassem também os programas de imigração de colonos portugueses para Angola (solucionando em parte os problemas econômicos que enfrentavam em seu próprio território).

Entre 1960 e a Revolução dos Cravos (abril de 1974), o PIB angolano obteve crescimento aproximado de 7% reais ao ano, apresentando uma evolução das mais expressivas em todo o continente. A presença do colonizador português foi também crescente, verificando-se, no último ano colonial, uma população de 340.000 europeus (ou seja, aproximadamente 5% da população total que contava com cerca de 7 milhões de habitantes).

Nesse mesmo período, a produção anual cafeeira dobrou, alcançando 210.000 toneladas no princípio dos anos setenta, transformando Angola em um dos quatro maiores produtores de café do mundo. Outros produtos de caráter comercial externo (como o sisal, o açúcar, o tabaco, o algodão), tornaram-se fortes contribuintes das receitas cambiais ou serviam de insumos às indústrias locais.

Pelos dados oficiais, havia quase auto-suficiência da colônia angolana quanto a produtos alimentares básicos, com expressiva exportação de milho, enquanto a pesca, ao longo do seu rico litoral sul (influenciado pela corrente de Benguela), servia de sustentáculo a uma indústria de processamento para exportação, responsável por um importante agregamento de valor com reflexos positivos sobre as receitas cambiais.

Produzindo mais de 2 milhões de quilates de diamantes por ano, o território angolano era ainda, no princípio da década de setenta, um dos quatro maiores produtores de pedras preciosas do planeta, enquanto o minério de ferro, cuja produção, em 1960, ainda não era significativa, ultrapassou os seis milhões de toneladas anuais nos quatro primeiros anos da década (1970-73).

Mais expressivo, contudo, foi o desenvolvimento da produção petrolífera, cuja descoberta, em termos de volume comercial, data de 1955, a partir do que a produção só fez aumentar, sobretudo após 1969, quando cresce as demandas interna e externa por petróleo.

A produção de petróleo, em l973, atingiu, em barris por dia, o volume de 144.000 unidades, o que fez com que, após os expressivos aumentos nos preços internacionais do produto, ocorridos a partir desse ano, com a primeira “crise do petróleo”, suas receitas superassem as do café, tornando o petróleo o principal produto de exportação, atingindo um nível superior a 30% das receitas externas totais da colônia.

O desenvolvimento do mercado interno, proveniente do aumento da população portuguesa, fez com que se elevassem, também, as oportunidades de ganhos no setor industrial, possibilitando, no período de l964 a l971, um crescimento do segmento manufatureiro a taxas médias anuais acima de 20%.

qNo ano da libertação, o setor secundário de Angola era, na África subsaariana, um dos mais avançados, contando com uma indústria bastante diversificada que não apenas incluía a produção de tabaco, cimento, cerveja e a transformação de produtos agrícolas, como também produtos têxteis, vidro, papel, barras de aço, tintas, instrumentos agrícolas, celulose, fios elétricos, etc.

A maioria das indústrias instaladas no território, entretanto, eram dependentes, em boa medida, de parcela de insumos importados dos países centrais, muitos dos quais ainda passavam por Portugal como forma de elevar as receitas tributárias da metrópole.

Nesse período, embora tenha ocorrido um aumento da renda "per capita", a economia colonial adotou padrões de crescimento que não trouxeram benefícios para a maioria dos angolanos.

Em certas regiões, as melhores terras foram subtraídas à força dos angolanos em benefício dos colonos portugueses (a quem foram redistribuídas) e praticou-se, desmesuradamente, a mudança à força dos camponeses africanos para aldeias "protegidas" contra revoltas, o que, em grande medida, gerou prejuízos à tradicional agricultura africana de subsistência.

Como os modelos educacionais eram pobres e o ingresso à educação formal era literalmente negado aos africanos, não só a população autóctone ficava à margem dos empregos técnicos e administrativos, como também (sofrendo a concorrência de colonos portugueses de baixa qualificação transferidos para Angola) era excluída dos empregos semi-especializados (até mesmo porque uma boa parcela dos empregos de baixa especialização era efetivamente reservada aos imigrantes portugueses).

Essa exclusão não impediu, entretanto, que se formasse, ao longo do tempo, sobretudo nas cidades, um reduzido grupo de famílias africanas integrante de patamares mais elevados na escala social.

Eram os chamados "civilizados", muitos dos quais obtiveram formação superior na Europa e puderam, com isso, alimentar (mesmo indiretamente) o processo de libertação colonial, enquanto outros chegaram mesmo a contribuir com a direção de empresas, organismos públicos e instituições da economia colonial.

5.2.1. Transição para a Libertação

As perdas econômicas no período de transição para a independência política de Angola foram enormes, sobretudo causadas pela guerra que também gerou um estado de caos e de insegurança que levaria a maioria dos colonos portugueses e parte dos angolanos capacitados (responsáveis pelo funcionamento da economia) a abandonar o território, em 1975 (como já relatamos).

Esse êxodo populacional, somado aos distúrbios ocasionados pelos conflitos armados, provocaram sensíveis diminuições nas atividades de produção, deixando a economia, no início de 1976, completamente arruinada.

Considerável parcela da ainda crescente infra-estrutura econômica foi destruída, enquanto fazendas e empresas comerciais foram abandonadas, aos milhares, pelos colonos que transportaram só que era possível, avariando o que sobrou.

Determinados segmentos da economia, como os da indústria diamantífera ou da produção de café, perderam a maioria de seus trabalhadores africanos, seja porque fugiram (para a Europa e países vizinhos) seja porque retornaram às suas tribos de origem. Muitos desses trabalhadores migraram para as áreas urbanas em busca de segurança ou de algum apoio assistencial.

Praticamente, todos o segmentos econômicos, entre l974 e 1976, apresentaram acentuadas quedas de produção (com alguns chegando a 100%), enquanto o tradicional sistema de comércio de produtos agrícolas e pecuários era destruído pelo êxodo dos comerciantes e intermediários rurais, o que forçava os habitantes do campo a retornar à agricultura de subsistência. Esta situação, por outro lado, exigiu que o governo recorresse a importações de emergência para alimentar a população urbana, para o que requeria fundos bastante escassos naquele momento.

A partir dos problemas econômicos causados pela guerra (particularmente intensa entre 1975 e 1976), o novo governo procurou incentivar a recuperação da produção em diversos setores, pretendendo retomar aos níveis prevalecentes no fim do período colonial (1973). Este propósito, todavia, mostrou-se ilusório, registrando-se, ao contrário, um acentuado declínio produtivo em alguns segmentos essenciais (como, por exemplo, no da agricultura comparativamente aos níveis já bastante reduzidos registrados em l975 e l976).

A exceção notável foi, evidentemente, a produção petrolífera que, em l977, já retornava aos níveis de l973, apoiada numa boa proteção recebida do governo, após l976, e na natureza relativamente isolada do enclave.

Esse desempenho negativo da economia (fora do "enclave petrolífero") revela-se algo surpreendente quando se considera o crescimento sistemático das receitas do petróleo - e, consequentemente, das transferências para o governo - (resultante tanto do aumento na quantidade produzida quanto do comportamento ascendente dos preços internacionais do produto), situação que, em circunstâncias regulares, poderia facilitar a reabilitação do restante da economia.

Curiosamente (conforme procura mostrar o presente capítulo deste trabalho), as receitas vantajosas do petróleo teria um efeito perverso e não positivo sobre os demais setores da economia angolana, no que seria ajudado pela conjunção de problemas que se impuseram às autoridades do país desde a libertação.

O legado do período colonial, os problemas originados do processo de libertação, o prosseguimento da guerra, e mesmo o desenvolvimento rápido do setor petrolífero a as políticas adotadas após a libertação, deixaram a economia de Angola em situação muito singular, revelada em indicadores de desenvolvimento extremamente assimétricos.

O PIB "per capita" (US$ 420, em 1986, à taxa de cambio oficial), por exemplo, devido ao estado contínuo de sucateamento a que foi submetida a economia de Angola, levou o país a classificar-se entre os de menor renda média do planeta , não obstante seu potencial petrolífero.

A continuidade da guerra, por seu turno, exigiu que o país reservasse parte bastante expressiva de seus escassos recursos aos gastos militares, com reflexos negativos nos investimentos necessários à realização do desenvolvimento econômico. O estado de guerra levou a que grandes segmentos da população tivesse acesso apenas limitado aos serviços de saúde ou às instituições educacionais e outros benefícios públicos (os quais, segundo se esperava - numa economia orientada para o "socialismo" - deveriam ser suficientemente amplos).

A extrema carência de recursos humanos capacitados (resultante da perversa política colonial e do êxodo) intensificou a necessidade de medidas de desenvolvimento social e econômico para superar esse hiato (programas maciços de educação, formação "acelerada" de profissionais etc.) que nem sempre foram passíveis de realização, apesar da declarada intenção das autoridades e da cooperação dos países "socialistas".

Esse conjunto de dificuldades, naturalmente, contribuiu para que alguns indicadores sociais, como as taxas de mortalidade infantil, a situação geral da saúde, a expectativa de vida e o nível educacional, colocassem o país (após sua independência política) em significativa desvantagem, inclusive quando comparado aos países africanos de mais baixa renda.

Essa situação de singularidade deve ser considerada como pano de fundo na análise do período posterior à "libertação", a qual procuraremos apresentar fundamentada em alguns dados econômicos e sociais que (a despeito de algumas imprecisões, facilmente compreendidas diante da situação de dificuldades do país) possibilitam comprovar algumas de nossas conclusões.

5.2.2. Sistema Econômico Após a Libertação

Os dirigentes da República Popular de Angola declararam que o país orientava-se para o "socialismo" logo após a proclamação da sua independência política. Mais que isto, declararam que se tratava de um país "socialista" sob orientação do modelo soviético, passando a contar com uma cooperação muito próxima, tanto da própria União Soviética quando dos demais países "socialistas" do Leste europeu, de Cuba e até do Vietnã.

Suas leis constitucionais estabeleceram que os órgãos de Estado estavam subordinados ao partido dirigente, que passou a denominar-se MPLA-PT (Movimento Popular de Libertação de Angola - Partido do Trabalho).

O MPLA-PT, em seus congressos e no Comitê Central ("bureau" político), passou a tomar decisões de amplo significado econômico e social para o país. O partido aprovava as estratégias e os instrumentos principais da política econômica e dava vistas a todas as decisões tomadas pelas instâncias governamentais.

O governo constituiu-se, assim, num organismo de natureza executiva, tomando sob sua responsabilidade a implementação das políticas aprovadas pelo partido.

A ideologia oficial (diante das condições e dificuldades emergidas após a libertação) determinou o rápido estabelecimento de um "sistema econômico socialista", sustentado no planejamento central, no controle estatal rigoroso das atividades econômicas e na nacionalização da maior parte das empresas produtivas.

Observações cuidadosas, no entanto, revelam que o MPLA-PT objetivou, na verdade, mais a imediata revitalização da produção e a recolocação das instituições produtivas em funcionamento que o estabelecimento de uma economia puramente "socialista".

O governo, por exemplo, deliberadamente, deixou de coletivizar alguns segmentos produtivos e de nacionalizar a maioria das empresas. O que levou os patrimônios agrícolas e industriais produtivos às mãos do governo foi o abandono por seus proprietários, enquanto alguns "institutos coletivos" (como aldeias comunitárias), criados ainda durante a luta colonial, e que "seriam estendidos ao restante do país", mal chegaram a ser instalados nas margens de algumas cidades, já que o resto do território do país era um teatro de guerra.

Estabelecida em março de 1976, a Lei de Intervenção do Estado (de número 3/76, que formalizou a nacionalização das empresas privadas) e a subsequente Lei do Investimento Estrangeiro (10/79, necessária, sobretudo, devido ao "enclave" do petróleo e devido também a algumas associações ou "joint ventures" que acabariam por ser estabelecidas nos primeiros anos de governo) são exemplos de aplicação limitada e parcial da "socialização", ao proporcionarem, ao setor privado, margem para um significativo papel na economia.

Uma curiosidade sobre a Lei de Intervenção, por exemplo, é que ela previa não a nacionalização de qualquer empresa, mas especificamente a "dos bens abandonados ou pertencentes a sabotadores", com clara ênfase nos cuidados a serem seguidos quanto à uma eventual nacionalização de ativos pertencentes a companhias estrangeiras.

Em outubro de l976, após completado quase um ano da libertação, o plenário do Comitê Central do MPLA-PT, aprovaria uma resolução inicial sobre políticas econômicas que tinha na industria um fator decisivo de mudanças e na agricultura a base para essas mudanças, deixando entrever a pretensão de se estabelecer uma economia planejada a partir do centro.

Essa centralização, porém, caracterizava-se muito mais como uma meta estratégica que como um objetivo imediato.

Foi possível observar, entretanto, que não demoraram a se consolidar, seja no partido, seja no governo, o conceito de "planejamento central" e os "controles administrativos".

Um exemplo dessa consolidação foi a criação, ainda durante o ano de 1976, da Comissão Nacional do Plano, cuja subordinação se fazia ao Conselho de Ministros. A esse órgão coube a coordenação da planificação em todos os níveis, sendo também incumbido de dirigir as atividades operacionais de quase todos os setores da economia..

No período de 1976 a 1978, o Estado angolano absorveu importantes responsabilidades na gestões econômica e operacional da economia, decorrentes do estabelecimento dos monopólios estatais do setor bancário, dos seguros e do comércio externo.

Os "comitês de bairros" e de trabalhadores, diante da aguda falta de mão-de-obra especializada, assumiram uma ativa participação na administração de alguns organismos, sobretudo nas indústrias abandonadas por seus proprietários, dando início, porém, a um vigoroso questionamento sobre o papel dos trabalhadores na gestão das empresas.

Criou-se, no interior das empresas geridas pelos trabalhadores, crescentes divergências entre os dirigentes incumbidos da administração pelo partido e os funcionários designados pelos "comitês", provocando a ocorrência de greves e interrupções no processo de produção, o que levaria o Comitê Central, ainda em 1976, a adotar a importante decisão de substituir o sistema de administração coletiva por formas mais convencionais de gestão empresarial.

Em conseqüência dessa atitude, os comitês de trabalhadores organizados pela UNTA (União dos Trabalhadores de Angola) foram extintos, a própria União foi submetida a um estrito controle partidário, com o Comitê Central determinando que os dirigentes das empresas seriam escolhidos entre os membros do partido, devendo ser confirmados em seus cargos pelo "bureau" político.

O primeiro congresso do MPLA-PT, em dezembro de 1977, serviria como palco para um balanço dos primeiros anos de centralização, ao mesmo tempo em que se formalizaria o incentivo oficial na busca da completa "socialização" do país.

Examinou-se a atividade econômica desde a libertação, concluindo que era necessário acelerar o rítmo da construção da "economia socialista" e que, para atingir este fim, era preciso introduzir melhorias na supervisão e na planificação centralizadas, dando continuidade também às políticas de nacionalização e confiscos, ao estabelecimento de cooperativas rurais e à adoção de políticas complementares visando à recuperação dos níveis de produção.

Esse congresso foi, na verdade, o responsável pela formalização da adoção da "economia centralmente planejada", posto que, até então, não obstante a natureza centralizada de algumas medidas e a assistência dos países "socialistas" para a construção do sistema, o governo, nem tampouco o partido, haviam determinado oficialmente um caminho orientado para sua implantação.

Durante esse primeiro congresso, as autoridades, apesar das dificuldades de gerenciamento econômico, mas contando com êxitos do ponto de vista das receitas externas, sentiram-se confiantes em declarar que o caminho para a consolidação do "socialismo" angolano passava pela "centralização econômica" e que esta seria a via utilizada para se alcançar o nível de desenvolvimento prevalecente antes da libertação (particularmente em 1973), necessário a conferir maior bem-estar ao povo de Angola.

Já em seu congresso extraordinário, realizado em 1980, o partido contabilizaria alguns progressos na implementação de importantes diretrizes econômicas (em particular no que se referia à criação de "estruturas" para a formação de uma "economia socialista"), porém reconheceria que certos problemas ainda prevaleciam, como um razoável retardo na preparação dos planos nacionais que trazia impedimentos à realização de objetivos prioritários, como o de reconstruir o sistema de distribuição da produção rural, o de restabelecer vínculos entre os setores agrícola e o setor industrial, a diminuição da migração rural em direção às cidades (o governo havia estabelecido um limite máximo de 25% de habitantes do país que poderiam viver nas áreas urbanas, permanecendo o restante no campo, diretriz que se revelaria inócua), dentre outros.

Admitiu-se, também, nessa ocasião, que um sistema produtivo organizado ainda não fora instituído no pais e que o montante total dos salários pagos era amplamente superior ao volume global de produção, reconhecendo-se que o financiamento de muitos organismos não se fazia através de receitas próprias.

Nesse congresso extraordinário, foi também reconhecido, oficialmente, pela primeira vez , que existia em Angola um "mercado negro" de bens e serviços, apontando-se que sua ocorrência era fruto direto do controle sobre os preços praticado pelo Estado. Esse reconhecimento, porém, não impediu que as políticas de governo ignorassem o "mercado paralelo", tratando-o como um caso de polícia até o início dos anos noventa.

Algumas conquistas relativas à produção agrária foram dignas de elogios, durante o congresso, admitindo-se, entretanto, a insuficiência das unidades rurais sob o controle do Estado no suprimento das necessidades do país (forneciam apenas 12% dos alimentos necessários à população e somente 15% das matérias-primas necessitadas pela indústria) exigindo um importante complemento do exterior.

Comparando os níveis de produção industrial verificados antes e após a libertação, reconheceu-se, também, que, embora tenham sido verificados, em alguns setores da indústria, aumentos significativos de produção, o volume agregado permanecia inferior aos níveis do período colonial, admitindo-se como um fracasso temporário a pretensão de se recuperar os níveis prevalecentes em 1973.

Em dezembro de 1985, quando da realização do segundo congresso do partido, o MPLA-PT reafirmaria a adoção da "via socialista do desenvolvimento", asseverando também a continuidade do plano nacional como instrumento principal de gerência econômica.

Os resultados econômicos colhidos até aquele momento, porém, continuavam insatisfatórios, os quais eram justificados, pelas autoridades, como decorrentes dos problemas da guerra e da falta de dirigentes e técnicos especializados.

Diante desse quadro, os dirigentes angolanos propunham a introdução de reformas na estrutura do sistema econômico e na formulação das políticas econômicas visando a aumentar sua eficiência global.

As diretrizes estratégicas aprovadas por esse congresso previam melhoramentos dos métodos de planificação "socialista" e uma utilização mais eficiente dos preços na gestão da economia, porém, trazia também uma contradição, pois no âmbito desse mesmo congresso, o plenário do Comitê Central do MPLA-PT aprovaria, em 1987, o Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), um primeiro plano de governo elaborado com vistas à estabilização, reafirmando que a economia de Angola continuaria a ser organizada com base nos princípios "socialistas", mas prevendo-se a introdução de substanciais reformas no seu sistema de gestão.

O SEF previa, em particular, para o setor privado, um papel mais significativo na economia, com flexibilidade no sistema de preços, uma ação mais descentralizada na planificação econômica e, para as empresas integrantes do setor público, maior autonomia de gestão. O programa também previa medidas visando à redução do déficit orçamentário e à correção de desequilíbrios financeiros até então diagnosticados.

Esse programa representaria, na prática, a primeira medida concreta de reorientação da economia de Angola, um verdadeiro "ponto de inflexão", que daria início ao caminho de volta para o capitalismo e para a "economia de mercado", processo esse que exigiria, no mínimo, mais cinco anos da história do novo país.

5.2.3. Os Institutos de Gestão Econômica

As instituições políticas e econômicas implantadas em Angola orientaram-se por três princípios fundamentais:

(i) o princípio da "gestão unificada", cujo propósito era oferecer um sentido único à vida política, econômica e social do país, em todos os níveis, inclusive nas unidades administrativas, setoriais ou regionais;

(ii) o princípio do "centralismo democrático", que visava a fazer com que as decisões adotadas pela administração nacional superior obrigassem as unidades de menor hierarquia, e que cada unidade desenvolvesse os meios necessários para implementar estas decisões em sua própria área de competência; e

(iii) o princípio da "planificação", que pretendia definir prioridades nacionais, assegurar a coordenação econômica intersetorial e selecionar os usos alternativos mais eficientes dos fatores de produção.

A partir deste conjunto de princípios, criou-se uma estrutura burocrática-administrativa, assentada em bases legais, com relativa sofisticação, que regulava quase todas as decisões. Os princípios da "gestão unificada" e do "centralismo democrático" pressupunham a presença do MPLA-PT nas unidades administrativas e de produção, em seus mais diversos níveis de organização.

A efetiva presença das estruturas partidárias em todos os níveis de atividade administrativa e econômica (central, administração pública, autoridades regionais e locais, áreas residenciais, empresariais, associações laborais etc.) respondia pela solução de todos os conflitos e subordinava ao seu poder político todas as demais autoridades.

Criou-se uma cultura de dependência e de subordinação nas relações hierárquicas das unidades administrativas, embasada nos princípios fundamentais, que trouxe, aparentemente, como conseqüência, um processo decisório vagaroso e uma aplicação lenta de políticas e programas econômicos.

Em alguns casos, observava-se, até mesmo, uma paralisação quase completa dos processos decisórios no âmbito do Estado, uma vez que as medidas a serem tomadas passavam, em sua maioria, por consultas a órgãos superiores e dependia de aprovação do órgão estatal supervisor, quando não de vários órgãos com interesses divergentes entre si.

Regulamentos detalhados especificavam a organização, as funções e as responsabilidades de todos os órgãos da administração pública, bem como as formas de intervenção da administração nas áreas principais da política econômica (controle de preços, concessão de licenças para praticamente todas as atividades econômicas, planificação, investimento etc.).

A estrutura burocrática prevalecente injetava assim uma grande rigidez e complexidade na gestão econômica e não considerava a falta de administradores públicos devidamente treinados para operacionalizá-la, demonstrando que não estava adaptada à realidade da vida econômica angolana, como se fora um produto estranho, um molde criado e ao qual a realidade deveria se adaptar.

Como resultado, problemas graves de ineficiência e falta de coordenação no sistema de controles burocráticos em que se baseava a gestão da economia eram lugar comum em Angola.

Não é de surpreender, portanto, que a motivação dos servidores civis, mesmo nos níveis hierárquicos mais altos, se visse afetada por sobreposições de responsabilidade, pela interferência das estruturas do partido nas decisões de rotina do governo e por baixos níveis de remuneração (a despeito dos “fundos” de bens de consumo que foram criados em muitos organismos estatais visando a vender, ao funcionários, a preços oficiais, produtos que serviam para elevar o poder aquisitivo dos salários).

Paradoxalmente, essa regulamentação excessiva e a aguda centralização da administração pública e da política econômica resultaram na generalização da indisciplina e na fragmentação do poder dos órgãos superiores.

Os ministérios e outros órgãos e empresas públicas importantes tenderam a transformar-se em entidades auto-suficientes, em quase autarquias, cujas alçadas se confundiam com as de outras unidades.

Para contornar os múltiplos pontos de estrangulamento e os regulamentos, tanto os órgãos do Estado como os servidores civis não hesitaram em adotar verdadeiros “esquemas”, no âmbito do que poderia ser chamado de “mercado paralelo” institucionalizado.

Os exemplos a seguir permitem ilustrar alguns dos aspectos das operação deste “mercado”.

Órgãos do governo (ministérios, por exemplo), diante dos problemas de escassez de produtos básicos para seus funcionários, originados do sucateamento progressivo da estrutura produtiva interna, chegaram a criar fazendas por eles próprios operadas e financiadas. Isso resultou não apenas na fragmentação de poder (por exemplo, os órgãos responsáveis pela gestão rural se viam enfraquecidos), mas na duplicação de esforços, no desperdício de recursos e na perda de sentido da planificação econômica centralizada (inclusive porque, em muitos casos, essas operações autárquicas escapavam inteiramente do controle do plano).

Determinados órgãos que não conseguiam obter licenças de importação e recursos cambiais por meio dos canais regularmente estabelecidos (mesmo aqueles órgãos e empresas geradores de divisas que, às vezes, também estavam sujeitos à restrição) entravam em acordo com empresas integrantes do "enclave petrolífero" que recebiam receitas em divisas, mas que necessitavam de "kwanzas" para suas operações internas.

Através desses entendimentos, a empresa do "enclave" importava, por exemplo, um automóvel, a ser pago em kwanzas pelo órgão do governo. Assim, os recursos cambiais gastos na operação não passavam pelo Banco Nacional de Angola (o BNA) e os regulamentos referentes à concessão de licenças de importação e de recursos cambiais eram contornados.

Essas operações continuaram a ocorrer até os últimos dias que precederam as eleições de 1992 e passaram a envolver, também, empresas estrangeiras de outros setores (construção civil, serviços diversos) que prestavam serviços ao governo angolano, sempre com o intuito de obter divisas e contornar as dificuldades impostas pelo excessivo centralismo.

5.2.4. Planejamento Econômico Central

A gestão econômica em Angola fundamentou-se, então, inteiramente na planificação centralizada, com exceção das empresas do "enclave" e, naturalmente, dos "esquemas" e do "mercado paralelo", como será esclarecido adiante.

Foram criados quatro níveis básicos de planificação econômica: o nacional, o setorial, o provincial e o das unidades de produção e de certas instituições do governo (por exemplo: hospitais, escolas, instituições científicas, etc.).

É fato reconhecido que Angola jamais teve um plano Nacional preparado para o médio ou o longo prazos. Todos os planos elaborados tiveram no máximo expressão anual. As pretensões de longo prazo não passavam de simples enunciados estratégicos, de pretensões divulgadas em discursos nos plenários do partido ou em seus congressos, sem especificar prazos, meios e condições para atingi-las.

Segundo os regulamentos governamentais, os planos anuais elaborados a nível nacional deveriam incluir indicadores e programas em áreas como as seguintes: i) projeções de crescimento do Produto Social Global e do Rendimento Nacional Disponível;; ii) orçamentos para receitas e despesas cambiais (importações, exportações, dívida externa, etc.); iii) um programa financeiro agregado que incluísse o orçamento do Estado, a política de crédito e a dívida externa; iv) um programa de balanços que especificasse a oferta e o plano de distribuição de bens essenciais para consumo ou utilização na forma de insumos para a atividade produtiva; v) um programa para o comércio interno; vi) um programa para os investimentos e as atividades de construção civil; vii) um programa para os setores de transporte e de comunicações; viii) um programa de emprego e salários; e ix) um programa para a produção de bens e serviços de alta prioridade. Na prática, nem todas esses itens integrantes do plano foram incluídos anualmente.

A experiência angolana quanto ao sistema de planificação econômica, não obstante o grande esforço de algumas autoridades e os avanços econômicos colecionados nos primeiros anos de aplicação, mostrou-se insatisfatória. O fato de jamais terem sido preparados planos a médio ou longo prazos, com consistência e organização, que servissem de base para os planos anuais, impediu a existência de coordenação de planos e de um norte para o desenvolvimento de longo prazo.

Os planos anuais pautaram-se por uma elaboração incompleta e irrealista, tanto no que dizia respeito às suas metas como nos pressupostos para sua implementação. Mais grave, entretanto, é o fato de que o controle da execução desses planos foi, em geral, inadequado e o grau de realização das metas planejadas mostrou-se muito aquém do desejado. Observações empíricas e declarações de autoridades revelaram que, em muitos casos, os resultados alcançados sequer superaram os cinqüenta por cento do previsto.

Muitos fatores podem servir para explicar a ineficácia e mesmo a ineficiência do sistema de planificação econômica em Angola. Um fator decisivo, seguramente, foi a forte influência que as oscilações do mercado mundial de petróleo exerceram sobre a economia angolana. As cotações internacionais do petróleo tinham razoável efeito sobre as receitas orçamentárias e sobre as importações de bens de consumo, de investimento ou para uso como insumos ou peças de reposição nas unidades de produção.

Com a abrupta queda nos preços do petróleo, no período 1985/86, por exemplo, foi necessário que as autoridades revissem completamente o plano anual de 1986 o que, no entanto, não evitou que houvesse um forte aperto cambial por erro de previsão, levando à adoção de profundos cortes nas metas propugnadas para a produção e oferta de bens para a população.

Um outro problema que sempre afetou o processo de planificação econômica foi, sem dúvida, a falta, em todos os níveis, de pessoal qualificado para ocupar-se das complicadas tarefas de preparação, execução, acompanhamento e avaliação dos resultados dos planos.

A base estatística necessária à preparação de projeções e metas para os planos eram até bem pouco tempo completamente inadequada, sobretudo pelo despreparo do pessoal, falta de instrumentos de processamento e coleta e mesmo pelo uso incorreto de metodologias, testes e controles. Muitas empresas angolanas sequer dispunham de sistemas contábeis adequados e atualizados de modo a atender os requisitos da planificação.

Um outro importante motivo para a inexpressividade do uso dos planos em Angola certamente foi a indisciplina na sua execução, inexistindo, por exemplo, um sistema de recompensas para o atingimento das metas ou a previsão de penalidades para os casos de inefetividade. Muitas decisões importantes em matéria de importações, financiamento, investimentos, adotadas tanto no nível ministerial quanto das empresas, não levavam em conta as metas, as limitações e as normas estabelecidas nos planos anuais.

Pode-se dizer que o planejamento utilizado em Angola não obteve, ao longo de sua aplicação, níveis sequer razoáveis de eficiência econômica, sobretudo pela sua incapacidade de reconhecer a função do sistema de preços como elemento assegurador de eficiência na utilização de recursos e na avaliação do comportamento das unidades produtivas.

Há numerosos exemplos, coletados empiricamente, de casos de ineficiência e desperdício nas atividades planificadas. As unidades produtivas, por exemplo, não contavam com qualquer estímulo para reduzir os custos de produção, melhorar a qualidade de seus produtos ou produzir bens para os quais a procura a preços correntes era maior (exceto quando esses bens pudessem ser desviados para os "mercados paralelos").

A falta de concorrência, naturalmente, limitava severamente as pressões para um melhor comportamento do lado da oferta. Em muitos casos, importar uma máquina ou um veículo era muito mais fácil do que reparar os existentes, o que levou Luanda, por exemplo, a se transformar num cemitério vivo de veículos de toda espécie que lá restavam, abandonados, nas ruas, servindo a um processo de "canibalismo". Também, era possível encontrar empresas e instituições contando com equipamentos importados avançadíssimos que simplesmente não eram operados por falta de treinamento ou conhecimento da mão-de-obra.

A atividade de muitas empresas foram freqüentemente interrompidas por carência de peças sobressalentes (ao que se somavam os problemas já normais de falta de energia ou de água, causados pela guerra) e o uso de recursos cambiais para a importação de bens e serviços que não contribuíam para um aumento significativo da produção ou do bem-estar dos consumidores era comum.

Ao final de cada exercício, a folha de pagamento (sobretudo) e as condições mínimas para a existência da empresa e de seus funcionários eram providas pelo sistema centralizado, que, carreando recursos de outros setores (especialmente do petróleo), sustentava o funcionamento ineficiente e ineficaz daquela economia.

A aplicação do planejamento econômico implicava, evidentemente, em uma gestão econômica por meio de controles administrativos ou burocráticos. A enorme quantidade de controles, frutos dos princípios institucionais em vigor, resultava num extremo centralismo no processo de decisão econômica, prejudicando a coordenação intersetorial e, em conseqüência, as próprias atividades de planificação.

A bem da verdade, considerando esses problemas típicos do sistema, a importância dos controles burocráticos parecia maior, até mesmo, que a da planificação em si mesma. As decisões eram freqüentemente tomadas "ad hoc" dos problemas e implicações concretos, ao invés de se fundamentarem em objetivos consistentes e em claras normas e prioridades do plano.

Os dirigentes das empresas, por exemplo, gastavam de modo desordenado, o seu tempo em atividades de negociação com os ministérios de seus setores e com outras autoridades, não obstante na maioria das empresas existirem "gabinetes do plano", onde profissionais supostamente capacitados (mas, na verdade, indicados pelo partido por critérios políticos) gerenciavam a elaboração e a execução dos planos, realizando também uma espécie de "auditoria pública independente".

O êxito de uma empresa ou unidade produtiva angolana dependia muito mais da capacidade de seus administradores de obterem decisões favoráveis das autoridades superiores que dos esforços envidados para incrementar a eficiência das operações por meio de reduções de custos, melhorias de qualidade dos produtos, expansão do volume da produção etc.. A incapacidade das autoridades centrais de proporcionarem recursos cambiais, peças de reposição, matérias-primas ou outros insumos freqüentemente era aproveitada por muitos dirigentes como pretexto para se exonerarem daquilo que, de outro modo, seria sua responsabilidade.

5.2.5. Utilização de Divisas Estrangeiras

Dado o fato da economia de Angola depender em grande escala de importações, a distribuição dos recursos cambiais desempenhava um papel primordial no processo de planejamento econômico. As disponibilidades de recursos cambiais e os métodos empregados para a sua distribuição exercia, sobre o consumo e a produção, uma influência extremamente forte, mais que qualquer outro componente do plano.

Os recursos cambiais eram atribuídos administrativamente, segundo prioridades econômicas e sociais (e, em muito casos, conforme declarações muitas vezes ouvidas em nossas observações empíricas, por influência política).

Com exceção de algumas empresas (sobretudo as atuantes nos setores do petróleo ou da mineração) que retinham suas receitas cambiais e operavam fora do processo de atribuição oficial das reservas cambiais, as firmas que auferiam moeda estrangeira com suas exportações deviam entregar todas suas receitas ao Banco Nacional de Angola à taxa de câmbio oficial (US$1 igual a kz29,95, de 1975 até 1991).

Uma determinada empresa ou instituição que necessitasse de recursos cambiais deveria, primeiramente, obter a aprovação do ministério que supervisionava as suas atividades (autorização dada pessoalmente pelo ministro). Teoricamente, tal aprovação dependia do uso de moeda estrangeira de acordo com o plano ou orçamento cambial. Recebida a aprovação, a empresa deveria, então, requerer ao Ministério do Comércio Externo a concessão de uma licença de importação, a qual, se concedida, permitiria à empresa apresentá-la ao Banco Nacional, juntamente com um cheque de valor equivalente, em kwanzas, ao montante em moeda estrangeira desejado, pedindo a liberação desses recursos cambiais.

Ao longo dos períodos de escassez cambial, como ocorreu, por exemplo em 1981/82 e de 1986 até o fim do período analisado neste trabalho, as empresas que dispunham de licenças de importação ou mesmo aquelas que geravam suas próprias divisas e as entregavam ao Banco Nacional, tiveram, em muitos casos, recusado o seu direito de adquirir moeda estrangeira.

O orçamento cambial era preparado anualmente pelo Ministério do Plano, com a assistência do Banco Nacional de Angola, do Ministério do Comércio Externo e do Ministério dos Petróleos (este, sobretudo, pela influência do setor na geração de receitas e para a definição de prioridades que garantiriam as operações em sua área).

O Ministério das Finanças não desempenhava um papel direto neste processo que envolvia, basicamente, três etapas: primeiro, a projeção das receitas de exportação, cuidando-se especialmente do setor do petróleo e, depois, de outros geradores de recursos cambiais produtivos (mineração, cimento, pescas). Preparavam-se, também, previsões sobre as entradas de capital.

A segunda etapa consistia em fazer a atribuição de recursos cambiais para as rubricas dos serviços da dívida externa, dos custos de exploração petrolífera e diamantífera, da assistência técnica, dos transportes internacionais e das operações das embaixadas.

No processo de planificação econômica, tais rubricas eram denominadas "custos fixos".

A terceira etapa planificava as importações, dividindo-se as mercadorias em quatro categorias: as de consumo direto (envolvendo principalmente alimentos), a de consumo intermediário (insumos industriais e agrícolas), a de consumo social (educação, saúde e cultura) e a de administração estatal. Estabeleciam-se prioridades entre as categorias e limites para as importações.

Desde o princípio e até os acordos de paz de 1991, os setores da defesa, da agricultura e da comercialização rural gozavam, juntos, de alta prioridade na definição dos recursos cambiais. Não é preciso dizer que essa "prioridade" era privilégio maior da defesa que dos outros dois setores concorrentes.

Dentro de cada categoria, estabeleciam-se limites mais específicos para certos produtos que constituíam insumos de bens estratégicos. Embora o Ministério do Plano desempenhasse uma função primordial na montagem do orçamento cambial, era o Banco Nacional quem se responsabilizava por sua completa execução, estabelecendo os volumes cambiais para cada trimestre do ano planejado e recebendo, sobretudo por parte dos ministérios, relatórios mensais sobre seus dispêndios cambiais.

Os planos anuais, em geral, não especificavam um limite para o endividamento externo, nem estabeleciam diretrizes para a estrutura dos termos da dívida. Entretanto, planificava as despesas com o serviço da dívida e as novas entradas de crédito externo (naturalmente quando era possível fazer previsões). Quando as importações eram financiadas com crédito externo, o Banco Nacional desempenhava função essencial na negociação dos termos da dívida. Em muitos casos, o BNA oferecia seu aval para garantia da dívida externa dos organismos importadores angolanos.

No princípio, o Banco Nacional não atribuía maior atenção à estrutura dos termos da dívida externa e tinha, como norma, a tentativa de obtenção de financiamentos a médio prazo junto a credores comerciais, financiamentos esses, muitas vezes garantidos por agências de crédito à exportação. Mais recentemente, entretanto, sobretudo como reação à crise cambial posterior a 1986, o BNA criou uma divisão especialmente encarregada da recolha de dados sobre a dívida externa e sobre o processo de negociação da dívida, com o propósito de conferir maior harmonia entre os termos e a capacidade de satisfazer o serviço da dívida.

5.2.6. Sistema de Preços

Praticamente todos os preços dos bens e serviços no mercado oficial eram controlados pelo governo. O sistema de preços controlados era administrado pela Direção Nacional de Preços, pertencente ao Ministério do Plano. O Ministério das Finanças e os ministérios setoriais também participavam, freqüentemente, das decisões sobre o controle de preços. Os preços de diversos produtos (os chamados produtos regionais) eram fixados ou controlados no nível regional pelos Comissariados Regionais. A responsabilidade pela fiscalização e supervisão dos preços controlados cabia à Direção Nacional de Inspeção e Investigação das Atividades Econômicas, vinculada ao Ministério do Interior.

A política angolana de controle de preços dividia-se em quatro "regimes" (nos termos dos decretos 17/84 e 18/84). Aplicava-se um "regime de preços fixos" aos bens e serviços essenciais, entre os quais, por exemplo, os gêneros de primeira necessidade, vestuário, calçado, sabão, aluguéis residenciais, água e eletricidade, derivados de petróleo, cimento, tabaco, sisal e algodão. Estes preços eram fixados no nível nacional e eram uniformemente praticados em todas as regiões. A sua aprovação cabia ao Conselho de Ministros, mediante proposta formulada pelo Ministério do Plano. Em princípio, a distribuição de produtos com preços fixos baseava-se no plano anual e em decisões administrativas que especificavam os volumes, as origens e a utilização de tais produtos.

O segundo "regime" era o "de preços controlados", abrangendo grande número de produtos agrícolas, matérias-primas e serviços que, embora fossem considerados importantes, não estavam sujeitos a uma rigidez absoluta de preços. Em sua maioria, os "preços controlados" especificavam preços máximos ou preços mínimos a serem praticados. Nesse regime, os preços eram fixados por meio de decisões dos Ministérios do Plano e das Finanças, e dos outros setores pertinentes.

Os dois "regimes" restantes aplicavam, respectivamente, uma "margem comercial fixa" e "preços declarados" aos produtos. No primeiro caso, destinado a uma grande variedade de produtos, os preços eram estabelecidos por meio de especificações de margens de comercialização.

Essas margens levavam em consideração os custos de transporte e de distribuição. No “regime de preços declarados”, os preços dos bens e serviços deviam ser previamente levados ao conhecimento do ministério pertinente e por este aprovados. O sistema era aplicado a todos os produtos e serviços não incluídos nos demais “regimes”.

Os preços dos bens e serviços deveriam sofrer, em princípio, individualmente, a influência de um imposto de circulação e de subvenções à produção. De acordo com as intenções originariamente anunciadas pelas autoridades, os níveis do imposto de circulação e as subvenções deveriam ser altamente diferenciados com o fim assegurar: (i) um equilíbrio entre as receitas e as despesas de consumo da população; (ii) um equilíbrio entre a oferta e a procura de bens e serviços específicos; (iii) preços relativamente maiores para bens menos essenciais e preços subvencionados para ‘bens preferenciais’ considerados de alta prioridade social; e (iv) uma lucratividade adequada para as empresas dedicadas às atividades de produção e distribuição.

Previa-se, portanto, uma certa funcionalidade operacional ao sistema de preços, servindo como instrumento de alocação quando combinado com uma certa estrutura tributária. Entretanto, não se chegou a introduzir, em todo o período analisado, um sistema generalizado e coerente de impostos de circulação, de acordo com as diretrizes básicas da política de preços proposta. Simultaneamente, as subvenções que se concediam no período visavam a atender mais às necessidades de financiamento das empresas produtoras do que a objetivos de uma política de preços bem definida.

A política de preços foi, seguramente, uma fator importante na determinação das dificuldades que a economia angolana enfrentou desde a libertação. Dada a generalização dos controles e a rigidez de sua aplicação, resultando em clara ineficiência do sistema, os preços não podiam desempenhar a importante função alocativa na utilização dos recursos e no equilíbrio entre a oferta e a demanda agregadas.

O simples fato da taxa de câmbio (um importante “preço” da economia) ter permanecido sem qualquer ajuste por mais de quinze anos, a despeito dos sucessivos planos que previam como absolutamente necessária sua modificação, é um indicador seguro de anomalias nesse sistema. Produtos importados tinham seus preços internacionais simplesmente convertidos ao câmbio oficial, desconsiderando-se seus custos relativos, sua escassez etc.

Os preços controlados de um número significativo de produtos, encontrados em 1991, ainda eram os mesmos da época imediatamente posterior à libertação. Os ajustes de preços efetuados em mais de quinze anos foram muito moderados relativamente ao incremento da renda nominal da população.

Algumas estatísticas monetárias poderiam fornecer uma indicação aproximada do aumento do poder aquisitivo da população, no período de 1980 a 1985, não fosse, por esta época, parcela expressiva da remuneração do trabalho desmonetizada (os salários eram pagos, como explicado adiante, em cupons de acesso a lojas do governo, sendo apenas parte paga em moeda nacional).

Segundo dados do BNA, a massa monetária em poder da população aumentou, neste período, em 160%, enquanto que a base monetária no conceito M2 aumentou em 180%. Na mesma época, dado o contínuo sucateamento do parque produtivo (somado, posteriormente, às dificuldades para importar) a oferta real de bens e serviços não aumentou expressivamente, e, pelas informações analisadas (dados sobre produção e importações), até diminuiu.

Por outro lado, não existiam, no período, razões econômicas aparentes (tais como aumentos nas taxas de juros ou expectativas de queda de preços) que sugerissem que a velocidade de circulação da moeda tivesse se reduzido voluntariamente em magnitude expressiva. Nessas condições, e considerando a Teoria Quantitativa da Moeda, se os preços não tivessem sido controlados, certamente teria ocorrido uma inflação oficial média superior a 20% ao ano durante os anos analisados. Todavia, os dados disponíveis indicam que tal não foi reconhecido, pois muitos preços não mudaram entre 1975 e 1991 e os ajustamentos que ocorreram foram, em sua maioria, comparativamente modestos.

Os preços relativos vigentes na economia também revelavam fortes distorções. O cesto de produtos oferecido nos estabelecimentos de varejo freqüentemente não correspondia à estrutura de preferências do consumidor aos preços oficiais. As distorções de preços estimulavam artificialmente o consumo de bens com preços relativos mais baixos, provocando escassez. Um exemplo, facilmente perceptível ao estrangeiro visitante de Angola em 1990, era o incentivo artificial ao consumo de gasolina e a outros produtos derivados do petróleo, cuja oferta era ampla e cujos preços eram insignificantes quando comparados com os preços de outros bens no mercado paralelo.

Enquanto, oficialmente, o litro de gasolina parecia ter seu preço equilibrado em relação aos praticados em outros países (também produtores de petróleo), em termos de comparação com os preços de outros produtos existentes no "mercado paralelo" era infinitamente mais baixo, revelando substancial distorção.

Se algum realismo de preço fosse praticado nesse período, seguramente haveria ganhos de bem-estar, pois alterações no padrão de consumo de certos produtos levaria a uma realocação na economia que, eventualmente, possibilitaria uma maior diversificação da oferta, mesmo que dependente de produtos quase que totalmente importados.

A produção de bens com preços relativos artificialmente baixos também sofria desestímulo, pois produtores internos não forneciam (ou forneciam pouco) determinados produtos aos mercados oficiais porque esses proporcionavam retorno muito baixo. Também não existia a possibilidade de vender esses produtos no "mercado paralelo", posto que, como um outro produto qualquer tinha preço mais alto na "kandonga" (denominação do "mercado paralelo" em dialeto local), era interessante reduzir a produção dos bens mais baratos e substituí-los por bens mais caros. Em conseqüência, os mercados oficiais não eram abastecidos pelos bens baratos (que se tornavam escassos e tinham que ser importados), enquanto os mercados paralelos recebiam bens lá valorizados. Eventualmente, uma correção de preços desses produtos, fazendo seu preço relativo se aproximar da relação existente nos mercados internacionais, pudesse beneficiar os consumidores e as relações entre produção e distribuição.

A estabilidade artificial imposta pelo controle de preços e um aumento rápido dos saldos de caixa em poder dos consumidores resultaram em crescentes diferenças entre a oferta e a demanda de praticamente todos os bens e serviços no mercado oficial. A inflação não reconhecida oficialmente era traduzida em filas, de modo que foi necessário introduzir um severo racionamento da maioria dos bens essenciais.

Muitas vezes, os bens racionados só eram vendidos uma vez por mês a cada trabalhador, com as quantidades entregues variando de mês a mês e só sendo entregues aos portadores de cartões ou cupons de racionamento conforme a disponibilidade de oferta. Essas quantidades eram sempre muito pequenas em relação à demanda. Houve meses, segundo relatos de autoridades e segundo observamos, que simplesmente não existia oferta de certos bens racionados.

Os bens que não eram submetidos a racionamento só esporadicamente eram oferecidos nos estabelecimentos oficiais de varejo ou simplesmente não apareciam (o que era muito comum).

A escassez generalizada de praticamente todos os bens e serviços produziu algumas reações práticas oficiais de interesse econômico, como, por exemplo, a criação, pelas autoridades, de estabelecimentos especiais para trabalhadores de maior hierarquia, responsável pela estrutura política, pela administração pública e pela gestão empresarial (os chamados “técnicos superiores”).

Nesses estabelecimentos especiais, a possibilidade de obtenção de bens de consumo a preços oficiais era muito maior que nas lojas oficiais que serviam ao resto da população (as chamadas “lojas do povo”, criadas já nos anos iniciais do regime). Houve, todavia, a fixação de limites para os gastos mensais de cada beneficiário nessas lojas especiais, dependendo do seu nível hierárquico.

O cesto de produtos encontrado nas lojas especiais, entretanto, geralmente não correspondia à estrutura da demanda. Os consumidores que tinham acesso a estas lojas tendiam a comprar determinados bens em relação aos quais existia oferta suficiente (e que possuíam algum grau de liquidez), a preços especiais, e trocá-los mais tarde no “mercado paralelo”, por produtos de que necessitassem mas que eram escassos nos mercados oficiais.

Isso conduziu à eleição de um ou alguns produtos (com o privilégio da “cerveja em lata”, importada, geralmente muito demandada) para a condição de “moeda” ou “quase-moeda”, de ampla aceitação no “mercados paralelo”.

De posse de um engradado de cerveja, por exemplo, já na saída dos estabelecimentos especiais, o consumidor podia obter moeda nacional (kwanzas), moeda estrangeira conversível (geralmente o dólar, cuja circulação só seria tolerada a partir de 1992, porém certamente um ativo presente nas mãos dos cidadãos desde a libertação), moeda portuguesa (o escudo, cuja liquidez sempre foi muito alta no país, graças ao fato de boa parte da oferta dos mercados paralelos ser proveniente da ex-metrópole), um “outro produto” do seu interesse imediato ou mesmo um “outro bem”, de maior ou menor liquidez, que, mais tarde, serviria de “moeda” para uma outra transação ou escambo.

Com o passar dos anos (e à medida em que os mercados paralelos se consolidavam, tornavam-se fixos geograficamente e sofriam menor perseguição da polícia, como esclareceremos em seguida - a rigor a perseguição só cessou em 1992), essa quadro se cristalizou e foi estendido até mesmo aos “esquemas” envolvendo organismos oficiais.

Por exemplo, um trabalhador interessado em fazer uma viagem para Portugal ou para o Brasil, obtinha uma passagem aérea mediante o uso de um ou dois engradados de cerveja. Isto era possível porque a compra da passagem só podia ser feita, e em kwanzas (a preços subsidiados), pelo órgão oficial ao qual pertencesse o trabalhador. Este, tendo acesso aos produtos das lojas especiais, trocava-os por divisas (muitas vezes necessitada pelo órgão ao qual pertencia), aos preços do mercado paralelo. Depois, adquiria kwanzas, junto ao próprio organismo público onde trabalhava, possibilitando a compra da passagem aérea.

Observações empíricas permitiram compreender esses “esquemas” nos idos de 1991. Dois engradados de cerveja, com aproximadamente 20 unidades, estavam cotados, por exemplo, a US$20.00 (vinte dólares) no mercado paralelo. Esses dólares, quando adquiridos pelo organismo público a que pertencia o trabalhador, lhe valiam a importância de aproximadamente kz60.000,00 (à cotação de kz3.000,00 por um dólar, no mercado paralelo, nessa época).

Com essa “riqueza”, o trabalhador podia “reembolsar”, em kwanzas, o caixa da empresa em que trabalhava por ela ter comprado a passagem aérea, pela qual pagara à empresa oficial de transportes (a TAAG - Transportes Aéreos de Angola), emissora da passagem (que, depois, por endosso, era transferida à VARIG ou à TAP) a importância de, digamos, US$1,800.00 (um mil e oitocentos dólares). Só que essa importância em dólares era paga pela empresa utilizando a cotação oficial (US$29,95 por dólar), despendendo um total de kz53.856,00 (cinqüenta e três mil, oitocentos e cinqüenta e seis kwanzas), menos que o valor dos dois engradados de bebida.

A partir dessa situação, foi possível compreender o porquê de muitos funcionários relativamente subalternos com quem tivemos contato nos organismos oficiais, em 1990, já terem visitado o Brasil ou a Europa várias vezes, algo inacessível, por exemplo, a um trabalhador médio no Brasil.

Oportunamente, outros bens passaram a ser adquiridos mediante o emprego destes “esquemas”, aumentando a freqüência dessas transações à medida em que se aproximava o fim do regime centralizado e se caminhava para a economia de mercado.

Automóveis de luxo de fabricação asiática, computadores e equipamentos avançados de uso pessoal, móveis de luxo e muitos outros bens importados eram adquiridos pelas empresas, via canais oficiais, e reembolsados pelos trabalhadores (sobretudo os de maior hierarquia) mediante esse artifício. Era possível, por exemplo, visitar residências, em 1992, relativamente destruídas por fora (graças à ausência de reformas e de construção no período), porém completamente luxuosas e confortáveis por dentro, dotadas de produtos de última geração, todos adquiridos pelo emprego do “esquema” ou pelas viagens freqüentes ao exterior possibilitadas também pelo mesmo “esquema”. O ano de 1992, aliás, foi pródigo nessas operações, justamente por se tratar do primeiro ano eleitoral do país.

Embora recusando-se a aceitar oficialmente essa situação, sobretudo para não reconhecer as deficiências do sistema (muitos gestores e autoridades com quem tivemos contato, traziam, freqüentemente, engradados de cerveja no porta-malas de seus automóveis), lentamente o governo procurava melhorar as condições da oferta de produtos, não obstante a contínua e crescente dependência do país de produtos importados (agravada, no final do regime, com o sucateamento quase completo do parque produtivo nacional).

Na metade dos anos oitenta, foi autorizada, também a instalação de lojas especiais para vender produtos cotados em divisas (as chamadas “lojas francas”, onde a variedade de oferta era enorme) destinadas, oficialmente, a atender funcionários estrangeiros, viajantes e diplomatas. Todavia, a maioria dos freqüentadores dessas lojas eram trabalhadores que possuíam “ilegalmente” moedas estrangeiras (dólar, escudos), sobre as quais não se investigava a origem, ou as próprias empresas do governo angolano que, numa etapa posterior, chegaram mesmo a fornecer cupons a seus funcionários mais graduados para que adquirissem bens nesses estabelecimentos. Uma grande proporção dos bens comprados nas lojas que operavam com divisas era canalizada para o mercado paralelo (especialmente a cerveja em seu importante desempenho como “moeda paralela”).

As empresas estrangeiras pertencentes ao “enclave do petróleo” e outras instituições estrangeiras (prestadores de serviço, embaixadas) também criaram estabelecimentos especiais para os seus trabalhadores. Nessas lojas, a oferta, a preços oficiais, de bens de consumo importados era comparativamente diversificada.

Nas empresas produtivas, em particular nas do setor industrial, cada trabalhador beneficiava-se da oportunidade de comprar, a preços oficiais, certa quantidade do que estas empresas produzissem. Tal prática, conhecida em Angola por “autoconsumo”, chegava mesmo a figurar como rubrica nos planos anuais, aplicando-se não apenas a bens de consumo (cerveja, tabaco, alimentos, tintas, cimento etc.), mas a muitos produtos intermediários.

Empresas produtoras de bens que não podiam ser facilmente vendidos no mercado paralelo (por exemplo, barras metálicas) substituíam o “autoconsumo” de seus produtos pela criação de lojas especiais do tipo acima descrito. Grande proporção dos bens comprados no sistema de “autoconsumo” destinava-se a transações em espécie (escambo) ou era vendida no mercado paralelo, possibilitando gerar recursos para a compra de outros tipos de bens escassos.

Também, em reação às carências de bens nos estabelecimentos oficiais, algumas empresas públicas estabeleceram entre si “acordos de troca” a fim de melhorar e diversificar a oferta de bens de consumo aos seus empregados ou, mais raramente, para evitar estrangulamentos de produção causados por dificuldades na obtenção de insumos.

Alguns ministérios, empresas e outras organizações estabeleceram não apenas lojas especiais de varejo, como também suas próprias fazendas e frotas especiais de ônibus (numa sociedade onde o transporte público era raro e de péssima qualidade, a despeito de ser gratuito) para servir exclusivamente aos seus funcionários. Estas entidades criaram oficinas mecânicas especiais para os seus veículos e, muitas vezes, passaram a realizar diretamente a importação de peças e componentes de que necessitam. Finalmente, o “mercado paralelo”, que será analisado em separado, desempenhava importante função como fornecedor também de bens intermediários e insumos escassos, muito embora a preços muito altos (relativamente aos oficiais e aos praticados em economias semelhantes sem tantos problemas de estrangulamento).

Uma outra conseqüência direta das deficiências do sistema de preços em Angola (que, numa análise parcial e incompleta pode parecer um fruto refletido do sistema de "planejamento central") foi a continua "desmonetização" da economia angolana à medida em que se institucionalizavam o sistema de lojas especiais, os subsídios e o "autoconsumo", dentre outras especificidades dessa realidade.

Para ter acesso às originais "lojas do povo", criadas pelo governo "socialista", o trabalhador angolano que tinha relação oficial de emprego, podia usar as notas de kwanzas que faziam parte de sua renda. Os produtos eram cotados em moeda nacional e a economia, concebida desta forma, continuava monetizada.

Com o passar do tempo e à medida em que eram criados os meios especiais de abastecimento (lojas especiais, "lojas francas", esquemas de "autoconsumo" dentre outros, conforme exemplificado acima) prosperou na economia angolana o uso de cupons ou vales que permitiam acesso a esses locais e aos bens ali ofertados.

A compra de combustíveis e derivados nas "estações de serviço", o acesso a medicamentos e uma infinidade de produtos passaram a ser pagos com o uso de cupons, de tal modo que a quase totalidade da remuneração dos trabalhadores era feita desta forma.

Esses cupons oficiais, a cerveja e outros produtos utilizados como "moeda" tornaram-se a marca registrada de uma economia crescentemente desmonetizada, em que pese a continuação da circulação do kwanza e mesmo do escudo português, este último tolerado e aceito oficialmente durante todo período em que estudamos essa realidade.

Somente em 1991, com as maciças transformações por que passou a economia, em seu trânsito para o capitalismo, a desmonetização dos salários foi adotada como medida oficial, ocasião em que os preços já estavam sendo flexibilizados e a inflação era reconhecida pelas autoridades (causando impactos sobre esses salários remonetizados e apresentando certa repercussão social na forma de reivindicação de ajustes, indexação, dentre outras).

Cabe lembrar aqui que as autoridades regionais e os ministérios setoriais nem sempre observaram a legislação dos preços controlados. Em certas províncias, os preços controlados realmente vigentes para certos bens e serviços diferiam dos preços fixados pelo Conselho de Ministros para todo o país.

Para ilustrar com um exemplo, nas províncias do sul do país, os preços nas lojas oficiais às vezes superavam em mais de duas vezes os preços determinados pelo governo. Outro exemplo de inobservância da legislação sobre preços é ilustrado pela decisão que o Ministério dos Transportes tomou em 1987, no sentido de aumentar os fretes rodoviários de mercadorias, numa completa desconsideração para com as disposições legais que estabeleciam regras de formação de outros preços, tendo como insumo esses fretes.

Cabe, finalmente, mencionar três importantes aspectos a propósito do controle oficial dos preços na economia angolana. Em primeiro lugar, as entidades e os ministérios com responsabilidades na área do controle de preços não estavam dotados da necessária informação e de capacidade técnica exigida para desempenhar satisfatoriamente essas funções. Também, não dispunham de equipamentos necessários ao processamento dos dados envolvidos nessa tarefa ou, se os possuíam, não tinham suficiente conhecimento de sua operação ou mesmo preocupações técnicas e cuidados metodológicos próprios a esse trabalho. Ademais, a coordenação das atividades dos diferentes ministérios e entidades que supervisionavam e estabeleciam controles de preços estava longe de ser eficaz.

Em segundo lugar, os preços dos produtos agrícolas angolanos sempre estiveram especialmente distorcidos, sobretudo por jamais terem sido ajustados às flutuações sazonais e choques de oferta que efetivamente ocorreram nesse período. Em Lubango, por exemplo, segundo informações obtidas em documentos oficiais, em dezembro de 1987, todos os produtos agrícolas encontrados nos mercados eram vendidos ao mesmo preço de kz100,00 por quilo, a despeito do fato de terem sido produzidos a custos e em locais diferentes, de estarem sujeitos a diferentes níveis de procura dos consumidores e de serem vendidos a preços fixos diferentes ente si nos estabelecimentos do Estado.

Finalmente, o sistema de preços controlados e a distribuição administrativa de bens sinalizam para a não existência de qualquer concorrência entre as empresas que operavam no mercado oficial. As margens comerciais fixadas oficialmente pelas autoridades eram freqüentemente muito amplas, o que, combinadas com a ausência de concorrência, constituíam numa das causas da ineficiência e de distorções injustificadas na distribuição da renda entre os agentes econômicos.

O reconhecimento oficial da diferença entre os preços "oficiais" e os preços do "mercado paralelo" levou muitos anos para ocorrer em Angola. Isto se deu até mesmo porque o governo recusava-se a aceitar "oficialmente" a existência dessa "anomalia" que simplesmente era excluída das análises econômicas oficiais, apesar das enormes evidências de sua existência.

A partir de 1991, como forma de executar os planos de estabilização postos em prática com o apoio de instituições internacionais (ONU, Banco Mundial, FMI), o governo foi obrigado não apenas a aceitar essa realidade, como passou a calcular um índice de preços e a construir estatísticas (as contas nacionais, por exemplo) que envolviam os preços do "mercado paralelo" .

Apenas para ilustração, no período entre janeiro de 1991 (início dos cálculos dos índices de preço) até agosto de 1993, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), os preços ao consumidor na cidade de Luanda registraram variações de 183% em 1991, 732% em 1992 e 582% nos primeiros oito meses de 1993, acumulando quase 16.000% de variação, numa média mensal de cerca de 17%.

5.2.7. Segmento Comercial

Em Angola, os comércios externo e interno eram estritamente regulados pelas autoridades governamentais.

Um sistema de comércio exterior dependente exclusivamente de mecanismos administrativos para concessão de licenças e para atribuição de divisas, somado ao desempenho insatisfatório das empresas de comércio internacional (com filiais instaladas em alguns países europeus e americanos, como o Brasil) constituíram causas importantes de ineficiência e dificuldade para o funcionamento do setor industrial produtivo e para a oferta de bens de consumo à população.

As falhas existentes na estrutura interna de distribuição, com vários pontos de estrangulamento, também foram causas de sérias dificuldades econômicas para o país.

A instituição do monopólio estatal de comércio exterior foi feita pelas autoridades angolanas ainda em 1976, liquidando totalmente a rede de relações anteriormente existente. Desapareceram as empresas privadas do setor (algumas abandonadas) e todas as importações e exportações passaram a ser feitas através de empresas estatais, na sua maioria especializadas por produtos. Essas empresas tinham sua base em Luanda, a partir de onde faziam contatos com as "tradings" e fornecedores internacionais, ou instalavam sucursais em praças fornecedoras importantes.

Dado o fato desse sistema funcionar com baixo nível de eficiência, impondo o ônus de sua ineficácia aos demais organismos produtivos (atrasos nos recebimentos, lentidão nas decisões etc.) o governo decidiu introduzir maior flexibilidade na organização do comércio externo, abrindo a importação a um número maior de empresas, inclusive autorizando a instalação de empresas privadas estrangeiras ou em "joint ventures" (a partir de meados dos anos oitenta) para se dedicarem às atividades de importação. Muitas empresas e organismos do governo, por seu turno, tiveram autorização também para realizar suas próprias compras no exterior, sobretudo se possuíssem divisas próprias.

É preciso reconhecer, entretanto, que a existência de um maior número de empresas atuando no setor não proporcionou maior concorrência entre elas, com eventuais benefícios em preços.

Todas as importações e exportações estavam sujeitas a licenciamento junto ao Ministério do Comércio Externo, baseado em limites definidos para diferentes unidades e empresas de diversos setores, sempre tendo em conta o orçamento cambial incluído no plano nacional e as prioridades atribuídas a diferentes categorias de produtos.

Considerando a insuficiente coordenação entre o Ministério do Comércio Externo e as autoridades do Banco Nacional, as empresas que obtinham licença de importação não tinham automaticamente garantido o recebimento dos montantes correspondentes em divisas, sobretudo no período de aperto cambial da segunda metade dos anos oitenta..

A rede de distribuição e de comércio interno, por sua vez, baseava-se fundamentalmente nas empresas do Estado.

Os bens, importados ou produzidos no país, eram inteiramente fornecidos e transportados para o comércio varejista por duas organizações nacionais: uma distribuidora de alimentos (a EDINBA Empresa Distribuidora Nacional de Bens Agrícolas) e uma distribuidora de bens industriais (a EDINBI Empresa Distribuidora de Bens Industriais) .

O comércio varejista, por seu turno, concentrava-se em três empresas, uma de alimentos (a EGROSBAL Empresa Grossista de Bens Alimentares); outra de produtos industriais (a EGROSBIND Empresa Grossista de Bens Industriais); e a terceira de outros bens (EGROMISTA). Uma grande parte das lojas oficiais estavam integradas em quatro empresas estatais (EREMISTA, EREBIMO, ENCODIPA e DINAPROPE).

Também, existiam outras categorias de estabelecimentos estatais, entre os quais lojas especializadas num produto em particular (por exemplo, pão ou pescado) ou lojas que serviam a um grupo particular de consumidores (por exemplo, o pessoal dos escalões hierárquicos mais elevados do partido e da administração pública, conforme já citamos).

Os mercados municipais e os comerciantes privados autorizados a operar no país também desempenhavam um papel expressivo na distribuição. Em 1984, segundo o Registo Nacional de Empresas, o setor do comércio interno incluía cerca de 50 empresas comerciais privadas, que empregavam aproximadamente 4.000 trabalhadores. Em contrapartida, 48 empresas públicas atuantes no setor empregavam cerca de 20 mil trabalhadores.

A totalidade das empresas deste segmento operavam com margens de preços fixas, reguladas pelo governo. Estas margens, a especialização das empresas e a severa escassez de produtos excluíam qualquer possibilidade de concorrência no sistema. Os comerciantes privados, por exemplo, não concorriam com as empresas públicas ou entre si porque o âmbito das suas atividades era severamente limitado, impedindo a obtenção de maior volume de mercadorias para transacionar.

As dificuldades que as ineficiências da área de distribuição e comércio interno criaram para a economia angolana eram objeto de queixas generalizadas, sendo, freqüentemente, seus gestores responsabilizados pelas escassez de bens.

É provável que, em muitos casos, os custos de operação das empresas comerciais fossem excessivos, que as empresas não correspondessem ao que delas se esperava e que a sua contribuição à produção interna estivessem longe de ser satisfatória.

Todavia, o funcionamento precário do sistema parecia decorrer muito mais de sua organização global que de deficiências individuais.

A produção agrária foi particularmente afetada pelas deficiências do sistema de distribuição. Durante o período colonial, os comerciantes desempenhavam papel importante no estímulo ao aumento da produção dos camponeses mediante sua ação de troca e intermediação de produtos agrícolas e de bens industriais de que as áreas rurais necessitavam.

O desaparecimento destes comerciantes logo após a libertação colonial constituiu uma causa importante do drástico declínio da produção agrária comercializada, provocando, inclusive, fome generalizada em algumas áreas do território.

As autoridades angolanas procuraram revitalizar a produção agrícola com a implementação de um programa especial de comércio e distribuição nas áreas rurais, atribuindo prioridade máxima ao fornecimento de bens que interessavam aos agricultores.

Estes bens eram vendidos a preços oficiais, contra a entrega de produtos agrícolas, também a preços oficiais. Todavia, a implementação do programa foi decepcionante, sobretudo tendo em conta os problemas de preços mencionados anteriormente. Em certos casos, não foi possível sequer atingir a metade das metas estabelecidas.

Considerando a ineficiência das empresas estatais de distribuição, os comerciantes privados foram chamados a participar do programa, porém tiveram suas atividades comparativamente limitadas, não só devido ao seu número reduzido, como também pelo fato de que a repartição dos bens industriais a serem permutados era decidida administrativamente e estava longe de ser adequada.

A solução para os problemas de distribuição e do comércio interno (e, em certo sentido, também do comércio externo) somente se encaminharia para uma solução no período entre 1989 e 1992, quando comerciantes estrangeiros (zairenses, brasileiros, portugueses) e angolanos passaram a ter toleradas suas atividades sem grande controle por parte das autoridades (inclusive do ponto de vista da entrada e saída de recursos financeiros no país).

A maior dificuldade desses agentes, nessa fase, foi comercializar com organismos oficiais, já que tinham problemas para receber seus pagamentos em divisas (bastante escassas, com exceção do escudo português) ou eram obrigados a receber em kwanzas, levando a moeda local para conversão no "mercado paralelo" (o que exigia fazer a venda dos produtos a preços superfaturados para compensar os custos cambiais, de modo que nem sempre tinham aprovadas essas operações nos organismos estatais responsáveis por sua supervisão - a menos que fizessem parte de "esquemas" pré-negociados).

Outra dificuldade desses comerciantes consistia no recebimento de "cartas bancárias de crédito" não confirmadas, cuja liquidação demorava, às vezes, até vários anos, quando não envolvia, eventualmente, empresas do "enclave petrolífero" que se responsabilizavam pela quitação.

Foi notável como esses comerciantes tiveram que se organizar para realizar negócios sem contrariar as disposições oficiais ainda em vigor. Muitos deles adquiriam produtos no exterior, administravam seu recebimento no porto ou aeroporto (quando não se responsabilizavam diretamente pelo transporte, para evitar desvios) e os mantinham em entrepostos próprios, fazendo entregas diretamente ao consumidores ou pequenos intermediários ou fornecendo aos vendedores que atuavam no "mercados paralelo".

Evitavam, deste modo, a abertura de lojas ou estabelecimentos comerciais que ou se enquadravam nas normas oficiais ou seriam considerados ilegais, praticantes de crimes contra a economia popular.

As primeiras lojas, obedecendo a padrões capitalistas, somente começaram a aparecer em Luanda nos primeiros meses de 1992, quando se observou também uma verdadeira explosão de lanchonetes, bares e restaurantes, muitos deles funcionando de maneira improvisada e precária. A legislação pertinente, entretanto, ainda não estava aprovada, porém o clima de liberdade em vigor transformou os dias e as noites da capital do país (agora sem o "toque de recolher"), no seu reencontro com o turismo e com as atividades sociais abertas.

O mercado (a concorrência) e a legislação logo aprovada encarregaram-se de ajustar esses estabelecimentos, porém, o mais interessante foi que esse movimento de transformações não estava restrito a pequenas operações, mas observou-se a rápida formação de uma rede de negócios envolvendo comerciantes de várias nacionalidades (americanos, espanhóis, japoneses) dispostos a instalar fábricas de refrigerantes, cigarros e um sem número de produtos de marcas conhecidas internacionalmente, muitas das quais entraram em operação ainda em 1992.

Observou-se mesmo um verdadeiro "renascimento comercial e de negócios", levando a economia angolana rapidamente a se encontrar com o capitalismo (demandando, por exemplo, serviços de consultoria, cursos de treinamento etc.).

Esse renascimento permitiu, também, a rápida formação de uma "nova elite" capitalista angolana (em que pesem as dificuldades que o homem médio angolano parecia possuir para empreender, após longos anos de regime "socialista"), sendo possível observar, já no ano das eleições, muitos "homens ricos", quase magnatas, realizadores de negócios privados ou que envolviam o governo (obras de reforma, construções, intermediação de produtos, transportes etc.).

Deve-se registrar, entretanto, que as lojas oficiais continuaram existindo em paralelo às lojas privadas (junto com o "mercado paralelo" que continuou organizado na forma de feiras) como fornecedoras de produtos aos trabalhadores do Estado (ainda maioria naquele ano). Sua completa extinção ainda não se tinha dado, até o fim do período estudado pelo presente trabalho.

No mês das eleições, setembro de 1992, a elevação da violência e a tensão reinantes, fez refluir as atividades comerciais em Angola, com muitos comerciantes deixando o país, trancando suas instalações e abandonando seus bens, num breve arremedo dos dias finais do regime colonial. Grandes empresas estrangeiras, como a brasileira Norberto Odebrecht, retiraram seus milhares de funcionários do país, aguardando algum recrudescimento da guerra que, afinal, se confirmou.

Após as eleições, todavia, em que pese a continuidade da guerra, as atividades de negócios foram sendo retomadas e se encontram em franca expansão no país.

5.2.8. Sistema Financeiro

O sistema financeiro existente em Angola no final do período colonial foi desmontado pelo governo "socialista" e, desde então, foi composto por apenas dois bancos, com algumas agências nas principais cidades do país.

O banco mais importante é o Banco Nacional de Angola (BNA) que atua como banco central e foi o único detentor legal de moeda estrangeira até o reconhecimento oficial do "mercado paralelo de divisas", em 1992. Por ele passam todos as transações oficiais em recursos estrangeiros, enquanto o outro banco, o Banco Popular de Angola (BPA), se constituiu simplesmente como um banco de depósitos e de poupança, não operando com empréstimos, nem desempenhando qualquer papel na determinação da oferta monetária.

O BNA sempre foi a única fonte de crédito interno no país. A grande maioria de seus empréstimos, no período analisado, destinava-se ao próprio governo e às empresas estatais e a abertura de crédito sempre ocorria quando as despesas governamentais excediam as receitas. Este crédito era concedido por tempo indeterminado, sem que se esperasse o seu repagamento.

Os empréstimos do BNA às empresas eram concedidos quase que exclusivamente a curto prazo: até 180 dias para o financiamento da aquisição de bens comerciais e até 30 dias para o financiamento de pagamento de salários. Teoricamente, o BNA podia conceder empréstimos a prazo mais longo às empresas, mas na prática não o fez, segundo se pode constatar junto a fontes específicas. No caso de certas empresas consideradas de elevada prioridade, como é o caso da Caminhos de Ferro de Benguela (ferrovia) ou da empresa de cabotagem, era comum abrirem-se exceções a esta regra, com a concessão de crédito a prazos mais longos. Mais recentemente, os projetos de investimento a médio e longo prazos passaram a ser financiados por meio de dotações governamentais.

No âmbito do BNA, o processo decisório dos empréstimos às empresas era descentralizado. Todavia, o valor dos empréstimos que as agências provinciais podiam autorizar (até 12 milhões kwanzas em 1988, ou US$400,000.00 ao câmbio oficial) era menor que o valor dos empréstimos concedidos pela agência-sede (até 80 milhões de kwanzas).

Estes limites ao crédito podiam ser ampliados com a aprovação do "governador" (espécie de presidente) do Banco Nacional. O BNA cobrava juros sobre seus empréstimos às empresas, cujas taxas eram fixadas administrativamente.

A título de exemplo, os dados da tabela 1 (que se encontra no apêndice estatístico, no anexo deste trabalho) menciona a estrutura das taxas de juros vigente desde a libertação e que tinha por base a prática ainda do período colonial.

O governo e todas as empresas deviam depositar no BNA todos os seus recursos de caixa (com exceção do "caixa pequeno" para transações menores). Sabe-se, entretanto, que, nos últimos anos, este requisito não vinha sendo sistematicamente exigido das empresas que, então, podiam manter recursos líquidos que, eventualmente, eram utilizados nos "esquemas" anteriormente mencionados.

Os depósitos no BNA não rendiam juros, mas duas exceções são dignas de nota: os depósitos das cooperativas e das empresas agrárias e de pesca rendiam juros de 1% ao ano, e os depósitos do BPA no BNA rendiam juros de 3,5% ao ano. Todas as operações de pagamento entre as empresas e o governo eram efetuadas por meio de ordens de pagamento ou cheques, que passavam pela compensação do BNA. As empresas podiam efetuar saques de caixa para o pagamento de salários.

O Banco Popular, por seu turno, recebia depósitos de agentes individuais, pessoas físicas ou jurídicas. Os depósitos à vista não rendiam juros, mas os depósitos à prazo auferiam juros sob as seguintes taxas anuais: de 6 meses a um ano, 4% ; de um ano ou mais, 6%. Para atrair depósitos, o BPA oferecia, também, aos depositantes a possibilidade de ganhar prêmios em loterias amplamente divulgadas no país. Assim mesmo, porém, o banco enfrentava dificuldades em realizar operações de capitalização, dado o hábito da população em não confiar sua poupança aos bancos. O grande temor do cidadão, segundo facilmente se podia apurar em 1990, era que as autoridades o classificassem como usurário, após constatar a existência de volume expressivo de poupança (o que parecia ter sentido em um regime autoritário).

Mais recentemente, com a remonetização dos salários e a ocorrência de grande inflação, as pessoas passaram a se interessar pela poupança remunerada. Entretanto, as baixas taxas nominais de juros, incapazes de cobrir os custos inflacionários era um fator adicional de desestímulo.

Por fim, uma exigência curiosa consistia num inibidor para a abertura de conta de depósitos à vista pelos cidadãos: a emissão de cheques dependia de uma visita ao banco para uma verificação comprovada de suficiência de fundos, de modo que a aceitação deste título de crédito era extremamente limitada (a despeito da segurança contra furtos que uma instituição bancária podia proporcionar no sistema).

Um registro importante, no âmbito do sistema financeiro, diz respeito à chegada dos primeiros bancos estrangeiros ao país, em 1992, com a abertura de agências de bancos portugueses na capital, Luanda, em decorrência do "renascimento comercial" a que nos referimos anteriormente. Em 1991, na esfera das reformas propostas pelo PAG, o BPA passou a denominar-se Banco de Poupança e do Crédito (BPC) e também observou-se a existência de uma agência denominada Banco de Comércio e Indústria (BCI).

5.2.9. Empresas Públicas

As empresas estatais dominavam completamente os setores de produção e serviços da economia de Angola. A exceção importante era, evidentemente, a indústria do petróleo, em que empresas privadas estrangeiras, organizadas no "enclave", desempenhavam um papel fundamental.

O êxodo de portugueses e angolanos capacitados, durante o processo de libertação, deixou numerosas empresas sem seus técnicos, administradores e auxiliares.

Inevitavelmente, as operações de muitas empresas cessaram quase que por completo. O governo interveio e nacionalizou as firmas abandonadas, num esforço de recuperação dos níveis de produção e visando a garantir empregos para os trabalhadores remanescentes.

No plenário de outubro de 1976, do Comitê Central do MPLA, as autoridades declararam que o Estado tinha "adquirido" 70% do capital social de todos os bancos antes existentes (que, portanto, deram origem ao BNA e ao BPA), bem como legalizado a nacionalização de muitas empresas de importância estratégica para a economia. O partido procurou enfatizar que as companhias estrangeiras, incluídas as empresas portuguesas, que se dispusessem a trabalhar em conjunto com o governo ou de algum modo contribuir com o Estado, não seriam expropriadas.

Mais tarde, embasado nas diretrizes políticas formuladas no plenário de outubro de 1976, o governo nacionalizaria todos os bancos (em 25 de Fevereiro de 1978) e, em abril de 1978, instituiu o monopólio estatal dos seguros.

Segundo dados oficiais, em meados de 1977, mais de 85% das empresas tinham sido colocadas sob o controle direto do Estado angolano. Os interesses estrangeiros e os capitais não portugueses, entretanto, não foram atingidos. No final de 1978, o governo de Angola passaria a ser proprietário de 51% da indústria petrolífera, 100% da indústria de açúcar, de têxteis, de bicicletas e motocicletas, de produção de papel, de celulose e madeira prensada, da única unidade siderúrgica existente no país, de todos os estaleiros navais e de toda a indústria de montagem de veículos a motor, além de 85% da indústria cervejeira (esta permanecendo em associação com a Heineken alemã).

Esta proporção da atividade econômica conduzida por empresas públicas pouco mudou desde o fim dos anos setenta, situando-se, por ocasião da inflexão proporcionada pelo programa SEF, em 1987, em aproximadamente 60%. Uma redução mais drástica nesta proporção só seria percebida, efetivamente, durante o ano de 1992, em parte pelas privatizações levadas a efeito naquele ano, mas, sobretudo, devido ao aumento do capital privado, independente do Estado, que passou a atuar em diversos setores e segmentos da economia.

Uma informação importante se refere à decisão do governo, em março de 1976, de emitir um decreto confiando às organizações coletivas de trabalhadores a responsabilidade pela operação dos patrimônios abandonados pelos antigos empresários em fuga. Foi uma decisão de impacto político, em consonância com os propósitos “socialistas” da época, mas que se revelaria equivocada em pouco tempo. As dificuldades causadas à produção pelas greves e por outros conflitos entre os trabalhadores e os administradores revelaram-se muito prejudiciais à economia.

Em 1977 foi promulgada uma nova lei, de número 17/77, que estabeleceu a autoridade, a responsabilidade, a forma organizacional e as características operacionais das empresas estatais (denominadas então de Unidades Econômicas Estatais, UEE).

A implementação a Lei 17/77, entretanto, foi lenta. Em 1980, ano em que foi efetuado o primeiro recenseamento das companhias angolanas, somente 41 empresas haviam sido convertidas em UEE, de um total de 1.900 companhias registradas no país.

Mas, quatro anos mais tarde, o número de empresas públicas (UEE) chegara a 401, segundo mostra a tabela 2, no apêndice estatístico. Na época, o total de companhias registradas reduzira-se a 687, em conseqüência de liquidações, fusões e consolidações. Em 1984, quase 60% das companhias eram de propriedade estatal e administradas por dirigentes designados pelo governo.

Também, havia 19 empresas de propriedade conjunta do Estado e de interesses privados (denominadas Unidades Econômicas Mistas, UEM), nas quais o governo, geralmente, era o sócio majoritário. Convém salientar que, por determinação legal, junto com sua denominação, as empresas deviam expressar a sigla UEE ou UEM, conforme o caso (exemplos: ENDIAMA, UEE ; CIMANGOLA, UEE). Apenas as empresas do "enclave do petróleo" estavam livres dessa obrigação.

Quando avaliadas pelo número de empregados (conforme tabela 3, do apêndice estatístico), as empresas públicas angolanas revelavam-se consideravelmente maiores do que as do setor privado, um indicador que, se devidamente analisado poderia revelar aspectos qualitativos e de eficiência dessas organizações.

As empresas públicas, no seu conjunto, concentravam aproximadamente três quartos do emprego total do país em organizações regularmente registradas. Através dos dados tabulados, é possível observar que aproximadamente 45% das empresas públicas empregavam mais de 250 trabalhadores, enquanto apenas 10% das empresas privadas tinha esse comprometimento.

Pode-se concluir, eventualmente, que as empresas públicas operavam com excesso de pessoal, revelando-se uma pista para estudos de eficiência comparativa com o setor privado. Todavia, não se pode esquecer das especificidades do sistema econômico (centralizado e "socialista"), além da proibição de empresas privadas em ramos estratégicos, implicando que os meios de produção mais importantes estivessem nas mãos do Estado.

Uma informação relevante é a de que as empresas públicas empregavam mais trabalhadores na agricultura, vindo em seguida o segmento industrial, o transporte e o comércio (vide tabela 4 do apêndice estatístico). Também importante era o fato de que quase a metade das UEE operavam a nível nacional, enquanto as empresas privadas tinham, na maioria, apenas alcance regional.

O controle das Unidades Econômicas Estatais (UEE) era feito através dos ministérios setoriais ou diretamente pelo Ministério do Plano e pelo Ministério das Finanças (vide tabela 5 do apêndice estatístico). As empresas públicas reportavam-se ao próprio ministério ou a um órgão similar criado especialmente para este fim. Cerca de um terço das empresas públicas eram supervisionadas pelo Ministério da Indústria, enquanto um outro terço era de responsabilidade dos Ministérios da Agricultura e dos Transportes.

Além da vinculação direta a um ministério, sempre que houvesse interesse de outro (s) ministério(s) sobre determinada empresa, era instalado um "gabinete ministerial" nessa empresa, exercendo-se as atividades de controle. O Ministério de Plano, por exemplo, mantinha em todos os organismos públicos e mistos uma representação ou "gabinete do plano" com seus próprios funcionários.

É importante salientar que a subordinação ministerial nem sempre coincidia com a natureza da atividade de uma empresa pública, podendo, por exemplo, ser encontradas agroindústrias que eram subordinadas ao Ministério da Agricultura, porém suas atividades eram muito mais de natureza industrial. Aplicava-se, nesses casos, o critério da "representação ministerial" (gabinetes) a que nos referimos acima. Convém notar que havia nove empresas públicas diretamente supervisionadas pelo partido.

A lei 17/77, a que nos referimos antes, estabelecia também as bases para a organização, a dotação de pessoal e as atividades operacionais das UEE, obrigando essas empresas a preparar planos e orçamentos anuais, com detalhamento de insumos e produção. Os planos deviam identificar, dentre outros pontos, as necessidades de investimento e de divisas, o montante da subvenção para compensar prejuízos ou, se a empresa fosse lucrativa, o montante da transferência de lucros para o Ministério das Finanças (a ser feito trimestralmente).

Geralmente os planos e orçamentos, quando elaborados, eram analisados pelo ministério setorial a que a empresa estava vinculada, bem como pelos Ministérios do Plano e das Finanças, através dos "gabinetes" existentes nas próprias empresas. Os "gabinetes do plano" de todas as empresas incumbiam-se de "centralizar" suas informações, constituindo uma peça única orçamentária para todo o país.

Na fase de execução do orçamento, as empresas eram obrigadas a submeter, tanto ao ministério a que pertenciam quanto aos “gabinetes”, relatórios periódicos que permitiam acompanhar suas atividades em relação ao planejamento operacional aprovado.

O dirigente principal (geralmente denominado “director geral”) de uma empresa estatal devia, obrigatoriamente, ser membro do MPLA-PT, enquanto o partido e a UNTA (união dos trabalhadores) tinham, formalmente, que ser representados na direção da empresa por delegados especialmente designados.

Embora a lei definisse clara e detalhadamente as relações entre as instâncias do governo (ministérios, banco) e as empresas estatais, demonstrando a necessidade de um controle estrito e rigoroso, a prática revelava que havia razoável flexibilidade nessa relação, sobretudo quando os dirigentes atuavam em consonância entre si.

Observações empíricas revelaram a importância das relações pessoais, políticas e até tribais (origem regional) nesse contexto, tendo sido possível identificar situações de absoluta harmonia entre o dirigente estatal máximo e seu respectivo ministro e casos em que a relação era absolutamente formal, implicando em efeitos concretos (negativos) na gestão do organismo público (exemplo: um dirigente nascido no norte, com um passado político considerável, relacionando-se com um ministro do sul do país).

A flexibilidade nessa relação se devia, também, à impossibilidade de se proceder a uma planificação rigorosa das operações das empresas estatais em uma economia prejudicada pela guerra e que enfrentava uma absoluta carência de administradores preparados. Logo, era quase uma “regra” que o funcionamento efetivo das empresas fosse razoavelmente diferente daquilo que tinha sido planejado. Os relatórios periódicos, por exemplo, eram muitas vezes submetidos com grande atraso ou ausência de dados aos órgãos controladores, reduzindo sua eficácia enquanto instrumento de gestão e controle.

Um outro fator de flexibilidade nas operações das UEE decorria da excessiva burocracia e do processo decisório complicado que afetava a gestão das empresas, sobretudo quando era necessário obedecer a cronogramas que não podiam esperar as lentas soluções superiores.

Isto fazia com que o relacionamento pessoal entre o pequeno grupo de dirigentes, políticos e administradores literalmente rompesse as normas em vigor e atribuísse recursos às empresas, cumprindo-se, posteriormente as formalidades legais.

Não se pode inferir, entretanto, que essa flexibilidade tenha reduzido os efeitos perversos que a burocracia, a planificação e as intervenções dos ministérios causavam nas operações das unidades estatais. O funcionamento dessas empresas dependia em grande medida de decisões administrativas em termos de atribuição de divisas, preços, financiamento, salários etc., interferências essas que tornam impossível avaliar o papel dos dirigentes das empresas públicas e sua responsabilidade nos resultados finais obtidos.

Durante o período estudado, foi possível observar, através de várias manifestações e documentos oficiais, que a eficiência e a lucratividade das empresas públicas foram bastante insatisfatórias. Avaliar o funcionamento dessas empresas é extremamente difícil, sobretudo considerando as distorções causadas pelas taxa de câmbio defasada, pelos preços controlados administrativa e politicamente, pelos regulamentos trabalhistas, pelas intervenções do partido e, naturalmente, pelo efeito da guerra e das dificuldades cambiais que gerariam restrições às importações a partir da segunda metade dos anos oitenta.

Analisar seu desempenho financeiro é também dificultado pela ausência de relatórios e balancetes periódicos fidedignos, muitos dos quais sequer observavam as normas contábeis mais elementares em sua elaboração.

Apesar disso, é possível inferir algum desempenho operacional através dos fluxos financeiros entre o orçamento do governo e as empresas estatais, considerando que o governo subvencionava seus prejuízos e que as UEE eram obrigadas a transferir seus lucros para o Estado. Os dados da tabela 6, do apêndice estatístico, mostram que, no período entre 1980 e 1985, os dois fluxos alternativos - “transferência de lucros” e “pagamentos para cobrir prejuízos das estatais” - (incluindo subvenções a preços) foram aproximadamente iguais. As subvenções excederam os lucros em 1980, 1981, 1984 e 1985, ao passo que, nos outros anos, o saldo foi positivo.

Convém notar que a tabela 6 apresenta um quadro de desempenho financeiro das estatais excessivamente favorável. Isto pode ter ocorrido porque: (i) os lucros são brutos, isto é, não refletem o pagamento de tributos; (ii) os prejuízos são maiores do que os indicados nas subvenções orçamentárias, já que podem ter sido financiados parcialmente por meios não convencionais, como o não pagamento de fornecedores; (iii) os lucros registrados podem incluir recebimentos que efetivamente não ocorreram, enquanto, por outro lado, não aparecem os efeitos de uma eventual conta de provisão para devedores duvidosos; dentre outros problemas relacionados à gestão contábil e financeira.

As deficiências do sistema de informações e a qualidade dos dados, além de nossas verificações empíricas, permitem concluir que o conjunto das UEE angolanas apresentou , em geral, prejuízos líquidos que foram financiados pelo sistema centralizada, não obstante informações contábeis demonstrarem, às vezes, o contrário.

É possível concluir que as empresas públicas em geral requeriam transferências de recursos para cobrir seus prejuízos e para financiar suas despesas de capital.

O acesso das estatais às fontes de financiamento não governamentais para investimento era extremamente limitado. O Banco Nacional, como já apontamos, só oferecia um montante limitado de crédito a curto prazo. Havia empresas que recebiam crédito direto do exterior, porém, com o controle deficiente desses recursos pelo BNA, a proporção dessa espécie de financiamento é desconhecida. Nos dados da tabela 6, é possível verificar apenas o volume de investimento das UEE financiados por recursos orçamentários.

As dívidas das empresas estatais para com o governo e vice-versa envolviam volumes substanciais. Embora não seja possível um melhor detalhamento dos dados, pode-se efetuar uma breve avaliação setorial dos montantes envolvidos com base na tabela 7, do apêndice estatístico.

Esse quadro indica que as empresas principais com direitos líquidos a receber, no ano analisado (1986), eram as do setor de comércio externo, do setor de energia e petróleo e do setor industrial. As principais devedoras eram as empresas agrícolas, beneficiárias de subvenções. O quadro mostra também que o conjunto da estatais era credor líquido do governo, situação essa que se devia, em parte, às transferências realizadas em favor da área de defesa do país

5.2.10. Organizações Privadas

O setor privado angolano era formado, fundamentalmente, por empresas que não foram nacionalizadas após a libertação colonial. Como assinalamos, nos dados tabulados (apêndice estatístico), em 1984 havia 267 empresas privadas e 19 empresas mistas (UEM), trabalhando nessas empresas cerca de 60 mil empregados, o que correspondia a aproximadamente um quarto da força de trabalho total empregada na produção. Mais da metade dos empregos nas empresas privadas se encontravam em atividades transformadoras.

As empresas privadas, de um modo geral, operavam segundo a legislação revolucionária, mas seguiam em grande parte os códigos vigentes ainda durante o período colonial. Eram leis que se referiam à concessão de licenças e registros, ao pagamento de tributos, às remessas de lucros e de capitais por empresas estrangeiras e que, dada as condições do país, não puderam ser reformuladas de imediato.

Especula-se, até mesmo, que como os dirigentes ocupavam-se de implantar um sistema contraditório ao sistema capitalista, preferiram ocupar-se com as especificidades do “socialismo”, deixando prevalecer as leis da metrópole e tomar decisões “ad hoc”, conforme os problemas lhes exigiam solução. Somente a partir de 1990, com a irreversibilidade da transição para a economia de mercado, o governo angolano, ajudado pelas Nações Unidas, iniciou um lento processo de reformulação do direito positivo, inclusive o aplicado às empresas privadas.

As atividades das empresas privadas também dependiam de decisões estritas do governo no que tange à concessão de licenças de importação, atribuição de recursos cambiais, fornecimento de insumos, preços, margens, compras pelo setor público etc.. A dependência dessas decisões administrativas resultava, evidentemente, numa autonomia extremamente limitada, já que excluía também o estímulo do mercado. A atribuição de divisas, por exemplo, dependia do grau de prioridade que fosse atribuído pelas autoridades a uma empresa em particular e tinham forte influência as relações pessoais entre os dirigentes da empresa e as autoridades.

Apesar dessas limitações, muitas empresas privadas operavam com resultados positivos, sobretudo por se beneficiarem de margens operacionais confortáveis dentro do regime de preços controlados pelo governo. Além do aproveitamento imediato das oportunidades de negócios existentes na economia angolana durante a fase "socialista" (principalmente a intermediação entre o governo e o setor externo), a grande esperança dessas empresas era que surgissem melhores oportunidades numa eventual flexibilização no futuro. Muitas empresas, como a Shell, por exemplo, mantiveram apenas dois ou três funcionários (geralmente brasileiros ou portugueses) no país, realizando pequenas operações, esperando a chegada de dias melhores.

Entre 1991 e 1992, na fase de efetiva abertura da economia, essa empresas possuíam mais graus de liberdade que suas eventuais concorrentes externas no aproveitamento de negócios e oportunidades que surgiram.

Nas empresas em que nem todos os acionistas fugiram (principalmente as estrangeiras que mantinham prepostos no comando), por ocasião dos conflitos da libertação, foram criadas organizações mistas imediatamente após a independência política. A parcela abandonada da propriedade acionária foi absorvida pelo Estado. Em muitos casos, os acionistas privados firmaram contratos de assistência técnica e gerencial (consultoria) como forma de "ensinar" os representantes estatais a gerirem o empreendimento. Mais tarde, alguns deles simplesmente "venderam" suas ações ao sócio estatal. Ao que se sabe, esses contratos foram, em grande medida, onerosos e prejudiciais ao governo angolano, não obstante se observar um reconhecimento tácito de que, com os pagamentos da "consultoria", o Estado estaria compensando esses acionistas pela literal tomada do empreendimento.

Angola, a despeito de sua estreita cooperação com os países "socialistas" sempre manteve uma política de cooperação relativamente aberta também com empresas estrangeiras capitalistas, incluindo algumas multinacionais conhecidas. A Lei do Investimento Estrangeiro, aprovada em 1979 e em vigor desde então, permitia a presença de capital social alienígena em Angola, desde que a independência e os interesses do país fossem respeitados.

Também, estabelecia que as empresas estrangeiras tinham especial obrigação de proporcionar treinamento ao maior número possível de angolanos, sendo vedada sua operação nos segmentos de defesa, financeiro, de seguros, telecomunicações e abastecimento de água e energia. Estas restrições, naturalmente, não se aplicavam ao recebimento de assistência técnica internacional.

As empresas estrangeiras que operavam no "enclave petrolífero" sempre desempenharam papel essencial tanto na produção e exportação do petróleo quanto para a estrutura da economia angolana. São empresas que atuavam sob regime especial ou em empreendimentos conjuntos ou sob "acordos de participação na produção" (conhecidos pela sigla PSA) com a SONANGOL,UEE, a empresa estatal do petróleo. A maioria desses acordos foi estabelecida logo após a independência política e foram sendo reavaliados ou alterados com o passar do tempo.

As companhias de mineração de diamantes e o hotel mais importante do país (o Le Presidente Meridién) também eram operados como "enclaves estrangeiros". As empresas desses enclaves estavam livres da maioria dos regulamentos e da interferência do governo. De um modo especial, elas se beneficiavam da capacidade de usar suas receitas em divisas para atender suas necessidades de importação (incluindo as de bens de consumo para seus trabalhadores), sem estarem submetidas ao processo normal de licenciamento de importações e sem terem de concorrer para obter divisas junto ao Banco Nacional. Na indústria da construção civil havia grandes empresas estrangeiras que compartilhavam deste benefício, como algumas construtoras portuguesas, ou mesmo empresas soviéticas ou ainda a brasileira Norberto Odebrecht (que iniciou sua atuação na construção de uma hidrelétrica e, mais recentemente, passou a atuar também com mineração e outros interesses locais).

5.2.11. Mercados Paralelos

Os inúmeros problemas relacionados à carência de bens e serviços aos preços oficiais resultaram no rápido desenvolvimento do mercado paralelo (conhecidos por "kandonga") em Angola, nos quais os preços eram determinados livremente pelas forças da oferta e da demanda.

Esses mercados, segundo declarações obtidas em Angola, praticamente nasceram com a independência política e a instauração do "socialismo", em 1975, mas foram duramente combatidos pelas autoridades policiais e militares ao longo de muitos anos.

Sem um lugar fixo, geograficamente, eram representados, no início, por pequenas bancas, formada por caixotes, onde o ofertante expunha o resultado de sua produção ou os produtos oriundos da esfera oficial ou mesmo do exterior. Pequenos aglomerados de vendedores iam se formando, até que, por pressão policial (que confiscavam os produtos e agrediam e prendiam os vendedores e clientes), eram dispersos ou mudavam-se de local.

Com o tempo, as próprias autoridades, os gestores e comandantes militares (a elite do país) passaram a se beneficiar da "kandonga" e dos produtos lá oferecidos (já que o circuito oficial dificultava-lhes o acesso a certos bens), de modo que os mercados paralelos começaram a se definir geograficamente.

Por volta de 1990, apenas a cidade de Luanda comportava cerca de trinta locais com tamanho expressivo, onde se realizavam operações alheias às determinações oficiais. Nessa época, destacavam-se os mercados do Roque Santeiro (numa encosta próxima da região das embaixadas, envolvendo milhares de bancas) , o dos Trapalhões (na ilha de Luanda, com uma centena de bancas) e o de São Paulo (próximo ao centro da cidade, com cerca de cinco centenas de bancas), seguidos por outros de tamanho menor. A denominação de alguns desses mercados, como se pode ver, foi feita a partir de programas brasileiros difundidos na televisão local (fato semelhante ocorreria também em Cuba, com os *paladares* (lanchonetes), por exemplo, que receberam o nome veiculado por uma novela brasileira).

O combate oficial, a crítica pelos órgãos de comunicação social e a violenta repressão policial eram constantes, de modo que, nesses locais, sempre imperou muita improvisação, a falta de higiene ou de qualquer cuidado com direitos do consumidor, além de elevados índices de criminalidade. Esses mercados continuaram, ao longo do tempo, sendo apenas um espaço físico, geralmente de terra batida e muita poeira, onde os comerciantes (muitos deles provenientes de países vizinhos, como o Zaire) ofereciam seus produtos, numa balbúrdia que fazia lembrar os "mercados árabes".

Lá era ofertada toda espécie de produtos, desde farinha-de-mandioca até aparelhos de videocassete, fogões, móveis, armamentos, carne fresca de animais, medicamentos (inclusive para doenças graves), vegetais, veículos, relógios, ferramentas, material de construção, lingotes de ferro etc. Os produtos ficavam dispostos no chão ou em banquinhas e muitos comerciantes permaneciam diuturnamente nesses locais, montando verdadeiros "musseques" improvisados (bairros ou vilas formados de barracos parecidos com as favelas brasileiras) onde pernoitavam.

Também, muitas pessoas especializaram-se na realização de câmbio com moeda estrangeira, e tornavam-se verdadeiras "casas de câmbio ambulantes", com o dinheiro dobrado nas mãos e colocado entre os dedos, como aqueles antigos trocadores de ônibus que existiam no Brasil (mais tarde, no final de 1991, quando o governo reconheceu o mercado paralelo de câmbio, esses cambistas passaram a agir em diferentes locais e até mesmo o governo espalhou "bancas" com representantes do Banco Nacional com o objetivo de "regular" a oferta e a demanda por moeda estrangeira no mercado paralelo).

As transações na "kandonga" escapavam totalmente aos regulamentos governamentais. Do ponto de vista técnico eram ilegais, mas o fato de serem toleradas permitiu não só sua expansão, mas uma grande diversificação de produtos, atendendo não apenas o consumidor final, mas empresas oficiais, privadas e mistas. Em sua maioria, os comerciantes e produtores do mercado paralelo operavam em escala reduzida, mas alguns deles (graças à possibilidade de realizarem acumulação sem qualquer controle e a despeito dos riscos) evoluíram até tornarem-se verdadeiras empresas, com organização complexa e ramificações no exterior, realizando um volume substancial de transações (mas, sempre, na ilegalidade em Angola).

Somente em 1992, com o já citado "renascimento comercial" e a disposição efetiva do governo em conduzir a economia para o capitalismo, os mercados paralelos deixaram de ser vistos como "anomalias", como uma "doença econômica" que seria curada com a evolução do "socialismo", encontrando espaço na mídia local para análises objetivas, sem o ranço da crítica pejorativa que durara muitos anos.

O papel desempenhado pelo “mercado paralelo” era fundamental para a economia angolana, pois proporcionava à maioria dos consumidores, e até aos produtores oficiais, a única oportunidade de obter certos bens e serviços inexistentes no mercado oficial. Contribuíam, também, para reduzir o flagrante desequilíbrio entre a oferta e a demanda agregadas, muito embora a preços muito mais altos do que os dos mercados oficiais, embutindo não apenas a diferença entre os padrões de preço oficial e de uma economia regular, mas todo o risco inerente àquelas atividades em um país “socialista”.

Sua contribuição para o bem-estar dos consumidores, ao possibilitarem um ajustamento melhor entre seus padrões de consumo e suas preferências, merece ainda ser devidamente estudada, assim como o seu incentivo à produção de outros bens e serviços que não existiriam se dependessem exclusivamente dos preços e das condições do “mercado oficial” (como é o caso da produção de hortas em torno das principais cidades do país que só conseguiam fertilizantes e insumos no “mercado paralelo”).

Esse mercado também se constituiu numa fonte de muitos serviços difíceis de serem obtidos através dos circuitos oficiais, como é o caso dos reparos técnicos feitos por trabalhadores especializados (conserto de veículos, aparelhos elétricos, corte e costura), do transporte em automóveis particulares em Luanda (espécie de “lotação”, já que os ônibus eram raros e não existia serviço oficial de táxis) e do transporte rodoviário de carga entre diferentes regiões do país (cujas bases de operações, isto é, de onde partiam os caminhões, era o espaço da “kandonga”).

Os bens vendidos nesses locais provinham de diferentes fontes, como i) da produção individual e familiar de alimentos, peças artesanais e serviços, que não eram canalizados para o mercado oficial; ii) das vendas de bens de “autoconsumo” obtidos pelos trabalhadores de empresas industriais; (iii) das vendas de bens comprados nas lojas especiais, nas lojas das empresas do enclave ou nas lojas que operavam com divisas; (iv) do contrabando, cujas fontes eram os países vizinhos (África do Sul em especial), Portugal ou o Brasil; (v) da venda de bens furtados ou roubados das empresas, dos portos e de órgãos da administração pública, dentre outros.

O furto de produtos no porto ou no aeroporto (com ou sem a anuência de autoridades) era uma figura institucionalizada na economia angolana, sobretudo em Luanda, de modo que verdadeiros aparatos militares tinham que ser montados para a descarga de produtos importados pelo governo ou por empresas atuantes localmente. Algumas autoridades, estimavam (não oficialmente) que cerca de 50% das cargas pertencentes ao governo eram desviadas para o mercado paralelo antes mesmo de chegarem aos armazéns oficiais no país.

No mercado paralelo, a concorrência sempre foi bastante ativa, a tal ponto de os preços de determinados bens de consumo tenderem a ser semelhantes nas diferentes "kandongas" de Luanda. Entre as diferentes regiões do país, entretanto, sobretudo quando o transporte implicava em riscos elevados, motivados pelo guerra, havia grandes disparidades de preços, chegando mesmo a superar em dez vezes os preços da capital. O mesmo ocorria no sentido contrário, com os produtos agrícolas provenientes de cidades do planalto custando muito caro na cidade de Luanda ou na região mineira das Lundas.

As informações sobre os preços praticados no mercado paralelo sempre foram deliberadamente desconhecidas pelas autoridades, impedindo uma análise econômica mais apropriada dos problemas ocorridos nos primeiros quinze anos de independência política. Há evidências, entretanto, de que as diferenças entre os preços do mercado paralelo e os preços controlados do mercado oficial sempre foram enormes, crescendo continuamente com o passar dos anos.

Somente no início de 1991, após exigência de organismos internacionais, o governo de Angola autorizou a investigação dos preços do mercado paralelo a fim de compor estatísticas sobre a evolução dos preços em sua economia.

Nessa ocasião, a partir de uma pesquisa alimentar da UNICEF (realizada em 1990), foi instituído um padrão de consumo (numa "proxy" de pesquisa de orçamento familiar) que serviu de base para o cálculo de índices de preços para a cidade de Luanda.

Não obstante as gritantes deficiências de coleta e de processamento, o Instituto Nacional de Estatística passou a colecionar essas informações do "paralelo", já que muitos produtos consumidos provinham, até exclusivamente, de lá, numa proporção média, em valor, segundo o INE, de 78% do mercado paralelo contra 16% no mercado oficial e 6% nas chamadas "lojas francas" ou "mercado de divisas".

Nessa mesma oportunidade, o Departamento de Contas Nacionais, do Ministério do Plano, foi autorizado a investigar o Produto Nacional levando-se em conta os produtos e os preços da "kandonga", o que gerou problemas de metodologia que ainda estavam por ser solucionados por ocasião das eleições de 1992.

Alguns dados coletados pela Direção Nacional dos Preços, em meados dos anos oitenta (apresentados na tabela 8 do apêndice estatístico), são indicativos da diferença aproximada entre os preços oficiais e paralelos em Luanda, por essa época.

As diferenças entre a taxa de câmbio do dólar americano no mercado paralelo e no mercado oficial também servem para indicar aproximadamente a evolução da diferença entre os preços do mercado paralelo e do oficial referentes a muitos bens.

O preço oficial de kz29,95 por dólar dos EUA, mantido sem alteração de 1975 até 1991, teve como contrapartida o preço no mercado paralelo que passou de aproximadamente kz600,00 em outubro de 1984 para kz1.200,00 em fevereiro de 1985, kz 1.800,00 em julho de 1986 e kz 2.100,00 em novembro de 1987 (segundo dados encontrados em diversas fontes em Luanda). Portanto, o coeficiente médio entre os preços do mercado paralelo e do mercado oficial em Luanda parece haver aumentado de aproximadamente 20:1 no começo de 1985 para cerca de 70:1 num período de cerca de três anos (um crescimento anual médio aproximado de 50%).

Em junho de 1990, o preço do dólar americano no mercado paralelo variava de kz2.500,00 a kz3.000,00 (numa proporção mínima de cerca de 80:1), indicando (face à cotação oficial) que o crescimento dos preços não foi constante durante os anos estudados.

Em agosto de 1992, a cotação chegava a Nkz3.000,00 (proporção de 100:1), mas, nessa época, o governo já adotara taxas múltiplas de câmbio, criando o câmbio-turismo, o câmbio-comercial etc., além de ter efetuado reformas monetárias que instituíram o novo-kwanza, o kwanza conversível, dentre outras inovações, alterando o perfil dessa economia que permanecera "congelada" por tantos anos (um dos problemas de análises como esta é que o governo simplesmente omitia, dos documentos oficiais, as cotações paralelas do câmbio. Repentinamente, em julho de 1991, começa a reconhecê-las oficialmente).

As extremas discrepâncias entre os preços nos mercados paralelos e no oficial, na economia angolana, segundo alguns analistas consultados, iam muito além do que se constatava na maioria dos outros países onde existiam carência de produtos e "mercados negros".

A existência de preços oficiais como referência, além de incentivar os furtos, os desvios e a corrupção, também era responsável, segundo a opinião desses analistas, em certa medida, pela contenção da inflação em uma média de 50% ao ano, quando, em meados da década passada, era comum a explosão de preços em economias onde não havia controle de preços.

As distorções criadas na economia angolana, entretanto, eram enormes e graves, como i) o estímulo ao desvio de bens do mercado oficial para o paralelo; ii) o de servir como uma importante causa do contrabando e da alta incidência de roubos e furtos nas empresas e em outras instituições do setor produtivo; e (iii) o efeito perverso sobre a renda real da população.

Comparando, por exemplo, o acesso ao "autoconsumo" ou às lojas especiais mediante cupons com o recebimento de salários em moeda local, é possível perceber as distorções de renda de um trabalhador.

Um trabalhador que recebia, digamos, um salário nominal de kz10.000,00, mas tinha a possibilidade de converter a quase totalidade desse salário em bens, mediante o "autoconsumo", recebia, na prática, uma renda até quatro vezes superior a um técnico especializado com salário nominal era de kz35.000,00, mas que não tivesse acesso ao "autoconsumo" ou às lojas especializadas

A existência dos mercados paralelos possibilitou, também, o surgimento de uma nova "elite econômica", ao lado ou em cooperação com uma "elite burocrática" detentora do poder político no país e que já atuava em consonância com um outro grupo privilegiado, o dos "empresários nacionais" (incluindo, oficiosamente, ministros e autoridades associados ao capital estrangeiro e ocupados em fornecer produtos ao governo angolano), formando uma casta de pessoas com distinção patrimonial e poder de influência local.

A atuação no mercado paralelo, como já dissemos, era feita, aparentemente, por pequenos comerciantes. Com o tempo, entretanto, alguns desses empreendedores, gozando de oportunidades, realizaram acumulação de capital e tornaram-se economicamente poderosos, mantendo, nos locais de venda, prepostos ou representantes de suas verdadeiras e complexas empresas (não oficiais).

Esses empresários, formadores dessa nova "elite econômica", porém atuando fora dos circuitos oficiais e não sujeita às imposições do Estado, freqüentemente se "associavam" aos membros da burocracia estatal (ou eram, eles próprios, pertencentes ou originalmente membros dessa burocracia) para continuar realizando negócios na "kandonga", mas contando agora com alguma proteção oficial. Também, podiam passar a integrar o grupo de "empresários nacionais", reconhecidos oficialmente como tais, e que eram ligados a vários interesses locais.

Foi possível conhecer em Angola dirigentes ativos de empresas e instituições (incluindo ministros de Estado) que possuíam empresas prestadoras de serviço ou fornecedoras de bens ao governo (geralmente possuindo como sócio um desses "empresários nacionais"). Também, ex-funcionários do governo agiam por conta própria ou associados a estrangeiros na condição de fornecedores do Estado e mesmo ex-funcionários de empresas privadas atuantes em Angola (brasileiros, portugueses) constituíram suas próprias empresas para atuar tanto no mercado oficial quanto no mercado paralelo.

Essas "elites" eram facilmente identificáveis por seus hábitos, inteiramente distintos da maioria da população (freqüência a hotéis e restaurantes luxuosos, viagens internacionais, uso de automóveis de luxo, propriedade de aeronaves, imóveis, lanchas, frotas de veículos e caminhões), e por sua conexão com pessoas-chave da burocracia oficial. Em Luanda foi fundado, pelos integrantes dessas "elites", o luxuoso Clube dos Empresários, situado na cobertura do edifício mais alto da cidade (o do BPA), onde se realizavam encontros e jantares de negócio.

No processo de transição para a economia de mercado, essas “elites” (mesmo não tendo propriamente interesse na transição, já que isto representava uma abertura à concorrência com a conseqüente queda nos lucros) foram os principais beneficiados, pois possuíam capitais (próprios ou estrangeiros) para a aquisição dos ativos privatizados, puderam iniciar atempadamente empreendimentos ou negócios que lhes garantiram polpudos retornos, e, além disso foram identificados pelo governo como o “motor” das transformações econômicas e sociais do país, recebendo deste o necessário apoio, através de leis e formas diversas de incentivo.

Nas eleições diretas de 1992, foi público o apoio dado por alguns desses “empresários nacionais” para a permanência do atual presidente de Angola no poder através do voto popular.

5.2.12. Economia de Subsistência

A economia de subsistência em Angola abrangia, segundo estimativas não oficiais, cerca de dois terços da população, com significativo peso na formação do produto agrícola. Sua incorporação aos dados oficiais, entretanto, não era feita porque os camponeses que vivem nesse segmento praticamente não tinham contato com o mercado, seja para vender os seus produtos, seja para adquirir os bens e serviços de que necessitavam.

Muito provavelmente, a importância relativa da economia de subsistência veio aumentando desde a libertação, sobretudo em decorrência da saída dos comerciantes e intermediários rurais, das dificuldades de transporte interno decorrentes da guerra, da destruição das ligações cidade-campo (também em decorrência dos conflitos) e mesmo das cruciais reduções no fornecimento de produtos industriais para as áreas rurais.

No setor de subsistência, Angola continuou, provavelmente, sendo uma economia agrária primitiva, com os camponeses utilizando equipamentos rudimentares para processar a produção. Além disso, a população camponesa certamente aumentou com o retorno às suas aldeias de muitos trabalhadores que perderam seus empregos em fazendas comerciais e em outras empresas de propriedade dos colonos portugueses para onde foram levados praticamente à força.

Também, o regresso dos refugiados que emigraram para o Zaire, para a Zâmbia e outros países vizinhos, durante o período da guerra colonial, talvez tenha contribuído para aumentar a proporção da população integrante da economia de subsistência.

Os últimos anos da década de oitenta, porém, com a possibilidade de retorno da paz, somando-se as reformulações econômicas e sociais recentes (além de uma melhora sensível nos meios de comunicação de massa, possibilitando divulgar melhor o país) e os problemas de insegurança ainda persistentes em algumas regiões rurais, fez com que houvesse uma trajetória oposta nesses fluxos populacionais.

Muitos camponeses abandonaram suas aldeias e foram refugiar-se em áreas urbanas, sobrecarregando a demanda por serviços públicos e elevando os custos sociais na cidade. Embora inexistam dados oficiais concretos (ou existam apenas meras projeções), estima-se que a população de Luanda, por exemplo, tenha crescido 50%, apenas nos anos iniciais desta década.

5.2.13. Panorama Macroeconômico

5.2.13.1 Deterioração Econômica após a Libertação

A economia de Angola, conforme procuramos demonstrar, foi gravemente contundida durante o processo de transição para a libertação do jugo colonial. Em 1976, observou-se uma queda sensível no nível de produção o qual, embora tenha experimentado certa recuperação no período que vai de 1977 a 1981, permaneceu praticamente estagnado até 1986, ano em que o produto agregado voltou a sofrer significativa queda.

Apesar do crescimento da indústria petrolífera nesse período (resultado do esforço de elevação de receitas via aumento de produção, combatendo, também a freqüente instabilidade nos preços internacionais do petróleo), o produto interno bruto *per capita* era, seguramente, muito mais baixo nessa época que no fim do período colonial.

Relatórios governamentais indicam que, em meados dos anos oitenta, a produção alimentar freqüentemente se mostrava insuficiente para abastecer as principais cidades do país. As exportações de petróleo, representando aproximadamente 95% das exportações totais, não conseguiam financiar o esforço de guerra e, simultaneamente, satisfazer as necessidades de importação de peças de reposição, de equipamentos e de bens intermediários e de consumo.

Essa situação provocou elevados níveis de capacidade ociosa no setor industrial angolano, provocando, também, o colapso do sistema de transporte entre as províncias, isolando importantes cidades e regiões rurais. Como resultado, a estrutura de distribuição e o sistema comercial, já fracamente organizados após a libertação, regrediram para uma economia de escambo e de subsistência.

Três fatores básicos podem ser apontados para explicar essas dificuldades, como (i) a guerra que o governo teve que enfrentar contra os guerrilheiros da UNITA e contra as invasões da África do Sul; (ii) os problemas decorrentes do êxodo dos colonos portugueses e dos angolanos preparados no período de transição para a libertação; e iii) a inadequação das políticas e da gestão econômica. Essas dificuldades (que não podem ser consideradas isoladamente, mas requerem análises mais elaboradas, como faremos no final do capítulo), foram parcialmente compensadas pelo crescimento do setor petrolífero, porém a queda dos preços internacionais do petróleo a partir de 1985 agravou a crise econômica.

5.2.13.2. Efeitos da Guerra

Um dos principais fatores de geração de problemas para a economia de Angola foi certamente a guerra de guerrilhas que a UNITA manteve desde a libertação (motivada por razões tribais, mas incentivada do exterior por países capitalistas com interesses na região).

A África do Sul, além de proporcionar ou intermediar ativo apoio à UNITA, foi responsável também por diversas invasões ao território, atacando e destruindo importantes objetivos econômicos e infra-estruturas, principalmente no sul do país. Os efeitos dessas ações para economia do Angola foram enormes, como procuraremos enumerar em seguida.

(i) A insegurança existente em muitas regiões do país afetou severamente a produção, especialmente na agricultura. No final de 1987, segundo estimativas oficiais, apenas cerca de 20% do território estavam relativamente a salvo dos problemas da guerra;

(ii) a guerra intimidou a presença de técnicos estrangeiros, responsáveis por treinamento e assistência técnica, muitos dos quais foram capturados pelos guerrilheiros, e forçou o êxodo de mais de 600.000 camponeses (de acordo com estimativas da Cruz Vermelha Internacional) para as áreas urbanas, onde muitos deles passaram a depender do apoio do governo e da assistência internacional;

(iii) a infra-estrutura, instalações e unidades produtivas foram continuamente destruídas, tais como pontes, barragens, hidroelétricas, linhas de transmissão de energia, ferrovias, minas, indústrias, plantações de café etc.;

(iv) uma grande parcela da rede de transportes rodoviários e ferroviários tornou-se inoperante, em particular a ferrovia "Caminhos de Ferro de Benguela", que servia de ligação do litoral com o interior da região central de Angola e, para a Zâmbia e o sul do Zaire, proporcionava importante rota de acesso ao mar;

(v) o abastecimento de produtos agrícolas do campo para as áreas urbanas foi severamente afetado, contribuindo para acelerar a grande dependência de alimentos importados. Simultaneamente, o transporte de produtos industriais para as áreas rurais passou a enfrentar enormes obstáculos;

(vi) o esforço de defesa passou a absorver volumes imensos de recursos, representando mais de 40% das despesas totais do orçamento e uma grande parcela da dívida externa; e

(vii) foi necessário reorientar para as forças armadas uma grande parte da limitada oferta de técnicos e de mão-de-obra especializada, prejudicando ainda mais o gerenciamento da economia.

5.2.13.3. Conseqüências do Êxodo

Durante o período colonial, a gestão pública, os serviços sociais e educacionais e as unidades produtivas do lado mais avançado da economia angolana eram operados quase que exclusivamente por colonos portugueses.

Alguns poucos angolanos (os “civilizados”) foram sendo lentamente cooptados ao processo, mediante acesso a educação, porém quase sempre ocupando posições subalternas, não obstante alguns deles terem obtido até mesmo formação superior.

Estes colonos portugueses, cujo número aumentara de 173.000 em 1960 para 340.000 em 1975, ocupavam praticamente todos os empregos especializados e grande proporção dos empregos semi-especializados. O nível de educação da população angolana era extremamente baixo, estimando-se, em 1973, que a proporção da população analfabeta era de 95%. O número de estudantes no níveis secundário e superior correspondia a apenas 1,2% da população em idade escolar (de 5 a 24 anos) e a maior parte desses era composta de colonos brancos.

No processo de transição para a libertação, durante o ano de 1975 e o começo de 1976, estima-se que cerca de 300.000 colonos portugueses tenham abandonado Angola. Esse êxodo de praticamente todo o pessoal técnico e administrativo, professores, comerciantes, administradores, artesãos e trabalhadores especializados, criou uma situação de caos na administração pública e na economia em geral.

Poucos eram os angolanos dotados de qualificações profissionais para operar as empresas que tinham sido abandonadas e para preencher as posições especializadas e semi-especializadas que antes eram ocupadas pelos portugueses. A maioria dos serviços e a atividade de praticamente todas as empresas foi seriamente afetada.

A partir dessa situação é possível explicar em grande medida as razões pelas quais, em muitos setores, o nível da atividade econômica encontrado em meados dos anos oitenta era muito mais baixo que nos anos anteriores à libertação.

Apesar de algum progresso alcançado em Angola em termos formação de recursos humanos (sobretudo com o apoio da cooperação “socialista”e de algumas empresas estrangeiras atuantes no país), encontrar pessoal especializado necessário ainda é (mesmo hoje em dia) tarefa muito difícil. Segundo cálculos do próprio governo, 92% dos servidores civis dos governos central e locais, no início desta década, tinham menos de nove anos de educação escolar, isto é alcançaram no máximo a formação primária. O apoio estrangeiro só possibilitou suprir uma pequena proporção da necessidade desses trabalhadores.

5.2.13.4. Deficiências nas Decisões Econômicas

As políticas econômicas postas em prática em Angola, independentemente da orientação do regime, podem também explicar o declínio da produção, a escassez da oferta de bens de consumo e de insumos para a indústria e as distorções na distribuição de renda que vimos mencionando neste trabalho.

O fato da economia ter sido gerida por decisões administrativas por si só não explica a ineficácia das políticas econômicas, mas se constitui numa pista para identificar o modo como essas decisões foram tomadas e entender o nexo existente entre esse modo e os resultados negativos alcançados.

As decisões administrativas na economia angolana quase sempre se caracterizaram pela extrema centralização, por um certo grau de autoritarismo, por decisões "políticas" e desconsideraram totalmente o papel do mercado, fazendo os preços, por exemplo, se situarem em níveis artificialmente baixos. A sobrevalorização da taxa de câmbio e seu congelamento por cerca de 15 anos foi uma das medidas mais controvertidas, levando as divisas a serem racionadas e as exportações de produtos não petrolíferos a serem severamente desestimuladas.

As empresas, tanto públicas quanto privadas, por força da centralização excessiva, sempre tiveram pouca autonomia e dependiam de decisões governamentais em matéria de planejamento de estoques dos seus insumos essenciais, de preços e margens de operação, de decisões típicas da gestão de negócios e que deveriam estar ao alcance dos seus diretores imediatos.

A eficiência das empresas públicas, particularmente, foi severamente afetada pela indisciplina, pelo volume excessivo de trabalhadores, por uma certa irresponsabilidade e omissão dos dirigentes e pela ausência de incentivos adequados para a gestão. Evidentemente, os "diretores gerais", como já adiantamos antes, ao não disporem de autonomia, pouco podiam fazer a não ser inserir-se no "grupo político" decisor e, com isso, realizar as políticas de gestão favoráveis ao seu empreendimento que estivessem ao seu alcance.

As distorções nos preços relativos e a inexistência de um sistema de informações ágil e adequado (inclusive para processamento de dados) praticamente inviabilizaram o cálculo econômico e financeiro no contexto dessa economia, o que só agravava as decisões centralizadas, tomadas "ad hoc", sem consideração à economia efetiva. Com isto, apenas para ilustrar com uma das faces dos problemas, os baixos preços oficiais para os bens agrícolas e a escassez, nas áreas rurais, de ofertas de bens industriais e de consumo aos preços oficiais eliminaram quase completamente o interesse dos camponeses produtores de vender alimentos através dos mercados oficiais. O grande desequilíbrio verificado entre a oferta e a demanda a preços oficiais resultou no rápido desenvolvimento do mercado paralelo, como já ilustramos acima.

5.2.13.5. Contribuição do Petróleo

A crise econômica teria sido muito mais severa em Angola, caso não fosse possível contar com a contribuição crescente da produção de petróleo. Ao mesmo tempo, porém, foi na contribuição do petróleo que encontramos o nexo causal dos problemas estruturais da economia angolana, como examinaremos ainda nesta capítulo.

No ano de 1985, por exemplo, a indústria petrolífera contribuiu com aproximadamente 30% do PIB oficial, quase 53% das receitas totais governamentais e 95% das receitas de exportações. Entretanto, estando o setor do petróleo constituído na forma de um "enclave", era natural seu isolamento em relação aos demais setores da economia, sendo seu impacto sobre o crescimento do PIB condicionado ao modo como o Governo aplicaria suas receitas.

Considerando a imposição de gastos por parte da guerra, bem como a necessidade de por em prática alguns programas emergenciais, na segunda metade dos anos setenta, o governo angolano foi obrigado a utilizar intensivamente os recursos do petróleo, não sendo possível empregá-los de forma mais racional em políticas refletidas para o desenvolvimento.

Os benefícios sociais e econômicos da aplicação das receitas do petróleo pelo governo, evidentemente, foram extremamente reduzidos. As receitas do petróleo, destinaram-se, em sua maior parte, ao consumo corrente (incluindo as despesas militares) ou foram aplicadas em operações sem efeito multiplicador sobre o produto.

Um outro efeito foi o forte impacto que as receitas do petróleo exerceram, a curto prazo, sobre a posição fiscal do governo e sobre o balanço de pagamentos, pois, o aumento ou redução das disponibilidades do governo estavam vinculados às alterações nas receitas fiscais geradas pelo setor petrolífero.

Uma vez que as despesas totais do governo revelavam falta de elasticidade em relação às variações de receitas com o petróleo, o país acabou incorrendo em déficits orçamentários entre 1976 e 1986, fato este que exerceria forte pressão sobre a balança de transações correntes do país.

As receitas com o petróleo, por outro lado, foram também as responsáveis por permitir que o governo sustentasse a política de valorização da taxa de câmbio real, desfavorecendo uma eventual produção de bens "tradeables" (comercializáveis no exterior) em relação aos bens "non tradeables" e, particularmente, incentivando o contínuo isolamento do setor agrícola como contribuinte do restante da economia.

Essa situação fez com que se elevasse a dependência do país em relação ao petróleo como fonte de obtenção de divisas.

Cumpre perguntar: se não houvesse o petróleo (e a mineração) o governo angolano não teria sido obrigado a incentivar a produção de bens "tradeables"? E permite, também, levantar a questão sobre qual teria sido a trajetória da economia angolana não houvesse o peso dos gastos militares. O país (considerando as outras dificuldades já enumeradas), teria internacionalizado mais rapidamente sua economia (no sentido de se tornar dependente de importações) e acelerado ainda mais o sucateamento do seu parque produtivo ou, por outro lado, teria tido maior capacidade de alavancar seu desenvolvimento?

A existência de receitas crescentes do petróleo, na fase inicial da nova economia (segunda metade dos anos setenta) pode ter estimulado o governo a manter as despesas públicas e a absorção interna em níveis insustentáveis (o que se revelaria em pressões inflacionárias explícitas, não fosse o modelo econômico fundamentado em decisões administrativas centralizadas, o que não impediu, entretanto, a "inflação de filas" e a transferência dos efeitos para os mercados paralelos).

Os excessos provenientes de uma certa indisciplina fiscal e monetária que caracterizou as decisões de governo permitiram elevar o nível de atividade do mercado paralelo, de modo que o efeito indireto do uso das receitas do petróleo foi, sem dúvida, o de permitir que a demanda extravasasse para esse mercado, contribuindo para o sucateamento dos setores produtivos (e controlados pelo governo) da economia.

Pode-se concluir, também, que, a não ser pelos eventuais e temporários benefícios indiretos proporcionados por essas crescentes receitas, o bem-estar da população angolana não foi melhorado, não houve melhora na distribuição de renda, nem tampouco se processou uma acumulação que beneficiasse as gerações seguintes.

A relativamente tranqüila situação financeira proporcionada pelo petróleo fez também com que o governo angolano operasse sob perspectivas (afinal incorretas) de receitas petrolíferas cada vez maiores que, eventualmente, contribuíram para que as autoridades considerassem o país a salvo de necessidades de endividamento.

Esse quadro seria fatalmente afetado pela queda abrupta nos preços do petróleo, revelada já no início da década de oitenta, mas consolidada a partir de 1985, agravando consideravelmente a situação da economia angolana.

Não obstante um aumento de 25% no volume das exportações de petróleo bruto, de 1985 a 1986 (passando de 73,4 para 92,1 milhões de barris), o valor dessas exportações caiu 39% (passando de US$1,90 bilhão para US$1,16 bilhão). Em conseqüência, a dívida externa (e seu serviço) aumentou consideravelmente sendo necessário, simultaneamente, efetuar cortes de aproximadamente 25% do valor real das importações, situação que afetou adversamente a atividade industrial, os investimentos e a oferta de bens de consumo.

5.2.13.6. Evolução do Produto

i) Crescimento do PIB

As informações estatísticas da economia de Angola revelam apenas a versão oficial, de modo que as contas nacionais, até o princípio dos anos noventa, não incluíam o segmento de subsistência, nem as atividades do mercado paralelo.

Ademais, revelam-se razoavelmente incompletas e pairam dúvida sobre sua qualidade metodológica, o que se agrava pela inexistência de informações sobre o comportamento efetivo dos preços. O mesmo acontece no que tange aos dados sobre finanças públicas, comércio exterior, balanço de pagamentos, crédito interno, dívida externa e outros agregados macroeconômicos.

Os dados disponíveis revelam uma queda brusca do PIB no período crítico de 1975 a 1976, com alguma recuperação a partir de então, verificando-se nova queda em 1982, ano em que os ataques da UNITA e as invasões da África do Sul se intensificaram. No período 1979-85, o crescimento nominal oficial do PIB foi de 9,2%, mas, considerando as distorções conhecidas da realidade angolana, é bem provável que o crescimento real tenha sido muito inferior. Em 1986, por exemplo, a queda nos preços internacionais do petróleo provocou uma queda de 9% no PIB nominal e de 17% no produto real.

Além de apresentar um resumo dos dados do produto setorial nas tabelas 9 e 10 (apêndice estatístico), faremos considerações sobre esse desempenho nos parágrafos abaixo.

Os dados apresentados na tabela 9 se referem ao período 1982 a 1986, enquanto a tabela 10 contem dados do período posterior (1987 a 1991) e se encontram calculados em novos-kwanzas, a moeda nacional criada em substituição ao kwanza, em 1991. Mais importante que a conversão de moeda, entretanto, são as informações sobre a participação relativa dos vários setores da economia no PIB, permitindo uma avaliação de qualidade.

Pode-se ver, por exemplo, que, com exceção do setor petrolífero, todos os demais setores da economia angolana tiveram diminuída sua participação relativa no PIB, sobretudo no período de 1987 a 1991.

Os números revelam, também, que a indústria petrolífera era responsável por cerca de 15% do PIB, em 1982, experimentando um crescimento relativo que a fez atingir 51% em 1987 e 58.2% em 1991. A agricultura, ao contrário, que contribuía com 14,3% do PIB em 1983, teve sua participação diminuída para 10,4% em 1985, 12,6% em 1987 e apenas 10.3% em 1991.

A indústria de transformação, por sua vez, passa dos 8% do PIB em 1983 para os 3,7% em 1987, piorando ainda mais seu desempenho em 1991, chegando a 2.5% do PIB.

ii) Agricultura e Pescas

O peso da agricultura angolana é de aproximadamente 10% do PIB no segmento formal da economia, mas, se fosse incluído o segmento de subsistência, certamente a contribuição deste setor no produto seria muito maior (estima-se no mínimo o dobro). A maioria dos chamados produtos "tradeables", transacionados pelos canais oficiais, teve rapidamente diminuída sua produção após a libertação colonial, e em muitos casos, chegou mesmo a desaparecer. Um bom exemplo é o da produção de café que, em Angola, se colocava entre as quatro maiores do mundo, como já citamos, caindo, em 1987, para menos de 6% do nível vigente antes da independência política. A mesma comparação pode ser feita para o sisal (que chegou a 10%), para o açúcar (17%), para a banana (32%) e para o algodão e o arroz (cerca de 1%). Pode-se afirmar que, desde a independência, o país depende crescentemente da importação desses produtos (alimentos e insumos).

O estabelecimento de empresas estatais agrícolas, associações e cooperativas de produtores ou mesmo, mais recentemente, de empresas comerciais privadas visando a substituir o sistema anterior de distribuição e intermediação não conseguiu reativar a produção do setor, sobretudo devido, como já citamos, às limitações da capacidade técnica e administrativa, ao colapso do sistema de transportes e à insegurança decorrente da guerra.A guerra isolou a maior parte das áreas rurais, destruiu as instalações ou ocupou o espaço produtivo. Ademais, a limitação de divisas foi um inibidor da necessária importação de insumos e bens de consumo a ser entregues aos agricultores como incentivo à produção.

A tabela 11 (apêndice estatístico) é bastante ilustrativa da situação da agricultura, pois compara a situação existente no setor exatamente no último ano (1987) antes da adoção do SEF, quando se inicia a inflexão da economia em direção ao capitalismo de mercado, com a situação existente no último ano do período colonial (1973) em que a produção angolana foi regular.

Os dados revelam que o café, por exemplo, teve sua produção reduzida a menos de 6%, com as quedas mais expressivas sendo registrados no trigo (0,9%), óleo de palma (2,8%), feijão (3,7%), arroz (1,3%) e tabaco (2,3%).

O setor pesqueiro, por seu turno, apresentou uma modesta contribuição ao produto, não ultrapassando os 3%. A produção de subsistência no segmento é também modesta, não obstante a costa angolana ser considerada um celeiro de peixes, favorecida, especialmente, pela combinação de correntes marítimas nas imediações de Namibe e Benguela. Na transição para a libertação, as indústrias processadoras de pescado foram destruídas e as embarcações de qualidade foram levadas pelos refugiados. A reabilitação do setor, com a cooperação estrangeira, não apresentou grande sucesso.

iii) Mineração e petróleo

Apesar dos recursos minerais serem muitos e variados, foi a produção diamantífera quem contribuiu significativamente para o produto do setor. A mineração de diamantes foi interrompida após a libertação, mas houve uma rápida recuperação de sua comercialização (apesar da ação dos "kamanguetas", contrabandistas de pedras preciosas) atingindo, oficialmente, 333 quilates em 1977 e passando a 1.479 quilates em 1980, ano em que foram alcançados dois terços da produção de 1973. Posteriormente, a produção voltou a cair, desta vez em cerca de 50% devido à insegurança gerada pelos ataques da UNITA e aos crescentes episódios de roubos e contrabando. Uma nova estratégia, adotada em 1986, e baseada em contratos de participação na produção, resultou em nova recuperação da atividade produtiva. Em 1987, entretanto, a produção de diamantes era 34% da verificada em 1973. Cumpre registrar que as áreas diamantíferas (dado que o produto é mais facilmente "transportável" e "comercializável" que o petróleo, por exemplo) sempre foram palcos de disputas entre UNITA e MPLA até a Paz de Bicese, em 1991. Após as eleições de 1992, com o reinicio da guerra, a UNITA apoderou-se das "Lundas" (região mineral) e passou a retirar dali o financiamento para suas atividades bélicas (já que a ajuda americana havia cessado).

O "enclave petrolífero", por seu turno, se revelou na mais importante exceção ao declínio generalizado da atividade econômica em Angola.

A produção de petróleo bruto (vide tabela 12, no apêndice estatístico), depois de baixar de 172.000 barris diários em 1977 para 130.000 em 1981, recuperou-se com rapidez, chegando a 282.000 barris diários em 1986, vindo aumentando continuamente, desde então, pretendendo alcançar a meta de 450.000 barris em meados dos anos noventa (segundo declarações das autoridades em 1992).

Esse crescimento constante da produção de petróleo deve-se, em parte, ao êxito da associação da SONANGOL,UEE, a empresa estatal do petróleo, com as empresas estrangeiras que já operavam em Angola por ocasião da libertação. Na rica região de Cabinda, geradora de 70% da produção nacional de petróleo e gás natural, foi adotado um sistema de empreendimento conjunto, ao passo que, nas novas e promissoras áreas submarinas ao largo da província de Zaire, prevalece um sistema de participação na produção. A SONANGOL sempre foi a única concessionária para a produção de petróleo e teve o monopólio interno da distribuição de produtos petrolíferos refinados até que, em 1992, foram estabelecidos acordos de cooperação com a GALP, portuguesa, que instalou "estações de serviço" em Angola. A propriedade das jazidas de gás e petróleo, entretanto, é exclusiva do Estado angolano.

iv) Manufatura e Construção

O setor industrial (produção manufatureira) apresentou, na primeira metade dos anos oitenta, uma média de contribuição ao PIB inferior a 10%. A partir de 1976, objetivando remover a paralisia do setor provocada pelo êxodo de técnicos e administradores, o governo nacionalizou o patrimônio abandonado e criou empresas estatais para geri-lo. Todavia, a falta de especialização, as limitações cambiais, a inadequação e falta de insumos, dentre outros fatores já apontados, impediram uma recuperação concreta da atividade industrial.

Apesar desses obstáculos, a produção manufatureira total a preços constantes, segundo documentos oficiais, duplicou no período 1977 a 1983 (tendo por base os anos críticos de 1975 e 1976), voltando a estagnar-se de 1983 a 1986,

Em 1987, houve uma baixa significativa da produção, resultante, em parte das contrações impostas pela falta de divisas, assim permanecendo até 1991, quando, mais uma vez, inflexionou-se para baixo. Não obstante a recuperação apontada, o fato é que, em 1987, a indústria manufatureira apresentou produção equivalente a apenas 3,7% do PIB, descendo, em 1991, para apenas 2,5%, representando menos que dois terços do nível de 1973.

As atividades de construção, por sua vez, expandiram-se no período de 1984 a 1985, porém sua contribuição ao PIB não chegou a 5%. Apesar da guerra representar, paradoxalmente, um fator de demanda, o setor não conseguiu satisfazer a procura para a recuperação de infra-estrutura, reparação de danos causados pela guerra e construir um número suficiente de residências para atender as demanda mínima do país. Entre 1987 e 1991, a contribuição relativa do setor ao produto não ultrapassou 3%, caindo para menos de 2% em 1991.

As novas casas construídas nas áreas urbanas (transformando barracos em construção de alvenaria nos “musseques”) foram feitas, em sua maioria, pelos próprios residentes ou em regime de mutirão. Além das limitações da indústria de materiais de construção (principalmente cimento), a falta de tecnologia e de mão-de-obra treinada têm sido fatores limitantes à expansão da contribuição deste segmento (observou-se mesmo um crescimento na contratação de firmas estrangeiras - portuguesas e brasileiras - para a realização de reformas e construção no país, que, inclusive, trazem seus próprios operários do exterior. Só recentemente, como fruto de exigências legais, a ação dessas empresas resultou em mão-de-obra angolana treinada).

Um interessante quadro com informações comparativas sobre a indústria e a mineração, tendo por base o ano de 1973, é a tabela 13 (apêndice estatístico), permitindo verificar as oscilações ocorridas ao longo de diferentes anos, até 1987, ano que marca o fim do predomínio da economia centralizada e o início da busca da economia de mercado.

Interessante notar que, na indústria alimentícia, a produção em 1987 atingiu 42% do valor produzido em 1973, com uma informação adicional: essa queda foi muito mais expressiva onde o processamento exigia máquinas e tecnologias(gorduras, conservas, açúcar) que onde se empregava mais mão-de-obra. Houve desempenho menos pior em produções tradicionais, com a de farinhas e de bebidas.

No chamado “ramo ligeiro” (têxteis, cigarros) a queda na produção é também alta, chegando a 61% em 1987 relativamente a 1973. Na indústria pesada, mais afetada que os demais setores, a produção atinge apenas 36% da verificada em 1973, observando-se o fechamento de fábricas em várias áreas: pneus, bicicletas, pilhas, metais, embalagens, pasta de papel, etc.).

Um interessante quadro a ser analisado é o que mostra a variação do valor agregado bruto na indústria de transformação, tendo por base o ano de 1987 (tabela 14, apêndice estatístico). É possível observar uma queda de 5,2% no índice de produção física do total da indústria transformadora entre 1987 e 1988, agravando-se este quadro até 1991 (queda de 14,2%).

As colunas que refletem a variação de um ano para o outro são bastante esclarecedoras, mostrando uma queda substancial na produção entre 1991 e 1990 (justamente quando se avizinhava a paz), comportamento este válido para todos os segmentos da economia.

v) Serviços e Transportes

A contribuição do setor terciário ao valor agregado total do país alcançou a média de 46% no período de 1983 a 1986, sendo os governos central e provinciais os principais integrantes deste segmento. A participação da administração pública representava quase um terço do produto nesse período. Os segmentos do comércio e de transportes representavam, juntos, quase 17% do PIB. Naturalmente, nessas contribuições estavam excluídas as atividades dos mercados paralelos e do transporte privado (“kandonga”).

5.2.13.7. Despesa Nacional

Não foi possível encontrar, em Angola, dados oficiais agregados do lado da despesa, levando-nos a inferir alguns resultados através de informações compiladas pelo Ministério das Finanças, a partir de análises efetuadas por membros de instituições internacionais em serviço no país.

Os cálculos (apresentados na tabela 15, do apêndice estatístico, efetuado por técnicos do BIRD e do Ministério das Finanças, segundo informações verbais) do investimento total foi baseado na informação disponível sobre a poupança privada, governamental e externa, enquanto o consumo privado foi deduzido residualmente.

Pela tabela 15 é possível observar uma tendência de evolução dos valores agregados, com um crescimento do consumo governamental mais acelerado que o crescimento do PIB, no período posterior a 1983. Entre 1983 e 1986, o crescimento nominal médio dessas despesas foi de 12% ao ano, enquanto a taxa de inflação no mercado oficial (medida pelo deflator implícito) foi de aproximadamente 9%. O aumento da participação do consumo governamental no PIB (de 38% em 1983 para 51% em 1986) pode ser um reflexo da orientação do consumo privado em direção ao mercado paralelo.

Após a libertação colonial, o nível do investimento efetivo foi muito baixo (cerca de 11% do PIB no período de 1983 a 1986). O investimento concentrou-se na indústria petrolífera e foi realizado, em sua maior parte, pelas empresas estrangeiras atuantes no "enclave". Até 1980, estima-se que os investimentos em exploração e utilização do petróleo tenham sido insuficientes, resultando numa queda de produção no período entre 1980 e 1982.

Após 1980, o governo firmou novos contratos de exploração com empresas estrangeiras, resultando num aumento de investimento no setor, que passou de US$201,6 milhões em 1980 para US$326,3 milhões em 1981 (variação de 62%). O investimento total no período de 1981 a 1986 chegou US$2.522 milhões, representando uma média anual de US$420 milhões.

Os planos oficiais indicavam investimento de US$1,5 bilhões no período de 1987 e 1990, porém não existem evidências de que esta magnitude tenha se concretizado. Os cálculos oficiais do PIB não incluem o valor agregado na esfera dos contratos de participação na produção e os bens e movimentos de capital com eles relacionados não eram registrados no balanço de pagamentos. Essas omissões acabaram por subestimar o montante do investimento privado nas despesas nacionais.

Entre 1983 e 1986, o investimento público foi, em média, inferior a 2% do PIB, situando-se muito aquém das necessidades de reconstrução da infra-estrutura e de desenvolvimento requeridos após a libertação.

Acredita-se que a falta de divisas (direcionadas para outras rubricas) tenha contribuído para essa baixo desempenho. A abrupta queda nos preços do petróleo, em 1985, com a conseqüente necessidade de reduzir importações, seguramente foi um fator decisivo para levar as autoridades a diminuir o nível do investimento público.

As exportações de bens e de serviços não incluindo fatores aumentaram de US$1.524 milhões em 1982 para US$2.008 milhões em 1985 e corresponderam a aproximadamente 41% do PIB desse período. Todavia, o súbito colapso dos preços do petróleo, em 1986, reduziu as exportações de bens e serviços não incluindo fatores a US$1.309 milhões.

As importações de bens e serviços têm sido determinadas principalmente pela disponibilidade de divisas proporcionadas pelas exportações de petróleo. As importações aumentaram de US$1.573 milhões em 1982 para US$2.002 milhões em 1986 mas, devido à crise dos preços internacionais do petróleo, as importações caíram para US$1.537 milhões em 1986. Apesar desta redução, a balança de bens e serviços não incluindo fatores caiu de um superávit de cerca de US$180 milhões em 1983 e 1984 para um déficit de US$228 milhões em 1986.

Os dados da tabela 27 (apêndice estatístico) foram divulgados oficialmente pelo Ministério do Plano (Instituto Nacional de Estatística de Angola) para o período 1987 a 1989 (últimos dados disponíveis, alguns por projeção ou *proxy*) e servem, por um lado, para atualizar as informações acima e, por outro, para demonstrar a precariedade das informações estatísticas locais.

Os preços correntes são, naturalmente, os oficiais e chamam a atenção as variações abruptas verificadas de um ano para o outro. Para que houvesse acréscimo de 26,4% no consumo das família (1988/87), seguido de uma queda de 21,8% no ano seguinte (1989/88) seria necessário que o governo estivesse praticando uma política econômica extremamente ativa, algo de que não se tem registro no período (nem é justificado na publicação estatística oficial). Um crescimento do PIB de 24,2% em um ano, seguido de uma queda de 20,3% no ano seguinte também requer reflexões.

5.2.13.8. Emprego e Remuneração

i) Emprego

Efetuando uma comparação entre o recenseamento de 1970 e os cálculos oficiais para 1985, baseados no recenseamento realizado em 1983, em Luanda, e em 1984, nas províncias de Cabinda, Zaire e Namibe, pode-se revelar uma importante alteração na estrutura populacional e da força de trabalho angolanas no período.

A população situada na faixa etária profissional (entre 14 e 59 anos para os homens e entre 14 e 54 anos para as mulheres) apresentou redução relativa, passando de 62,6% da população total, em 1970, para 44% em 1985, enquanto a proporção da população economicamente ativa baixou de 31,6% para 24,1% (vide tabela 16, apêndice estatístico).

Dados divulgados em 1992, pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola, do Ministério do Plano (Inquérito Sobre Emprego e Desemprego), baseados apenas na cidade de Luanda (mediante projeções), indicava, em fevereiro de 1992, uma população economicamente ativa de 38,02%, da qual 55% eram compostos de homens.

A indução de um êxodo rural, principalmente pela guerra, foi responsável pela redução da força de trabalho no campo, passando de 74% da PEA, em 1970, para aproximadamente 37% em 1985. A parcela da população que permaneceu nas áreas rurais tem sua maioria dedicada à economia de subsistência.

O aumento da população urbana após a libertação forçou o governo a gerar empregos no setor público e nas empresas estatais para absorver os migrantes. Com isto (e de acordo com estimativas oficiais), o emprego na indústria, no comércio, nos transportes e na administração aumentou de 9,5% da população economicamente ativa em 1970 para 35,3% em 1985, apesar das acentuadas quedas de produção em todos os setores (com exceção do “enclave do petróleo”).

Não obstante a precariedade dos dados sobre recursos humanos no setor público, o volume de emprego existente no governo seria, em 1988, da ordem de 150.000 trabalhadores em atividades civis, dos quais 25.000 na administração local. Havia, entretanto, de 90.000 a 100.000 pessoas engajadas, por esta época, em funções militares e de segurança.

A população oficial da cidade de Luanda, em 1992, era de 1,6 milhões de pessoas. Todavia, especialistas em urbanização e demografia consultados na época (e que se encontravam em missão por alguns meses no país) estimavam em pelo menos o dobro o número de habitantes da cidade, podendo chegar a 4 milhões. Esse inchaço se devia, naturalmente, ao forte êxodo rural provocado pela guerra e ao atrativo representado pelas melhoria de vida na capital (acesso a serviços públicos, comunicações etc.).

O número de assalariados na economia também não era fidedigno. Os membros da organização oficial UNTA (União dos Trabalhadores de Angola), eram 666.000 trabalhadores em 1985, o que correspondia a 32% da PEA, sendo que, deste total, 83% eram funcionários de empresas estatais, 12% de empresas privadas e 5% de empresas mistas. Dados de 1992, indicavam 14,8% de pessoas "plenamente empregadas" e a mesma proporção para "subempregados", sendo que 58% desses trabalhadores eram mulheres.

ii) Remuneração do Trabalho

A lei geral do trabalho, instituída já na fase inicial do regime, estabelecia uma escala salarial uniforme para os trabalhadores. Embora esse sistema pudesse gerar, por hipótese, situações de rigidez no mercado de trabalho, já que não considerava diferenças nas atividades econômicas, na prática não criava grandes transtornos, pois os salários oficiais não passavam de uma pequena parcela da remuneração total do trabalhador. Como já esclarecido, parcela expressiva da remuneração foi sendo continuamente desmonetizada, de modo que o rendimento real era determinado pelo acesso aos bens vendidos a preços oficiais e pelo valor do recebimento em espécie. Portanto, em que pesem as diferenças nominais de salário, essas não expressavam corretamente diferenças reais entre as diferentes categorias de trabalhadores.

Mesmo com a "desmonetização" oficial dos salários, em 1991, a imprecisão salarial continuou, pois muitos organismos públicos, privados e mistos continuaram praticando o pagamento em bens, sem controle oficial. A remuneração oficial, todavia, passou a ser feita em kwanzas e, posteriormente, em novos kwanzas, com todos os efeitos monetários (leia-se inflacionários) decorrentes.

Algumas estatísticas da UNTA revelam que, em 1985, o salário médio mensal em Angola era de kz9.858, o que representava aproximadamente US$325 ao câmbio oficial. As diferenças de salário nominal entre as categorias profissionais eram pequenas, oscilando de um mínimo de kz 5.761 para os trabalhadores rurais a kz30.000 para os chamados técnicos superiores. O salários reais, entretanto, podiam variar muito entre as diferentes categorias e mesmo dentro de uma mesma categoria, dependendo da configuração especial dos benefícios proporcionados por acesso a diferentes bens, diferentes lojas etc.

Como ilustração, havia na administração pública quatro categorias ocupacionais: os trabalhadores, cujos salários variavam entre kz4.500 e kz19.800; os funcionários administrativos, cujos salários mensais variavam entre kz5.000 e kz15.700; os técnicos superiores, cuja escala salarial começava em kz10.000 e terminava em kz35.000; e os diretores e administradores, que recebiam salários entre kz10.000 e kz30.000.

Em 1986, o salário médio passou para kz12.049, considerando os cerca de 410.000 trabalhadores incluídos na folha de pagamentos controlada pelo Banco Nacional de Angola. Efetuadas algumas correções, como, por exemplo, a exclusão dos incentivos dados aos silvicultores e aos trabalhadores da manufatura e da mineração, o salário nominal médio mensal de 1986 reduzia-se para kz11.754. Uma comparação entre os dados da UNTA e as informações do BNA revela um crescimento do salário médio de aproximadamente 23% durante aquele período.

É importante salientar que o poder de compra dos salários e dos benefícios indiretos, na economia angolana, eram muito baixo, considerando que a oferta de bens a preços oficiais era limitada. Por exemplo, em novembro de 1987, um trabalhador regular somente conseguia gastar kz300 no mercado oficial.

Como os preços praticados no mercado paralelo eram cerca de 30 a 50 vezes maiores que os preços oficiais, o poder aquisitivo dos salários nominais era extremamente baixo. Todavia, os funcionários de hierarquia mais elevada tinham oportunidade de comprar, aos preços oficiais, maior quantidade de bens, difíceis de serem encontrados pelos demais trabalhadores (kz3.000, kz6.000 ou até kz8.000 por mês em bens, de acordo com a sua posição hierárquica).

De modo similar, com o objetivo de remediar o baixo poder aquisitivo dos salários, muitas empresas estatais efetuavam pagamentos em espécie aos seus trabalhadores (o chamado "autoconsumo") de modo que as trocas, no mercado paralelo, de bens recebidos por meio desse processo, conseguiam remover em parte a desigual distribuição dos salários. Nas condições vigentes em Angola, a formação do salário real frustrava inteiramente a racionalidade econômica de uma economia regular, fosse ela "socialista" ou capitalista.

Em novembro de 1991, um decreto governamental estabeleceu, pela primeira vez, um salário mínimo em Angola, no valor de Nkz12.000 (cerca de US$100 ao câmbio oficial da época, porém apenas US$6 ao câmbio do mercado paralelo). As categorias ocupacionais continuaram sendo quatro ("dirigentes e responsáveis", "técnicos", "administração" e "serviços"), com salários nominais máximos de Nkz420.000 (35 salários mínimos) para os "dirigentes", Nkz354.300 (29,5 salários mínimos) para os "técnicos superiores", Nkz263.000 (22 salários mínimos) para os "responsáveis", Nkz195.200 para os "técnicos médios" e Nkz83.000 para os "técnicos básicos". A publicação oficial do governo esclarecia, ainda, de maneira velada, que esses indicadores eram apenas referenciais, já que "a maior parte dos trabalhadores ainda" dependia "dos diversos organismos e empresas do Estado" (numa clara referência à prática continuada do "autoconsumo"e pagamento em bens).

5.2.13.9. Finanças Públicas

Em meados da década de oitenta, cerca de dois terços da economia oficial de Angola era financiada por recursos governamentais, sendo essa uma característica típica do modelo centralmente planejado adotado no país.

Duas fases distintas das finanças públicas angolanas podem ser destacadas, desde o processo de libertação colonial. Um primeira fase, que vai da proclamação da independência até 1981, e que se caracteriza pelo crescimento rápido das receitas e por um crescimento ainda maior das despesas, com grandes déficits globais, e uma segunda fase, de 1981 em diante, caracterizada por oscilações nas receitas e nas despesas, porém marcada por déficits permanentes.

Parcela considerável das receitas do petróleo passava pelo orçamento do Estado antes de chegar à economia. A dependência do petróleo e as alterações em seus preços foram responsáveis pela necessidade de ajustes fiscais freqüentes. Grande parte do crescimento das despesas públicas ocorreu nas despesas correntes, que são difíceis de serem comprimidas. O problema de como estabelecer um melhor equilíbrio entre as receitas e as despesas, e de como melhorar o uso dos recursos na economia, eram as questões mais importantes em meados da década passada e, para as quais, as autoridades angolanas jamais encontraram uma solução.

i) Receitas

Os recursos orçamentários do governo expandiram-se bastante desde a libertação, com seu período de maior crescimento situando-se até 1981. A partir de então, verificou-se considerável instabilidade nas receitas, que se reduziram em quase um terço em 1982, melhorando gradualmente até 1985. Em 1986, os recursos voltaram a cair, desta vez em 10% e, desde então, se estabilizaram (vide tabela 17, apêndice estatístico).

Dados válidos para o período de 1988 a 1991, divulgados pelo INE, do Ministério do Plano (Perfil Estatístico), calculados com base na execução do Orçamento Geral do Estado, revelam que o total nominal das receitas apresentou expansão de 25,4% entre 1988 e 1989, de 10,5% no exercício seguinte e de 108% entre 1990 e 1991, revelando, dentre outros fatos, uma queda acentuada nas receitas de capital (53%) e um crescimento nas receitas tributárias de 27,5% no primeiro ano analisado. Entre 1990 e 1991, contudo, as receitas correntes cresceram 123% e as de capital 271%. A precariedade das conclusões sobre esses dados salta aos olhos, já que são apenas fruto das rubricas orçamentárias e não há indicadores de preços. Em 1991, os preços, calculados oficialmente, cresceram 176%, desqualificando o crescimento das receitas correntes, por exemplo, que teriam decrescido (e não crescido) quase 20%.

As oscilações no mercado mundial de petróleo e no setor petrolífro de Angola são, seguramente, um dos principais responsáveis pelas variações de receita. Em 1981, os tributos resultantes das operações de petróleo representaram 61% da receita total do governo e 71% da receita fiscal.

Essa dependência se mostra mais acentuada quando se leva em conta o efeito indireto da atividade do setor petrolífero sobre as receitas fiscais. As exportações de petróleo determinavam o nível das importações. Logo, determinavam não apenas a receita gerada pelos impostos de importação, como também o nível da atividade econômica e, assim, outras receitas diretas e indiretas. Os dados mais recentes agrupam as receitas na rubrica "ordinárias", sem maior detalhamento.

Contrastando com as oscilações da receita dependente do "enclave", os tributos não gerados pelo petróleo apresentaram aumentos constantes, embora muito lentos, durante os anos oitenta. Entre 1980 e 1986, a taxa média nominal de crescimento foi de 2,9% ao ano, porém, em termos reais, o que ocorreu foi provavelmente um declínio. Os diferentes movimentos nos componentes principais da receita resultaram em mudanças significativas na estrutura da receita, tal como mostra o quadro que apresentamos abaixo.

No período de 1984 a 1986 (vide dados da tabela 18), o coeficiente entre os tributos (excluindo o resultante do petróleo), e o PIB (não incluindo o setor do petróleo) situou-se em torno de 22% em média. Aparentemente, trata-se de uma proporção favorável, considerando que este coeficiente gira em torno de 14% para os países de renda média (segundo indicadores do Banco Mundial em relatórios sobre desenvolvimento). Todavia, há pelo menos duas razões para invalidar essa comparação.

Primeiramente, o PIB oficial excluía as atividades do setor de subsistência e do mercado paralelo, ao passo que os impostos não gerados pelo petróleo incluíam, até recentemente, a transferência, para o Estado, de praticamente todos os lucros das empresas públicas. Em troca, o Governo financiava os investimentos dessas empresas, como demonstramos anteriormente. Se efetuarmos a correção dessas distorções pressupondo, por exemplo, um imposto de 50% sobre os lucros, o coeficiente imposto/PIB poderá situar-se entre os 10% e os 15% e, possivelmente, aproximar-se da extremidade inferior deste limite.

Por outro lado, dado este baixo coeficiente, bem como considerando a grande contribuição do setor do petróleo para as receitas, o custo das despesas governamentais para o contribuinte angolano era relativamente modesto.

ii) Despesas Ordinárias

A elevada centralização da gestão governamental em Angola fazia com que o orçamento se ocupasse da cobertura não apenas das despesas do governo central, como também dos gastos das autoridades provinciais e das empresas públicas. Havia, entretanto, investimentos do governo (como as despesas financiadas por subvenções externas) que não eram incluídas no orçamento. Há indícios de que um significativo montante dos gastos públicos, incluindo investimentos, despesas militares e juros sobre a dívida externa, também foram realizados, durante alguns anos, sem a devida autorização ou registro no orçamento.

As despesas ordinárias do governo (excetuando um breve interregno de estabilidade entre 1980 a 1983) apresentaram rápido crescimento na primeira década do regime. No ano de 1980, o nível dessas despesas era superior em cinco vezes o montante observado nos últimos anos do período colonial. Na nova fase de crescimento das receitas, em 1983, os recursos adicionais foram utilizados, sobretudo, para financiar essas despesas ordinárias.

Nessa tendência geralmente crescente das despesas ordinárias, entretanto, residem importantes modificações efetuadas no orçamento ordinário. Em primeiro lugar, durante os anos oitenta, principalmente entre 1982 e 1985, houve significativo deslocamento de recursos em direção às despesas com defesa e segurança. O resultado foi que o orçamento ordinário da defesa dobrou no período de 1980 a 1986, enquanto as despesas para outras finalidades permaneceram inalteradas em termos nominais. Em 1988, a defesa absorvia 43% do orçamento ordinário.

Uma outra tendência passível de registro foi o crescimento dos custos de pessoal (incluindo a área militar) na despesa total, absorvendo, por exemplo, quase 70% do orçamento ordinário em 1986. Mesmo nas despesas não-militares, a parcela relativa ao pessoal foi bastante alta, saltando de 43% em 1981 para 64% em 1986 (vide tabela 19, apêndice estatístico).

Resta, ainda, evidenciar até que ponto este aumento se deveu a uma maior dimensão do funcionalismo civil, e não a aumentos dos níveis salariais. Em 1986, foi concedido um aumento geral de salários, iniciando-se também um processo de avaliação profissional. Durante o ano de 1987, preocupado com os impactos dos gastos salariais sobre a gestão fiscal, o governo solicitou a transferência de pessoal para as empresas públicas, porém foi uma medida que não teve êxito, pois significou, na prática, simplesmente uma mudança de rubrica no orçamento.

As subvenções às empresas públicas, segundo dados do Ministério das Finanças, absorviam, até 1986, aproximadamente 25% do orçamento ordinário não destinado à defesa.

Embora fossem, principalmente, direcionadas aos pagamentos para a cobertura de prejuízos operacionais, essas subvenções também incluíam coberturas específicas a preços e dotações para capital de giro. Entre 40% e 50% das subvenções destinavam-se a apoiar as empresas agrícolas. A partir de 1986, previa-se que as empresas públicas gozassem de maior autonomia financeira, o que acabou não ocorrendo.

Embora algumas empresas tenham gozado de maior flexibilidade para elevar os preços de seus produtos (o que ajudaria na cobertura de prejuízos), sabe-se que outras passaram a operar no “mercado paralelo” ou se viram obrigadas a suspender os pagamentos aos seus fornecedores (e mesmo aos empregados, em certas ocasiões).

O governo somente passou a incluir o pagamento de juros sobre a dívida externa no orçamento a partir da metade dos anos oitenta. Apenas em 1986 estes pagamentos foram efetuados pelo Ministério das Finanças e registrados como despesa governamental.

Até então, o Banco Nacional era o responsável exclusivo pelo registro e controle do serviço da dívida externa.

Os pagamentos de obrigações governamentais explicariam parcialmente as despesas extra-orçamentárias do BNA. O governo nunca pagou juros sobre o seu endividamento interno junto ao BNA.

iii) Despesas de Capital

O orçamento distinguia dois tipos de despesa de capital: os investimentos realizados pelas empresas públicas (ou investimentos produtivos) e os investimentos sob a responsabilidade direta dos ministérios. Até recentemente, a importância destes últimos era secundária, pois a ênfase desejada pelas autoridades centrava-se em investimentos geradores de valor.

Diferentemente da orçamentação conhecida em países ocidentais, as rubricas do orçamento separavam aquilo que era investimento especificamente das empresas e aquilo que era investimento direto do ministério, voltado para gastos nele mesmo e não em empresas ou instituições vinculadas. Adquirir equipamentos, computadores etc., por exemplo, para uso em uma repartição ministerial, significava “investimento direto no ministério (não produtivo). Investimento direto desse ministério significava a alocação de recursos para esses gastos e não para obras que esse ministério iria realizar em empresas e diferentes regiões do país.

Considerando que, até 1986, as empresas públicas eram obrigadas a entregar ao governo pelo menos 90% de seus lucros, o financiamento de seus investimentos dependia quase totalmente dos recursos orçamentários (isto é, de recursos proporcionados pelo plano anual do Estado que se incumbia de distribuir os recursos globais disponíveis para essa rubrica).

O Banco Nacional alocava divisas para projetos em particular ou procurava obter recursos externos para o seu financiamento. Era o BNA, portanto, quem determinava em grande parte as dimensões e a composição do programa de investimentos. O Ministério das Finanças não se envolvia na atribuição de recursos para investimentos "produtivos". O orçamento incluía, para cada ministério, limites para as despesas de capital destinadas a esses investimentos, preparados na base de dados históricos "administrativos".

Devido à falta de sintonia entre o BNA e os Ministérios do Plano e das Finanças, e dado o papel dominante do orçamento cambial na determinação do programa de investimentos, não é de surpreender que as despesas de investimento reais pudessem diferir consideravelmente das dotações orçamentárias determinadas pelo Ministério das Finanças.

O crescimento das despesas de capital foi muito rápido, a partir de 1975, passando de kz2 bilhões antes da independência para kz34 bilhões em 1981 (variação de 1600%). Devido a queda dos preços do petróleo em 1981, alguns cortes foram feitos no programa de investimentos, resultando em queda acentuada nesses dispêndios entre 1981 e 1987 (passando de kz34 milhões para kz6 milhões em termos nominais).

No ano de 1986, os dispêndios de capital significaram menos de 10% das despesas totais do governo. É provável que esse declínio dos investimentos se revelasse menos drástico levando em conta as despesas extra-orçamentárias. Por exemplo: grande parte das despesas com a hidrelétrica de Capanda não foram incluídas no orçamento.

Os investimentos "administrativos" (com exceção das áreas de defesa e segurança) sempre foram muito baixos. Em 1987, houve um súbito incremento nessa rubrica graças à dotação de kz1,1 bilhão para o setor da educação, em especial para a reforma de escolas. Cumpre esclarecer que empresas públicas vinculadas ao “enclave”, como a SONANGOL e a ENDIAMA (além de alguns hotéis especiais) operavam em regime especial no tocante às despesas de capital.

Nos dados orçados para 1991, as despesas vinculadas à rubrica “administração” representavam 23,9% do total , superando a “defesa” (20,6%), a “educação” (17,5%) e a “Ordem Pública” (16,3%).

iv) Déficit Orçamentário

Desde 1978, o orçamento geral tem sido sistematicamente deficitário (o primeiro ano após a libertação para o qual existem registros sobre o tema). Entre 1979 e 1986, as despesas foram, em média, 25% superiores às receitas, embora dados do BNA relativos a crédito interno sugiram que o déficit verdadeiro tenha sido maior. Expressar a magnitude do déficit em relação ao PIB deixa de ter sentido quando se sabe que a qualidade dos dados sobre a produção é insatisfatória. Muito provavelmente, a discrepância entre dados das Finanças e do BNA ocorram em razão das despesas extra-orçamentárias do governo. Essas despesas podiam incluir operações para fins militares, certos investimentos e, com exceção de 1986, o serviço da dívida externa. Também é possível que as discrepância se devessem a diferenças de métodos de contabilização utilizados.

Não obstante apresentar oscilações, o déficit orçamentário experimentou redução relativa frente à despesa total do governo (vide tabela 20, apêndice estatístico).

O financiamento dos déficits era feito através do endividamento externo e por adiantamentos do BNA. Entretanto, saques e repagamentos dos créditos externos não estavam explícitos nas contas financeiras do governo. O Banco Nacional, que administrava a dívida externa do país, repassava os créditos externos ao governo do mesmo modo que financiava o déficit com seus recursos: através de adiantamentos. Através dos dados disponíveis não é possível estabelecer uma distinção entre os financiamentos inflacionário e não inflacionário do déficit público, sobretudo por falta de informações sobre a dívida externa. O governo jamais efetuou qualquer reembolso de sua dívida para o BNA.

5.2.13.10. Política Fiscal

O crescimento da oferta monetária em Angola era causado principalmente pelo endividamento do governo junto ao BNA para financiar seus déficits, o que se constituía, assim, num importante gerador de pressões inflacionárias e, consequentemente, num incentivo à expansão dos mercados paralelos. O crescimento da liquidez interna decorrente do efeito orçamentário deve ter sido maior do que o sugerido pelas cifras oficiais.

Angola obtinha no exterior uma parcela expressiva de suas receitas orçamentárias que, além de elevadas, era maior que a proporção de suas despesas no estrangeiro. A diferença entre as despesas a receitas internas constituía o chamado saldo orçamentário interno que, como vimos, era deficitário. Principalmente em economias com predominância do setor público, o déficit interno é um conceito mais interessante que o déficit geral para analisar o impacto que o orçamento exerce sobre a demanda agregada e sobre a liquidez internas.

Pelo acompanhamento dos dados disponíveis, é possível inferir que o déficit interno foi grande e acelerado em Angola, sobretudo após os aumentos de preços do petróleo, em 1979, quando as despesas do governo aumentaram acentuadamente, tendo em vista a expansão das receitas do petróleo, enquanto a receita interna mantinha-se estagnada ou em queda.

Determinar a magnitude do déficit interno, entretanto, é muito difícil pela insuficiência de detalhes nas informações sobre a despesa pública. Uma estimativa aproximada do Ministério das Finanças, em 1986, indicava um déficit interno de kz 26 bilhões, o que representava duas vezes o valor do déficit geral da economia.

5.2.13.11. Política Monetária

O fato do Banco Nacional operar com uma taxa fixa de câmbio e financiar integralmente os déficits orçamentários do governo limitava, sem sombra de dúvida, a realização de políticas monetárias discricionárias.

A taxa de crescimento anual da oferta monetária (no conceito M2: dinheiro em poder do público, depósitos à vista e endividamento público) foi deveras flutuante, pelos dados analisados, o que pode se explicar pelas oscilações, de um ano para o outro, das disponibilidades líquidas provenientes do exterior e do crédito interno.

Pelos dados da tabela 21 (apêndice estatístico) é possível inferir que o crédito líquido ao governo pode ter contribuído sistematicamente para o crescimento da oferta monetária, e que o crédito proporcionado a outros setores também contribuiu, embora de modo irregular, para este crescimento. Dada a pequena proporção do crédito interno destinado às empresas públicas e privadas, não é factível supor que o Banco Nacional compensasse as expansões de crédito ao governo com contrações no crédito aos demais setores.

Embora não existam dados disponíveis para um cálculo mais apropriado da oferta monetária (no conceito M1), as informações existentes levam a crer que, nos anos oitenta, houve expansão monetária pelo menos na ordem de 20% ao ano. Com preços fixos nos mercados oficiais e limitações na oferta agregada, certamente o crescimento do estoque monetário alimentou a inflação no mercado paralelo, criando as graves distorções de preços relativos que já nos referimos antes.

Através do cruzamento dos dados da tabela 21 com informações do produto, é possível verificar que tem havido uma redução do coeficiente "PIB/M2" (que, eventualmente, poderia ser interpretado como uma "proxy" da velocidade de circulação da moeda, embora não considerando todas as transações envolvidas), passando de 0,80 em 1983 para 0,53 em 1986. Isto pode significar a ocorrência de poupança forçada na economia ou, por outro lado (o que é mais provável), que a velocidade efetiva da moeda é muito grande, posto que imensa parte da atividade econômica (a do mercado paralelo) não se encontra incluída no PIB. Considerando a inexistência de estimativas coerentes de inflação neste período, a determinação da demanda agregada neste contexto fica comprometida.

5.2.13.12. Setor Externo

i) Balanço de Pagamentos

Os dados apresentados nas tabelas 22 e 23 não permitem conclusões precisas sobre o balanço de pagamentos, pois, em primeiro lugar, nem todas as transferências internacionais de bens estão incluídas. As duas principais exclusões são as importações militares e de equipamento pesado para a indústria petrolífera e os fluxos de capital dai decorrentes. Além disso, até 1981, os tributos de exportação pagos pelas empresas petrolíferas ao governo eram incluídos como receita de serviços e nos rendimentos que as empresas detinham no exterior, não aparecendo nos registros.

Após 1981, as exportações de mercadorias passaram a incluir esses tributos, enquanto os rendimentos mantidos no estrangeiro, incluídos na exportação de mercadorias, passaram a ser registrados na categoria de importação de serviços em uma rubrica de compensação. O fundamento para esta última modificação está em que esses rendimentos eram retidos pelas empresas de petróleo a título de pagamento de serviços e de remuneração por seus investimentos de capital.

No dados de 1986, convém assinalar que a transferência de juros e lucros inclui juros devidos, mas não pagos, que somam aproximadamente US$46 milhões.

As amortizações de capital registradas em 1986 também incluem pagamentos devidos, mas não pagos, no total aproximado de US$195 milhões. Esses esclarecimentos foram prestados em nota anexa aos dados compilados pelo Ministério das Finanças.

A tabela 22 indica que Angola apresentava, sistematicamente, excedentes na balança comercial e déficits na conta de serviços que superam os excedentes comerciais. O déficit nas contas de transações correntes tem sido financiado por entradas de capital, principalmente na forma de empréstimos.. A partir de 1986, as entradas de capitais foram insuficientes para financiar o déficit em conta-corrente, de modo que o país começou a acumular atrasos em suas obrigações a título de serviço da dívida.

O declínio da exportações de bens e serviços em 1986 é inteiramente explicado pelo menor valor das exportações de petróleo. O volume físico das exportações de petróleo bruto, entretanto, aumentou de 39 milhões de barris em 1981 para 92 milhões em 1986 (vide tabela 12, apêndice estatístico). Este aumento de volume mais do que compensou a queda dos preços médios do petróleo, de US$31,7 por barril em 1982 para US$26,0 em 1985. Todavia, os efeitos das drástica redução dos preços médios do petróleo, para US$12,6 por barril em 1986, foram maiores do que os efeitos do aumento da produção. Logo, a receita de exportação de petróleo bruto, que aumentara de US$1.246 milhões em 1982 para US$1.906 milhões em 1985, caiu para US$1.164 milhões em 1986.

As exportações de diamantes e de café, que geravam montantes expressivos de divisas antes da libertação, caíram continuamente. Em meados dos anos oitenta já eram mínimas, representando, em 1986, menos que 6% da receita total de exportação. O governo manifestava, nessa ocasião, esperança de que, com novos contratos formalizados no setor diamantífero, houvesse reflexo posterior no balanço de pagamentos.

Exportações de outros bens, incluindo produtos agrícolas e pescado, muito importantes no período colonial, praticamente desapareceram ou se reduziram a valores mínimos após a libertação (no caso de pescado, um motivo importante foi a “fuga de pescado”, isto é, venda de produtos ao exterior sem passar pelos circuitos oficiais).

A tendência de desvalorização da moeda americana, observada desde meados da década passada, sobretudo no mercado europeu (fonte de fornecimento para Angola) também contribuiu para agravar os efeitos da contração nos preços do petróleo. As trocas com os EUA, como se sabe, eram nulas (a não ser a exportação de petróleo), o que contribuía para agravar a situação dos termos de troca do país.

A tabela 23, referente ao período 1988 a 1992 (fim do período estudado) revela que, a partir de meados da década de oitenta, o panorama do comportamento das contas externas apresenta a mesma tendência já diagnosticada entre 1985 e 1988, agravando-se a situação do endividamento, não compensada com o aumento nas receitas do petróleo, conforme demonstramos acima.

ii) Endividamento Externo

Os dados existentes sobre o endividamento externo angolano, dadas as deficiências de controle e a falta de pessoal especializado atuando junto ao Banco Nacional, contêm, seguramente, muitas dúvidas. Todavia, analisando objetivamente os números existentes (vide tabela 24 do apêndice estatístico), chega-se à conclusão de que a dívida externa civil de Angola vinha crescendo, em meados dos anos oitenta, e já alcançava, no fim de 1984, a marca de US$3.071 milhões. Em 1987, sabe-se que, da dívida total, 17% correspondiam à dívida a curto prazo e 83% à de médio e longo prazos. Da dívida de longo prazo, quase 68% correspondiam à dívida com credores ocidentais (sendo um quinto deste valor correspondente a juros), enquanto 26% eram devidos aos países “socialistas” e o restante a organizações multilaterais.

Antes do declínio nos preços internacionais do petróleo, em 1986, o serviço da dívida angolana consumia pouco mais de 20% das receitas de exportação. Pelos dados oficiais, observa-se, também, que os juros sobre a dívida eram inferiores a 6%. Segundo declarações de autoridades, a média dos juros era de 2% sobre os empréstimos oficiais intergovernamentais, de 8% sobre os empréstimos de instituições multilaterais, de 9% sobre os empréstimos bancários não garantidos e de 1,5% até 1,75% acima da taxa Libor sobre os créditos bancários não garantidos. A elevação substancial dos indicadores da dívida em 1986 se deve à combinação do declínio nas receitas de exportação com um aumento expressivo das amortizações de capital (vide tabela 25, apêndice estatístico).

Em 1988, 85% da dívida de Angola com os países ocidentais era pagável a entidades oficiais; o restante era devido a bancos comerciais. No início daquele ano, nas negociações realizadas na Europa, o Clube de Paris estabeleceu condições para a renegociação dos juros devidos até o final de 1987, no valor de aproximadamente US$450 milhões. Esses termos incluíam uma renegociação da dívida total, a juros comerciais, com três anos de carência, acrescido de mais três anos para amortização. Angola pretendia carência de quatro anos e prazo de amortização de seis anos.

O Clube de Paris, entretanto, exigiu que qualquer decisão para o caso angolano fosse tomada , obrigatoriamente, no contexto de um acordo "stand-by" com o Fundo Monetário Internacional. Neste sentido, iniciaram os esforços das autoridades do país visando a torná-lo integrante do FMI e poder contar com o aval para as negociações daquele período.

Indicadores de endividamento datados do final de dezembro de 1990 (publicados pelo Ministério do Plano), indicava uma dívida total de US$8.046 milhões, dos quais 60% provenientes de países socialistas, 39% de países capitalistas e apenas 1% de organismos internacionais de fomento. A dívida junto a países capitalistas, entretanto, foi contraída com o aval de organismos internacionais (fruto da exigência dos bancos, a partir de 1988). 95% da dívida angolana, por essa época foi contraída junto a organismos bilaterais. .

A situação de dependência de créditos externos prevaleceu em Angola, mesmo depois da estabilização da situação internacional do petróleo no final da década de oitenta e do crescimento em suas receitas externas, indicando que uma combinação da cessação da cooperação “socialista” com a necessidade de adaptar-se às novas contingências de uma economia de mercado representou custos que tiveram que ser financiados externamente.

A tabela 26, do apêndice estatístico, resume o panorama de uma década (ainda que o valor global da dívida em 1990 divirja do da publicação oficial mencionada acima), demonstrando os valores absolutos da dívida e alguns indicadores que permitem verificar um crescimento relativo do serviço no período mais recente, somado a uma elevação substancial dos débitos absolutos, atingindo quase que o valor do produto total em 1992 (ano das eleições diretas e fim do nosso período de análise).

5.3. Avaliação do Modelo de Economia Centralmente Planejada

A experiência de Angola no uso do "planejamento central" como instrumento de gestão e como meio para alcançar o "desenvolvimento econômico e social" ocorreu praticamente durante todo o período analisado em nosso trabalho (de 1975 a 1992).

Desde a "libertação colonial", o governo do MPLA envidou esforços visando a tornar "socialistas" as estruturas econômica e política do país, embora, sobretudo nos dois primeiros anos, tenha enfrentado consideráveis dificuldades impostas pela guerra e pela ausência de quadros preparados.

No período de dez anos, compreendido entre o primeiro congresso do MPLA-PT, em dezembro de 1977, e a adoção do SEF (Programa de Saneamento Econômico e Financeiro), no início de 1988, Angola viveria oficial e exclusivamente a experiência de uma "economia centralmente planejada".

Nesse período, embora não se tenha utilizado de planos de médio ou de longo prazos, atendo-se exclusivamente aos "planos anuais", o governo angolano gerenciou o funcionamento econômico do país fundamentado nas técnicas de planejamento central, conferindo um caráter estatal e centralizado às políticas econômicas, em que pese a tolerância de um "enclave capitalista" no país, o qual, entretanto, somente interferiu no modelo na exata medida da geração das receitas necessárias a financiar o restante da economia.

Depois dessa década de experiência, ainda que o "plano anual" continuasse a exercer um papel dinâmico e preponderante no comando da economia, lentamente o sistema passou a transitar para a "economia de mercado", exigindo a descentralização das decisões e maior papel do sistema de preços, realidade afinal consolidada nos primeiros anos da década atual.

Nosso objetivo consiste em examinar em que medida o "planejamento centralizado" foi um instrumento eficaz de gestão e de política econômicas em Angola, sobretudo em sua fase inicial, quando as especificidades que marcaram a economia exigiram uma postura concentrada na alocação de recursos e no processo de tomada de decisão.

Todavia, alguns condicionantes característicos dessa economia fizeram com que esse instrumento, eficaz para as políticas econômicas de curto prazo, não apresentasse o mesmo desempenho quando aplicado ao "desenvolvimento econômico e social" de longo prazo.

A rigor, para a demonstração desses pontos, as evidências empíricas apresentadas nos itens anteriores deste capítulo seriam suficientes, pois revelam as especificidades da realidade angolana, onde, seguramente, a implantação do modelo formal soviético de planejamento centralizado teria que sofrer adaptações e imensas dificuldades.

Angola, a bem da verdade, não experimentou um "socialismo soviético" puro, pois a realidade do período analisado (condicionada pela guerra, falta de quadros e dependência do petróleo, dentre outros) e mesmo a aplicação cotidiana dos instrumentos de gestão econômica, como mostrado, se encarregaram de negá-lo.

Ainda assim, primeiramente, serão apresentados apelos teóricos existentes sobre o tema para, em seguida, associar ao assunto essas especificidades da economia angolana que levaram aos resultados apontados.

5.3.1. Planejamento Econômico: Política e Desenvolvimento

Não se pode afirmar que exista propriamente uma "teoria do planejamento econômico" ou uma "doutrina da economia centralmente planejada" que procure justificar seu emprego generalizado no gerenciamento econômico cotidiano ou como instrumento para alcançar o desenvolvimento econômico e social de um país.

O que existe são proposições de caráter científico, fundamentadas em observações da realidade, que procuram fazer crer que a planificação centralizada da economia pode conduzir a avanços (traduzidos em crescimento econômico e melhoria do bem-estar) que, de outro modo, levariam muito tempo para serem alcançados[(130)].

[(130)] Ver sobre o assunto as posições de Oskar Lange in POMERANZ, L. (org.). *Oskar Lange: Economia*. São Paulo, Ática, 1981 e LANGE, O. *Ensaios Sobre Planificação Econômica*. São Paulo, Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1986. Os trabalhos de Oskar Lange, ainda que defasados em relação a este momento, têm, seguramente, um caráter geral que os tornam qualificados para os propósitos desta tese.

Essencialmente, há dois posicionamentos bastante apropriados à análise do caso angolano, o primeiro justificando a aplicação do planejamento às economias "socialistas" e o segundo tratando especificamente do planejamento enquanto instrumento para o desenvolvimento econômico(131).

Cotejar esses dois trabalhos com alguns aspectos da realidade estudada, pode nos proporcionar a possibilidade de entender o porquê do "planejamento central" ter sido, ao mesmo tempo, um instrumento eficaz no curto prazo e não eficaz quando se analisa o desenvolvimento de longo prazo.

Nos próximos parágrafos, serão destacadas algumas justificativas relevantes para o emprego da "economia centralizada" tanto no curto prazo quanto para o desenvolvimento econômico, apontando-se, em seguida, os fatos concretos que permitem atingir os objetivos propugnados.

5.3.1.1. Planejamento e Economia Centralmente Planejada

O "planejamento econômico centralizado" consiste em um instrumento típico de países "socialistas", com suas origens remontando às experiências da União Soviética, no início deste século, visando a superar o atraso econômico e social que caracterizava a Rússia pré-revolucionária.

Como, por suposição, em uma economia "socialista" os condicionantes do sistema (as leis econômicas) são conscientemente controlados pela sociedade (que é proprietária dos meios de produção, sob o comando do Estado), o planejamento econômico se torna medida necessária, já que a economia socialista não alcança espontaneamente o desenvolvimento. O planejamento se revela, por assim dizer, num instrumento para submeter a operação das leis econômicas e assegurar que o desenvolvimento da sociedade se dê segundo a vontade humana(132).

---

(131) LANGE, O "O Papel do Planejamento Numa Economia Socialista" in POMERANZ, L. (org.). *Oskar Lange: Economia*. São Paulo, Ática, 1981, pág. 121 a 136 e LANGE, O. "O Planejamento do Desenvolvimento Econômico" *Opus Cit*., pág. 110 a 120.

(132) LANGE, O "O Papel do Planejamento Numa Economia Socialista" in POMERANZ, L. (org.). *Oskar Lange: Economia*. São Paulo, Ática, 1981, pág. 121.

Embora possa ser aplicado também a sociedades capitalistas, tendo ocorrido notáveis exemplos neste sentido, no corrente século, sobretudo em países subdesenvolvidos (na Ásia, na África e na América Latina), o uso do planejamento revela-se muito mais eficaz quanto mais centralizados forem os controles das variáveis econômicas, mostrando-se, deste modo, mais apropriado para economias "socialistas" que para economias "capitalistas".

O principal elemento caracterizador da "revolução socialista" e da transição para o "socialismo" é justamente a adoção da "economia planificada", uma vez que ela é quem vai promover o desenvolvimento efetivo das "relações socialistas de produção".

Na etapa de transição para o "socialismo", ainda é possível conceber a influência do modo anterior de produção sobre a realidade econômica, porém é efetivamente necessário que a economia se torne cada vez mais planificada, visando a alcançar mais rapidamente o seu desenvolvimento posterior.

O uso do "planejamento econômico" deve ocorrer a partir do momento em que o Estado intervém nas relações econômicas prevalecentes para eliminar os resquícios existentes de relações capitalistas de produção, adotando, em seu lugar, relações tipicamente "socialistas".

A persistência de "setores não-socialistas" na economia, entretanto, pode acontecer, porém exige do Estado um controle estrito, sob pena de exercer influências deletérias sobre o sistema econômico sucessor.

A possibilidade do exercício desse controle sobre os "setores não-socialistas" deve decorrer da existência de um segmento já "socializado" na economia, segmento esse originado da nacionalização do patrimônio e empresas e que deve pertencer ao Estado, a partir do que se controlam os principais postos de comando da economia.

O Estado "socialista", na fase inicial do processo, não pode ser neutro e deve utilizar conscientemente o setor socialista nacionalizado como instrumento de controle do desenvolvimento do restante da economia.

Pode se valer, por exemplo, dos instrumentos econômicos provenientes do setor nacionalizado e da intervenção direta pelo emprego de força política (força não econômica), sendo esta de importância crucial no período inicial do processo revolucionário.

No início do desenvolvimento econômico "socialista", as decisões inerentes ao "plano" e à "gestão corrente" devem ser "ultra-concentradas", requerendo que os recursos estejam dispostos de forma centralizada.

Isto se faz mais necessário em se tratando de países subdesenvolvidos em trânsito para o "socialismo", onde a industrialização deve ser especialmente muito rápida, requerendo o uso racional de todos os recursos produtivos.

A disposição centralizada dos recursos se faz necessária para que possam ser direcionados para objetivos essenciais, evitando dispersão (as prioridades são dadas por via administrativa), e porque se verifica, muitas vezes, a ausência de quadros experientes para o gerenciamento industrial, exigindo-se a incorporação de novos quadros ainda inexperientes (os quadros mais antigos, quando não fugiram, às vezes não se prestam aos objetivos "socialistas").

Além da rápida industrialização, também o processo de "transformação do sistema social" exige que os recursos estejam dispostos de modo centralizado.

Nessa fase inicial, pode-se mesmo observar uma espécie de "economia de guerra", na qual o apelo ao patriotismo e à consciência "socialista" muitas vezes substituem os incentivos materiais, não significando, entretanto, que isso seja a essência do modelo, mas tão somente um método temporário, também utilizado em outros sistemas econômicos em momentos de dificuldade.

Um outro método justificável nessa fase de "economia de guerra" é a exigência de entrega compulsória de parte da produção dos camponeses e lavradores.

Com o transcorrer do tempo, verifica-se que a aplicação desses métodos de "economia de guerra" será ilustrativo do caráter dialético do desenvolvimento econômico "socialista", pois, embora sejam métodos úteis e necessários durante um certo período da "revolução econômica e social", acabam por se transformar em obstáculos ao desenvolvimento quando têm demorada sua aplicação.

Isso se dá devido à pouca flexibilidade inerente ao sistema, que exige uma cara burocracia, possibilita desperdícios e pode mesmo levar a desvios de recursos. Também, não são métodos democráticos, permitindo poucos ajustes da produção às necessidades da população, causando transtornos na aplicação do plano.

Um dos maiores problemas, entretanto, nessa fase inicial da economia centralizada, provem da inexistência de incentivos econômicos apropriados que possam contribuir para o uso mais eficiente dos recursos. No longo prazo, pode-se observar, não apenas a perda de recursos, mas até mesmo a defasagem tecnológica.

"No momento em que a economia socialista começa a superar tais métodos burocráticos e centralizados de planejamento e gestão administrativa, indica que a nova sociedade socialista está, por assim dizer, amadurecendo"[(133)].

A substituição desses métodos por novos métodos de gestão "baseados nas leis econômicas" indica o fim do período de transição e o início do funcionamento efetivo de uma economia "socialista" estabelecida.

Planejamento e administração centralizados, portanto, resultam da necessidade de transformações revolucionárias e, nos países subdesenvolvidos, também da necessidade de rápida retomada da produção e da industrialização.

Alguns aspectos adicionais, entretanto, devem ser destacados em relação ao uso do planejamento central, por dizerem respeito aos fatos concretos da realidades estudada no presente trabalho.

O primeiro deles diz respeito à motivação inerente aos participantes do processo de "centralização econômica", pois, segundo observações sobre esse período inicial de implantação do "socialismo", feitas, sobretudo, a partir de experiências em países subdesenvolvidos, um problema adicional com que se deparam as autoridades do regime é a "fraqueza da classe trabalhadora".

Parece que é "com base nessa debilidade da classe trabalhadora (...) que a máquina burocrática do Estado ganha grande importância e que fenômenos como o do 'culto da personalidade' se desenvolvem". Isto substitui a atividade espontânea dos trabalhadores, "fracos para dirigirem de fato o processo de transformação do sistema socialista"[(134)].

---

(133) LANGE, O. Opus cit. Pág. 124.
(134) Opus cit. Pág. 125.

Essa tendência para a centralização excessiva pode ser um problema adicional a ser gerenciado, porém esse fenômeno significa também a expressão inicial de um processo dialético, uma vez que, obtendo-se sucesso na rápida industrialização, via métodos centralizados, os trabalhadores adquirirão consciência e maturidade políticas, dando origem a uma "nova intelectualidade socialista" que será responsável pela posterior flexibilização do sistema (isto é, pela adoção de leis econômicas no processo decisório, ao invés de diretrizes administrativas). E isso ocorrerá sem que haja uma classe dominante para se opor ao dinamismo do processo, já que o "socialismo" se ocupa de liquidar as diferenças de classe anteriormente existentes.

Na etapa de amadurecimento do "socialismo", a aplicação do planejamento deve determinar ativamente as linhas desejadas para o desenvolvimento econômico, sem, entretanto, exacerbar a centralização, isto é, sem pretender planejar cada particularidade do sistema econômico.

Fundamentalmente, o plano deve mostrar como se distribui a renda nacional entre consumo e acumulação e alocar setorialmente os investimentos com vistas ao desenvolvimento desejado, apontando também a necessidade de recursos e insumos. Deve servir, sobretudo, como um instrumento de coordenação setorial da economia, influenciando o perfil da demanda agregada.

Na execução do plano, na etapa inicial do "socialismo", são admitidas alocações administrativas de recursos que, logo, porém, devem ser substituídas por "incentivos econômicos" que ajudem a conduzir a economia aos resultados desejados. Uma combinação ideal desses métodos (incentivos econômicos e decisões administrativas) deve ser decidida segundo o momento histórico vivido pela sociedade.

Deve se ter em conta que as decisões sobre as alocações de renda, produto e demanda são de natureza política, enquanto que os meios para implementá-las são mais administrativos que obedientes a leis econômicas. É preciso, entretanto, observar sempre leis econômicas gerais, sendo este um indicador da evolução da economia "socialista". Quanto mais evoluída, mais obediente será às leis econômicas gerais.

O grau de centralização das decisões depende da necessidade de coordenação que a economia requer. As decisões devem ser centralizadas, mas a realização não. Quando, entretanto, a tomada de decisão exigir mais tempo que o desejado, é o momento de flexibilizar o processo decisório.

Um importante aspecto do plano é que ele deve se basear em um sistema de informações econômicas e contábeis eficaz, envolvendo contabilidade de custos e um sistema de preços eficiente.

O sistema de preços, sobretudo, não pode ser negligenciado em uma economia centralmente planejada, principalmente porque serve deliberadamente como meio de distribuição, além de meio de contabilização econômica.

O processo de formação de preços deve basear-se, simultaneamente, nos preços de mercado e nos preços contábeis, os primeiros como reflexo do equilíbrio entre oferta e demanda (exceto em períodos de racionamento) e os segundos como expressão dos "custos sociais de produção".

O ideal seria o uso de um "mark-up", possibilitando ajustes positivos ou negativos conforme reflexo das condições sociais prevalecentes.

Quanto ao controle da execução do plano, por fim, este deve ser exercido tendo em conta que o plano corrente deve servir como referência para a elaboração do próximo plano, oferecendo importantes subsídios sobre a alocação de recursos e demanda, levando-se em conta a estrutura de preferências e necessidades da sociedade

5.3.1.2. Planejar o Desenvolvimento

Planejar o desenvolvimento numa economia "socialista" é necessário porque ele não ocorre espontaneamente[(135)].

Fundamentalmente, consiste em estabelecer um fluxo de investimento suficiente para que o crescimento da renda agregada exceda o crescimento populacional, resultando num avanço permanente do produto *per capita*.

Trata-se, entretanto de um "tipo especial" de investimento, de "investimento produtivo", orientado para setores capazes de conferir grande dinâmica às forças produtivas da economia nacional.

Dois problemas se destacam no planejamento do desenvolvimento econômico: (i) o de como mobilizar recursos para o "investimento produtivo"; e (ii) o de como alocar eficazmente esse investimento.

[(135)] Sobre o tema vide LANGE, O. "O Planejamento do Desenvolvimento Econômico" in POMERANZ, L. (org.). *Oskar Lange: Economia*. São Paulo, Ática, 1981, pág. 121 a 136.

Do ponto de vista da mobilização de recursos, há um processo metodológico que deve ser adotado, envolvendo, primeiramente, a nacionalização da indústria, das finanças e do comércio e a utilização dos "lucros" desses segmentos para os investimentos. Isto se aplica, sobretudo, para os casos de países onde o "socialismo" encontra uma base produtiva já estabelecida.

O segundo passo é o da nacionalização de recursos naturais pertencentes a firmas estrangeiras (ou concedidos a elas para exploração) que deve ter seus "benefícios" direcionados para investimentos. Isto aplica-se, em particular, aos casos de países detentores de bases econômicas extrativistas.

O terceiro procedimento consiste em exigir contribuições dos camponeses onde se pode aplicar a reforma agrária (através da doação de produção ou mesmo dinheiro ao Estado), o que, entretanto, muitas vezes, por se revelar insuficiente, exige que se apele, também, para tributações especiais e empréstimos compulsórios.

Um procedimento adicional, por fim, seria utilizar poupança induzida do setor privado para fazer investimentos produtivos, o que se aplicaria a casos de alguns países especiais (os chamados, por Lange, de países nacional-revolucionários).

Outro procedimento a que por vezes se pode recorrer ainda é a atração de capital estrangeiro para aplicação produtiva, possibilitando a "demarragem", o "take-off" da economia, passando-se de uma situação de estagnação para uma de desenvolvimento intensivo.

Quanto à alocação dos investimentos, há três espécies de dificuldades bastante relevantes: a primeira (e mais importante) consiste em saber como alocar eficientemente o investimento a ponto de garantir o desejado (e necessário) crescimento acelerado da produção; a segunda a de como conseguir um desenvolvimento equilibrado e simultâneo de todos os setores da economia; e, uma terceira, a de como evitar desperdícios, garantindo um bom nível de eficiência no processo de desenvolvimento econômico.

Quanto à primeira dificuldade (alocação para o rápido crescimento da capacidade produtiva) é preciso produzir meios de produção que elevem rapidamente a capacidade produtiva da economia.

Isto se pode fazer diretamente, através de investimentos para a construção de usinas geradoras de energia, para a construção de siderúrgicas, fabricação de máquinas, extração e processamento de matérias-primas para uso doméstico ou para exportação (cimento, minérios preciosos, petróleo) ou indiretamente, através do crescimento do volume transacionado com o exterior (pesca, petróleo, minério), gerando divisas que permitam adquirir meios de produção. Utilizar os métodos direto ou indireto irá depender das circunstâncias específicas da economia.

Dois outros tipos de investimentos (embora complementares) são necessários: i) investimentos na agricultura para crescimento da produção alimentar e de matérias-primas e ii) investimento na indústria de bens de consumo (o departamento II no esquema marxista de produção). Este últimos são necessários porque crescem as expectativas da elevação do padrão de vida à medida em que ocorre a expansão do emprego e da produção industrial.

Uma importante espécie de investimento para o desenvolvimento, por fim, é o da construção e manutenção da infra-estrutura geral do país (incluindo instalações, silos, portos, armazéns, estradas e serviços sociais).

Os investimentos em infra-estrutura são, por natureza, complementares (não geram o produto diretamente) e são consideravelmente problemáticos, já que exigem dispêndios antecipados, criando o problema do “timing” adequado para sua efetiva realização *vis-a-vis* o horizonte de retorno para a sociedade (uma obra que não gerar retorno significa gastos inúteis em uma economia nascente). São, entretanto, absolutamente essenciais para assegurar um desenvolvimento econômico sem obstáculos. Embora são promovam o desenvolvimento por si sós, nos países extrativistas ou agrícolas, por exemplo, são a base para a exploração dos recursos existentes.

Uma importante decisão decorrente do processo alocativo dos investimentos se refere à tecnologia a ser utilizada: se mão-de-obra intensiva ou capital intensiva. Nos planos iniciais, de curto prazo, são mais indicados processos absorvedores de recursos humanos, reduzindo-se o desemprego e o subemprego. No longo prazo, as circunstâncias irão indicar a escolha da tecnologia mais adequada, sendo necessário ter sempre em evidência a velocidade desejada do crescimento.

Outra questão relevante no planejamento do desenvolvimento econômico se refere ao comércio exterior, posto que o desenvolvimento industrial de países subdesenvolvidos exige a importação de máquinas, equipamentos e outros meios de produção, onerando o balanço de pagamentos. Depois, após a instalação, surge a necessidade de importar matérias primas e outros insumos básicos o que, numa situação de crescimento econômico, implica em importações crescentes até que, eventualmente, se possa fazer sua substituição por similar interno.

Alguns países têm o privilégio de possuir grandes estoques de produtos exportáveis, propiciando a geração de divisas para a importação. Outros, entretanto, que não possuem produtos geradores de receitas externas, exigem austeridade do trato com divisas, evitando, por exemplo, a compra de bens de consumo. Essa necessidade de austeridade é uma restrição ao rápido desenvolvimento econômico.

Empréstimos externos também podem ser tomados, porém com o cuidado necessário para se fazer um uso produtivo e equilibrado dos recursos.

O planejamento do desenvolvimento econômico tem, por último, duas dimensões importantes que não podem ser negligenciadas: uma pública e outra privada.

Do ponto de vista público, o plano deve se constituir em diretrizes objetivas para a realização de tarefas (investir de tal forma, produzir de tal modo, a tal custo etc.), enquanto, do ponto de vista privado, deve ter um caráter apenas indicativo e não diretivo.

É necessário salientar que, no lado público, também são necessários incentivos econômicos e não apenas diretrizes administrativas, de modo que as instituições e os indivíduos sigam motivadamente o plano, o que significa que há um papel importante para o sistema de preços (e de remuneração), como já antecipamos.

A experiência “socialista”, segundo seus estudiosos, revela que o principal problema operacional com que se deparam as autoridades não é o gerenciamento de preços, mas o de como garantir o rápido crescimento da capacidade produtiva.

5.3.2. Economia Centralmente Planejada

Além de considerar a experiência concreta da economia centralmente planejada em Angola como um indicador da efetividade ou não do "planejamento central" na realidade estudada, o confronto com as posições teóricas acima apresentadas, pode ser um interessante caminho para se verificar em que medida esse modelo foi eficaz para aquela realidade.

Podemos iniciar considerando o uso do plano como instrumento de gestão econômica de curto prazo, para, em seguida, examinar seu papel no crescimento e desenvolvimento da renda do país (longo prazo).

5.3.2.1. O Plano Como Instrumento de Política Econômica

O planejamento centralizado como instrumento de gestão de curto prazo da economia angolana, foi absolutamente necessário para que se consolidasse a implantação do "socialismo" e para que o país tivesse condições de governabilidade e de funcionamento, sobretudo em seus dois anos iniciais (1975 a 1977).

Nesse período, o país viveu sob verdadeira "economia de guerra" e as especificidades que marcaram a história de sua fase pós-libertação exigiram a adoção de um "processo de decisão centralizado" e fortemente coordenado pelo "bureau político" do Comitê Central do MPLA.

Um panorama dessas especificidades pode ser conhecido através do conteúdo do capítulo anterior do presente trabalho, onde foram destacados três importantes condicionantes que afetaram a realidade econômica e social do país: a guerra, o êxodo (ausência de quadros preparados) e o estado de caos econômico e social prevalecente.

Uma eventual negligência dos novos dirigentes do país nessa fase (onde puderam contar com a estreita cooperação dos países "socialistas") poderia representar um retrocesso nos seus propósitos econômicos e políticos, bem como impor dificuldades financeiras, sobretudo para o financiamento das atividades de defesa e segurança territorial.

Os custos dessa eventual negligência seriam sentidos não apenas de modo direto e imediato, mas ao longo da história do país, como uma acumulação contínua de improdutividade, impossível de ser calculada.

Objetivamente, a guerra representou o mais importante condicionante que o novo país enfrentou no período, exigindo a disposição de grande volume de recursos financeiros, materiais e humanos, sobretudo na compra de armamentos, na manutenção de tropas angolanas e cubanas, além do desvio de bens que deveriam servir ao segmento civil da sociedade.

Representou, também, um importante fator limitante às iniciativas na agricultura e na indústria, por ocupar o território, destruir as instalações existentes, forçar a redução da produção de alimentos, de matérias-primas e de recursos exportáveis e dificultar a locomoção da população e de técnicos governamentais visando a regularizar o funcionamento da economia. Os efeitos da guerra seriam sentidos, também, no longo prazo, já que os conflitos ocuparam os primeiros quinze anos de "independência" do país, condicionando seu desenvolvimento econômico e social.

O segundo condicionante importante resultou do grande êxodo de colonos portugueses e angolanos qualificados para o exterior, deixando as empresas e os organismos públicos praticamente "acéfalos" e sem capacidade imediata de retomar a produção.

Restaram a parcela mais expressiva da população (deliberadamente despreparada pelo tipo de colonização adotado e ao qual já nos referimos), composta de uma maioria de analfabetos, e os "retornados" que, além de numericamente pouco expressivos, também não possuíam grande experiência no gerenciamento econômico.

O terceiro condicionante dessa fase foi o caos econômico resultante da destruição e abandono do patrimônio produtivo por parte dos antigos empresários, comerciantes e gestores, que deixaram o país praticamente despreparado para operar, exigindo grandes dispêndios em importação de alimentos e em assistência à população dispersa. Some-se a isto a destruição, pela guerra, de determinados objetivos econômicos provedores de insumos essenciais, como água e energia, e a impossibilidade de restabelecer de imediato o fluxo de produtos alimentares das zonas rurais.

O enfrentamento dessas dificuldades, não obstante seus elevados custos, foi feito sempre com grande disposição pela nova "elite dirigente" do país, não se tendo notícias dessa época de que graves crises de fome ou graves pandemias tenham resultado da ação omissa do novo governo angolano.

O uso do "planejamento centralizado", se bem que de forma um tanto improvisada nessa fase de "economia de guerra", certamente contribuiu para essa eficácia inicial, possibilitando, ao menos, organizar o país em seus pontos essenciais.

Cumpre argüir de que forma se deu essa funcionalidade inicial do "planejamento central" no caso angolano.

Vimos, na seção anterior que a adoção da "economia centralmente planejada" é um passo fundamental na consolidação do "socialismo", já que se trata do principal elemento caracterizador da "revolução" e da "transição" para esse sistema econômico e político.

No caso angolano, as disposições iniciais do regime, logo após a "libertação" sinalizavam francamente para a centralização do processo decisório e para a adoção de mecanismos de gestão que passassem pelo crivo do partido (O MPLA-PT, logo criado).

Em parte, provavelmente, essa postura operacional se deveu às orientações recebidas da cooperação dos países "socialistas", experientes na implantação de semelhantes regimes em outros lugares, porém, em boa medida, a centralização pode ter resultado dos condicionantes daquela realidade inicial que propriamente da disposição dos líderes do MPLA em implantar aceleradamente o "socialismo".

O condicionante mais importante, naturalmente, foi a guerra, porém o êxodo populacional (a fuga de portugueses e angolanos) seria a condição necessária para que o processo de decisão se centralizasse.

Isso ocorreu porque a falta de quadros obrigou o novo governo a concentrar o processo decisório em poucas pessoas (nos líderes do partido) passíveis de conduzir a "revolução" e ao mesmo tempo fazer a economia voltar a funcionar. Esta medida, ao mesmo tempo que se revelaria vantajosa do ponto de vista da gestão dos recursos disponíveis, também se mostraria em consonância com os princípios que sustentavam o próprio sistema em implantação (caracteristicamente centralizado).

Com a centralização das decisões, naqueles dias iniciais, foi possível racionalizar os recursos disponíveis e oferecê-los ao melhor uso possível, sem desconsiderar a emergência das atividades militares, a alimentação da população, a recomposição dos ativos e a recolocação das atividades econômicas em funcionamento.

Estima-se que, nessa época, não mais que meia centena de pessoas conduziam as decisões em Angola, decisões essas que, entretanto, só eram tomadas após analisadas por um grupo reduzido de indivíduos, muito próximo do poder central, e que, por fim, ainda contavam com a aprovação pessoal do próprio presidente da República (e líder máximo do partido).

Essa centralização característica do regime, como já mencionamos anteriormente, fez com que o presidente, seu grupo de assessores (o secretariado presidencial), os membros do "bureau político" do MPLA ou o Conselho de Ministros (também centralizado na figura do "primeiro ministro"), até os dias finais do "socialismo" (1992), fossem os responsáveis por decisões até de menor importância.

Um processo de autorizações de viagens do reitor e alguns docentes da Universidade Agostinho Neto, em 1989, por exemplo, para aproveitar recursos provenientes de fundações estrangeiras na formação de docentes em temas sobre "economia de mercado" exigiu, além de manifestações de ministros, aprovação pessoal do próprio "camarada presidente".

Essa centralização excessiva possibilitou, entretanto, que fosse dado um fio condutor ao processo de implantação do "socialismo" angolano e que, ao mesmo tempo, fosse possível enfrentar as dificuldades típicas do período com resultados satisfatórios.

O uso racionalizado de recursos permitiu evitar perdas expressivas e, embora sem grande sucesso, recuperar a produção já nos primeiros meses de 1976.

O novo governo, contou, naturalmente com uma conjunção de fatores (além do decisivo apoio da cooperação "socialista") que incidiram favoravelmente durante esse período.

Inicialmente, por exemplo, a UNTA (União dos Trabalhadores Angolanos) e seus filiados mostraram-se muito dispostos a colaborar com a gestão das empresas abandonadas por seus antigos proprietários.

Isso permitiu, além da recuperação da produção, que o regime pudesse exercer na prática a participação operária na gestão, porém, mais importante que isso, possibilitou que o governo tivesse tempo para orientar e escolher administradores de sua confiança que, a despeito de possuírem pouco preparo técnico, não eram mais simples operários inexperientes dirigindo ineficientemente empreendimentos de grande importância produtiva. Não tardou para que o governo afastasse a UNTA da gestão dos organismos produtivos e coordenasse, centralizadamente, as operações das empresas públicas.

Um outro fator favorável, entretanto (talvez o mais importante no período), com que o governo angolano pode contar, nessa época, foi a manutenção do "enclave capitalista" (no dizer de Lange, a manutenção de um "representante do modo de produção anterior") em sua economia, contribuindo para a geração de receitas essenciais ao financiamento dos gastos desse período.

Esse "enclave" permitiria, sobretudo, que o governo pudesse deixar parcialmente de lado a preocupação com recursos escassos e dispensar atenção aos progressos do "socialismo" (incluindo a gestão centralizada da economia), já que as dificuldades de financiamento estavam parcialmente sanadas com a entrada de suas receitas.

A própria decisão de manutenção do "enclave" naquela economia, ainda que possa ter resultado da extrema necessidade de recursos por parte do governo, foi facilmente deliberada (graças ao processo centralizado de decisões) pelo grupo central dirigente do MPLA.

Embora tenha havido alguma discordância da decisão (resultando no "fraccionismo" liderado por Nito Alves, em 1977, conforme já mencionamos), o próprio grupo decisor incumbiu-se de liquidar essas resistências fazendo uma "limpeza de seus quadros" (dando mostras do lado autoritário do regime).

Com as receitas do petróleo e com alguma recomposição da capacidade produtiva, os recursos a serem gerenciados aumentaram consideravelmente, possibilitando um enfrentamento mais arrojado das dificuldades e permitindo uma condução mais rápida do processo de "socialização".

O “socialismo” angolano, entretanto, deixaria de satisfazer plenamente algumas proposições teóricas de Lange (conforme apresentado anteriormente) tais como (i) manter sob estrito controle do Estado o funcionamento do “modo de produção anterior” e (ii) promover a rápida industrialização requerida para recuperar a produção e gerar os excedentes necessários à implantação do regime.

De fato, considerando os pontos-de-vista teóricos anteriormente abordados, o funcionamento dessa nova economia “socialista” não satisfez o requisito de manter sob controle estatal rígido o funcionamento do “enclave capitalista”. Em certo sentido, o “enclave” sempre funcionou livremente, com o montante de suas receitas dadas exogenamente, e o governo definindo suas prioridades sem um nível elevado de confiança.

O máximo controle a que o “enclave” se permitiu, ao longo dos anos analisados, foi a realização de “auditorias independentes”, feitas por empresas especializadas internacionais, que, periodicamente, realizavam verificações contábeis e técnicas e apresentavam relatórios às autoridades governamentais ligadas ao setor do petróleo.

O controle, por exemplo, sobre a política de investimentos das empresas privadas atuantes no “enclave”, sobre o volume de petróleo produzido e comercializado, sobre os preços praticados e sobre variáveis internas às empresas do enclave, como a folha de salários ou a estrutura de benefícios, era praticamente nenhum.

No máximo o Estado angolano pode exercer “influências” indiretas sobre o “enclave” e quase sempre suas determinações na área foram resultantes dos novos (ou renovados) acordos de exploração subscritos com as empresas do setor.

Ainda assim, o governo angolano conseguiria fazer com que a produção do petróleo fosse continuamente aumentada, elevando suas estratégicas receitas que possibilitaram enfrentar as dificuldades do período, em particular, os difíceis tempos iniciados com a queda nos preços internacionais do produto.

Com a geração crescente de receitas, O Estado pode continuar também financiando seus gastos com a defesa e a manutenção do país e sustentando os demais setores da economia, bastante prejudicados pelas adversidades da época.

Esse sustento dos demais setores só foi possível graças, também, ao processo decisório centralizado e ao sistema de transferência intersetorial estabelecido com o uso do "planejamento central" (através do "plano anual" ou "orçamento geral do Estado), conforme já nos referimos.

Uma postura coerente com os "princípios socialistas", exigiria, entretanto, não apenas o controle imediato do "enclave", mas uma elevação desse controle ao longo do tempo, devendo o Estado angolano ocupar-se de autonomizar o país, fazendo-o menos dependente de receitas geradas pelas "empresas capitalistas".

Mais que isto, deveria, paulatinamente, assumir as jazidas do petróleo (já nacionalizadas) e exercer o papel de gestor direto da produção, consolidando sua soberania.

Ao mesmo tempo, deveria tomar medidas que fizessem o país menos dependente do segmento petrolífero, extraindo do "enclave" os recursos necessários para expandir a produção dos setores não petrolíferos da economia que, gradativamente, aumentariam sua participação no produto.

É verdade que, no caso angolano, essa pretensão de se autonomizar em relação ao petróleo foi grandemente prejudicada pela guerra e seus efeitos.

Primeiro, pela imposição de dificuldades para operacionalizar os organismos produtivos fora do setor do petróleo (falta de quadros, falta de insumos agrícolas, água, energia elétrica, dentre outros); e segundo pelos próprios custos da guerra, tanto diretos (compra de armamentos, manutenção das forças armadas) quanto indiretos (destruição física das instalações, impedimento dos fluxos de pessoas e produtos, ocupação territorial).

O setor do petróleo, enquanto isto, estava totalmente protegido (inclusive militarmente) e, como se voltava para o exterior, não sofreu grandes danos causados pela guerra (a não ser na fase posterior a 1992, quando as instalações petrolíferas de Soyo e Cabinda chegaram a ser ameaçadas ou foram invadidas).

O resultado foi que o "segmento socialista" da economia angolana acabou se tornando "dependente" do "segmento capitalista" (do "enclave"), quando, pelos princípios conhecidos, deveria ocorrer justamente o contrário.

Essa “dependência”, aliás, se consolidaria à medida em que os demais setores da economia se acomodavam nos benefícios gerados pelas receitas crescentes do petróleo e se tornavam cada vez mais inoperantes, num grandioso processo de “sucateamento” do parque produtivo do país.

Este “sucateamento” (somado aos demais problemas apontados) contribuiu para que um segundo requisito importante na implantação do “socialismo” angolano não pudesse ser satisfeito: a retomada da produção e a implementação de uma industrialização acelerada em busca do desenvolvimento.

A produção, como pode ser visto nos indicadores apresentados no capítulo anterior, jamais recuperou os níveis alcançados em 1973, último ano em que a colônia de Angola apresentou normalidade.

Isso aconteceu a despeito do país possuir, na fase final do período colonial, um dos setores agrícolas mais arrojados ao sul do Saara e um parque industrial instalado razoavelmente moderno e produtivo.

Diretamente ligado a essa não retomada da industrialização, um outro ponto também não seria satisfeito pelo “socialismo” angolano que foi o da ausência de participação direta dos trabalhadores nas decisões ou na direção dos organismos públicos produtivos.

Apesar da existência da UNTA e da experiência inicial de gestão participativa em algumas empresas, o MPLA-PT desde cedo assumiria a plena responsabilidade por nomear gestores para os organismos produtivos, os quais tinham o seu funcionamento inteiramente regulado pelo orçamento geral do Estado.

O emprego, entretanto, mesmo em organizações onde a produção estava praticamente liquidada, continuou sendo garantido pelo Estado, inclusive com benefícios sociais, sendo possível encontrar empresas, em 1992, que sequer produziam por alguns dias no ano, porém mantinham seu quadro funcional intacto, patrocinando atividades desportivas etc.

O prolongamento desse quadro ao longo do tempo revelar-se-ia bastante prejudicial para a economia angolana.

5.3.2.2. O Plano Como Instrumento para o Desenvolvimento Econômico e Social

Embora a funcionalidade da centralização, nos primeiros dias do regime, tivesse se sustentado nas deficiências específicas da realidade angolana, essas mesmas especificidades viriam contribuir para que a centralização se cristalizasse e se revelasse perversa no longo prazo.

O país efetivamente não alcançaria a eficácia de longo prazo subjacente ao uso da "economia centralmente planejada".

As pretensões de longo prazo do regime, embora não estivessem traduzidas em planos, posto que as autoridades se limitaram a utilizar-se de "planos anuais", jamais estabelecendo diretrizes com horizonte mais elástico, revelavam-se na busca do "desenvolvimento econômico e social" do país.

Essas intenções não passaram de manifestações ou discursos das autoridades, divulgados durante os congressos ou reuniões deliberativas do partido e órgãos dirigentes do governo.

Mesmo que se compreenda que a "soma das intenções" implícitas nos "planos anuais" pudesse representar a expressão de "vontades de longo prazo", uma análise da execução dos planos, sobretudo do ponto de vista dos investimentos, pode decepcionar, já que os recursos disponíveis (justamente por serem racionalizados, forçosamente empregados em objetivos não econômicos etc.) não foram gastos em atividades produtivas.

O referido "sucateamento" do parque produtivo, por exemplo, decorreu não só dos efeitos diretos e indiretos da guerra e da acomodação em relação às receitas do petróleo, mas foi o resultado também da explícita falta de iniciativa no que tange a investimentos produtivos, verificando-se a ausência de programas oficiais para a renovação de maquinaria e de instalações, a falta de manutenção preventiva, dentre outras deficiências.

Mesmo investimentos em infra-estrutura (com exceção de reparos para a guerra) foram reduzidos, pouco recuperando-se em estradas, pontes e bens públicos em geral. A única grande obra do período foi o início da construção da hidrelétrica de Capanda, no rio Kwanza, que já gastara quase uma década de trabalho (estrangeiro na maioria) quando foi interrompida pelo reinicio da guerra em 1992.

A existência dessa obra, aliás, desde meados dos anos oitenta, sinalizava para propósitos econômicos não relacionados ao setor petrolífero da economia, já que visava a atender a uma possível demanda energética da região central do país, ao longo dos anos noventa. Todavia, não foi possível conhecer qualquer programa oficial visando ao uso produtivo dessa energia.

A construção de edifícios e residências, para dar uma outra ilustração ao tema, foi providenciada apenas para atender à demanda de cooperantes, preferencialmente os ligados ao setor do petróleo.

Nos demais segmentos requerentes de investimentos, muito pouco foi feito, inclusive no setor de transportes (extremamente deficiente), no de saúde (muito dependente de contribuições estrangeiras), no de saneamento (a rede de água e esgoto de Luanda, por exemplo, permanecia a mesma, em 1992, desde a época colonial) etc..

O único setor beneficiário de maiores verbas, após 1989, foi o da educação, graças ao apoio de fundações americanas, países da Comunidade Européia e organismos internacionais, que possibilitaram o treinamento de docentes, o reaparelhamento de escolas e a reforma de edifícios da universidade local.

O “plano anual” efetivamente sinalizava a distribuição da demanda agregada entre consumo e investimento, porém, ao longo da execução, observava-se a transferência de recursos de uma rubrica (a de investimento) para outra (a de consumo), revelando uma deliberada negligência para com o assunto.

No fundo, considerando os resultados finais alcançados em cada exercício, o plano não passava de uma peça de ficção, com os setores da economia apenas esperando que se processassem as “transferências financiadoras” provenientes do “enclave do petróleo”.

Razões menos pragmáticas e igualmente substantivas podem ajudar a compreender melhor essa ineficácia de longo prazo da “economia centralmente planejada” em Angola.

Vimos, anteriormente, que as justificativas de Lange para o uso do "planejamento central" advogavam que, embora sejam necessários métodos centralizados e burocráticos, fundamentados em decisões administrativas, na fase inicial do sistema (na "economia de guerra"), esses métodos devem ser flexibilizados à medida em que o "socialismo" amadurece.

A substituição da burocracia estatal por novos métodos de gestão, baseados em "leis econômicas", indicaria o fim do processo de transição e a entrada da economia "socialista" numa etapa de consolidação de suas estruturas.

No caso angolano, não se observou essa flexibilização, havendo mesmo uma acomodação do nível de centralização e um reforço exagerado da burocracia.

A agudização da centralização e da burocracia parece ter se sustentado na persistência, ao longo do tempo, das mesmas deficiências do país (guerra, falta de quadros) que, no início da implantação do "socialismo angolano, serviram para justificar a centralização original, fundamental para a consolidação do regime.

Pode-se especular se o amadurecimento da "economia centralmente planejada" em Angola teria tido tempo suficiente para ocorrer, considerando um horizonte de apenas dez anos de aplicação e dados os condicionantes que se abateram sobre aquela realidade.

Todavia, alguns indicadores demonstram efetivamente a persistência das autoridades no uso de métodos centralizados e excessivamente burocráticos quando poderiam (e deveriam, segundo mostram os planos econômicos aplicados e não efetivados) tomar medidas de flexibilização ou correção de rumos.

O caso mais ilustrativo é o do sistema de preços (câmbio, preços e salários nominais) que, sem que se tenham apontadas razões substantivas para o justificar, foi mantido "congelado" durante um longo período de tempo (entre 1975 e 1991), desprezando-se totalmente sua importância para a economia do país.

Os preços, determinados centralmente, utilizados no "mercado oficial", não refletiam os custos econômicos e menos ainda os custos sociais (por exemplo, produtos importados tinham simplesmente seus preços convertidos ao câmbio oficial para serem vendidos internamente), não servindo, em conseqüência, para, por exemplo, uma política deliberada de incentivo à produção ou à alocação.

Ligado, de certo modo, ao sistema de preços, outro ponto fulcral que a burocracia angolana também não conseguiu encaminhar adequadamente, foi o problema do uso de incentivos no modelo de gestão econômica centralizado utilizado no país.

O Estado angolano jamais se valeu de incentivos econômicos para garantir o cumprimento dos planos. No início da implantação do "socialismo" apelou ao patriotismo dos trabalhadores e pode contar com sua colaboração, porém, no essencial, continuou aplicando a mesma política geral de remuneração criada nos anos setenta. No máximo, ajustou alguns rendimentos e beneficiou a cúpula burocrática com a criação de mecanismos disseminadores (ou concentradores) de renda (lojas especiais, acesso a bens através de "esquemas") de que já tratamos anteriormente.

Diante desse quadro, ao longo do tempo, não se configurou, portanto, a esperada dialética em que o uso de métodos centralizados, diante da falta de quadros preparados, levaria à formação de uma "elite de trabalhadores socialistas" e produtivos que ajudaria a conduzir o sistema ao amadurecimento, afastando-o continuamente da centralização e da burocracia, passando a depender mais de "leis econômicas gerais" que de "decisões administrativas".

Observou-se em Angola, pelo contrário, um predomínio cada vez maior de decisões e diretrizes centralizadas, que não justificavam um empenho das bases no aperfeiçoamento do modelo. O trabalhador angolano acabou tendo sua motivação seriamente afetada, pois era muito mais fácil aguardar que os "superiores" decidissem sobre "o que fazer", usufruindo do financiamento proporcionado pelo setor do petróleo, que empenhar-se em produzir aos níveis necessários, se o reconhecimento seria o mesmo.

Um indicador dessa centralização excessiva, como muito bem aponta Lange (ao referir-se ao planejamento central e ao "socialismo" em geral), foi o relativamente cedo desenvolvimento do "culto à personalidade" em Angola.

Até o final do regime (1992), podiam ser vistos indicadores desse culto aos líderes e aos princípios revolucionários, configurados em imensos cartazes com palavras de ordem e com enormes fotos de Agostinho Neto e do atual presidente.

Mesmo os memorandos e as correspondências internas dos organismos estatais traziam referências explícitas a esse culto subserviente, que nada mais era que uma expressão de fraqueza da sociedade diante de um grupo decisor capaz de lhe assegurar sobrevivência mediante diretrizes administrativas.

Esse estado de centralização ajudou a fortalecer a máquina burocrática a tal ponto de a "burocracia estatal angolana", em certo sentido, constituir-se numa espécie de "classe" à parte, detentora de poder e devidamente estamentada conforme sua possibilidade de participação na repartição do produto nacional.

Muito cedo essa burocracia passou a defender interesses próprios de sua "classe" (como a defesa de privilégios, maiores vantagens no cargo, elevação indireta de renda etc.) e não tardou a introjetar interesses contraditórios ao sistema a que pertencia, aliando-se aos ditos "empresários nacionais" ou estrangeiros, que passaram a se beneficiar de decisões e normas centralizadas. A contrapartida da ação desses empresários era, naturalmente, o crescimento da corrupção.

Para agravar ainda mais esse estado de centralização, os sistemas de informação utilizados eram bastante rudimentares, notando-se graves falhas de contabilização, atrasos imensos e sérias dificuldades no controle do plano. Demonstrações financeiras, por exemplo, mesmo havendo determinação de que deveriam ser publicadas (o que seria um elemento "incentivador", possibilitando a comparação da gestão de diversos organismos), jamais foram divulgadas.

A persistência desse quadro ao longo do tempo foi continuamente responsável pela ineficácia da "economia centralmente planejada" aos propósitos de longo prazo.

Um aspecto curioso dessa situação observada em Angola foi sua similitude com situações vividas por outros países "socialistas", praticamente no mesmo período, coincidindo com a fase em que a União Soviética sofria suas mais agudas transformações até seu esfacelamento no início desta década. A própria URSS, ao que se sabe, não conseguiu gerenciar sua excessiva burocracia e não alcançou a fase de "maturidade" a que nos referimos, baseando sua economia em "leis econômicas gerais"[(136)].

[(136)] Sobre o tema ver AGANBEGUIAN, A.G. *A Revolução na Economia Soviética: a Perestroika* (Lisboa, Europa-América, 1988) e POMERANZ, L. *Perestroika: Desafios da Transformação Social na URSS* (São Paulo, EDUSP, 1990) e POMERANZ, L. "A Evolução Recente das Transformações Sociais na Ex-URSS e na Federação Russa" (São Paulo, Instituto de Estudos Avançados IEA/USP, setembro/1992) Coleção Documentos/Assuntos Internacionais, no. 28.

É evidente que os condicionantes que submeteram a economia angolana tiveram um peso relevante na definição dos baixos resultados alcançados pelo regime. Todavia, não se pode desconsiderar a acomodação que caracterizou o uso do plano como instrumento de transferência intersetorial de renda, agravando o estado do parque produtivo e liquidando sua capacidade de contribuição ao produto nacional.

Desde muito cedo foram percebidas as vantagens de se poder contar com dotações atribuídas via "orçamento geral do Estado", inibindo qualquer tentativa de elevação da produção que exigisse esforço dos agentes econômicos (indivíduos e organizações). Ademais, produzindo ou não produzindo, os resultados finais seriam os mesmos (dada a ausência de incentivos), com o risco de uma eventual produção levar à redução das "vantagens" conquistadas junto ao plano. Não se pode afirmar, entretanto, que todos os agentes do Estado angolano estivessem despreocupados quanto uma possível recuperação da produção dos setores não-petrolíferos da economia.

A despeito das facilidades geradas pelo "enclave" (e a despeito da "fraqueza" das informações estatísticas do período que podem levar a conclusões enganosas, por suspeita de irrealismo), não se pode desconhecer que houve algum resultado na recuperação da produção em Angola no período pós - "independência".

Entre 1975 e 1976, reinou o caos absoluto na economia angolana, a produção foi praticamente liquidada, o que não impediu que os indicadores setoriais registrassem crescimento de volume ofertado nos anos seguintes.

A recorrência a capitais externos (excetuando o caso das empresas estrangeiras já existentes antes da "independência", inclusive as do "enclave) não foi feita de forma a obter recursos para investimentos diretos, mas de "empréstimos". E empréstimos emergenciais e não parte de uma decisão deliberada visando à realização de determinados objetivos econômicos.

Quando os empréstimos chegaram ou aumentaram sua participação em Angola, trataram de salvar uma economia com graves dificuldades decorrentes da queda das receitas do petróleo, numa fase em que já se flexibilizava o regime, em sua lenta transição para a "economia de mercado".

O planejamento central, portanto, já tinha revelado sua ineficácia na recuperação da produção e na busca do desenvolvimento econômico e social angolano, estando, agora, a economia a transitar em busca do capitalismo e da dinâmica dos mercados.

Capítulo 6

REORIENTAÇÃO ECONÔMICA, ESPECIFICIDADES E PERSPECTIVAS

As transformações observadas na economia de Angola, desde sua "libertação" do "colonialismo perverso" português até as eleições gerais de 1992 (período coberto pelo presente trabalho), fazem parte de um longo processo, de um contínuo, cujas origens remontam à sua ancestral formação cultural, política e social, residente na história que se procurou retratar.

As condições de sua libertação; a herança da chamada "colonização **por** dependência"; a configuração particular do seu "socialismo"; a importância e a dependência do "enclave capitalista" em sua economia; a funcionalidade inicial e a ineficácia de longo prazo da "economia centralmente planejada"; dentre outros aspectos, estão todos relacionados diacronicamente entre si.

A reorientação ou "inflexão" econômica, observada a partir da segunda metade dos anos oitenta, também é fruto desse processo, fazendo parte, ainda, de uma estrutura global, de dupla dimensão, interna e externa.

Do ponto de vista interno, a "inflexão econômica" é resultado direto do conjunto de condicionantes estudados na tese, com destaque para o elevado grau de fragilização da economia do novo Estado nacional representado pela "dependência do enclave" e dos preços internacionais do petróleo [fragilização afinal configurada nas quedas expressivas de preços, de 1985 e 1986 (assim permanecendo desde então)].

Do ponto de vista externo, a "inflexão" se insere num amplo movimento global, observado nos anos recentes, caracterizado pela revalorização do liberalismo econômico, pelo combate ao estatal, ao "welfare state" (no caso dos países desenvolvidos), resultado de uma "revolução tecnológica" que afetou a organização da produção e a dinâmica das relações entre as nações e entre os blocos hegemônicos então prevalecentes (capitaneados pelos EUA e pela então União Soviética).

Esse movimento global revelou, dentre outros fenômenos, um relativamente rápido enfraquecimento dos países do "lado leste" do globo (URSS e seus satélites), decorrente do reconhecimento, por esses países, dos problemas estruturais enfrentados por suas economias, marcadas pelo crescimento exacerbado de mercados paralelos, pela ineficiência de suas instituições, pela excessiva burocracia e centralismo e pela baixa produtividade. Angola seria afetada por essa dupla incidência em um mesmo momento histórico, originando-se daí os passos em prol da "inflexão econômica"**:** por um lado, a queda dos preços do petróleo levariam-na ao endividamento externo crescente; por outro lado, esse endividamento não mais podia ser feito junto aos "países do leste" (que já não podiam enfrentar sequer seus próprios problemas) exigindo a busca de fontes alternativas de capitais. A cooperação soviética se reduziu rapidamente (não obstante, em boa parte, ser custeada por Angola, o que possibilitaria sua prorrogação até o início dos anos noventa), deixando órfãs as autoridades adeptas da continuação do modelo centralizado.

Uma aproximação do país dos centros superavitários ocidentais foi inevitável (particularmente dos bancos integrantes do Clube de Paris), onde Angola já vinha obtendo financiamento para algumas importações.

Foi também inevitável (ao tomar empréstimos junto a essas fontes) uma aproximação dos organismos internacionais de regulação e fomento, com destaque para o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD). A Organização das Nações Unidas (ONU), dada a condição de Angola como membro, já atuava em seu território, principalmente através do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dentre outros.

Foi essa aproximação às instituições internacionais, como veremos em seguida, que daria as condições necessárias para que Angola trilhasse o caminho de volta à "economia de mercado", ao "capitalismo" e, em certa medida, à "democracia".

6.1. Inflexão Econômica

O significado de "inflexão", quando aplicado à economia, é similar ao conceito matemático do termo, expressando "desvio", "mudança de direção" ou "reorientação" (aquilo que apresentava certa tendência, tem, num dado instante, alterado seu sentido).

Angola viveu, efetivamente, uma “inflexão econômica”, uma mudança de direção, quando o sistema econômico “socialista” então em vigor, nos idos de 1987, passou a caminhar, inexoravelmente, no sentido inverso ao proposto por seus dirigentes desde a “libertação”, em 1975.

Pode-se questionar se Angola viveu um “socialismo” genuíno ou se experimentou um “socialismo” próximo ou distante do modelo formal soviético que lhe serviu de base. Pode-se, também, discutir a eficácia do modelo de “economia centralmente planejada” adotado no país e pode-se mesmo analisar a precedência do “capitalismo” (representado pelo “enclave”) sobre o “socialismo angolano”, considerando a dependência que se estabeleceu deste último em relação ao primeiro. Tudo isso faz parte de pontos que procuramos destacar na tese.

Todavia, não se pode desconhecer que Angola viveu, de fato, um regime diferente do capitalismo, diferente da economia de mercado que estamos habituados a reconhecer nos países (desenvolvidos ou subdesenvolvidos) ocidentais. E, como tal, em determinado instante, teve o caminho desse modelo atravessado pela decisão de mudar de rumos, de ir em busca de princípios diferentes dos vigentes em uma economia “socialista”.

Essa “inflexão” vivida por Angola foi sinalizada, concretamente, com a adoção do programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), posto em prática em 1988 (após ser aprovado pelo MPLA-PT em 1987).

Se examinada em detalhes, porém, será possível verificar que essa “inflexão” pode ter começado muito antes, em algum momento no qual as autoridades angolanas passaram a receber e a introjetar a “cooperação” dos técnicos pertencentes às instituições internacionais (como o FMI, o BIRD e, até mesmo, de consultores econômicos privados com afinidade com esses organismos).

A origem de fato da “inflexão” angolana, entretanto, reside mesmo na fragilidade da economia e no enfraquecimento da possibilidade de uma saída “socialista” para seus problemas, dada a crise contínua da União Soviética que resultou no seu completo esfacelamento.

6.2. Trajetória das Reformas

A "inflexão" na economia angolana apresentou três fases distintas: i) uma aproximação às instituições multilaterais de fomento e regulação internacionais; ii) o aconselhamento dos técnicos desses organismos (e de consultores econômicos privados) às autoridades angolanas, possibilitando a incorporação de idéias sobre a necessidade de reformas econômicas; e (iii) a implementação de medidas práticas (programas de estabilização) que conduziriam a mudanças de rumo.

Cada fase destas (sobretudo a terceira) sofreu os constrangimentos típicos da específica realidade angolana, com destaque para o problema da guerra. A aproximação às instituições internacionais, como se sabe, decorreu da necessidade de obter o aval desses organismos (particularmente o do FMI) para os financiamentos concedidos por fontes ocidentais de capital.

O endividamento angolano, pelas estimativas oficiais conhecidas, era de US$3,1 bilhões em dezembro de 1984, alcançando US$8,1 bilhões ao final de 1990 (experimentando um crescimento médio de mais de 17% ao ano, superior, portanto, ao crescimento do produto no período, para ficarmos apenas nesse indicador). A estrutura do endividamento, por outro lado, revela uma crescente dependência de capitais ocidentais em detrimento dos capitais provenientes dos países "socialistas, passando de quase nenhum endividamento com países capitalistas, no início da fase soberana, para cerca de 40% em 1990. A preocupação com o endividamento externo também pode ser sentida quando se examinam as deliberações e as manifestações oficiais durante os congressos e os plenários do MPLA-PT.

A exigência de que organismos de regulação concedam seu aval a países endividados é prática conhecida nas relações econômicas internacionais.

6.2.1. Instituições Internacionais

A partir de meados dos anos oitenta, Angola passa a contar, então, com a contribuição de organismos internacionais (ONU, FMI e BIRD) que, junto com fundações européias e americanas, passam a exercer influência (direta ou indireta) em seu território.

As fundações européias, desde essa época, agiam com certa liberdade no território angolano (promovendo cursos de reciclagem, palestras, treinamento de recursos humanos) e assim continuaram, com portugueses, espanhóis e, ultimamente, alemães (como os das fundações Konrad Adenauer e Hans Seidel) sendo contratados pelo governo angolano para tarefas específicas ou oferecendo contribuições assistenciais "gratuitas".

Fundações americanas (como Ford, Kelloggs, dentre outras), entretanto, dadas algumas restrições do Departamento de Estado dos EUA ao governo angolano (e sua contraparte em ajuda aos guerrilheiros da UNITA e a grupos de mercenários sul africanos), apresentaram uma atuação discreta, sobretudo no início.

Logo, porém, passaram a financiar projetos educativos e de intercâmbio envolvendo, se não os EUA diretamente, outros países capitalistas afins com Angola (Brasil e Portugal, por exemplo).

A cooperação de universidades brasileiras e portuguesas, por exemplo, que permitiram a primeira viagem de docentes da USP a Angola (entre 1989 e 1990), foi financiada com verbas da Fundação Ford, cedidas diretamente à Universidade Agostinho Neto (com autorização direta do presidente angolano).

O convênio de cooperação posterior, similar ao primeiro (entre o final de 1991 e setembro de 1992), por sua vez, foi financiado por verbas do Banco Mundial que, além de fomentar cursos de formação de docentes e autoridades, passou a patrocinar mudanças nos cursos de graduação, a promover cursos especiais de pós-graduação e, até mesmo, a financiar a reforma completa das instalações físicas da universidade angolana (realizada por construtoras portuguesas).

Nesses programas (pelo menos no que tange à economia), o fundamental era tornar acessível aos angolanos conhecimentos sobre a economia praticada no lado ocidental do planeta: a "economia de mercado", o "sistema de preços", o "sistema de contas nacionais", a "lógica do capitalismo", segundo visões distintas (diferentes do marxismo).

A contribuição das fundações no processo de "inflexão" econômica, entretanto, seria acessória, pois a influência mais significativa coube mesmo aos organismos oficiais mais importantes: o Banco Mundial e o FMI (com apoio residual da ONU).

Esses organismos, desde suas primeiras aproximações com Angola, através de missões, em meados dos anos oitenta, iniciaram um processo de mudança de abordagem no tratamento de questões econômicas, utilizando uma linguagem diferente da habitual em Angola.

Relatórios confidenciais, "papers" e apostilas fornecidos aos técnicos do governo, traziam, invariavelmente, recomendações de "respeito ao mercado", de "adoção de medidas" que contrariavam a economia de planejamento central. Por outro lado, criticavam (mesmo que discreta e respeitosamente) o funcionamento do modelo em vigor.

Com isso, foi sendo continuamente formatada a idéia de que eram necessárias reformas econômicas substanciais, as quais, uma vez adotadas, significariam, fatalmente, uma flexibilização, uma inflexão do sistema em vigor a favor de uma "economia de mercado" ou de uma "economia capitalista".

A ação desses organismos, evidentemente, não foi gratuita, isto é, não agiram deste modo apenas e especificamente em relação a Angola. O escopo de suas recomendações, como se sabe, faz parte de um conjunto de idéias que são típicas das prescrições que seus técnicos fazem aos demais países subdesenvolvidos endividados.

A ideologia que transmitiam (oriunda da economia liberal), naquele contexto em que assessoravam Angola, contava também com a chancela de acontecimentos e transformações a nível mundial, resultado do relativo sucesso dos conhecidos "*Reaganomics*" e "*Tatcherismo"* (consistentes de um combate brutal ao "welfare state" e às economias "socialistas), fazendo ressurgir o liberalismo.

Essas idéias são, também, integrantes do chamado "Consenso de Washington", conforme procuramos esclarecer no item que se segue.

6.2.2. O Papel do "Consenso"

O termo "Consenso de Washington" foi firmado pelo economista John Williamson, do Institute for International Economics, de Washington (DC), em seu livro *The Progress of Policy Reform in Latin America*. Não obstante uma obra direcionada à análise de transformações econômicas de uma região específica (a América Latina), suas colocações (sobretudo quando se referem ao "Consenso") são extensíveis às demais regiões subdesenvolvidas do mundo onde as "instituições de Washington" atuam.

O "Consenso de Washington", como esclarecido pelo autor, representa um conjunto de medidas, um conjunto de reformas que acadêmicos e *policymakers* (baseados em Washington) têm por consenso que "deve ser implementado pelos países devedores" para que suas economias superem as dificuldades presentes e passem a crescer.

O autor esclarece que "Washington" não significa apenas a cidade onde se localiza a capital americana, mas uma "instituição" de natureza *política* (representada pelo Congresso e pelos organismos da administração do governo americano) e *tecnocrática* [representada pelas instituições financeiras internacionais (FMI e BIRD) e as agências econômicas do governo americano].

O FMI e o Banco Mundial se constituem, naturalmente, nos dois mais importantes vetores das idéias do "Consenso" em direção ao resto do mundo (principalmente ao mundo subdesenvolvido) e foram justamente tais idéias que os técnicos desses organismos passaram a veicular em Angola, através de relatórios ao governo local, exigindo reformas.

As reformas propostas por esses técnicos são, evidentemente, de elevado caráter liberal, fundamentadas no livre funcionamento dos mercados e muitas vezes desconsideram as especificidades das economias onde são aplicadas. Em Angola, por exemplo, não importava se se tratava de uma economia "socialista". Para os analistas era preciso modificar aquela estrutura para que houvesse eficiência econômica.

Por desrespeitar as condições locais, os resultados alcançados pela aplicação direta das medidas propugnadas por esses órgãos, em determinados países, nem sempre são os desejados, ou, quando o são representam, invariavelmente, um custo social muito elevado, já que se fundamentam numa leitura simplista de que a estabilidade deve ser alcançada por uma dura disciplina fiscal e pelo controle estrito dos resultados do balanço de pagamentos. E nos países onde são aplicadas tais medidas (os devedores) geralmente há grande dependência da ação estatal, envolvendo gastos que (excetuando a corrupção) representam uma via importante de distribuição de renda para a população mais pobre.

Os pontos principais do "Consenso de Washington" foram sistematicamente apresentados ao governo de Angola, a partir dos anos oitenta, até que foram introjetados e postos em prática, como se verá adiante. Tais pontos são, dentre outros:

i. a realização de uma ampla reforma fiscal (no caso angolano, técnicos do PNUD,desde 1990, passaram a ajudar na reforma legal visando a uma posterior solução tributária) e a adoção de uma rígida disciplina fiscal, realizando ajustes periódicos;
ii. o estabelecimento de prioridades para os gastos públicos;
iii. a prática de uma política monetária restritiva visando à contenção da demanda agregada;
iv. a manutenção de taxas de juros reais positivas com vistas a atrair capitais externos;
v. a completa liberalização do sistema financeiro (com a permissão de atuação de instituições estrangeiras);
vi. a prática de uma política cambial competitiva (desvalorizando a moeda nacional para incentivar exportações e regularizar as contas externas);
vii. a liberalização comercial (implicando reformas legais feitas, no caso de Angola, também pelo PNUD - visando ao desenvolvimento da economia privada) e a inserção da economia no mercado internacional;
viii. a permissão a investimentos estrangeiros diretos (estabelecendo, por exemplo, regras claras para a remessa de lucros e desinvestimento);
ix. a realização de um amplo programa de privatização;
x. a desregulamentação plena da economia - sobretudo em segmentos como o de telecomunicações, transportes, serviços públicos etc.;
xi. o respeito ao direito de propriedade (privada, naturalmente);

xii. como decorrência das medidas anteriores (ou como recomendação mais recentemente explicitadas) a desregulação (no caso angolano, a *não regulação*, já que esta era reduzida) do mercado de trabalho; a modernização da estrutura produtiva, incorporando inovações tecnológicas com vistas à elevação da produtividade; e o combate à inflação em moeda nacional através de medidas restritivas à demanda (especialmente do lado do setor público).

Nem todos esses pontos, evidentemente, couberam ou foram recomendados no caso angolano, até mesmo pelas deficiências intrínsecas à economia do país. A ausência de um mercado de capitais ou de práticas financeiras típicas de países capitalistas, por exemplo, impedia "operar" uma política de juros reais para atração de capitais externos.

A esse conjunto de medidas, pode se somar uma outra exigência mais recente, de natureza política, e que teria um importante efeito no caso angolano: a (re)democratização, através de eleições gerais livres, diretas e multipartidárias (como se sabe, o requisito da "democracia" nem sempre foi encontrado nos países latino-americanos - para os quais, principalmente, as idéias do "Consenso" foram geradas).

Além de sistematicamente serem exigidas pelos técnicos do FMI e BIRD (afinal, depois, postas em práticas através dos planos de estabilização mencionados no capítulo anterior), as idéias do "Consenso" permearam as negociações para o Acordo de Paz de Bicese, em 1991 (no qual foi incluído, também, a exigência da realização de eleições gerais diretas, inclusive para presidente da República).

Posteriormente, durante o período da "paz de Bicese" (entre maio de 1991 e setembro de 1992), o pragmatismo americano pode ser sentido, com sua grande aproximação ao governo de Angola e sua determinante influência nas decisões de governo (naturalmente, de forma velada ou, indiretamente, através dos organismos oficiais).

Empresários americanos se achegaram de Luanda e, rapidamente, conquistaram obras e empreendimentos (construção de moradias, fornecimento de equipamentos), contando com ajuda financeira dos EUA. As relações diplomáticas também foram restabelecidas, sendo construída a Embaixada dos EUA e fundada a Câmara Americana de Comércio em Luanda (instaladas desde 1993)

É verdade que não apenas os EUA se aproximaram de Angola nessa época. Portugal e um grande número de "missões européias" trataram de entabular contatos com os angolanos, assegurando seu espaço naquela economia. Mas, o papel dos EUA foi fundamental nessa transição, parecendo conferir legitimidade ao processo, justamente por ter sido eles (os americanos) o mais importante financiador da oposição ao governo de Angola durante tanto tempo.

6.2.3. Ineficácia dos Primeiros Programas

As recomendações (ou exigências) das instituições internacionais, configuradas nos pontos do "Consenso", começaram a ser introjetadas na realidade da economia angolana através de "programas de estabilização" formulados e postos em prática ainda nos anos oitenta.

Participaram da elaboração desses programas (além de funcionários do governo, orientados pelos pontos destacados pelos representantes do BIRD e do FMI) economistas de organizações privadas de consultoria (inclusive brasileiros, ex-funcionários das agências internacionais), contratados pelo governo de Angola para orientar seus técnicos. Esse procedimento de contar com ajuda especializada externa ainda prevalece em Angola, considerando que ainda é relativamente forte a ausência de especialistas em economia, digamos, "ocidental" naquela realidade.

O programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF) foi proposto no âmbito do II Congresso do MPLA-PT e, embora sendo um programa de curto prazo foi inserido na periodicidade desejada para planos de longo prazo, sendo previsto para ser implementado no período de 1988 a 1991.

Convém registrar que, antes do SEF, o governo chegou a propor um Programa de Austeridade (previsto para vigorar em 1986), de caráter emergencial, aplicado à redução dos gastos em geral, face às restrições cambiais impostas pela queda de preços no mercado de petróleo naquele período.

O exame dos propósitos do SEF traduzem, efetivamente, o diagnóstico e o receituário liberal típicos do "Consenso", pois visava à "correção dos desequilíbrios externos e internos"; à "organização de um mercado financeiro"; à reestruturação do sistema econômico através da "elevação da qualidade da gestão econômica" (leia-se aumentar a efetividade das políticas); e a promoção do "crescimento econômico" (significando restabelecer a capacidade produtiva dos setores não petrolíferos da economia).

A implementação do programa foi lenta e, literalmente, não passou do plano das intenções, sendo necessário, em 1989, propor um novo plano, o Programa de Recuperação Económica (PRE), válido para um período de dois anos.

Esse programa visava, dentre outras coisas, a "elevar as receitas cambiais e renegociar a dívida externa" (visando ao equilíbrio externo); "melhorar a gestão orçamental" (equilíbrio das contas internas); e fomentar a produção e as exportações (gerando divisas e reduzindo a dependência de importações). Foi, em outras palavras, uma reprise do SEF, adotado emergencialmente, como se para satisfazer exigências imediatas de avalizadores de empréstimos.

Também (reprisando o SEF), sua efetividade foi extremamente reduzida, se bem que transformações acessórias passaram a ser sentidas em Angola por esta época, com o Banco Mundial, o FMI e fundações americanas patrocinando programas de formação de pessoal e de mudanças estruturais (melhorias no sistema de contabilidade nacional - amadurecido em 1992; reformas legislativas; promoção de treinamento; dentre outros).

A ONU, por essa época, através do PNUD, não só financiava intercâmbios, como seus técnicos assessoravam na adoção de medidas econômicas práticas (a pesquisa de orçamento familiar, por exemplo, utilizada para o índice de preços calculado a partir de 1991, foi gestada em 1989, em uma enquete alimentar do UNICEF).

Essas atividades acessórias enfrentavam severas dificuldades, devido à guerra, como restrições para a movimentação de pessoal, deficiência de transportes na própria cidade de Luanda e mesmo aspectos típicos da cultura angolana: excessiva burocracia (levando-se, em 1992, por exemplo, até um mês para se adquirir uma passagem aérea) e a demora, muitas vezes de dias ou semanas, para que providências simples fossem tomadas (além, é lógico, das proibições típicas de um país "socialista" e em "estado de guerra").

Em 1990, dois fatores teriam influência sobre a realidade econômica angolana: a possibilidade concreta de um acordo de paz entre o governo angolano e as forças da UNITA e o programa de estabilização brasileiro (conhecido por Plano Collor I).

A paz certamente eliminaria o grande problema (afinal, sempre usado como justificativa para a inefetividade dos programas) representado pelos gastos excessivos e pelo direcionamento de esforços para as atividades bélicas.

O Acordo de Bicese, assinado em maio de 1991, pôs fim ao enfrentamento entre as duas forças (governo e UNITA) e possibilitou racionalizar as atividades econômicas e o funcionamento da administração do país.

O plano de estabilização brasileiro, por sua vez, ainda que aplicado a condições inteiramente distintas das vigentes em Angola, serviu de inspiração aos técnicos que assessoravam o governo angolano, que acabaram fazendo uma nova reedição do SEF (influenciado pelas medidas do Brasil), agora denominado Plano de Acção do Governo (PAG), proposto em setembro de 1990.

Esse plano incluía, além das proposições do SEF original, modificações efetivas no sistema de preços; uma expressiva desvalorização do kwanza (iniciando a correção das distorções cambiais acumuladas, inclusive com a especificação de diferentes taxas de câmbio); a criação do "novo kwanza"; e (numa medida pouco justificada para uma economia com parcela expressiva dos rendimentos não monetizada) a aplicação de um "enxugamento" da base monetária mediante um confisco de dinheiro tão brutal como o praticado no Brasil.

O PAG representaria, de fato, o encaminhamento de Angola para a "economia de mercado", propondo também a "remonetização dos rendimentos" (efetivada no início de 1992); o reconhecimento dos mercados paralelos (incluindo o de câmbio); o controle (através de índices) do comportamento dos preços; o reajuste substancial dos preços dos produtos vendidos nas lojas oficiais e (muito importante) transformações legais que possibilitariam a instalação de empresas privadas e a privatização de organismos produtivos pertencentes ao Estado.

A inefetividade dos programas que antecederam o PAG pode ser compreendida quando se consideram as dificuldades impostas pela guerra e também o relativo comodismo proporcionado pelas receitas do petróleo. Um aumento na produção física do produto, por exemplo, nos anos finais da década de oitenta, possibilitou aumentos de receita que favoreceram a continuação da inércia que sempre caracterizou as ações do governo (que contava, ainda, com empréstimos ocidentais para o financiamento de gastos).

Contribuiu, também, para isso, uma certa resistência da burocracia estatal, acostumada aos procedimentos centralizados e despreparada para mudanças tão contundentes, como as propostas pelos técnicos estrangeiros.

6.2.4. O Acordo de Paz

O Acordo de Paz de Bicese, sem dúvida, foi uma condição necessária para que o funcionamento da economia pudesse ter seu curso efetivamente alterado. A paz trouxe, seguramente, alguns problemas adicionais para o governo angolano, dentre eles o de absorver a mão-de-obra desmobilizada e o de realizar eleições gerais diretas, afinal exigidas pelos patrocinadores do acordo (os governos de Portugal, da URSS e dos EUA).

Foi, porém, com a paz que as autoridades angolanas puderam racionalizar suas decisões e implementar as medidas julgadas necessárias.

Os principais pontos do Acordo de Paz previam:

1) o reconhecimento, pela UNITA, do Estado angolano, do presidente José Eduardo dos Santos e do governo angolano até as eleições gerais;

2) no momento da entrada em vigor do cessar-fogo, a aquisição, pela UNITA, do direito de realizar e participar livremente de atividades políticas, de acordo com a Constituição revista e as leis relevantes para a criação de uma democracia multipartidária;

3) a condução, pelo governo angolano, de discussões com todas as forças políticas a fim de auscultar as suas opiniões acerca das alterações propostas à Constituição. Também, o governo deveria trabalhar com todos os partidos na definição das leis eleitorais;

4) a realização de eleições livres e justas para um novo governo, após providências para o registro eleitoral, sob a fiscalização de observadores internacionais, que permaneceriam em Angola até poderem certificar que as eleições foram de fato livres e justas e os resultados oficialmente proclamados. A data para a realização das eleições seria definida no momento do cessar-fogo (afinal determinadas para os dias 29 e 30 de setembro de 1992);

5) o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, incluindo o direito de livre associação;

6) a criação do Exército Nacional, composto por forças do governo e da UNITA, a ser formado até a data das eleições, garantindo-se sua neutralidade através da criação de comissões de fiscalização composta por angolanos e observadores estrangeiros;

7) e instauração do cessar-fogo em todo o território do país.

O Acordo, como se pode ver, além de questões de natureza militar, trazia a importante exigência de realização de eleições gerais diretas e multipartidárias para a formação de um novo governo.

Embora não se tratasse de um ponto polêmico, a exigência de eleições desagradava ao governo angolano, pois representava, na prática, a destruição do regime político em vigor (fundamentado no partido único e na centralização de decisões) e, até mesmo, um possível fim do governo do MPLA-PT, caso o pleito fosse vencido pela oposição.

Pressionado pelos “padrinhos” da paz (principalmente pelo governo dos EUA), o MPLA-PT aceitou correr o risco da perda de poder, admitindo implantar uma democracia no país, com partidos políticos, parlamento e eleições periódicas. Contava, evidentemente, com a vantagem de deter o poder e o domínio da máquina pública até a realização das eleições.

Um ponto verdadeiramente polêmico, entretanto, foi a criação das forças armadas unificadas (as Forças Armadas de Angola, FAA). A fragilidade da medida residia na necessidade da UNITA desarmar-se com antecedência, enquanto o exército do MPLA-PT (As Forças Armadas Populares de Angola, FAPLA) continuaria armado, somando-se a ele as forças públicas urbanas (que eram várias e foram aumentadas no ano das eleições, inclusive com a polêmica criação da feroz "polícia anti-motim") existentes em Angola.

Desconfianças mútuas e a exacerbação do tribalismo impediriam a formação do novo exército, dando o mote para um novo período de guerra (que duraria de 1992 a 1994).

Do lado econômico, entretanto, a soma do Acordo de Paz com a efetividade de algumas medidas do PAG configuraria a passagem da Angola para a "economia de mercado", sinalizando o trânsito para o reencontro do "capitalismo".

O período entre o cessar-fogo (maio de 1991) e a realização das eleições (setembro de 1992), num total de 16 meses, foi um dos mais intensos e dinâmicos vividos pelo novo país.

6.2.5. A Efetividade do Programa de Acção do Governo (PAG)

A efetividade de algumas medidas do PAG somente foi possível graças ao especial momento histórico de sua aplicação, coincidindo com a vigência do Acordo de Paz de Bicese.

Inspirado no plano de estabilização do Brasil, o Plano Collor I, e elaborado com a colaboração de técnicos brasileiros, o PAG tinha como principal medida de impacto o confisco dos depósitos bancários (basicamente depósitos à vista e poupança), medida aplicada não porque era condição necessária para o sucesso do programa, mas para demonstrar a força do governo autoritário angolano em sua vontade política de ver implantadas as reformas sugeridas pelos técnicos ocidentais (naquela altura, a população angolana, diferentemente da brasileira, ainda não recebia tantas informações econômicas pelos órgãos de comunicação - panorama que logo começou a mudar).

O confisco, a rigor, afetou mesmo a parte monetizada dos recursos das empresas (usada para algumas aquisições e para o pagamento de parte dos salários) e muito pouco o cidadão comum.

A devolução dos recursos, tal como no plano brasileiro, seria feita dezoito meses depois, ao valor nominal de um "kwanza" por um "novo kwanza" (a nova moeda criada).

Os resultados alcançados do ponto de vista da estabilização, entretanto, foram quase nenhum, pois, ao contrário do pretendido, a inflação na moeda local saiu de 14% em novembro de 1990 (primeiro mês em que se fez levantamento de preços), caindo para algo em torno de 5% ao mês no primeiro semestre de 1991 (2,7% em junho), subindo, depois, vertiginosamente, para 20,5% em dezembro e daí crescendo e assim se mantendo até os dias atuais.

O grande mérito do plano foi, sem dúvida, fazer com que certas medidas estruturais, propostas desde 1987, fossem de fato implementadas, operando-se transformações que já habitavam as mentes dos técnicos do governo. Naquela altura, poucos eram os membros do governo que não reconheciam que a economia angolana caminhava para o capitalismo e para a economia de mercado.

Aliás, não propriamente para o "capitalismo" (palavra evitada até meados de 1992, inclusive na imprensa), mas para a "economia de mercado", sempre tendo em conta a possibilidade de instituir um regime onde pudessem vigorar "leis de mercado" sem necessariamente ser capitalismo. Cumpre registrar que (sobretudo após a chegada de fundações alemãs ao país) agradava muito as autoridades a existência da opção do novo regime angolano em caminhar para uma "economia social e de mercado" e não para uma "economia capitalista" em sentido estrito.

O PAG colocou, portanto, a economia angolana nos rumos do capitalismo, porém não solucionou seus problemas de instabilidade, resultado, aliás, não alcançado, também, pela seu congênere brasileira após o aludido Plano Collor I.

6.3. Transformações Econômicas

As mudanças econômicas mais expressivas, adotadas com o PAG, foram a reativação do sistema de preços, o renascimento dos negócios privados, o programa de privatização e as mudanças na legislação em vigor. Essas mudanças contribuíram, de fato, para a transição em direção à economia de mercado e conferiram a dinâmica que caracterizou aquele período que antecedeu as eleições.

6.3.1. Reativação do Sistema de Preços

Um dos pontos mais interessantes do PAG foi o do reconhecimento dos "mercados paralelos", de bens e de moeda (câmbio), existentes em Angola.

Repentinamente, aquela economia que parecia uma peça de ficção (sem reconhecer inflação, operando com câmbio fixo desde 1975, e registrando apenas as transações oficiais, a despeito das "transferências" para o "paralelo") passou a incorporar informações da economia como um todo (em julho de 1991), gerando, evidentemente, alguns problemas metodológicos.

Como, por exemplo, estimar o PIB incluindo o "paralelo"? Como estimar a inflação corrente (agora que os preços oficiais foram reajustados e reconhecidos dois mercados, o "oficial" e o "paralelo")? Qual o impacto dos preços sobre os rendimentos (considerando as diferentes proporções de demanda, junto ao "paralelo" e junto ao "oficial")?

Na imprensa, fotos dos locais onde ficavam os "mercados paralelos" (antes "esquecidas") passaram a ser publicadas com maior freqüência. As empresas públicas passaram a atuar com maior liberdade, declarando suas transações com o "paralelo" (passou, por exemplo, a ser admitida a compra de dólares no "paralelo" para realizar transações externas de emergência). Observou-se, também, uma elevação na quantidade de dados e informações econômicas na imprensa, a partir de então, crescendo posteriormente.

A primeira desvalorização do "kwanza" ocorreu em 18 de março de 1991, com a segunda verificando-se em novembro do mesmo ano, ocasião em que se criaram "sobretaxas" a serem aplicadas no caso de determinados produtos importados. Em dezembro, nova desvalorização, eliminando a sobretaxa, porém criando taxas de câmbio múltiplas (aplicadas ao "turismo", à compra de "bens essenciais", à compra de "bens de capital" etc.) que vigorariam a partir de então.

Durante o ano de 1992 (ano eleitoral), importações maciças de automóveis e outros bens duráveis foram feitas pelo governo (através das empresas e organismos públicos), sob "condições especiais", utilizando a taxa de câmbio mais baixa em vigor.

Os preços oficiais foram reajustados, procurando refletir os custos de aquisição até o momento da venda (exceção de alguns poucos produtos considerados de primeira necessidade). A distância entre os preços oficiais e no "paralelo", entretanto, ainda continuou a ser grande, já que estes últimos refletiam também a escassez.

Os salários, desde a proposta do plano, deveriam ser remonetizados, todavia isso somente ocorreria de fato no início de 1992, quando os impactos da inflação passaram a ser efetivamente sentidos. Nessa época, a queda de poder aquisitivo da população provocou alguns protestos e levou algumas categorias a fazer greves (como os professores, que reivindicavam também a entrega de seus diplomas pelo governo - retidos por um longo período para que não fugissem do país - e a "indexação dos salários", baseada no modelo brasileiro).

Com a correção dos preços, houve impacto na parte monetizada dos rendimentos (cerca de 20% do salário das categorias mais altas e praticamente zero para os trabalhadores sem qualificação) e no acesso a bens superiores e escassos que não eram adquiridos com base em quantidades pré-fixadas. Os bens básicos, todavia, cujas quantidades vinham mencionadas nos cupons de acesso às lojas, não causaram impacto sobre o salário real.

Os juros (o preço do dinheiro) não se alterou substancialmente até 1992, aplicando-se o mesmo padrão vigente anteriormente. A reforma financeira transformou o BNA em Banco Central (papel que já exercia) e mudou a denominação do BPA para BPC (Banco de Poupança e do Crédito), incentivando-se, também, uma agência denominada BCI (Banco do Comércio e Indústria).

Segundo declarações do governo, havia a pretensão de se fomentar a poupança, sobretudo com a remonetização dos salários. Isto, porém, dependia de se regulamentar alguma forma de "indexação" que permitisse alguma remuneração real aos depósitos, providencia essa que não foi tomada até 1992. Informações recentes, indicam que o hábito do uso de conta-correntes bancárias ainda não se instalou no país. No ano de 1992, o governo autorizou a instalação do primeiro escritório de um banco estrangeiro (português) no país, contando atualmente com quatro instituições instaladas em Luanda.

Uma outra medida do PAG previa o cálculo de um índice de preços ao consumidor, pelo menos para a cidade de Luanda (como de fato até hoje ainda é feito). Como não existia uma pesquisa de orçamento familiar, foi utilizada como *proxy* uma pesquisa do UNICEF sobre hábitos alimentares nos *musseques*, sobre a qual se fizeram alguns ajustes (com a ajuda de técnicos do PNUD e do BIRD) e se passou a acompanhar a evolução dos preços, tanto no mercado "paralelo" quanto no mercado oficial (inicialmente, separavam-se o comportamento dos dois mercados, depois foram unificados).

Observações empíricas revelaram que o cálculo desse índice era feito de maneira bastante improvisada, havendo falhas graves no processo de coleta e controle dos dados. Também, foi possível identificar, durante o ano eleitoral, ocasiões em que "razões exógenas" levaram a uma subestimação do índice de preços.

6.3.2. Renascimento dos Negócios

Com a tolerância aos negócios privados sendo admitida pelo governo, a partir de 1991, uma das faces mais interessantes das transformações econômicas em Angola teve lugar: o renascimento comercial e dos negócios.

Em primeiro lugar, observou-se verdadeira explosão dos mercados "paralelos" que aumentaram em volume e em pontos espalhados pela cidade (e por outras cidades, como pode ser comprovado em viagens pelo país).

Os mercados do Roque Santeiro e dos Trapalhões (assim denominados por influência de programas televisivos brasileiros), os dois maiores e mais populares, assim como o de São Paulo, experimentaram uma elevação substancial e simultânea de oferta e de demanda.

Até mesmo parte da população que se constrangia em comparecer a esses locais, lá passou a fazer compras e trocas livremente. O número de vendedores também aumentou, chegando novas e inéditas mercadorias compradas no exterior.

Em vários pontos da cidade de Luanda, pequenas aglomerações de vendedores, que não passavam de rudimentos de feira, logo se transformaram em potentes mercados, funcionando quase que diuturnamente como os mercados maiores.

Uma dado curioso é que não surgiu nesse período um número muito grande de "estabelecimentos comerciais fixos", isto é, de lojas efetivamente instaladas nos moldes conhecidos em outros países. Predominaram as "bancas", as "barracas de feira", mesmo para produtos importantes, como eletrodomésticos, medicamentos, roupas etc. Um explicação para isso pode ser o receio dos comerciantes de serem submetidos ao controle e à tributação do governo (já que eram permanentemente "ameaçados" disso em declarações de algumas autoridades).

Pouco antes das eleições, entretanto, já era possível encontrar antigos estabelecimentos que vendiam produtos controlados sendo transformados em pequenos mercados ou oferecendo algum tipo de produto ou serviço até então inéditos (tirar fotografias, fotocópias, venda de revistas).

Uma observação interessante é a de que muitos comerciantes que atuavam nos mercados de Luanda não eram angolanos, mas zairenses, africanos de outras nacionalidades ou mesmo de outros continentes (indianos, libaneses, brasileiros) que para lá vieram e passaram a empreender.

Uma hipótese para isso é que muitos angolanos, temendo represálias do governo (durante a fase anterior à liberalização), não se arriscavam a "operar no paralelo" e, quando a economia se abriu, seu espaço já estava ocupado por estrangeiros que agiam com maior liberdade (um zairense, por exemplo, se fosse acusado de delitos leves, como esse, no máximo seria expulso de Angola, para onde voltaria facilmente depois).

Outra hipótese (e que merece ser investigada oportunamente, ao nosso ver) é que o angolano típico não possuía aptidão para a realização de negócios (isto é, não tinha desenvolvido o "espírito empreendedor", o "animal spirits" capitalista).

Submetido, durante longo período de tempo, a um cruel colonialismo que não lhe permitia empreender e, depois (com a "libertação" e o "socialismo"), a um sistema que condenava as atividades privadas, era difícil que o angolano tivesse sua vocação empreendedora desenvolvida. Ainda assim, muitos cidadãos participavam da "kandonga", comprando produtos no exterior (ou obtendo-os em "desvios" do mercado oficial) e os vendendo nos mercados locais. Outros ainda (muitas vezes associados a estrangeiros) tornaram-se grandes fornecedores de bens e serviços ao Estado e ao setor privado (inclusive privilegiando-se de posições detidas anteriormente nos quadros do próprio governo).

Um importante reconhecimento por parte do governo angolano foi o do direito à propriedade privada (que, entretanto, não estava devidamente regulamentado até 1992), permitindo que estabelecimentos e outros bens fossem registrados em nome de pessoas físicas ou jurídicas.

As empresas estrangeiras que atuavam em Angola tinham garantido esse direito (embora muitas utilizassem prédios do Estado), porém o cidadão angolano não o possuía, nem tampouco as pessoas físicas estrangeiras que lá chegavam com o intuito de empreender. Houve, até mesmo, casos de empresas que chegaram a se instalar em determinado local (efetuando reformas, fazendo instalações) sendo posteriormente questionadas por "proprietários" de última hora desejosos de obter vantagens financeiras. Foi criado, então, com grande liberdade, um mercado de locação imobiliária, com o ocupante de um imóvel estatal cedendo-o temporariamente para uso de terceiros.

Por essa época, a propósito, cresceu muito o número de estrangeiros em Luanda e no país todo, realizando negócios, sondando possibilidades, prospectando oportunidades. Também, elevou-se muito o número de fundações e instituições estrangeiras com interesses em Angola, para lá enviando seus técnicos e representantes.

Os estrangeiros provinham de muitos lugares, desde as Filipinas, o Japão, as Coréias, a Índia, a China, os Estados Unidos, o Brasil e demais países sul americanos, até (a maioria) dos países europeus e nórdicos. Os interesses iam desde a mineração (incluindo o contrabando) até a venda de automóveis, a troca de produtos por petróleo, a construção de empreendimentos imobiliários e a exploração de fazendas agrícolas e de pecuária.

No tocante à propriedade imobiliária, uma discussão muito intensa se estabeleceu, naquela ocasião, sobre a hipótese de que certos estabelecimentos, tanto urbanos quanto rurais, deveriam ser devolvidos a seus donos de origem (os portugueses que abandonaram o país na época da libertação) para que eles restabelecessem seus negócios. O governo de Portugal, particularmente, insistia nesse assunto nas reuniões bilaterais e, sobretudo, nas divulgações pela mídia.

Essa discussão, mais tarde, se restringiu às áreas rurais, onde havia a esperança de que investidores portugueses ajudassem na recuperação da capacidade produtiva agrícola de Angola.

A face mais visível do “renascimento dos negócios”, porém, foi a abertura de lanchonetes e bares na cidade de Luanda. Até o final de 1991, a intolerância das autoridades fazia com que a venda de comestíveis e bebidas fosse feita em pequenas banquinhas nas margens das calçadas. Isto impedia que a noite de Luanda fosse vivida externamente pela população (o que era limitado também pelo toque de recolher). As atividades noturnas restringiam-se às famosas “festas angolanas” (em ambientes fechados) que, tradicionalmente, varavam toda a noite (esperando o fim do toque de recolher) ou em um ou dois “restaurantes oficiais”, geralmente fechados antes das 23 horas.

Com a liberalização econômica, uma verdadeira febre de lanchonetes despertou Luanda (e as demais cidades). Instaladas em “containers” (onde se fazia uma abertura lateral, à frente da qual se instalavam mesas para atender os clientes), sua expansão foi muito grande, fazendo com que a Ilha de Luanda, por exemplo, tivesse grupos de lanchonetes que permaneciam abertos praticamente dia e noite. Como a atividade estava desregulamentada, poucas foram as lanchonetes que se instalaram em estabelecimentos de alvenaria.

Mais tarde, com a remonetização dos salários (e os conseqüentes efeitos inflacionários), observou-se uma razoável retração nessa atividade, com alguns estabelecimentos sendo fechados por falta de demanda. Outro fator que passou a assustar os empreendedores foi a freqüente “ameaça” das autoridades em regulamentar as atividades comerciais, impondo tributos e obrigações aos exploradores dos negócios.

Pouco antes das eleições de 1992, estava em discussão no governo normas tributárias e regulamentares que deveriam ser implantadas em breve no segmento comercial.

Quanto às empresas estrangeiras atuantes em Angola (excetuando as do “enclave”), havia portuguesas (a maioria),brasileiras e russas, possuindo sucursais e escritórios em Luanda. As empresas portuguesas atuavam numa gama elevada de atividades, com destaque para a construção civil e os serviços de “consultoria” em diversos campos. Pouco antes das eleições, por exemplo, uma empresa portuguesa de radiodifusão passou a operar, em parceria com o governo, o canal oficial da Televisão Popular de Angola (TPA).

As empresas brasileiras representavam um volume alto de investimentos, pois estavam ligadas ou ao petróleo (caso da Petrobrás) ou à construção da hidrelétrica de Capanda (Norberto Odebrecht, Furnas) ou ainda à exploração de minérios e construção privada (Odebrecht). Também, havia uma grande oficina mecânica em Luanda, operada por brasileiros, tolerada pelo governo (que usava seus serviços) desde a época "socialista" (praticamente não havia serviços de reparos, inclusive de veículos, em Luanda). Muitos brasileiros atuavam também como "consultores" autônomos em Angola, ministrando cursos e treinando membros da administração pública. Muitas atividades estavam desregulamentadas e não sofriam tributação.

Com a chegada de novos empreendedores estrangeiros, o perfil de atuação das empresas privadas em Angola certamente seria alterado (com aumento de concorrência, maior volume de negócios, criação de empregos etc.). O retorno da guerra, no final de 1992, provavelmente retraiu os negociantes que, hoje, esperam a concretização do Acordo de Lusaka para uma retomada efetiva de suas atividades. Um fato relevante é que alguns países (casos de Portugal e EUA) lá instalaram suas câmaras de comércio e indústria para fomentar a realização de negócios.

Um outro ponto interessante foi a tendência (observada entre 1991 e 1992) à formação de "joint ventures" entre capitais estrangeiros e antigos membros do governo e de empresas públicas (o que facilitava o acesso do estrangeiro à burocracia local) ou através da compra de ativos públicos privatizados (no qual o representante angolano era privilegiado por determinação do governo).

Um substrato importante dessas transformações foi a consolidação de uma "classe emergente" de angolanos, que, graças aos empreendimentos privados, puderam acumular capitais e a se distinguir dentre a população em geral.

Muitos integrantes dessa "classe emergente" (chamada pelas autoridades de "classe empresarial angolana") já eram negociantes do mercado "paralelo" ou intermediavam operações de compras pelo governo (embora muitos deles fossem membros da burocracia).

Depois, isoladamente ou em associação com estrangeiros, continuaram realizando negócios, comprando empresas privatizadas (onde alguns eram funcionários, diretores etc.) e a acumular, possibilitando assumir uma postura distinta na sociedade (hábitos de consumo, aquisição de certos bens, reformas de moradias) e a exercer papéis relevantes, tanto no âmbito econômico quanto político.

No âmbito econômico, essa "classe emergente" obteve o reconhecimento oficial de que seria o "vetor", a responsável pela consolidação da "economia de mercado" em Angola, merecendo privilégios nos processos de privatização, na obtenção de benefícios institucionais criados para a realização de novos empreendimentos (empréstimos, financiamentos), e mesmo na legislação a ser criada, onde o empresário angolano mereceria tratamento distinto dos demais (o que, certamente, foi mais um incentivo à formação de "joint ventures").

Do ponto de vista político, essa "classe emergente" teria já uma participação importante nas primeiras eleições angolanas, principalmente através do apoio ao candidato oficial, ao qual doaram publicamente frotas de motocicletas, recursos financeiros e até helicópteros para "ajudar no processo eleitoral". Não havia qualquer restrição legal neste sentido, assim como não havia (sejamos justos) restrições a que doações semelhantes fossem feitas aos candidatos da oposição.

A grande discussão que se fazia em Angola, nas vésperas das eleições, era sobre como equalizar a existência (e o poder econômico) dessa "classe" com o resto da população (problema, aliás, semelhante ao de Cuba, no presente), evitando uma brutal concentração de renda, com conseqüentes efeitos políticos e sociais.

As análises que se faziam giravam em torno de um sistema tributário que pudesse carrear parte desses capitais (e da renda) para o erário, onde seria usado em fins sociais. Devido ao "clima eleitoral", entretanto, a discussão se perdeu.

6.3.3. Programa de Privatização

O governo pouco regulamentou o programa de privatizações angolano, o que, embora facilitasse sua realização, possibilitou certos vícios.

A pretensão subjacente aos decretos governamentais era a de que a aquisição dos patrimônios privatizáveis pudesse ser feita por cidadãos angolanos (ou em parceria com esses) e, só em última instância, exclusivamente por estrangeiros.

Os investidores estrangeiros, por seu turno, tinham receio de entrar em um negócio em Angola sem o apoio de cidadãos locais, posto que uma associação com nativos certamente, facilitaria o trâmite junto ao aparelho de Estado.

Assim, muitas empresas privatizadas durante o ano de 1992, foram adquiridas pelos próprios membros da burocracia, dentre os quais alguns ministros e diretores gerais das próprias empresas. Em determinados casos, autoridades desejosas de não aparecer, nomeavam representantes que se incumbiam de comprar os ativos (permanecendo no poder, muitas vezes em conflito de interesses).

Uma questão delicada no processo foi a da "avaliação" dos ativos, pois sabia-se que o mero valor contábil não refletia o valor do "fundo de comércio", do "potencial de geração futura de lucros do negócio". Na avaliação em moeda estrangeira, por exemplo, qual taxa de câmbio utilizar? Ainda assim, muitos empreendimentos privatizados o foram por valores ínfimos, possibilitando de imediato altos ganhos para os adquirentes.

6.3.4. Sistema Financeiro

A transformação do BNA em Banco Central e do BPA em Banco de Poupança e do Crédito (BPC) [assim como a estruturação do Banco de Comércio e Indústria (BCI)] foi muito rápida. Basicamente, foram trocadas as denominações, continuando as funções praticamente as mesmas (só após as eleições, algumas mudanças operacionais seriam feitas).

A pretensão do governo era a de elevar o volume de intermediação e estabelecer condições de financiamento para atividades privadas (construção, abertura de empresas). A autorização de instalação de bancos estrangeiros foi também feita neste sentido.

Até as eleições, porém, ainda estava indefinida a linha da política monetária a ser adotada pelo governo.

Do lado do câmbio, o governo continuou uma política de desvalorização periódica (atuando com câmbio fixo), inclusive procurando influenciar o comportamento do mercado paralelo de moedas (o governo instalou representantes no "paralelo" para comprar ou vender divisas segundo seu interesse).

Quanto aos juros, a questão da "indexação" (visando a gerar ganhos reais) e a criação de ativos mobiliários públicos estava a ser estudada, visando, também, oportunamente, à criação de um "mercado de capitais".

6.3.5. Direito Positivo

Para que as principais mudanças propostas pudessem ser implementadas, o governo dependia de alterações legislativas, o que se constituía em grande dificuldade para as autoridades, já que se demorava muito para legislar determinados assuntos (a despeito da grande centralização que caracterizava o processo de decisão)..

Acostumado a operar através de normas excepcionais, o governo continuou se valendo de decretos e regulamentos "quase revolucionários" para disciplinar as mudanças econômicas.

Como não havia parlamento com fim legiferante (era figurativa sua atuação), as discussões se faziam junto ao Conselho de Ministros e ao MPLA-PT, daí saindo normas para fins econômicos.

A demora geralmente se dava nas discussões partidárias e se deviam, possivelmente, mais a razões políticas que técnicas.

Muitas medidas, tomadas aparentemente após grande reflexão, mostravam-se incorretas quando publicadas, sendo retirado o decreto dias depois. O tempo para a solução desses problemas, porém, parecia interminável, demorando-se meses para nova edição de normas.

No que tange ao direito em geral, os códigos portugueses continuaram a ser utilizados, sendo que leis de interesse econômico vinham sendo modificadas mediante auxílio de técnicos do PNUD.

6.3.6. Convivência dos Dois Modelos

O período em que se processou a "inflexão" econômica em Angola foi também característico por se verificar a convivência de dois modelos econômicos antagônicos entre si: a "economia centralmente planejada" em destruição e a "economia de mercado" em criação.

O período de inflexão teve início em 1987, porém foi mais sensível o antagonismo entre os dois modelos no período posterior ao PAG, quando as instituições centralizadas resistiam ao inexorável crescimento das instituições da economia de mercado.

Dois aspectos devem ser destacados a propósito desse antagonismo na economia angolana. Em primeiro lugar, o modelo de economia centralmente planejada funcionou, durante todo o tempo em que foi aplicado, marcado pela presença de instituições não "socialistas", como o "enclave capitalista" e os "mercados paralelos". A "pureza" do modelo era apenas fruto da decisão do governo em considerar apenas o lado oficial e estatal da economia em seus planos, em seus controles e em suas declarações públicas.

Em segundo lugar, deve se ter em conta que a "inflexão" angolana ainda não se completou totalmente, pois, ainda hoje (1996), continuam convivendo os dois modelos. Após a aplicação do PAG, o planejamento central continuou operando dentro do mesmo nível de "eficiência" anterior, sem qualquer referência às instituições privadas. A "economia de mercado", por sua vez, funcionava ao mesmo tempo desregulamentada (o que era favorável aos empreendedores, pois não havia tributação etc.) e (justamente pela falta de regulamentação) sofrendo a ingerência e as dificuldades impostas pelo setor público ("proibições de última hora" criadas e impostas por determinados burocratas, limitações, demoras em expedir certidões etc.).

O resultado disso foi que as atividades privadas em Angola tinham um custo muito elevado (agravado pelo risco representado pelos problemas políticos e militares), de modo que determinados produtos e serviços eram muito caros no país relativamente a outras economias de países subdesenvolvidos com problemas similares. A locação de um veículo, por exemplo, tinha seu preço três a quatro vezes maior que no Brasil.

O agravante é que esses custos tinham efeitos sociais, pois determinados produtos ou serviços que já eram escassos nos mercados oficiais, simplesmente desapareceram e só eram encontrados no mercado paralelo (caso dos medicamentos, por exemplo, que eram vendidos no paralelo em "banquinhas", sob o sol, sem qualquer controle de procedência ou qualidade).

6.4. Dificuldades Políticas

O período de "inflexão" econômica foi também marcado por dificuldades políticas e militares, pois coincidiu com a aplicação dos termos do Acordo de Paz de Bicese, com destaque para a campanha eleitoral e a realização das eleições[137] .

A principal dificuldade foi a desmobilização militar (chamada em Angola de "acantonamento das tropas") e a deposição de armas, visando à formação do exército único (previsto para antes das eleições).

Desconfianças e escaramuças constantes, porém, revelando o agudo tribalismo tanto por parte da UNITA quanto do MPLA, fez com que a deposição de armas não ocorresse e que o novo exército não fosse formado.

Quanto à campanha eleitoral, durante sua realização foi possível notar um agudo oportunismo do partido do governo que se aproveitou das vantagens de estar no poder e de comandar a máquina pública.

Um fato relevante foi a visita que o presidente brasileiro, Collor de Mello, fez a Angola, em 1991, fazendo com que a mesma empresa brasileira que lhe fez a propaganda política, na campanha presidencial de 1989, no Brasil, fosse também a responsável pela elaboração da campanha do candidato oficial angolano.

Essa empresa ajudou a desenvolver os recursos técnicos da televisão local, inclusive treinando profissionais da imprensa e operadores e formatando os programas e telejornais.

---

[137] As considerações deste capítulo, especialmente as desta seção, foram feitas com base em observações empíricas realizadas pelo autor durante seu último período de permanência em Angola (1991-92), ocasião na qual (residindo no principal hotel do país) conviveu com autoridades do governo, membros da burocracia estatal, membros da situação e da oposição (tendo, inclusive, conhecido pessoalmente os principais candidatos à Presidência da República - do MPLA, da UNITA, da FNLA dentre outros), autoridades diplomáticas, membros das missões do BIRD, da ONU e do FMI, cooperantes soviéticos, brasileiros e europeus, dirigentes de fundações estrangeiras, publicitários e pesquisadores brasileiros, empresários angolanos, americanos e de diversas outras origens, além de, como professor, possuir uma convivência privilegiada junto aos colegas docentes e alunos da universidade local.

Todavia, foi também responsável por uma campanha bastante similar à do próprio presidente brasileiro, em 1989, utilizando-se amplamente de montagens de vídeo que punham o principal candidato da oposição em situações ridículas ou proferindo frases ofensivas aos eleitores do MPLA.

Também os órgãos de comunicação social foram preparados para serem intensamente utilizados pelo candidato oficial, seja através dos telejornais, reportagens de rádio e jornal impresso, seja através de propaganda institucional (até então inexistente) que passou a ser veiculada permanentemente no país.

O candidato do MPLA (tendo ou não controle sobre o assunto) não reclamou, até porque as pesquisas divulgadas oficialmente lhe davam vantagem (opiniões obtidas dos técnicos brasileiros responsáveis pelas pesquisas, porém, revelavam oscilações que nem sempre asseguravam a vitória do partido oficial, sobretudo regionalmente).

Essa situação, além de fazer com que o líder da UNITA se mostrasse publicamente insatisfeito com brasileiros em geral (eventualmente pondo em risco os milhares de trabalhadores que se encontravam em Angola naquela época), fez com que crescesse a animosidade entre partidários de ambos os candidatos.

O oportunismo oficial se mostrou presente também no comportamento fiscal do governo, pois, nos primeiros meses de 1992, foi realizado um volume imenso de importações (à taxa de câmbio privilegiada), sobretudo de veículos e bens duráveis, que foram entregues aos gestores e funcionários oficiais, potenciais eleitores e cabos eleitorais do MPLA. Também, havia notícias de que a “maquina do Estado” estava inteiramente trabalhando a favor da “recondução pelo voto” do candidato oficial ao poder.

O que o governo angolano acabou realizando, naquela oportunidade, foi uma versão do conhecido “populismo econômico” (nos termos utilizado por John Williamson, em obra já citada), elevando os gastos públicos visando a benefícios eleitorais.

Outro ponto notável da campanha eleitoral foi a decisiva participação da chamada “classe empresarial angolana” no processo, ajudando, como seria esperado, o candidato oficial, principalmente mediante doações de bens e recursos (um único empresário, por exemplo, doou uma imensa frota de motocicletas à policia militar de Luanda para “fiscalizar as eleições” e dois helicópteros de apoio).

O oportunismo, porém, se revelou mais agudo e injusto à medida em que se aproximavam as eleições e a animosidade crescia entre os dois principais partidos (os partidos menores, com exceção da FNLA, reconheciam suas poucas chances e participavam do pleito para obter a ajuda financeira da ONU ou com vistas ao parlamento).

Nos dois últimos meses antes das eleições, a população de Luanda (e de Angola em geral, embora provavelmente sem grande efeito sobre as regiões onde habitavam os Ovimbundos, ao sul) foi continuamente colocada frente às chamadas "provocações" de Jonas Savimbi, divulgadas pela imprensa oficial.

Nessas "provocações" (muitas delas claramente montadas), o oposicionista "tocava em assuntos" contundentes, de natureza tribal, que, fatalmente, ofendia o eleitorado. Em seguida, os "comentaristas" e "jornalistas" de plantão discutiam o tema, geralmente condenando gravemente o candidato da UNITA.

Ao mesmo tempo, pequenos atentados envolvendo as duas forças passaram a ocorrer em diferentes locais e mesmo crimes comuns adquiriam um contorno político, como, por exemplo, a onda de atentados contra estrangeiros que levou à morte de muitas pessoas em Angola.

A morte de uma família inteira de portugueses que estava de passagem pelo país, por exemplo, fez com que a imprensa divulgasse o assunto instigantemente, ao longo de vários dias, com reportagens envolvendo autoridades e até o presidente português. "Suspeitava-se", segundo divulgava a imprensa, que aquele seria um "crime político".

Quando os criminosos foram presos, após passar alguns dias incomunicáveis, vieram a público, em variadas, longas e diferentes entrevistas, afirmando que haviam cometido o crime "a mando do 'judas' Savimbi".

O efeito de declarações como esta era notável sobre o eleitorado.

Também, candidatos de agremiações menores (ao parlamento ou a presidente) que decidiram apoiar a aposição, passaram a sofrer constrangimentos, sobretudo em seu local de trabalho, já que muitos eram funcionários de organismos públicos (empresas, universidade etc.).

Cerca de quarenta dias antes do pleito, passaram a circular boatos de que o MPLA estaria distribuindo armas à população civil de Luanda para que essa "se defendesse" diante de ameaças de membros da UNITA.

Embora a imprensa divulgasse o “terror” praticado pelos membros da UNITA, publicamente seus generais não demonstravam essa hostilidade, além de ser muito jovens. Também, os economistas (como Rosa Mota) e técnicos do “partido” pareciam ser bem preparados e apresentavam um programa de governo coerente com as dificuldades do país (se bem que embasado em poucas informações concretas sobre a realidade econômica).

Além de uma grande casa no bairro das embaixadas (o Miramar), a UNITA ocupou alguns hotéis de Luanda, onde instalou seus principais membros. Um desses hotéis (o Turismo) ficava na Baixa, próximo à sede do BNA, a poucos metros da baia de Luanda.

As eleições transcorreram em clima de elevada tensão, fiscalizadas por poucos observadores da ONU, relativamente a outros países até de menor expressão (cerca de 300 para todo o país). Antes da divulgação dos resultados oficiais, a UNITA levantou a possibilidade de fraude (o líder guerrilheiro tomou o cuidado de sair de Luanda antes de fazer as denúncias, deixando lá, porém, seus principais generais, inclusive seu sobrinho, Salupeto Pena, o segundo homem do partido), no que foi desmentida pela representante da ONU no país, Margareth Anstee.

A população de Luanda (à medida em que denúncias de fraude persistiam e notícias de que a guerra poderia ser reiniciada pela UNITA passaram a ser divulgadas), acercou-se do hotel, na Baixa, e não tardou para que partidários dos dois principais partidos se enfrentassem, com os membros do grupo guerrilheiro sendo presos e prontamente executados (morrendo alguns dos principais dirigentes do grupo).

Naturalmente, após esse episódio estavam dadas as condições para o reinicio dos conflitos, que durariam mais de dois anos, só se encerrando com o Acordo de Paz de Lusaka, no final de 1994.

A UNITA, nessa nova fase da guerra, reagiu e ocupou quase 60% do território de Angola, inclusive as instalações da obra de Capanda e as minas de diamantes da província de Lunda Norte. O financiamento de suas atividades, segundo analistas internacionais, tem sido feito com os diamantes extraídos dessas minas. O MPLA, enquanto isso, permaneceu de posse dos territórios petrolíferos, de onde pode retirar o sustento da economia do país nos últimos anos.

Atualmente, encontra-se em processo de implantação um novo cessar-fogo em Angola, contando, porém, com um efetivo de forças internacionais muito maior que o anteriormente empregado (composto inclusive de militares do Brasil - que antes não enviara soldados a Angola, apenas militares especializados) que pode resultar na normalização definitiva do país.

6.5. Sociedade

Angola, tal como seu irmão americano, é um país de grandes contrastes, se bem que com uma parcela de miseráveis aparentemente mais expressiva (proporcionalmente) que o Brasil.

Ao mesmo tempo em que circulam por Luanda veículos sofisticados e algumas residências (embora só no interior) sejam luxuosas, com os filhos de certas famílias estudando na Europa ou, mais recentemente, na África do Sul, revelando o poderio econômico dos membros da burocracia e dos integrantes da “elite emergente”, a maioria da população vive miseravelmente, muitos sem emprego, sem educação, sem acesso à saúde, com salários irrisórios (ou sem salários), situação que se agravou com a inflação e com a crise resultante das recentes transformações econômicas.

Os benefícios do petróleo não chegam para todos, sobretudo em épocas de dificuldades como a atual, que faz, também, com que os bens públicos ou de natureza social (saúde, educação, saneamento) sejam restritos e de baixa qualidade.

Encontra-se em prática, também, um processo de transformações econômicas bastante concentrador, com exclusão de vastos segmentos da sociedade.

Tanto os recursos públicos quanto ajudas do exterior são furtadas e desviadas para a “economia subterrânea” (o “paralelo”), num vigoroso processo de corrupção, agravando ainda mais esse cenário.

As principais cidades de Angola (notadamente Luanda, Lobito, Huambo e Benguela), no que tange a moradias, mantêm-se praticamente iguais à época de "libertação", tendo havido poucos investimentos em construção (a exceção foi a transformação dos "musseques" em alvenaria, sem, entretanto, que se realizassem obras complementares, como a de saneamento básico etc.), com o déficit habitacional atingindo níveis alarmantes. Há edifícios e prédios em construção cujas obras iniciaram-se antes da "independência" e se encontram paralisadas desde 1975 (com os guindastes na mesma posição original).

Após a normalização do país, não obstante o capitalismo de fundo liberal em implantação, ao Estado angolano caberá ainda um papel muito importante no sentido de equalizar as diferenças hoje existentes na sociedade, reparando injustiças e dando oportunidade à população mais pobre de viver com dignidade.

6.6. Realidade e Teoria

A análise processual da economia angolana, feita neste e nos capítulos precedentes do presente trabalho, revelou uma realidade dinâmica e em permanente transformação.

Foi possível identificar fases econômicas distintas, não obstante lógica e historicamente conectadas entre si, que demonstraram ser o caso estudado caracterizado por sucessivas "singularidades" findadas por uma "situação geral" válida para a maioria das economias periféricas contemporâneas.

Essas distintas fases da economia de Angola fazem parte de um contínuo que exige, para sua plena compreensão, o conhecimento do processo histórico e das condições que antecederam ou sucederam cada uma dessas etapas, processo esse que permite identificar, também, a validade das posições teóricas eleitas para se compreender o quadro de "dependência econômica" peculiar aqui estudado.

Iniciamos o estudo da economia de Angola pelo exame do colonialismo original português (na fase da "colonização ibérica" apresentada no capítulo 3), época em que a exploração do território de Angola não era uma prioridade, suplantada que fora pela opção de negócios com a Índia e, posteriormente, pela exploração da colônia do Brasil.

Somente em decorrência da valorização da exploração colonial brasileira (mediante o *plantation* da cana-de-açúcar) a colônia de Angola adquiriu relevância econômica para Portugal, tornando-se importante fonte de mão-de-obra escrava, situação que prevaleceria por cerca de 350 anos.

No princípio dessa fase colonialista original (com duração de aproximadamente um século), a história estudada revelou que o império português tinha ação relativamente autônoma, apenas condicionado pelos mandamentos da Igreja e pela ação da concorrência da Espanha, país com quem mantinha uma relação soberana (exceção do período de união dos dois reinos, no final do século XVI) e autônoma. Não se pode, portanto, falar em "dependência econômica" ou submissão do Reino de Portugal a interesses outros que não os oriundos de sua própria sociedade.

Do ponto de vista teórico, ao nosso ver (e considerando o conjunto do império português na época), aplica-se, nessa fase, pelo menos parcialmente, uma curiosa antecipação histórica da validade de uma teoria que somente seria gestada, tempos depois, no contexto da "matriz clássica" do desenvolvimento econômico (conforme apresentada no capítulo 2 deste trabalho).

Trata-se da Teoria das Vantagens Comparativas, formulada por Ricardo, no século XIX, e pela qual cada país tende a se especializar na produção de um ou alguns produtos, obtendo benefícios competitivos.

Observa-se, nesse período, uma forte especialização produtiva dos territórios coloniais portugueses, com Angola constituindo-se em especialista no fornecimento de mão-de-obra escrava e o Brasil especializando-se como fonte de açúcar de cana a ser vendido na Europa.

A dependência econômica dessa fase (no caso das colônias) era a *dependência colonial* clássica, caracterizada pelo domínio metropolitano exclusivo do espaço explorado.

O caráter da dependência, todavia, é limitado no tempo, à medida em que a estrutura do colonialismo português vai se transformando e se inserindo no "colonialismo concorrencial" que passa a se formar com a entrada decisiva da Holanda e da Inglaterra (e posteriormente da França e da Alemanha) no cenário econômico mundial .

Observa-se, a partir dessa época (fim da segunda metade do século XVII e durante o século XVIII), uma profunda alteração nas relações políticas entre as nações, com o Reino de Portugal sendo gradativamente submetido pela Inglaterra, que o domina e, através dele, também suas colônias.

Transforma-se, assim, a configuração clássica do colonialismo, que se vai tornando um *colonialismo* ***de*** *dependência*, constituindo um período no qual a atenção dos ingleses se volta (no que tange a interesses concomitantes aos dos portugueses) para o Brasil e para os territórios africanos passíveis de dominação direta.

É uma fase (que duraria até o final do século XIX, quando a repartição territorial africana se resolve) na qual não ocorrem inversões de capital em volume significativo nos territórios coloniais portugueses em África, não obstante a perda, ainda em 1822, do Reino Unido do Brasil. Portugal, nesse período, é fundamentalmente tributário dos capitais de empréstimo ingleses.

Do ponto de vista do conjunto teórico considerado, deve-se, agora, fazer uma análise dual do caso, pois, de um lado, temos a metrópole portuguesa que, em seu processo regular de desenvolvimento, se comporta em conformidade aos princípios da Teoria das Vantagens Comparativas (especializando-se na produção de vinhos para exportação), tornando-se uma economia cada vez mais "dependente" dos capitais de empréstimo ingleses (utilizados para a sustentação da corte), enquanto, por outro lado, temos a economia de Angola (nosso objeto principal de estudo) que, apesar de receber maior atenção da metrópole (após a "independência" do Brasil), ainda se caracteriza como uma "fornecedora de mão-de-obra escrava", com baixíssimos investimentos com vistas a um incremento da produção agrícola ou mineral locais. Sua situação, portanto, se insere ainda na *dependência colonial* clássica anteriormente citada.

Nota-se, entretanto, que, com o aproximar do final do século XIX, as autoridades do Reino de Portugal reconhecem em seus territórios coloniais remanescentes (principalmente no de Angola) o sustentáculo do qual precisam para dar continuidade ao *modus-vivendi* e ao *status* em prática na sociedade portuguesa, iniciando um lento, mas contínuo processo de incremento dos investimentos visando a uma exploração mais acentuada dos recursos coloniais e da população autóctone (sobretudo considerando o fim do escravismo que exigia novas fontes de receitas para a metrópole e a adoção de novos mecanismos de dominação da força de trabalho local).

Entre meados do século XIX e o início do século XX, a crescente dependência econômica portuguesa da Inglaterra permitiria uma outra interessante antecipação teórica: a confirmação da perda de termos de intercâmbio entre dois países de estágios diferentes de desenvolvimento, posteriormente analisada por Raul Prebisch (nos anos 40 do corrente século, estudando o caso latino-americano) no trabalho que daria origem à "matriz cepalina" do desenvolvimento econômico que tratamos no capítulo 2.

Embora não se tenha dados concretos sobre o tema, é reconhecido o enfraquecimento da economia portuguesa em decorrência do comércio com os ingleses, nos termos das Vantagens Comparativas, dada a desigual troca de produtos manufaturados britânicos por produtos primários ou semi-manufaturados ofertados por Portugal (com os primeiros ficando cada vez mais caros relativamente aos últimos).

A dependência econômica portuguesa, desta forma, gradativamente se consolida e começa a se transferir também à economia angolana, mediante um processo de intermediação no qual o crescente interesse imperialista por recursos coloniais leva os capitais europeus a se associarem com as elites portuguesas para processar sua exploração.

Nessa etapa inicial da *dependência intermediada*, a relação dos capitais internacionais com Angola é apenas para o domínio de matérias-primas (extrativismo vegetal e mineral), reproduzindo a clássica dicotomia "cidade-campo", pela qual se exploram os recursos coloniais sem exigir transformações capitalistas no interior do território. Angola (o "campo") mantém sua estrutura interna quase intacta, enquanto os capitais penetram o seu território na medida exata a permitir a extração e a transferência de suas recursos para os países centrais (a "cidade"). Pouco também se faz pela expansão dos mercados locais.

A partir dessa época, porém, vai se processando o aumento da população colonial em Angola e vão se inserindo, lentamente, no território, relações típicas do modo capitalista de produção, elevando-se, também, o volume de investimentos (se bem que ainda centrados na agricultura e no extrativismo).

Nas esferas política e social, mudanças importantes se verificam na sociedade portuguesa, sobretudo com o fim da monarquia e o nascimento da república, porém a exclusão e a exploração aguda da população colonial autóctone continuaria sendo a marca registrada do colonialismo português até o seu crepúsculo, processo esse que apenas se consolidaria com a subida de Salazar e de sua ditadura ao poder no início dos anos trinta.

O período do "plantation" em Angola (iniciado pela ditadura salazarista) marca o acirramento da exploração capitalista intermediada (da *colonização **por** dependência*), ao mesmo tempo em que a estrutura da economia colonial vai se transformando e adquirindo cada vez mais a face capitalista.

A etapa mais característica da dependência econômica portuguesa e da *dependência intermediada* da economia angolana inicia-se em meados dos anos cinqüenta, com o incremento da presença de capitais estrangeiros na colônia, capitais esses que já não se concentram em uma única nacionalidade (inglesa), mas tem diferentes origens (europeus, americanos).

O quadro estabelecido a partir dessa época parece confirmar a inevitabilidade da expansão capitalista a nível mundial (como previu Luxemburgo; capítulo 2) ou demonstrar concretamente (conforme Dobb) que a expansão de capitais é um fenômeno inexorável, posto que, graças à elevação da composição orgânica de capitais nos países industrializados, acelerando a tendência de queda nas taxas de lucros, os territórios coloniais (com trabalho abundante e mais baixa composição orgânica de capital) são levados a captar cada vez mais investimentos externos.

Também (conforme Hilferding), parece comprovar a factibilidade da industrialização nos territórios coloniais mediante o emprego de capitais direcionados para a periferia calcados na eficiência dos mecanismos do comércio internacional e nos diferenciais de rentabilidade (taxas de lucros), apesar da dificuldade de generalizar o trabalho assalariado nesse contexto.

A industrialização, de fato, começa a tomar lugar no espaço econômico angolano e é continuamente incrementada (sobretudo com a autorização de inversões diretas de estrangeiros nos anos 60), dando os primeiros passos para a caracterização plena da fase mais aguda da dependência econômica estudada no presente trabalho.

Entre 1960 e 1974, o parque industrial angolano passa a incorporar não apenas fábricas de bens de consumo (imediato ou durável), mas unidades de processamento intermediário (preparando as matérias-primas para exportação) e mesmo fábricas de equipamentos e veículos leves.

Ao mesmo tempo, os setores agrícola e de mineração (inclusive o do petróleo) incrementam sua produtividade e a magnitude do volume produzido e exportado, tornando aquela economia uma das mais importantes do mundo.

A possibilidade dessas transformações, como examinado ao longo do trabalho, calcava-se na penetração acentuada de capital estrangeiro (intermediado por Portugal ou direto), na população de colonos que servia de gestora para os interesses estrangeiros e da metrópole nas colônias e na superexploração da população local, não obstante o fim de alguns estatutos segregadores no início dessa fase.

O esforço português principal dessa época consistia de manter a população local dominada (protegendo ativos produtivos e combatendo os grupos anticolonialistas) e em fazer cessar a opinião externa contrária ao seu “colonialismo tardio”, num ambiente de crescente contradição entre seu “*status*” corrente e seus interesses nos espaços político e econômico europeus.

A análise teórica desse quadro de dependência econômica, ao nosso ver, tem suas bases assentadas em autores que, como Lenin, identificam a existência de associação de interesses imperialistas com os interesses das classes dominantes, no âmbito do processo de industrialização da periferia (capítulo 2).

É Baran, entretanto, quem vai permitir uma caracterização mais ampla do ambiente de *dependência*, acreditando que as limitações ao desenvolvimento podem ser explicadas pela tese da "estreiteza de mercado" (inexistência de capitais), sendo necessário aumentar a produtividade (projetos não mais viáveis nas economias tradicionais poderiam sê-los num "ambiente geral de expansão econômica") e incentivar o desenvolvimento agrícola (que também requer industrialização) para se superar o atraso econômico.

Através do endosso a programas protecionistas e a reformas fiscais, "condicionando-os (...)à análise política das estruturas de poder vigente", Baran se constitui na principal fonte de inspiração para a formulação original da *teoria da dependência*, sobretudo após manter as críticas às condições políticas negativas prevalecentes[138], ou quando substituiu a tese da "estreiteza de mercado" pela da "utilização inadequada do excedente econômico nos países subdesenvolvidos", que seria empregado em atividades socialmente não produtivas (o que, caso sofresse um redirecionamento racional, solucionaria o problema da escassez de financiamento).

Mesmo com algumas contradições em seu trabalho, como a falta de ênfase na importância do desenvolvimento das forças produtivas (apesar de refazer o argumento do efeito cumulativo dos investimentos, dando importância aos recursos internos e ao processo de divisão social do trabalho, conferindo importância ao dinamismo do capitalismo e da industrialização para o desenvolvimento) ou ainda quando minimiza a importância do comércio externo e a deterioração dos termos-de-troca no processo de desenvolvimento econômico, é em Baran que se assentam as bases para um entendimento da estrutura de *dependência* vigente no período considerado.

Dentre as proposições “baranianas” figura também a exigência de uma revolução libertadora das forças produtivas (elevando o nível das massas e melhor utilizando o excedente social) como forma de superar o atraso, posto que meras reformas e a elevação da produtividade e dos investimentos externos não seriam capazes de, por si sós, alterar as condições prevalecentes no subdesenvolvimento.

A escolha do caminho revolucionário seria a opção das forças anticolonialistas hegemônicas para “libertar” Angola do “imperialismo internacional” e possibilitar o desenvolvimento do país de forma soberana e autônoma. Todavia, a distância entre a proposição e a *praxis*[139] é longa e a trajetória da economia angolana, não obstante a “revolução”, não seria “independente” de fato até o fim do período analisado neste trabalho.

---

(138) BARAN, P. *The Political Economy of Growth* (Nova Iorque, Monthly Review Press, 1957), citado por CARDOSO, F.H., *opus cit*., página 36.

(139) Praxis: 1) Atividade prática; ação, exercício, uso. 2) No marxismo, o conjunto de atividades humanas tendentes a criar as condições indispensáveis à existência da sociedade e, particularmente, à atividade material, à produção. (Novo Dicionário Aurélio, Editora Nova Fronteira, 2a. edição, 1986) página 1378.

A compreensão dessa importante fase de transição da economia angolana (e portuguesa por extensão) se torna mais apropriada, entretanto, quando as teses de Baran são incorporadas ao processo de reflexão sobre o desenvolvimento econômico que daria origem à teoria específica da dependência econômica.

A principal questão colocada pela corrente “dependentista” do desenvolvimento consistia em saber por que, apesar da industrialização periférica, não se produziam algumas de suas conseqüências quanto ao curso do desenvolvimento em economias como a analisada, como melhorias na distribuição de renda, expansão do mercado interno, dentre outras.

Uma análise da realidade concreta dos próprios países periféricos se encarregava de revelar alguns dos fatores que teriam contribuído para isso, com destaque para i) o fato dos investimentos estrangeiros terem se dado na produção de bens que faziam com que o ciclo de acumulação se completasse à escala mundial; ii) que a industrialização tinha ocorrido, porém o setor de bens de capital continuava no “centro”, de modo que o dinamismo resultante das inversões no mercado interno propagava-se para o “centro”, completando o ciclo expansivo do capital; e iii) a existência de interdependência entre países centrais e periféricos, mas que se dava através de relações assimétricas que recolocavam a questão da deterioração dos termos de troca, agora relativamente a diferenciais de salário e produtividade reais entre os setores industriais do “centro” e da “periferia”, além, naturalmente, de, no caso português-angolano, prevalecerem relações específicas de dominação, típicas do colonialismo, a caracterizar aquela realidade.

Como imediata conseqüência deste diagnóstico, confirmava-se a existência de um certo dinamismo na expansão capitalista periférica (caracterizando um desenvolvimento dependente e associado), porém se tratava de um dinamismo parcial que recolocava tanto o problema das trocas internacionais, quanto da assimetria internacional baseada em "desenvolvimentos desiguais das forças produtivas, taxas de lucro diferenciadas e salários desequilibrados entre centro e periferia".

As economias de Portugal e a de sua colônia de Angola, dado o processo descrito, apresentavam já relativo dinamismo, na fase analisada, que garantiam um volume suficiente de divisas e reorganizava seus mercados, indicando que completariam com sucesso o ciclo de "substituição de importações" que embasava essas transformações, o que possivelmente as levaria a uma futura produção de bens de capital, consolidando o desenvolvimento.

O mercado interno dessas economias estava em visível expansão, resultado também de transferências populacionais do setor primário para os setores urbanos (indústria e serviços), envolvendo os diferentes territórios dominados pela metrópole, enquanto a industrialização parecia estar passando da condição de recurso complementar para a de elemento necessário para a consolidação do processo de desenvolvimento.

Uma rápida análise em meados dos anos 60 podia indicar a já presença de um robusto mercado interno para o consumo de produtos industriais; a existência de uma base industrial em expansão; uma boa fonte de divisas dada pela agropecuária e pela mineração; e a presença de estímulos ao crescimento econômico provenientes do fortalecimento dos setores voltados para o exterior.

Do ponto de vista das políticas de desenvolvimento, provavelmente havia a crença de que a contínua diversificação da estrutura produtiva contribuiria com a elevação da produtividade, e que ao Estado (centralizador por vocação do regime) caberia definir uma política de investimento que possibilitasse criar infra-estruturas compatíveis com essa diversificação.

Em outras palavras, as bases históricas indicavam o alcance do desenvolvimento somado a um certo fortalecimento do Estado, bastando solidificar um pouco mais o mercado interno e organizar os centros de decisão.

Esse quadro, entretanto, não apenas no caso específico analisado (que foi “atravessado” pelo enfraquecimento do regime político da metrópole, pela crescente aproximação portuguesa da Comunidade Européia e pela “independência” das colônias), mas no conjunto dos países periféricos estudados pelos formuladores da teoria da dependência não se confirmou no longo prazo, com as economias subdesenvolvidas reproduzindo no tempo os mesmos indicadores que as diferenciavam dos centros desenvolvidos antes das transformações verificadas.

Em outras palavras, o concurso dessas condições favoráveis não foi suficiente para deslanchar as economias periféricas e alçá-las a um novo grau de desenvolvimento que as aproximasse dos centros industriais da economia mundial.

O desafio remanescente seria identificar o que faltava para esse "salto" das economias periféricas. Haveria dificuldades institucionais? Erros de perspectiva?

A resposta residia no fato de que os esquemas interpretativos de natureza apenas econômica tinham se revelado insuficientes para explicar a natureza dos problemas da periferia. Medidas econômicas tinham sido tomadas, porém nem o sistema social, nem o sistema político tinham sido levados em consideração nessa análise.

Uma análise econômica desse "processo peculiar" de transformações por si só não bastava, sendo necessário promover uma análise sociológica e também política para que se pudesse dar uma resposta refletida e extensa sobre as possibilidades de desenvolvimento dos países periféricos.

Era preciso, no dizer dos formuladores originais da dependência, fazer uma "análise integrada", uma "análise global" do desenvolvimento, que levasse em conta as conexões existentes entre o "sistema econômico" e a "organização social e política das sociedades subdesenvolvidas", não só "nessas sociedades e entre elas, mas também com relação aos países desenvolvidos, pois a especificidade do subdesenvolvimento nasce precisamente da relação entre sociedades 'periféricas' e 'centrais'"[(140)].

No caso específico aqui estudado, dada a peculiar interação com os capitais internacionais e a particular relação tardia colonial, essa "análise integrada" seria ainda mais necessária para se entender com precisão os liames entre as diferentes classes e entre o interior e o exterior da sociedade e da economia portuguesas (e suas colônias).

Esse era o passo inicial para se compreender as características intrínsecas ao subdesenvolvimento e o fenômeno que fazia com que determinadas economias continuavam periféricas e em patamares inferiores aos dos países de desenvolvimento original. Para se compreender, em outras palavras, a "diferença de posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição", implicando na existência de "uma estrutura definida de relações de dominação"[(141)].

---

(140) CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. *Opus cit*. pág.25.

(141) *Opus cit*. pág.26.

A dependência econômica, como revelam seus formuladores, implica na existência de uma forma de dominação que se manifesta em "uma série de características no modo de atuação dos grupos sociais" (produtores e consumidores), levando a supor, "nos casos extremos, que decisões que afetam a produção ou o consumo de uma certa economia são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas"[(142)].

Não basta, portanto, olhar para a diferença de estrutura econômica, sendo necessário entender o "processo" de integração do país à economia mundial, sempre tendo em conta que "desenvolvimento decorre de um projeto de autonomia crescente e de mudanças nas relações entre as classes".

No caso estudado, como vimos, o processo de integração ao exterior não difere da maioria dos países periféricos (inclusive dos da América Latina, que deu origem à "teoria" em questão) e confirma a inexistência de autonomia junto à presença de uma forma particular de relações sociais que possibilitou o estado de "dependência" apontado.

Quando os grupos sociais que tradicionalmente detêm o poder nos países periféricos se defrontam com novos grupos (que surgem com a industrialização, por exemplo), a forma de interação entre eles (oposição ou pacto) é que vai conferir ou não as "conseqüências renovadoras do desenvolvimento".

O caso estudado é mais uma vez ilustrativo, posto que o surgimento dos "grupos favoráveis a uma integração com a Europa" na sociedade portuguesa seriam também os responsáveis, em certa medida, pela determinação da trajetória econômica e política do país (e pela colônia de Angola) em meados dos anos setenta.

Os autores "dependentistas" se esforçam em mostrar que as alianças entre as forças sociais internas são afetadas pela intensidade e tipo de mudanças experimentadas pelo país, as quais, por sua vez, dependem da forma como a economia se vincula ao exterior.

A *dependência intermediada* e os "condomínios encobertos" portugueses são uma ilustração original dessa vinculação, confirmando a validade da aplicação teórica em questão ao caso estudado.

A discussão do processo de desenvolvimento, portanto, não pode ser feita exclusivamente no plano econômico, sendo necessária essa análise integrada.

---

(142) *Opus cit*. pág.26.

O modo de integração das economias nacionais ao mercado internacional "supõem formas definidas e distintas de interrelações dos grupos sociais" que não podem ser desprezadas ao se tentar entender a permanência de uma nação na condição de subdesenvolvimento.

Caracterizar uma economia como dependente, seja ela uma colônia ou Estado nacional, exige que se ressalte, de preferência "processualmente", a forma como os grupos internos se articulam com os grupos externos, passando as decisões internas (não obstante aparentemente soberanas) a serem tomadas no interesse de forças exógenas pouco ou nem sempre explicitadas.

Recomenda-se um "esforço novo de análise para redefinir o sentido e as funções dos grupos sociais no contexto estrutural do subdesenvolvimento", ressaltando as alianças que fazem para sustentar-se na estrutura de poder e gerar a dinâmica social e econômica, bem como realçar a contradição existente entre "nação concebida como unidade social relativamente autônoma" e "desenvolvimento como processo vinculado às economias centrais".

O conceito dinâmico e amplo de economia dependente parece completar o quadro proposto, oferecendo elementos suficientes para que os países periféricos possam ser com ele estudados.

Não resta dúvida, portanto, de que, na análise de realidades complexas (como a apresentada ao longo da tese), onde a economia determina e é determinada por fenômenos sociais e políticos bastante correlacionados, o emprego de abordagens teóricas globais (como a teoria da dependência), é muito mais funcional aos propósitos de se compreender as condições do subdesenvolvimento que o recurso aos esquemas analíticos econômicos tradicionais

Assim, essa importante fase da história da economia angolana tem sua compreensão inserida nos conceitos da teoria da dependência permitindo florescer o “colonialismo **por** dependência”, que se encerra com a “libertação colonial”.

É uma fase que, sem dúvida, pode ser identificada como uma das “singularidades” do caso angolano, como afirmamos inicialmente, o mesmo ocorrendo com o “processo de libertação” em si que, por sua vez, também se caracteriza como outra dessas “singularidades”.

A economia do novo Estado soberano, gerado com a "libertação", porém, herdaria não só os condicionantes da dependência econômica caracterizadora da "singularidade" anterior, mas teria criadas especificidades suficientes para tecer uma nova e distinta fase.

A "libertação", embora tenha decorrido, em certa medida, da capacidade de pressão dos grupos autóctones, abalando o colonizador, foi mais o resultado de um macroprocesso de transformações que levou ao enfraquecimento das forças políticas da metrópole, resultando em um "esquema negociado de independência".

Em sua etapa final, contudo, a "independência negociada" seria violada pela ação ofensiva do grupo que acabaria hegemônico (o MPLA), determinando uma nova configuração no quadro de forças políticas atuantes no território angolano, muito importante nos acontecimentos subsequentes que marcariam a história inicial do novo país.

O substrato imediato da ação do MPLA (em seu caminho "revolucionário", no que vai de encontro a Baran) foi a exacerbação do "tribalismo", das diferenças étnicas e regionais, levando o país para a guerra. Também, permitiu que aflorasse o oportunismo de países vizinhos que, justificando suas atitudes no ambiente da Guerra Fria (estariam combatendo o nascimento de uma nova "república popular", filiada à União Soviética), invadiram o espaço territorial de Angola.

A guerra seria o principal determinante dos acontecimentos subsequentes no novo Estado nacional e seria mesmo um dos principais responsáveis pelo *status* de "dependência" em vigor nos anos iniciais do novo país (abrangidos na tese), com seus efeitos ultrapassando o período examinado no trabalho.

Até que Angola encontrasse a "paz de Bicese" (que durou de maio de 1991 a setembro de 1992, permitindo importantes transformações econômicas, políticas e sociais) e a "paz de Lusaka" (que deveria ter se iniciado em novembro de 1994, mas, até o momento da conclusão deste trabalho, não evitou escaramuças entre as forças do governo e as do grupo guerrilheiro remanescente, a UNITA), as decisões de governo, nos âmbitos econômico, político e social, foram intensamente afetadas e condicionadas pelos conflitos bélicos.

As conseqüências sócio-econômicas da paz (suas vantagens e dificuldades), de fato, ainda não puderam ser efetivamente sentidas no novo país.

Essa nova fase (com novas "singularidades"), inaugurada com a "libertação", se insere até com mais propriedade, do ponto de vista teórico, no âmbito da *dependência econômica*, que a fase anteriormente estudada.

É uma fase marcada (além da guerra) também pela opção política do grupo hegemônico pela aproximação com a então União Soviética e com seus satélites (por necessidade estratégico-militar e por afinidade ideológica anterior), instaurando um tipo específico de "economia centralmente planejada" dependente da cooperação "socialista".

A compreensão desse quadro e de seu detalhamento político e econômico (conforme apresentado nos capítulos anteriores) exige a globalidade analítica que embasa a teoria da dependência. Tratam-se de fenômenos de natureza muito mais política que econômica (a "libertação negociada", a guerra, a inserção do novo país no âmbito da Guerra Fria) com influências sobre os demais aspectos da sociedade angolana.

Esquemas analíticos de natureza puramente econômica são insuficientes para compreender em que medida essa vinculação, essa subordinação a fenômenos políticos pode condicionar o lado econômico, as decisões sobre a produção, sobre o emprego e sobre o desenvolvimento econômico e social do país.

De fato, o quadro de dependência instaurado a partir de 1975 embasa-se em condicionantes políticos relevantes para a sociedade e a economia de Angola, como as cooperações soviética e de Cuba, por exemplo (essencialmente políticas), que envolviam orientações militares, de política econômica, de organização institucional, de transformações sociais, dentre outras.

A *dependência soviética* apresentou grande significado político, com expressividades interna e externa na nova sociedade. Do ponto de vista interno, essa "submissão" do Estado angolano levou a transformações ideológicas importantes na sociedade, com efeitos concretos sobre as instituições do novo país (fossem elas criadas com a "libertação" ou herdadas do período colonial), sendo especialmente determinante sobre o sistema econômico que, ao orientar parcela expressiva da economia para o "planejamento central", permitiria (como vimos ao longo do trabalho) que a estrutura econômica prevalecente continuamente se atrofiasse, levando a um financiamento unisetorial da economia (transferências do setor do petróleo para os demais setores, via banco central) e enfraquecendo a base produtiva (também, evidentemente, afetada pela guerra, pela destruição física, pela mobilização de recursos e pessoas etc.).

Do ponto de vista externo, mesmo em se tratando da fase final da Guerra Fria, o nascimento de Angola, com o patrocínio soviético e cubano, acirrou o ambiente envolvendo as duas faces hegemônicas do mundo político de então (ao que se somaram os casos de outros novos países africanos que se orientaram para "democracias populares" e, já no crepúsculo dos anos setenta, o caso do Afeganistão), contribuindo para fomentar a guerra e para criar dificuldades econômicas externas para o país.

Estivesse o novo Estado nacional livre desses condicionantes, é possível que as fontes de financiamento para o novo país não fossem tão estreitas.

O acesso a capitais e a novos mercados para seus produtos seguramente seria facilitado pelo trânsito internacional menos "politizado" e, não havendo a guerra, talvez não fossem sequer necessitados.

Um outro condicionamento relevante de natureza econômica, na época, mas para o qual somente uma análise global, antes política que econômica, pode ser aplicada é justamente o da "dependência" da economia angolana de um "enclave capitalista", dominado por empresas produtoras e comercializadoras internacionais de petróleo.

A dependência da URSS, como vimos nos capítulos precedentes deste trabalho, não possibilitou uma solução econômica substancial e imediata para os problemas de financiamento que a nova economia apresentava.

Possibilitou apenas algumas ajudas de emergência, mas não o financiamento na magnitude que o novo país carecia.

Apesar do domínio, pelos soviéticos, da tecnologia para a exploração do principal setor produtivo e exportador angolano (o do petróleo), a ausência de quadros no país e a necessidade de colocar a economia rapidamente em funcionamento, além dos gastos com a guerra, exigiu o "acordo para o enclave".

Isso (que foi uma inovação no mundo "socialista" da época), sem dúvida, representou uma substancial redução nos graus de liberdade das autoridades angolanas para fazer política econômica, na medida em que as decisões dessa natureza passaram a depender dos preços e das receitas dados pelos mercados (*spot* e a termo) internacionais do petróleo.

Com o "enclave", por outro lado, a economia de Angola tornar-se-ia crescentemente fragilizada, não obstante uma certa funcionalidade inicial na sustentação do regime (solucionando a falta de divisas, possibilitando importar etc.) ao que se juntou a eficácia também inicial do modelo de "economia centralmente planejada", como já explicado.

O efeito econômico da fragilização proporcionada pelo "enclave", quando visto no longo prazo, foi o trânsito do país para uma "dependência externa" mais acentuada, a partir de meados dos anos 80, recorrendo a capitais de empréstimo ocidentais. Esse quadro, entretanto, pode ser melhor entendido quando a ele se adiciona a combinação perversa de dois outros condicionantes de natureza ao mesmo tempo política e econômica: a "manutenção da guerra no longo prazo" e o funcionamento da "economia centralmente planejada".

Esse "tríplice condicionamento", na verdade atuou em bloco, em conjunto, influenciando todo o período de transição aqui examinado. A *guerra* representando elevados gastos com equipamentos, materiais militares e recursos humanos; com a destruição física da infra-estrutura do país; com a mobilização de pessoal produtivo, dentre outros. A *economia centralmente planejada* (apesar de sua funcionalidade inicial, como mostrado anteriormente) permitindo um contínuo financiamento unisetorial dos demais setores da economia (e também dos segmentos não econômicos), levando a uma realocação quase que imediata dos recursos gerados pelo setor de petróleo (via banco central), fazendo com que houvesse uma tendência à acomodação produtiva com o conseqüente sucateamento do parque produtivo angolano. E o *enclave capitalista* que, como fonte de financiamento quase exclusiva do restante do país, impôs à economia de Angola a dependência dos preços e receitas internacionais do petróleo (a fragilização).

Esses condicionantes fizeram surgir uma economia que, ao mínimo sinal descendente dos preços internacionais do petróleo, era obrigada a solicitar apoio financeiro externo. E esse apoio já não podia provir da União Soviética, a partir de meados dos anos oitenta, dado o contínuo enfraquecimento desse país, com seu conseqüente esfacelamento poucos anos depois.

Angola adentrava, na verdade, numa nova fase de sua história, passando agora a depender dos capitais de empréstimo ocidentais, submetendo-se a outra "singularidade" (também de natureza primariamente política) que seria a aguda dependência de credores capitalistas, com o agravante de submeter-se, também, aos ditames das organizações multilaterais a serviços desses credores (como o FMI e o Banco Mundial).

Essa nova situação somente pode ser entendida quando analisada sob um prisma multidisciplinar, pois trata-se de uma submissão que é, antes de tudo, de grande significado político.

Temos um país "socialista" que, para sobreviver, necessita recorrer à ajuda daqueles que o querem combater (o lado "capitalista" do planeta), daqueles que não aceitam seu regime político e sua forma de gestão econômica e social.

Como conseqüência, "impuseram" (mais política que tecnicamente) uma mudança de rumos, uma inflexão ao Estado nacional que transitou (lenta, mas continuamente) para um regime oposto ao vigente, tanto política quanto economicamente (a economia de mercado).

A esse processo somou-se também um ato do mais alto significado político que foi a assinatura do Acordo de Paz de Bicese, em maio de 1991 (sob o patrocínio dos governos de Portugal, EUA e URSS), exigindo-se que o governo de Angola transformasse o anterior regime "socialista" e unipartidário numa democracia representativa com eleições livres para todos os níveis.

Vê-se, pois, que o entendimento da trajetória econômica de Angola em seus primeiros dezessete anos de Estado soberano não se pode fazer de modo parcial e unidisciplinar. É imprescindível, nas palavras de Baran, que se condicione a análise econômica "(...)à análise política das estruturas de poder vigente"[143] para se estabelecer um quadro preciso desse período.

Em sua última etapa de transição, a economia angolana se insere em um contexto que marca também outras economias de países periféricos contemporâneos que se orientam para uma integração ao processo de "globalização mundial" ou de "mundialização" (a nova denominação do antigo "imperialismo"). Estabelece-se uma "situação geral" sucessora das muitas "singularidades" anteriormente examinadas.

---

(143) BARAN, P. *The Political Economy of Growth* (Nova Iorque, Monthly Review Press, 1957), citado por CARDOSO, F.H., *opus cit*., página 36.

Submetidos aos vetores dos países líderes da economia mundial (instituições multilaterais que pregam o chamado "Consenso de Washington", supra-essência do novo liberalismo econômico) os países periféricos se vêem na iminência de se integrarem ao sistema internacional, como se não houvesse outra opção disponível. É como se a "interdependência" significasse simplesmente a abertura plena da economia e a completa desregulamentação, esperando-se o ajustamento automático das demais variáveis econômicas internas.

Outra questão relevante que marca o período de transição analisado diz respeito ao específico regime político vigente em Angola durante sua história inicial.

Dependente da União Soviética, o regime em vigor denominava-se "socialista", apresentando instituições que o faziam aproximar-se do paradigma no qual se baseava: o próprio modelo soviético. Todavia, tratava-se de um regime que também configurou-se, deste cedo, como uma das "singularidades" angolanas, posto que apresentava instituições "socialistas", porém tinha uma relação de dependência ou de simbiose com um "enclave capitalista".

A "originalidade" desse regime fundamentava-se, também, na existência, desde cedo, de certas instituições ausentes dos outros casos gerais "socialistas", como o precoce nascimento dos mercados paralelos, o arraigado tribalismo e a possibilidade de movimentação local ou internacional de pessoas com a complacência das autoridades.

Tratou-se, pois de um "socialismo" específico, de um regime inusitado, de um "socialismo angolano", ou, por outro lado, da negação do próprio padrão original "socialista". De modo mais condescendente, tratou-se, sim, de uma variante ímpar que procurou imitar o padrão do qual dependia (o modelo soviético), mas com pouco sucesso em alcançá-lo.

São sob essas condições que se processa a transição da economia de Angola (e suas "singularidades") até o encontro da "situação geral" contemporânea.

Sendo ainda paciente de um processo de transição entre a "singularidade" do "socialismo angolano" e a economia de mercado (afinal ainda não inteiramente processada), a realidade angolana é dependente hoje da conclusão do processo de paz. Com a paz, será possível a reconstrução do país e o restabelecimento de sua estrutura produtiva, permitindo compreender de que modo se dará sua inserção na economia mundial.

Ao Estado, seguramente, estará reservado um papel importante, sobretudo na regulação dos mercados (mesmo que limitado por imposições institucionais), visando a um desenvolvimento equilibrado e que garanta o bem estar aos cidadãos angolanos.

6.7. Economia de Mercado e a Nova Dependência

Os conceitos, sejam estes econômicos, políticos ou sociais, são dados estruturalmente, podendo perder seu sentido e seu significado na medida em que essas estruturas são submetidas aos efeitos dinâmicos das transformações que ocorrem com a história (e que exigem, por sua vez, conceitos inteiramente reelaborados, sendo necessário redefini-los para cada nova realidade).

O conceito de dependência econômica originalmente utilizado também foi redefinido na medida em que as estruturas vigentes no interior de cada país e as relações com o exterior se modificaram nos anos recentes. Essa redefinição tem várias faces, devidas mesmo às múltiplas transformações que afetaram a economia mundial desde que esta serviu de base para as elaborações iniciais do conceito de *dependência*.

Dos anos sessenta até a década de 90, onde se centram nossas últimas considerações sobre a realidade angolana estudada, as mudanças verificadas na economia mundial foram tamanhas a ponto da estrutura hodiernamente vigente ser completamente outra (agora "globalizada"), exigindo um novo enfoque analítico.

Nessa nova realidade econômica, a anterior *dependência econômica* transformou-se em *interdependência*, na qual economias em diferentes estágios de desenvolvimento têm seus destinos traçados ou determinados pela dinâmica dos capitais especulativos internacionais, sustentada num sistema de informações avançado, baseado em novas tecnologias cibernéticas e em inovações financeiras.

O tema do desenvolvimento econômico continua, nesse novo contexto, despertando um elevado grau de significado político e social, primeiro porque relaciona-se às opções políticas em vigor (e que serão determinantes na definição das trajetórias possíveis de desenvolvimento) e, segundo, porque seus efeitos ou sua ausência são plenos de significado para os agentes econômicos. É nesse novo quadro que se deve incluir e analisar a nova realidade econômica angolana, marcada pela opção pelo "mercado" e por uma nova etapa de busca pelo desenvolvimento econômico e social.

Os países insertos no sistema econômico mundial recebem, nesse novo contexto, influência não apenas na definição de suas políticas econômicas de médio e longo prazos, mas até mesmo em sua gestão cotidiana da economia (curto prazo), sendo afetados pela rapidez com que se alteram os portfólios do capital internacional.

Também, o perfil de risco dos países participantes do sistema mundial se modifica, pois perdem ou ganham países "ricos" ou países "pobres", "adiantados" ou "atrasados", conforme suas economias sejam fortalecidas ou fragilizadas pelas decisões financeiras internacionais de curto prazo.

O anterior "fatalismo periférico", entretanto, em que se supunha que, a despeito do desenvolvimento com "dependência", e justamente por ela, seria fatal que os países subdesenvolvidos estivessem sempre situados na margem do sistema mundial, foi suplantado pela experiência de alguns países (sobretudo da Ásia) que "saltaram" para uma posição econômica muito próxima da dos países do Primeiro Mundo.

Isso indica, pragmaticamente, que as economias em processo de inserção, como a de Angola, devem não apenas dar atenção ao seu cotidiano (enfrentando e resolvendo os problemas remanescentes de sua anterior fase de dificuldades), mas considerar relevantes decisões políticas que afetam a estrutura econômica, planejando com cuidado seu desenvolvimento de longo prazo.

Ao Estado, nessa nova realidade, é reservado um papel de coadjuvante com a sociedade (e não mais de ator exclusivo) no processo de solução de problemas econômicos concretos, exigindo-se uma ampla análise e um amplo debate na escolha de alternativas que possam otimizar os benefícios sociais.

O término da dualidade "socialismo" *versus* "capitalismo" (embora ainda prevaleçam países ditos "socialistas", como China, Vietnã e Cuba) e de seus conflitos inerentes (Guerra Fria) também alterou a arena em que o desenvolvimento deve ser pensado.

Prevalece, agora, um contexto em que a "democracia" parece ser a forma dominante de governo, entendida a democracia não como mera participação cosmética e superficial da sociedade em eleições periódicas e parciais para determinados níveis, sustentando governos, em essência, autoritários, mas como um verdadeiro exercício de direito dos agentes econômicos à reflexão comum e à escolha das melhores alternativas para a sociedade.

Com a democracia, aumentam as pressões de demanda e se modifica a configuração de poder dos grupos sociais (relacionados ou não com o exterior), tornando mais complexo o gerenciamento econômico e afetando, naturalmente, as decisões para o desenvolvimento.

Na democracia efetiva, a liderança é temporária e não se faz por um único segmento social, grupo ou classe. E o desenvolvimento econômico deve ser visto como fruto desse emaranhado de forças, condizente com uma ampla mobilização de toda a sociedade.

Novas economias abertas e de mercado, desacostumadas a operar em realidade tão complexa, naturalmente têm um custo maior de adaptação, cabendo às autoridades um exercício de articulação mais efetivo diante de uma realidade em que cresce a sofisticação das relações internas e externas fazendo avançar a interdependência.

Aos países participantes do processo econômico mundial é concedido um poder proporcional à sua contribuição econômica, valorizando-se a reciprocidade e o tamanho dos mercados que representam. Do ponto de vista interno, os caminhos para o desenvolvimento, nesses novos tempos, exigem tarefas essenciais que envolvem, dentre outras, a estabilização econômica, a privatização de ativos públicos, a abertura comercial, um sistema financeiro ágil e sintonizado com os padrões e as inovações internacionais, a melhoria de infra-estrutura e dos recursos humanos e amplos investimentos em áreas essenciais como educação, saúde e distribuição.

O sucesso alcançado nessas tarefas é que vai possibilitar a “viabilização do país” como objetivo dos investimentos dos agentes globais (capital internacional), visando a exploração de mercados locais e a constituição de bases produtivas a ser integradas com as bases de outros países.

Esse “sucesso interno” e sua contraparte “externa” (a “viabilização” para a inserção dos investimentos na economia nacional para exploração de mercados e constituição de bases operativas intercambiáveis - a essência do modo prevalecente de globalização), entretanto, podem se constituir em elementos de contradição a ser ainda devidamente estudados nesse contexto de integração mundial.

Nessa nova etapa de “dependência econômica” podem prevalecer formas de vinculação da economia nacional ao sistema mundial que subtraiam importantes graus de liberdade nas decisões de política, sobretudo de políticas macroeconômicas, prevalecendo um grau muito elevado de dependência de decisões tomadas no exterior, tornando o país simplesmente incapaz de conduzir seus desígnios econômicos e sociais.

A forma particular de inserção do país no sistema econômico mundial é que será decisiva na definição do perfil de ação das autoridades governamentais, podendo incidir favorável ou desfavoravelmente às possibilidades para se alcançar o desenvolvimento econômico e social.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, P. *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

ANGOLA, República Popular de. *Acordo de Paz para Angola.* Edição de 1991.

_____. *Atlas Geográfico.* Edição de 1982. Volume 1. _____. *Elementos de Conjuntura de Mercado: Texto Básico para Seu Estudo.* Ministério do Comércio Externo, Centro de Formação de Quadros do Comércio Externo, Luanda, 1977.

_____. *Estatuto do Trabalhador Estrangeiro na República Popular de Angola.* Decreto n. 22/78, edição de 1980.

_____. *Índice de Preços no Consumidor na Cidade de Luanda.* Instituto Nacional de Estatística (INE), Unidade de Índice de Preços, Luanda. Diversas edições mensais até julho de 1992.

_____. *Informações Estatísticas – 1974.* Editado pela Direcção dos Serviços de Estatística em colaboração com o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal. Fotocópia sem data de publicação.

_____. *Inquérito sobre o Emprego e o Desemprego na Cidade de Luanda – 1992.* Instituto Nacional de Estatística (INE), Unidade de Inquéritos Demográficos e Sociais, Luanda, 1992.

_____. *Instruções da Programação Financeira: 1992.* Direção Nacional do Tesouro, 1992.

_____. *Legislação Constitucional.* Edição de 1981.

_____. *Lei Constitucional e Outras Leis Complementares.* Edição de 1991.

_____. *Lei Geral do Trabalho.* Lei n. 6/81, edição de 1981.

_____. *Perfil Estatístico, Económico e Social (1988-1992).* Instituto Nacional de Estatística, Luanda, 1993.

_____. *Programa de Saneamento Económico e Financeiro.* Lei n. 4/87, edição de 1987.

_____. *Programa de Saneamento Económico e Financeiro.* Ministério do Plano, 5a. versão, edição de 13/02/1989.

_____. *Programa Económico de Angola.* Ministério da Economia, 1975.

_____. *Síntese do Plano de Recuperação Económica a Nível Global para o Biênio 1988/1990.* Luanda, Lito-Tipo, 1988.

_____. *Unidades Económicas Estatais: Lei n. 17/77.* Edição de 1977.

BAIROCH, P. *Revolução Industrial e Subdesenvolvimento.* São Paulo, Brasiliense, 1976.

BARAN, P. *The Political Economy of Growth.* New York, Monthly Review Press, 1957.

BUENO, E. *A Viagem do Descobrimento: A Verdadeira História da Expedição de Cabral* Rio de Janeiro, Objetiva, 1998.

_____. *Náufragos, Traficantes e Degredados: As Primeiras Expedições ao Brasil.* Rio de Janeiro, Objetiva, 1998.

CÂMARA de Comércio e Indústria Portugal-Angola. *Redimensionamento do Sector Empresarial.* Lisboa, CCIPA, 1991.

CAPELA, J. *As Burguesias Portuguesas e a Abolição do Tráfico da Escravatura, 1810-1842.* Porto, Afrontamento, 1979.

CARDOSO, F. H. *As Idéias e Seu Lugar: Ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento.* Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1980.

_____. "Ainda a 'Teoria' da Dependência" . *Folha de S. Paulo.* Caderno *Mais,* 28/05/95, pp. 5-5 e 5-6.

CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica.* 4. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

COMÉRCIO Externo, Revista. Publicação do Governo da República Popular de Angola, Ano II, n. 11, set. 1989.

COSTA, J. B. "Angola e o Valor Jurídico do Acordo de Alvor". Jornal *Expresso,* Lisboa, p. B-10, Editoria Opinião, 30/06/90.

CRUZ, F. ; AMADO, F. R. & HAKKERT, R. *Urbanização e Desurbanização em Angola.* Luanda, 1990, mimeo.

DIÁRIO da República. Órgão Oficial da República Popular de Angola. Edições de 15/11/91 e 27/12/91.

FERREIRA, M. E. *Angola-Portugal: Do Espaço Económico Português às Relações Pós-Coloniais.* Lisboa, Escher, 1990.

_____. *Angola: Da Política Económica às Relações Económicas com Portugal.* Lisboa, Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola, 1993.

FITUNI, L. L. *Angola: Natureza, População, Economia. 2. ed.* Moscou, Edições Progresso, 1986.

FOLHA de S. Paulo. "A Teoria Que Saiu do Freezer". Caderno *Mais,* 28/05/95, p. 5-4.

GOLDENSTEIN, L. *Repensando a Dependência.* São Paulo, Paz e Terra, 1994.

GOOD, W. J. & HATT, K. M. *Método em Pesquisa Social.* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
São Paulo, SP Brasil

Tese de Doutorado
Solival Silva e Menezes

GREGORY, P. R. & STUART, R. C. *Soviet Economic Structure and Performance*. 3. ed. New York, Harper & Row, 1986.

HEWETT, E. A. *Reforming the Soviet Economy: Equality versus Efficiency*. Washington (DC), Brookings Institutions, 1988.

INSTITUTO Nacional de Estatística. *Principais Indicadores Estatísticos Globais – 1990*. República Popular de Angola.

KORNAI, J. *Contradictions and Dilemmas: Studies on the Socialist Economy and Society*. Cambridge (Mass.), The MIT Press, 1986.

LANGE, O. "A Economia Política do Socialismo". In: POMERANZ, L. (org.). *Oskar Lange: Economia*. São Paulo, Ática, 1981, pp. 77 a 92.

_____. *Ensaios sobre Planificação Econômica*. São Paulo, Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1986.

_____. "O Papel do Planejamento numa Economia Socialista". In: POMERANZ, L. (org.). *Oskar Lange: Economia*. São Paulo, Ática, 1981, pp. 121 a 136.

_____. "O Planejamento do Desenvolvimento Econômico". In: POMERANZ, L. (org.). *Oskar Lange: Economia*. São Paulo, Ática, 1981, pp. 110 a 120.

MANTEGA, G. *A Economia Política Brasileira*. 2. ed. São Paulo/Petrópolis, Polis/Vozes, 1984.

MENEZES, S. S. *Dinâmica da Transição de uma Economia Dependente Colonial para Economia centralmente Planejada e Sua Inflexão Recente para Economia de Mercado*. São Paulo, USP/FEA, 1996, tese de doutorado.

MOURÃO, F. A. A. "O Colonialismo Português na África". In: *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Reflexões sobre História, Desenvolvimento e Administração*. São Paulo, Fundap, 1982, pp. 40-57.

MOVIMENTO Popular de Libertação de Angola. *Círculo de Estudo: Programa de Saneamento Económico e Financeiro*. Ano de Instrução Política: 1988/89. Luanda.

_____. *MPLA-PT Partido do Trabalho: Programa e Estatutos*. Luanda, 1991.

_____. *Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico-social da República Popular de Angola no Período de 1978/80*. Luanda, 1978.

_____. *Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social: Período de 1981-1985*. Luanda, edição de 1980.

NURKSE, R. *Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1957.

PAGE, J. A. *The Brazilians*. New York, Addison-Wesley, 1996.

PATTÉ, R. *Portugal na África Contemporânea*. Rio de Janeiro, ESP/PUC-RJ, 1961.

POMERANZ, L. *A Evolução Recente das Transformações Sociais na ex-URSS e na Federação Russa*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Série Assuntos Internacionais, n. 28, set. 1992.

_____. *Perestroika: Desafios da Transformação Social na URSS*. São Paulo, Edusp, 1990.

POULANTZAS, N. *A Crise das Ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Primeiro Seminário sobre o Sector Privado em Angola*. Luanda, 10 e 11/06/91.

_____. *Análise Económica Introductória*. Luanda, 1988, mimeo.

ROSA, E. P. B. *A Economia Rural Doméstica e a Crise de Produção Alimentar no Processo de Desenvolvimento Angolano*. Lisboa, CEA/ISCTE, 1991, mimeo.

SERRANO, C. M. H. *Angola: Nasce Uma Nação. Estudo sobre a Construção da Identidade Nacional*. São Paulo, USP/FFLCH, 1988, tese de doutorado, mimeo.

SPÍNOLA, S. *Ao Serviço de Portugal*. Lisboa, s.i.,1976.

UNIVERSIDADE de Angola. *A Distribuição e Localização da Produção Agrária. I-Parte: Caracterização Estrutural da Agricultura Angolana*. Luanda, jan. 1983, mimeo.

_____. *Evolução Recente, Problemas Actuais e Perspectivas Estratégicas da Agricultura Angolana*. Luanda, dez. 1983, mimeo.

WILLIAMSON, J. *The Progress of Policy Reform in Latin America*. Washington (DC), Institute for International Economics, 1990.

ZOTOV, N. & MALIKH, V. *A África de Expressão Portuguesa: Experiência de Luta e de Desenvolvimento*. Moscou, Edições Progresso, 1990.

ANEXO

Apêndice Estatístico

As informações estatísticas mencionadas no texto do livro se encontram nas tabelas reproduzidas a seguir. Foram publicadas exclusivamente as tabelas consideradas relevantes para a confecção do trabalho.

Tabela 1
Taxas de juros em vigor durante o período de economia centralmente planejada

Prazo	*Percentagem (ao ano)*
0 a 6 meses	8,5%
6 meses a 1 ano	9,5%
1 ano a 5 anos	10,0%
5 anos a 10 anos	8,0%

Fonte: Banco Nacional de Angola, 1988.

Tabela 2
Quantidade setorial de empresas públicas, privadas e mistas
(abril, 1984)

Setores	*Empresas Públicas*	*Empresas Privadas*	*Empresas Mistas*	*Total Setorial*
Agricultura	65	14	0	79
Comércio Externo	9	18	0	27
Comércio Interno	48	50	1	99
Construção	24	12	4	40
Energia	5	3	1	9
Indústria	139	91	11	241
Pescas	21	15	1	37
Petróleo	2	10	0	12
Transportes	64	21	1	86
Outros	24	33	0	57
Total Geral	401 (58,37%)	267 (38,86%)	19 (2,77%)	687 (100%)

Fonte: Ministério da Indústria, Registo Geral de Empresas.

Tabela 3
Empresas públicas, privadas e mistas por número de empregados

Percentagem do Total de Empresas			
Número de Empregados	*Públicas*	*Privadas*	*Mista*
1-49	17,4%	43,6%	5,5%
50-99	12,5%	24,7%	16,8%
100-249	25,3%	21,9%	16,6%
250-499	17,1%	6,2%	16,7%
500-999	14,8%	3,2%	22,2%
1 000-2 499	9,7%	0,4%	11,1%
Mais de 2 500	3,2%	-	11,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Ministério da Indústria, Registo Geral de Empresas, abril de 1984.

Tabela 4
Situação setorial do emprego nas empresas
(mil trabalhadores)

Setor	*Empresas Públicas*	*Empresas Privadas*	*Empresas Mistas*	*Total Setorial*
Agricultura	63,6	3,3	-	66,9
Comércio Externo	0,5	1,1	-	1,6
Comércio Interno	20,0	3,8	0,4	24,2
Construção	12,0	2,1	2,0	16,1
Energia	2,5	0,2	0,6	3,3
Indústria	52,2	9,7	23,1	85,0
Pescas	6,9	1,2	0,2	8,3
Petróleo	3,2	3,2	-	6,4
Transportes	26,2	2,3	6,0	34,5
Outros	5,7	0,8	–	6,5
Total Geral	192,8	27,7	32,3	252,8

Fonte: Ministério da Indústria, Registo Geral de Empresas, dados de abril de 1984.

Tabela 5
Vínculo das empresas públicas aos órgãos oficiais centralizados

Ministério ou Órgão Oficial Centralizado	*Número de Empresas Públicas*
Agricultura	65
Comércio Externo	9
Comércio Interno	48
Construção	24
Indústria	139
MPLA-PT	9
Pescas	21
Transportes	64
Outros	22
Total	401

Fonte: Ministério da Indústria, Registo Geral de Empresas, dados de abril de 1984.

Tabela 6
Análise dos fluxos financeiros entre governo central e unidades econômicas estatais
(bilhões de *kwanzas*)

	1980	*1981*	*1982*	*1983*	*1984*	*1985*	*1986*	*1987(*)*
Transferência de Lucros	7,86	8,98	9,20	8,49	8,0	10,2	7,49	9,49
Subvenções	8,2	9,18	8,67	8,44	9,50	14,14	6,03	4,00
Prejuízos	8,25	8,25	8,26	7,79	9,23	11,57	5,11	-
Capital Circulante	–	0,67	0,30	0,12	0,14	1,84	0,15	-
Subvenção a Preços	–	0,27	0,11	0,52	0,12	0,72	0,77	-
Depreciação	1,72	1,73	1,83	1,65	1,86	1,89	1,88	-
Investimento	18,12	34,17	17,67	9,48	12,47	9,33	7,69	13,00

Fonte: Dados compilados pelo Ministério das Finanças.
(*) Orçamento Geral do Estado.

Tabela 7
Dívidas e créditos setoriais "governo – empresas públicas"
(bilhões de *kwanzas* – final de 1986)

Setor	*(a)* *Dívidas das estatais*	*(b)* *Créditos das estatais*	*(c)* *Diferença (b – a)*
Agricultura	8,6	1,4	(7,2)
Comércio Externo	7,5	14,2	6,7
Comércio Interno	15,1	16,8	1,7
Energia e Petróleo	0,6	7,5	6,9
Indústria	3,3	9,6	6,3
Outros	6,0	12,0	6,0
Total	41,1	61,5	20,4

Fonte: Dados compilados pelo Ministério das Finanças. A diferença entre parênteses, na coluna *(c)*, significa resultado a débito (dívida maior que crédito).

Tabela 8
Comparação de alguns preços praticados em Luanda
Mercados oficial e paralelo (em *kwanzas*)

	Mercado Oficial		*Mercado Paralelo*		*Variação Percentual no Mercado Paralelo*
	1985	*1987*	*1985*	*Nov. 87*	
Arroz (kg)	35,00	35,00	1000	1000	-
Batata (kg)	27,50	27,50	1000	2000	100
Carne Bovina (kg)	90,00	90,00	2500	3500	40
Cerveja (lata)	50,00	50,00	1500	1500	-
Farinha de Milho (kg)	17,50	17,50	1800	1000	(44)
Feijão (kg)	45,00	45,00	2000	1000	(50)
Galinha (un.)	110,00	110,00	2500	4000	60
Leite em Pó (kg)	90,00	90,00	1600	3200	100
Óleo de Cozinha (litro)	55,00	55,00	1000	2000	100
Ovos (un.)	5,00	5,00	300	500	67
Pão (kg)	17,00	17,00	700	1000	43

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Ministério do Plano. As variações percentuais entre parênteses significam reduções de preços.

Tabela 9
Produto setorial (1982 a 1986)
(bilhões de *kwanzas* correntes)

Composição	*1982*	*1983*	*1984*	*1985*	*1986*	*Média 1983-86*
Agricultura e Pescas	n.d.	16,9	16,1	14,3	16,4	12,7%
Comércio	22,4	15,6	14,0	14,7	15,0	11,8%
Construção	2,5	3,1	3,4	6,1	5,0	3,5%
Eletricidade	0,8	0,8	0,7	1,0	0,7	0,6%
Manufatura e Minas	n.d.	9,5	11,6	12,6	13,0	9,3%
Petróleo	15,1	33,0	41,4	44,6	23,9	28,1%
Serviços	25,1	34,0	34,5	35,9	37,3	28,2%
Transportes e Comunicações	3,5	4,8	7,5	7,9	8,6	5,8%
PIB a Custo de Fatores	102,7	117,6	129,2	137,2	119,9	100,0%

Fonte: Ministério do Plano, Departamento de Contas Nacionais.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
São Paulo, SP Brasil
Tese de Doutorado
Solival Silva e Menezes

Tabela 10
Produto setorial (1987 a 1991)
(milhões de Nkz)
Preços constantes de 1980

Composição	*1987*	*%*	*1988*	*%*	*1989*	*%*	*1990*	*%*	*1991*	*%*
1. Agricultura e Pescas	29.264	12,6	29.681	10,9	27.843	10,5	27.250	9,9	28.558	10,3
2. Água e Energia	620	0,3	633	0,2	659	0,2	681	0,2	818	0,3
3. Bancos e Seguros	3.166	1,4	2.665	1,0	2.245	0,8	2.245	0,8	2.360	0,9
4. Comércio	16.777	7,2	16.777	6,4	16.777	6,3	18.961	6,9	16.803	6,1
5. Construção	5.780	2,5	5.795	2,2	5.803	2,2	5.936	2,2	5.235	1,9
6. Indústria Extrativa	118.210	51,0	148.305	56,5	149.347	56,3	156.058	56,9	160.750	58,2
7. Ind. Transformação	8.640	3,7	8.476	3,2	9.410	3,5	8.647	3,2	6.935	2,5
8. Serviços	42.759	18,5	44.584	17,0	46.530	17,5	48.391	17,6	48.391	17,5
9. Transp. e Comunicação	6.351	2,7	6.500	2,5	6.653	2,5	6.187	2,3	6.255	2,3
PIB a Custo de Fatores	231.567	100,0	262.416	100,0	265.267	100,0	274.366	100,0	276.105	100,0
PIB a Preços de Mercado	228.727		261.625		265.977		275.170		276.815	
Variação Percentual Anual										
PIB a Custo de Fatores	–	13,3	1,1	3,4	0,6					
PIB a Custo de Mercado	–	14,4	1,7	3,5	0,6					

Fonte: Ministério do Plano, Grupo das Contas Nacionais. Compilado por M. E. Ferreira. *Angola: Da Política Económica às Relações Econômicas com Portugal*

Tabela 11

Índice comparativo da produção agrícola

Porcentagem do volume produzido em 1987 relativamente a 1973

Produto	*Porcentagem*	*Produto*	*Percentagem*
Algodão	0,35	Arroz	1,3
Açúcar	7,50	Feijão	3,7
Amendoim	6,20	Mandioca	22,0
Tabaco	2,30	Milho	35,1
Café	5,60	Trigo	0,9
Girassol	10,50	Batata-doce	40,0
Sisal	10,40	Madeira	11,5
Banana	32,00	Óleo de palma (dendê)	2,8

Fonte: Banco Mundial. Compilado por M. E. Ferreira, *opus cit.*, p. 35.

Tabela 12

Petróleo: produção, preço e receitas de exportação

	1980	*1982*	*1983*	*1984*	*1985*	*1986*	*1987*	*1988*	*1989*	*1990*	*1991*	*1992*
Produção Total (milhões de barris)	40,7	39,2	54,8	64,1	73,4	92,1	116,3	146,1	152,2	159,5	171,0	188,1
Preço médio Barril (US$)	34,2	31,7	27,8	27,3	26,0	12,6	17,5	14,5	17,5	22,1	18,5	18,3
Receita de Exportação (milhões de US$)	1391	1246	1525	1748	1906	1164	2036	2125	2637	3525	3161	3435

Fonte: Banco Mundial. Compilado por M. E. Ferreira, *opus cit.*, p. 34.

Tabela 13

Índice comparativo da produção das indústrias de transformação e de mineração
(Relativo da produção nos anos indicados, tendo como base o ano de 1973)
(1973=100)

	1977	*1978*	*1979*	*1980*	*1981*	*1982*	*1983*	*1984*	*1985*	*1986*	*1987*
Alimentos	37	30	31	30	32	29	48	41	37	48	42
Indústria Ligeira	31	47	54	69	75	76	87	95	91	88	61
Indústria Pesada	24	30	32	36	32	34	45	29	35	52	36
Mineração	10	–	–	–	–	–	28	–	–	13	17
Total (agregado)	28	36	39	44	47	46	57	56	54	56	43

Fonte: Ministério da Indústria/Banco Mundial. Compilado por M. E. Ferreira, *opus cit.*, p. 30.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
São Paulo, SP Brasil
Tese de Doutorado
Solival Silva e Menezes

Tabela 14

Índices do volume físico de produção da indústria de transformação

(1987=100) (milhões Nkz)

	Ponderação V.A.B. 1987			*Índice percentual*				*Variação*		
	$	*(%)*	*(%)*	*1988*	*1989*	*1990*	*1991*	*89/88*	*90/89*	*91/90*
TOTAL IND. TRANSF.	11.598	100		94.8	112.1	103.0	85.8	18.2	-8.1	-16.7
Derivados Petróleo	3488	30		94.9	107.6	105.5	102.8	13.4	-2,0	-2.6
Outras Ind. Transf.	8110	70	100	94.8	114.1	101.9	78.5	20.4	-10.7	-23.0
Alim., Bebidas e Tabaco	3901	48		73.6	85.9	66.4	65.8	16.7	-22.7	-0.9
Quím., Borracha e Plástico	573	7		133.0	177.3	178.6	125.3	33.3	0.7	-29.8
Têxteis, Vest., Couro	1838	23		101.2	101.2	98.3	63.9	0.0	-2.9	-35.0
Metais, Prod. Met., Máq.	1086	13		127.5	215.1	199.0	117.0	68.7	-7.5	-41.2
Outr. Ind. Transformação	712	9	100	113.2	96.7	96.2	89.9	-14.6	-0.5	-6.6
Materiais de Construção	413	58		142.9	127.0	131.2	114.4	-11.1	-3.3	-12.8
Madeira, Papel, Vidro	299	42	100	72.0	55.0	47.8	56.0	-23.6	-14.1	-17.2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística/Angola, Unidade de indicadores a curto prazo, M. E. Ferreira, p. 31.

V.A.B.: Valor Agregado Bruto.

Tabela 15
Despesas correntes (1982 a 1986)
(bilhões de *Kwanzas*)

	Percentagem do PIB					
	1982	*1983*	*1984*	*1985*	*1986*	*1986*
Consumo Privado	52,9	63,2	60,9	65,6	54,00	41,5
Consumo Público	44,1	47,6	57,9	63,3	66,00	50,7
Investimento Privado	12,0	7,6	13,3	11,6	12,30	9,4
Investimento Público	2,4	1,6	3,3	2,3	4,70	3,6
Despesa Interna Total	111,5	120,0	135,4	142,8	136,90	105,2
Exportações	45,6	48,3	59,7	60,0	39,22	30,1
Importações	47,1	42,9	54,2	59,9	46,00	35,3
PIB (preços correntes)	110,0	125,5	140,9	143,0	130,10	100,0
RLEE	-5,7	-6,5	-7,1	-7,3	-6,60	-5,0
PNB	104,3	118,9	133,7	135,7	123,50	95,0

Fonte: Ministério do Plano, Departamento de Contas Nacionais.
RLEE= Rendimento Líquido Enviado ao Exterior.
Cálculos: Bird e Ministério das Finanças.

Tabela 16
População economicamente ativa setorial
absoluta e em percentagem (1985)

Setor	*Milhares de Empregados*	*Percentagem*
Agricultura	756	35,8
Construção	155	7,3
Indústria	238	11,3
Serviços	403	19,1
Setores Não-produtivos	485	23,0
Desempregados	71	3,5
Total	2108	100,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Ministério do Plano.

Tabela 17
Situação das finanças públicas
(bilhões de kz)

	1980	*1981*	*1982*	*1983*	*1984*	*1985*	*1986*	*1987(*)*
Receita	60,1	73,7	50,7	55,6	74,6	78,5	71,2	70,0
Tributos sobre Petróleo	33,9	45,2	21,0	26,7	42,3	41,7	30,1	29,0
Outros Tributos	17,6	18,2	20,5	20,5	20,6	25,0	21,9	25,8
Renda e Propriedade	(10,0)	(11,2)	(11,3)	(11,2)	(10,7)	(15,3)	(12,1)	(13,7)
Bens e Serviços Internos	(3,3)	(3,5)	(3,8)	(5,3)	(5,6)	(5,6)	(4,9)	(7,1)
Comércio Internacional	(4,2)	(3,3)	(5,3)	(3,9)	(4,2)	(4,0)	(4,7)	(4,7)
Receitas Não-fiscais	8,6	10,4	9,1	8,4	11,6	11,9	19,3	15,2
Despesa Total	76,9	91,7	72,2	74,4	87,7	88,7	92,1	93,4
Ordinárias	58,8	57,5	54,4	58,1	69,7	81,2	75,7	75,2
De Capital	18,2	34,2	17,8	9,5	12,6	9,3	10,5	18,2
Outras	n.d.	n.d.	n.d.	6,8	5,4	(1,8)	5,9	–
Déficit Global	16,8	17,9	21,5	18,8	13,1	10,2	20,9	23,4
Financ. Interno (BNA)	16,8	17,9	21,5	18,8	13,1	10,2	20,9	23,4
Financ. Externo	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: Dados compilados pelo Ministério das Finanças.
(*) Orçamento do Estado.

Tabela 18
Receitas governamentais
(em percentagem)

	1980	*1981*	*1982*	*1985*	*1986*
Tributos sobre o Petróleo	56	61	41	53	42
Outros Tributos	29	25	40	32	31
Rendimento	(17)	(15)	(22)	(19)	(17)
Bens Internos	(5)	(5)	(7)	(7)	(7)
Comércio Internacional	(7)	(4)	(10)	(5)	(7)
Receitas Não-fiscais	14	14	18	15	27
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Dados compilados pelo Ministério das Finanças.

Tabela 19
Composição da conta de despesa ordinária
(bilhões de kz – 1986)

	Magnitude Absoluta	*Percentagem*
Pessoal	46,4	70
Salários e Benefícios	(44,2)	(67)
Bens e Serviços	(2,2)	(3)
Subvenções	12,5	20
Transferências	6,8	10
Juros sobre Dívida Externa	(3,1)	(5)
Outras Despesas	(3,7)	(5)
Total	65,7	100

Fonte: Relatório sobre a execução do Orçamento Geral do Estado, 1986.

Tabela 20
Déficit fiscal do governo
(bilhões de kz)

	(1) *Despesa Total*	*(2)* *Déficit Fiscal*	*Relativo Déficit/Despesa* *[(2)/(1)]x100*
1979 a 1981 (agosto)	75,4	18,2	24,2
1984 a 1986 (agosto)	89,5	14,7	16,5

Fonte: Dados compilados pelo Ministério das Finanças.

Tabela 21

Composição da estrutura monetária (em bilhões de kz – 1986)

	1979	*1983*	*1984*	*1985*	*1986*
Reservas Internacionais Líquidas	(16,2)	(3,5)	(4,9)	(3,0)	(21,5)
Crédito Interno Líquido	84,4	173,9	203,6	212,6	242,4
Governo	–	86,3	99,4	109,6	130,5
Outros Setores	–	87,6	104,2	103,0	112,0
Outros Ativos Líquidos	(11,8)	(23,3)	(24,2)	(2,9)	(3,2)
Moeda em Circulação	23,6	60,5	72,8	80,8	93,0
Depósitos (fora governo)	32,7	86,6	101,7	125,8	131,2
Adendo					
Massa Monetária (M2)	56,3	147,1	174,5	206,6	224,2
Crescimento do M2	–	161%	18,6%	18,4%	8,5%
Coeficiente PIB/M2	–	0,85	0,81	0,69	0,58
Reservas Internacionais Brutas (em milhões de US$)	$221	$182	$240	$257	$180

Fonte: Ministério das Finanças e BNA.

Tabela 22

Balanço de pagamentos (1979 a 1986) (em milhões de US$)

	1979	*1983*	*1984*	*1985*	*1986*
Balança Comercial					
Exportações	1.182	1.583	1.960	1.976	1.278
Importações	(1.228)	(990)	(1.265)	(1.384)	(1.062)
Balança de Serviços					
Exportação	300	76	98	129	93
Importação	(445)	(736)	(885)	(1.012)	(827)
Transferências Unilaterais (líquidas)	10	33	35	55	70
Balança de Transações Correntes	(181)	(34)	(57)	(236)	(448)
Balança de Capitais					
Saídas de Capital	–	347	528	489	417
Entradas de Capital	–	(292)	(325)	(312)	(365)
Saldo	(116)	21	146	(59)	(396)
Erros e Omissões	131	(15)	(85)	90	(370)*
Saldo Final	15	6	61	31	(766)

Fonte: Dados do Ministério das Finanças. Rubricas simplificadas para análise.

(*) Representação do "modelo de BP" utilizado em Angola com adaptação. Inclui atrasos de US$ 241 milhões.

Tabela 23
Balanço de pagamentos (1988 a 1992)
(em milhões de US$)

	1988	*1989*	*1990*	*1991*	*1992(*)*
Balança Comercial					
Exportações	2.492	3.014	3.884	3.449	3.795
Importações	(1.372)	(1.338)	(1.578)	(1.347)	(1.631)
Balança de Serviços	(1.621)	(1.804)	(2.464)	(2.738)	(2.878)
Transferências Unilaterais (líquidas)	32	(4)	(77)	28	88
Balança de Transações Correntes	(469)	(132)	(235)	(608)	(626)
Balança de Capitais	(1991)	(120)	(608)	(503)	(589)
Saldo	(668)	(252)	(843)	(1.111)	(1.215)
Erros e Omissões	(255)	(678)	(407)	(394)	(30)
Saldo Final	(923)	(930)	(1.250)	(1.505)	(1.245)

Fonte: Banco Nacional de Angola.
Compilado por M. E. Ferreira, *opus cit.*, p. 43.
(*) Estimativa.

Tabela 24
Composição do endividamento externo
(milhões de US$)

	1982	*1983*	*1984*	*1985*	*1986*
Dívida a Médio e Longo Prazos	2075	2106	2282	2449	2457
Dívida a Curto Prazo[1]	271	252	263	251	615
Dívida Externa Total	2346	2358	2446	2700	3071
Coeficientes					
Dívida/PIB	64,0%	56,0%	52,0%	57,0%	71,0%
Dívida/Exportação[2]	145,0%	142,0%	119,0%	128,0%	224,0%
Amortização/Dívida[3]	9,5%	11,8%	12,1%	10,6%	14,6%
Juros/Dívida	6,4%	5,5%	5,4%	5,0%	5,6%

Fonte: Banco Nacional de Angola.
(1) Incluindo juros de mora.
(2) Exportações de bens e serviços.
(3) Amortização da dívida a médio e longo prazos como percentagem da dívida a médio e longo prazos.

Tabela 25
Juros da dívida externa
(final de 1986)

	Milhões de US$
Dívidas com Garantia de Agências de Crédito à Exportação	218
Dívidas Não Garantidas	113
Pagamentos de Juros	47
Total	378

Fonte: Banco Nacional de Angola.

Tabela 26
Endividamento externo angolano
(milhões de dólares e percentagem)

	1982	*1984*	*1986*	*1988*	*1989*	*1990*	*1991*	*1992*
Dívida Total (US$)	2346	2446	3071	5952	6501	7148	6971	7253
Dívida/PIB (%)	64,0	52,0	71,0	68,0	73,5	85,0	86,0	97,0
Dívida/Exportação (%)	145,0	119,0	224,0	228	209	183	208	202
Serv. Dívida/Exportação (%)	15,9	14,0	31,1	46,1	43,6	41,3	60,1	45,1

Fonte: Banco Mundial/Instituto Nacional de Estatística. Compilado por M. E. Ferreira, *opus cit.*, p. 44. Recalculado.

Tabela 27
Despesas correntes (1987 a 1989)
(milhões de *Kwanzas*)

				Variações (%)	
	1987	*1988*	*1989*	*1988/87*	*1989/88*
Consumo Privado	2.232,7	2.822,4	2.208,2	26,4	(21,8)
Consumo Público	70,6	75,3	76,2	6,7	1,2
Formação Bruta de Capital	44,8	38,0	41,0	(15,2)	7,9
– Capital Fixo	42,9	37,9	38,8	(11,7)	2,4
– Variação de Estoques	1,9	0,1	2,2	(93,5)	1.715,3
Exportações	72,6	79,0	91,7	8,8	16,2
Importações	56,6	78,0	75,5	37,6	(3,1)
PIB (preços correntes)	2.364,1	2.936,7	2.341,6	24,.2	(20,3)

Fonte: Ministério do Plano, Instituto Nacional de Estatística, *Perfil Estatístico, Económico e Social (1988–1991).*

COMUNICAÇÃO COM O PROF. SOLIVAL MENEZES

E-mail: solival@usp.br
solival@soliconsulting.com
solival@soliconsulting.com.br

Telefones (São Paulo, SP Brasil): (11) 3717.3721
(11) 3771.5288

OUTRAS PUBLICAÇÕES DO PROF. SOLIVAL MENEZES

Cálculo Financeiro em Economia Inflacionária. São Paulo:FGV/SP, 1988.

Formação de Preços: breve visão prática. São Paulo: EPUSP, 1987

Macroeconomia: dinâmica dos modelos clásico e keynesiano. São Carlos: EESC/USP, 1988.

Mamma Angola: economia e sociedade de um país nascente. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000

Manual para Utilização da HP-12C. São Paulo: FGV/SP, 1987

Marketing e Desenvolvimento. São Paulo: EPUSP, 1987

Microeconomia: fundamentos e aplicações. São Carlos: EESC/USP, 1988.